

XI Mostra de Pesquisa do APERS

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Governador Tarso Genro

Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos

Secretário Alessandro Barcellos

Departamento de Arquivo Público

Diretora Isabel Oliveira Perna Almeida

Corag – Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas

Ficha Técnica

Comissão de Seleção e Organização da XI Mostra de Pesquisa:

- Associação dos Amigos do Arquivo Público do Estado do RS - AAAP-RS: Romilda Raeder
- Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul - AARS: Camila Lacerda Couto
- Associação Nacional de História - ANPUH/RS: José Carlos da Silva Cardozo
- Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS: Elizabeth Terezinha Martins de Lima, Maria Cristina Kneipp Fernandes, Nôva Marques Brando, Vanessa Tavares Menezes.

Organização

Clarissa de Lourdes Sommer Alves (APERS)

M915a Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (11. : 2013 : Porto Alegre, RS).
Anais : produzindo história a partir de fontes primárias /
11. Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 09 e 10 de setembro de 2013. –
Porto Alegre : Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2013.
p. 238
ISBN: 978-85-7770-258-9

1. Pesquisa histórica. 2. Fontes primárias. 3. História – Brasil. 4. Documentação histórica. 5. Fontes históricas.
I. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. II. Alves, Clarissa de Lourdes Sommer. III. Título

CDU – 930”2013”(816.5)

Catálogo elaborado pela Biblioteca da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos/SARH. Bibliotecária responsável: Adriana Arruda Flores, CRB10-1285.

Sumário

Apresentação	5
Introdução	7
Resumo de Pôster	11
Caixa de memórias: resgatando a história da escola <i>Angelita Pôrto e Silva e Maria Bernardete Chaves Ramos</i>	13
1. O Processo Crime para além dos Crimes	15
O processo crime para além dos crimes <i>Cláudia Mauch</i>	17
A dinâmica socioeconômica escravista pelotense: para além do mundo do charque <i>Natália Garcia Pinto</i>	33
Da escravidão ao contrato: trabalho e liberdade no desagregar do cativo – Rio Pardo/RS. <i>Melina Kleinert Perussatto</i>	55
Conduta como retrato: propostas de análises de processos-crime para estudos acerca de imigração alemã – Rio Grande do Sul, século XIX <i>Belisa Cassel, Ícaro Estivalet Raymundo e Rodrigo Luis dos Santos</i>	75
2. O trabalho nos Arquivos: a produção da fonte histórica a partir da documentação corrente	91
Implantação do Arquivo Histórico Fotográfico Renner Herrmann	

<i>Angélica Bersch Boff</i>	93
Saneamento e Urbanização no Rio Grande do Sul durante os anos de 1916 a 1931: o papel da SOP – Secretaria de Obras Públicas, a cidade de Iraí como referência	
<i>Luís Francisco da Silva Vargas</i>	115
Leitura e Análise Diplomática do Livro Tombo III da Catedral Diocesana de Santa Maria	
<i>Jonas Ferrigolo Melo, Eneida Izabel Schirmer Richter e Karin Christine Schwarzbold</i>	131
3. Inventários: as relações sociais por detrás dos bens	153
Uma fonte, muitas possibilidades: as relações sociais por trás dos inventários post-mortem	
<i>Jonas Vargas</i>	155
Um rio chamado Uruguai: dinamismo comercial entre a fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro e a Região do Prata em meados do século XIX (Notas de Pesquisa)	
<i>Leandro Goya Fontella</i>	181
“Fazendas, reses” e as teias de crédito do estancieiro Randolpho José da Silva Pereira (Vale do Jaguari – 1911-1912)	
<i>Hermes Gilber Uberti</i>	197
Dona Anna Marques de Sampaio: filha do Cirurgião-mor Manuel Marques de Sampaio, irmã do padre coadjutor Manuel Marques de Sampaio, mãe de Duarte Marques de Sampaio (exposto) - Freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre, séculos XVIII-XIX	
<i>Denize Terezinha Leal Freitas e Jonathan Fachini da Silva</i>	221

Apresentação

Entre as principais atribuições que uma instituição arquivística pública possui está a produção de conhecimento, que, no caso em questão, passa pelas possibilidades de se realizar pesquisas. Premissa que agrega diferentes elementos articulados entre si, como por exemplo a existência de fontes documentais preservadas, instrumentos de pesquisa elaborados, acervos documentais organizados e descritos, existência de infraestrutura adequada para realização dos estudos, servidores qualificados para executar os trabalhos técnicos e principalmente o trabalho de difusão e acesso às informações contidas nos documentos.

Foi com este propósito que o Arquivo Público do Estado, APERS, instituiu no calendário anual da Casa, a partir de 2003, a atividade Mostra de Pesquisa do APERS. O objetivo é divulgar e aproximar os pesquisadores que estavam realizando os seus estudos a partir das fontes documentais existentes na Instituição, cujos trabalhos eram apresentados oralmente, para mais adiante passarem a ser publicados. Publicação, aliás, que pode ser encontrada no site do Arquivo.

Esta atividade se concretiza mediante o lançamento de um edital onde consta o regulamento para a apresentação e seleção dos trabalhos cuja apreciação conta com a análise de uma Comissão, composta por representantes do APERS, da Associação Nacional de História-Seção Regional Rio Grande do Sul (ANPUH-RS), da Associação dos Arquivistas do RS (AARS) e da Associação dos Amigos do Arquivo Público do Estado do RS (AAAP-RS).

Em síntese, este evento que em 2013 realizou a sua 11ª edição, e cujos resultados são compartilhados através do livro que tens em mãos, não apenas estimula como valoriza a realização de pesquisas nas mais diferentes instituições, possibilita debates e aproxima a comunidade acadêmica. Boa leitura!

Alessandro Barcellos

Secretário da Administração e dos Recursos Humanos do RS

Porto Alegre, abril de 2014.



Introdução

Defendo vigorosamente a opinião de que aquilo que os historiadores investigam é real. O ponto do qual os historiadores devem partir, por mais longe dele que possam chegar, e a distinção fundamental, para eles, absolutamente central, entre fato comprovável e ficção, entre declarações históricas baseadas em evidências e sujeitas a evidenciação e aquelas que não o são.

Eric Hobsbawm

“Estudas história para contar histórias?”. Essa foi, talvez, a pergunta que com mais frequência tive de responder durante meus quatro anos de graduação no curso de história. Meu tio Wilson, nos seus constantes flagrantíssimos atos de leitura, de marcação, de fichamentos e de escrita de textos, não entendia muito bem os motivos pelos quais eu destinava horas do tempo, que terminou por compor todo o período da minha formação inicial, para aprender a contar histórias.

Naquela época ficava um tanto desconcertada com a pergunta, que era mais uma afirmação. Tinha a impressão de que ela traduzia a percepção do senso comum que tanto desmerecia o trabalho do historiador. No entanto hoje, confesso que me inflaria de orgulho para responder que sim. Sim, nós historiadores somos formados para contar história, mas não qualquer história, para contar uma história cuja construção está subjugada às premissas do saber científico.

Por esse motivo, debruçamo-nos sobre os vestígios deixados pelo passado, lançando-lhes perguntas. Por essa razão passamos horas nas salas de pesquisas das mais diversas instituições de guarda de memória tentando resolver problemas próprios do conhecimento histórico. Não nos dedicamos a esse trabalho solitário por acreditarmos que nos documentos estão impressas as verdades sobre o passado, mas sim porque sabemos que são produto das relações travadas em um determinado momento e que sobre elas, muito podem nos informar – por meio dos olhares teóricos atentos dos historiadores, emaranhados de acontecimentos desconexos se transformam em conhecimento histórico.

Construída por meio de evidências, verificável empiricamente e aceitável teoricamente, temos uma história, portanto, para contar. E são muitas histórias escritas e contadas nesses onze anos de Mostra de Pesquisa do APERS, histórias

construídas a partir de múltiplas leituras, problemáticas e interpretações dos historiadores.

Surgida em 2002, a partir da proposta de dar visibilidade aos acervos do APERS, de incentivar a pesquisa em fontes primárias arquivísticas e de criar um espaço para troca de conhecimento entre os pesquisadores, a Mostra vem se construindo como um evento de aproximação entre o Arquivo e o conhecimento acadêmico. Ao longo desse tempo, o evento passou por modificações que possibilitaram o enriquecimento das apresentações. Com a possibilidade de utilização de fontes de quaisquer instituições arquivísticas, os pesquisadores, além de compartilharem as pesquisas realizadas, também passaram a divulgar diferentes acervos custodiados por variados locais e o próprio trabalho arquivístico desenvolvido nesses espaços.

Nessa caminhada, chegamos à XI Mostra de Pesquisa do APERS, evento ocorrido nos dias 9 e 10 de setembro desse ano. Todos os trabalhos apresentados foram submetidos à apreciação da Comissão de Seleção e Organização, composta por representantes do APERS, da Associação Nacional de História-Seção Regional Rio Grande do Sul (ANPUH-RS), da Associação dos Arquivistas do RS (AARS) e da Associação dos Amigos do Arquivo Público do Estado do RS (AAP-RS). Dessas apresentações resulta mais esse exemplar dos anais do evento, publicação que objetiva auxiliar na difusão do conhecimento e dos espaços de memória.

Nessa edição, mudamos os formatos das mesas, organizando a apresentação de trabalhos pelo fio condutor da tipologia das fontes utilizadas para pesquisa. Tomando como ponto de partida a leitura dos artigos selecionados, a Comissão identificou a utilização de dois tipos de fontes primordialmente trabalhadas, o processo-crime e inventário, e artigos construídos a partir dos trabalhos arquivísticos em diferentes acervos. Diante dessa constatação, a organização do evento decidiu por um formato de apresentação que contemplasse as diferentes temáticas a partir desses recortes. Como resultado, foram formadas três mesas com palestras de abertura conduzidas por pesquisadores referenciados na área – os quais enriqueceram muito os debates e, com certeza, essa publicação –, seguidos pelos trabalhos aceitos para apresentação. Também dessa forma foi organizada essa publicação.

Os Anais da XI Mostra estão divididos, portanto, em três capítulos. O primeiro deles inicia com o artigo da professora do curso de História da UFRGS,

Cláudia Mauch, **O Processo Crime para além dos Crimes**. Seguem ao texto, os demais trabalhos apresentados na primeira noite do dia 09 de setembro.

O Trabalho nos Arquivos: a produção da Fonte Histórica a partir da Documentação Corrente, é título da mesa que abriu as apresentações da tarde do segundo dia de evento, apresentada pela professora do curso de Arquivologia da UFRGS, Rita de Cássia Portela, e que também dá nome ao segundo capítulo.

Por fim, o trabalho que abriu a mesa da noite do dia 10 de setembro **Inventários: as relações sociais por detrás dos Bens**, artigo de Jonas Moreira Vargas, doutorando em História pela UFRJ, abre o último capítulo dessa publicação.

Com o fim de mais um evento, agradecemos a todos que confiaram ao APERS a divulgação de suas pesquisas e se propuseram a compartilhá-las em importantes debates realizados nesse setembro de 2013. Tenho certeza que se o tio Wilson tivesse participado da XI Mostra, compreenderia que muito é o trabalho necessário para que contemos boas histórias, histórias baseadas em evidências e sujeitas à evidenciação.

Nôva Brando

Historiadora – APERS



Resumo de Pôster



Caixa de memórias: resgatando a história da escola

Angelita Pôrto e Silva¹

Maria Bernardete Chaves Ramos²

Resumo: Este trabalho pretende mostrar caminhos percorridos e resultados obtidos com a realização de um projeto desenvolvido nos meses de junho a setembro de 2012, com alunos do 2º ano do II Ciclo, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Governador Ildo Meneghetti de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), utilizando a Educação Patrimonial como embasamento teórico. O projeto teve como objetivos oportunizar um trabalho de investigação para resgatar o processo histórico da escola e, de reconhecimento desta como um espaço de construção de conhecimento, de histórias de vida e de memórias. A metodologia adotada possibilitou um trabalho interdisciplinar, envolvendo diferentes formas de expressão e permitiu lidar com vários temas relacionados à escola. Para a realização do trabalho, além de pesquisar registros e documentos disponíveis na escola, contendo informações sobre datas de criação, de transferência e as denominações da escola ao longo da sua existência, as crianças recorreram a fotos disponíveis na escola. Após serem escolhidas as fotos ‘antigas’, os alunos fizeram uma foto ‘atual’ do mesmo foco, para estabelecer o antes e o agora, numa forma de observar as transformações ocorridas. Através de rodas de memórias, os alunos ouviram relatos de professores e funcionários que atuam na escola há mais tempo, e também de moradores antigos, para coleta de informações sobre a escola e levantamento de eventos ocorridos no tempo de existência da mesma. Houve registros em vídeo e áudio e com fotos; posteriormente os alunos fizeram a transcrição desses relatos, montando a ‘história resgatada’. Como resultado, foi criado um ‘arquivo da memória: A História da Escola’, contendo cópias de documentos, registros e fotos, organizados e catalogados para que estejam disponíveis para as pessoas da comunidade escolar, servindo de fonte de pesquisa da história da escola. A organização deste pequeno acervo, que ficará na Biblioteca da escola, com CD, DVD, fotos e transcrições é uma forma de preservar as memórias. Com a realização deste trabalho, o processo ensino-aprendizagem tornou-se mais dinâmico, contribuindo para despertar uma consciência crítica e de responsabilidade para com a preservação de um patrimônio importante para todos os envolvidos.

Palavras-chave: memória – educação – patrimônio

1 Formada em Educação Artística – Artes Plásticas pela ESASC (Escola Superior de Artes Santa Cecília). Professora da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.

2 Formada em Pedagogia pela UFRGS. Especialização em Linguagem e Letramento pela FAPA. Professora da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.



1. O Processo Crime para além dos Crimes



O processo crime para além dos crimes

Cláudia Mauch¹

O arquivo age como um desnudamento; encolhidos em algumas linhas, aparecem não apenas o inacessível como também o vivo. Fragmentos de verdade até então retidos saltam à vista: ofuscantes de nitidez e de credibilidade. Sem dúvida, a descoberta do arquivo é um maná que se oferece, justificando plenamente seu nome: fonte.

Diferente de qualquer outra, a fonte de interrogatórios e de testemunhos policiais parece realizar um milagre, o de ligar o passado ao presente; ao descobri-la, tem-se a impressão de não estar mais trabalhando com os mortos (a história, evidentemente, é antes de tudo um encontro com a morte), e de que a matéria é tão sutil que requer ao mesmo tempo a afetividade e a inteligência. É uma sensação estranha esse súbito encontro com existências desconhecidas, acidentadas e plenas, que misturam, como que para complicar mais, o próximo (muito próximo) e o distante, defunto.

Arlete Farge. *O Sabor do Arquivo*²

A utilização de documentos produzidos pelo sistema de justiça criminal (polícia, judiciário criminal e prisões) como fontes para a pesquisa histórica começou a se disseminar nas décadas de 1960 e 1970, a partir da influência de trabalhos tão díspares quanto os de E. P. Thompson e Natalie Davis, Carlo Ginzburg, Michel Foucault e Michelle Perrot. O sucesso das obras desses autores, como *Vigiar e punir* (1975) de Foucault e *O queijo e os vermes* (1976) de Ginzburg, levaram historiadores a uma “corrida” aos acervos judiciais, principalmente em busca dos processos criminais.

Em 1989, em artigo que ficaria famoso – *O inquisidor como antropólogo* – tratando da forma como os historiadores podiam lidar com os processos inquisitoriais italianos, Ginzburg escreveu:

1 Doutora em História. Professora do Departamento de História da UFRGS.

2 FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009. p. 15.

Trata-se apenas de um sintoma de uma tendência agora comum entre os historiadores, mas já sentida, há bastante anos, por Momigliano: estudar determinados grupos sociais ou sexuais, como por exemplo, os camponeses ou as mulheres, deficientemente representados naquilo a que podemos chamar as fontes ‘oficiais’. Os ‘arquivos de repressão’ dão-nos certamente informação preciosa sobre esse tipo de pessoas.³

Em outro texto muito conhecido de uma década antes, 1979, Ginzburg e Carlo Poni diziam que os processos eram também importantes para o estudo de grupos ou indivíduos “excepcionais”, pouco representados nas fontes oficiais e menos ainda nos trabalhos então em voga da história serial.⁴

Os arquivos judiciais e policiais passaram a ser encarados, portanto, como capazes de trazer informações sobre indivíduos e grupos até então pouco trabalhados pela historiografia, ou que o eram apenas como agregados de números em séries ou grupos artificialmente constituídos.⁵ Além disso, permitiam ao historiador trabalhar tais fontes a partir de novas perspectivas de análise, como a “história vista de baixo” e a micro-história, dialogando com a antropologia geertziana⁶ e os estudos de gênero.

No Brasil, uma das pioneiras na utilização das fontes judiciais foi Maria Sylvia de Carvalho Franco, cuja tese da década de 1960 – *Homens livres na ordem escravocrata* - tratou das condições de vida dos pobres livres nas regiões cafeeiras e do papel da violência no seu cotidiano por meio de processos criminais.⁷ Mas a utilização dos processos criminais como fonte histórica começou a se disseminar no país a partir da década de 1980, mesma época em que os cursos de mestrado e

3 GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1991. p. 203-214.p. 205. Grifo em itálico meu.

4 GINZBURG, Carlo, PONI, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1991. p. 169-178.

5 REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 15-18.

6 Referente ao antropólogo Clifford Geertz, cujo trabalho, especialmente a partir da publicação de *Interpretação das Culturas* (1973) teve grande repercussão entre os historiadores.

7 FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

doutorado e as políticas de distribuição de bolsas na área iniciaram sua expansão. Duas obras muito influentes, e até hoje leituras obrigatórias para quem se inicia nesse tipo de pesquisa, foram publicadas em meados daquela década: *Crime e cotidiano*, de Bóris Fausto, publicado em 1984, e *Trabalho, lar e botequim*, de Sidney Chalhoub, em 1986.

“A história dos dominados vêm à tona pela pena dos escrivães de polícia”, escreveu João José Reis na mesma época.⁸ Tratava-se, na grande maioria dos casos, de efetivamente buscar em tais documentos a “voz” – cultura, cotidiano, etc. – dos grupos populares, dos escravos, mulheres ou “excluídos”. Em suma, dos sujeitos cujas ações ainda não haviam sido abordados por nossa historiografia e sobre os quais as fontes ditas “oficiais” ou mais “tradicionais” pouco falavam. Como lembra Keila Grimberg, não por acaso a década de 1980 foi também a da difusão da História social no país, e nos processos os historiadores conseguiam informações preciosas sobre aspectos do cotidiano, da cultura, das relações de gênero, amizade, parentesco, valores dos trabalhadores comuns (e não só dos que diretamente se expressavam no movimento operário), dos escravos e outros sujeitos até então pouco estudados.⁹

No caso específico dos estudos da escravidão e da abolição no Brasil, as fontes judiciais tornaram-se praticamente obrigatórias, não apenas por permitirem vislumbrar as variadas relações em que escravos estavam envolvidos – o que é buscado especialmente nos processos criminais –, mas também por mostrarem como escravos e libertos usavam a justiça para seus próprios propósitos, de forma que as ações cíveis também passaram a ser fontes fundamentais.¹⁰

Outro campo em franco desenvolvimento é a pesquisa a partir dos processos da Justiça do Trabalho, que permitem não só novas abordagens da história do trabalho e dos trabalhadores, como do modo como as leis trabalhistas foram interpretadas e

8 REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 8.

9 GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKI, Carla Bassanezi, DE LUCA, Tania Regina (orgs.). *O historiador e suas fontes*. 1ª ed, 2ª reimp. São Paulo: Contexto, 2012. p. 119-199. p. 126.

10 LARA, Sílvia Hunold, MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Apresentação. In LARA, Sílvia Hunold, MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e Justiças no Brasil: Ensaio de História Social*. Campinas: Unicamp, 2006. p. 9-22. p. 10-11.

aplicadas em casos concretos, a atuação dos funcionários do judiciário trabalhista e as pressões atuantes de indivíduos e grupos sociais em contextos diversos.¹¹

Para além dos aspectos já comentados, processos oriundos do judiciário criminal, cível e trabalhista têm sido analisados pela historiografia brasileira no sentido de mostrar o uso que os “dominados” fizeram das leis e tribunais a seu favor, de modo que de simples braço executor da dominação, a justiça e o direito passaram a ser encarados como campos de conflito articulados com diferentes âmbitos da vida social.¹²

Considerando-se que quanto mais nos voltamos para o passado mais difícil torna-se encontrar uma fonte onde pessoas “do povo”, pouco ou não letradas, tenham deixado algum relato direto sobre suas próprias vidas, as fontes judiciais revestem-se portanto de uma importância ímpar para a pesquisa histórica na atualidade, e a sua preservação para as gerações futuras é algo que não pode ser negligenciado no presente.

As falas de réus, vítimas e testemunhas transcritas nos processos, como diz o texto da historiadora francesa Arlete Farge citado na epígrafe, parecem ter o poder de nos aproximar mais das suas vidas e visões de mundo. Mesmo quando transcritas na terceira pessoa, produzem um *efeito de real* poderoso, em primeiro lugar por se tratar de existências reais ali de alguma forma capturadas, em segundo porque tal registro não foi voluntário, como o feito num diário ou numa carta, mas sim

11 “Histórias (...) que falam de homens e mulheres quase ausentes em outros tipos de documentos oficiais, de sua relação com o Estado através do Judiciário Trabalhista, de seus embates com o patronato e de suas compreensões a respeito do que é justo e legal, bem como das práticas e visões de mundo de juízes, advogados e outros operadores do Direito, povoam as páginas dos processos oriundos da Justiça do Trabalho, desde a sua criação oficial em 1941 (e mesmo antes) até os dias de hoje. Muitas delas não serão nunca conhecidas já que milhares destes documentos são, a cada ano, destruídos, em cumprimento à Lei n. 7.627, de 10 de novembro de 1987, que determina a eliminação de autos de processos trabalhistas com mais de cinco anos de arquivamento.” SCHMIDT, Benito Bisso, SPERANZA, Clarice Gontarski. PROCESSOS TRABALHISTAS: de papel velho a patrimônio histórico. In: PAULA, Zuleide Casagrande de, MENDONÇA, Lúcia Glicério, ROMANELLO, Jorge Luís (orgs.). *Polifonias do Patrimônio*. Eduel: Londrina, 2012. p. 253-273. p. 215.

12 LARA, Sílvia Hunold, MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Apresentação. In LARA, Sílvia Hunold, MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e Justiças no Brasil: Ensaio de História Social*. Campinas: Unicamp, 2006. p. 9-22. p.12-13.

unicamente em função de alguém ter colidido com o poder, que classificou um ato como crime.¹³

O entusiasmo com as possibilidades de pesquisa abertas pelas fontes judiciais a partir das décadas de 1980 e 1990 suscitaram reflexões metodológicas sobre sua utilização. A primeira e mais persistente questão diz respeito à passagem da palavra dita à palavra transcrita. Ou, dizendo de outra forma, até que ponto os processos – e outras fontes judiciárias e policiais – são portadores da “voz” dos populares/mulheres/escravos ou outros sujeitos? Essa questão remete aos “filtros” interpostos entre os depoentes e aqueles que passaram para o papel suas falas (policiais, escrivães), muitas vezes resumindo, modificando termos, “traduzindo” expressões do falar popular para a linguagem culta dos tribunais. A segunda, imbricada na primeira, refere-se à busca da “verdade” nesses documentos.

No já mencionado texto *O inquisidor como antropólogo*, Ginzburg se pergunta qual a verdade contida na documentação da repressão (no caso, processos inquisitoriais) para além dos estereótipos dos inquisidores? E sua resposta, para a qual ele busca inspiração no trabalho dos antropólogos, é que seria possível encontrar neles algo original/verdadeiro na medida em que os processos inquisitoriais eram textos explícita ou implicitamente dialógicos onde, em alguns casos, surgiam choques entre verdades distintas, apesar da grande disparidade de poder existente entre as partes. A partir desses choques o historiador pode encontrar algo diferente dos valores da repressão que conduz o inquirido. Para o autor, os inquisidores traduziam as crenças que lhes eram estranhas para um código mais claro, e o material de que os historiadores dispõem está “contaminado” pela interpretação que eles lhe deram, mas nem por isso tais fontes devem ser abandonadas.¹⁴ Em *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*, Ginzburg ensina outra lição importante para quem se aventura na pesquisa em processos: a busca pelos detalhes aparentemente irrelevantes e a “leitura

13 Sobre esses dois aspectos, ver: FOUCAULT, Michel. La vida de los hombres infames . In: FOUCAULT, Michel. *La vida de los hombres infames: Ensayos sobre desviación y dominación*. Buenos Aires/Montevideo: Editorial Altamira/Editorial Nordan-Comunidad, 1992. p. 175-202. FARGE, Arlete. *O sabor do arquivo*. Op. cit. p. 16 e 31 a 36.

14 GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações. Op. cit.

a contrapelo”.¹⁵ Pois as histórias e informações ali contidas são fragmentadas, o objetivo primário das partes em disputa não era deixar para a posteridade um relato linear e coerente e sim defender cada um sua versão dentro do espaço que o ritual do tribunal da época lhe permitia.

Conforme Arlete Farge, o arquivo judiciário nos apresenta “fragmentos de vida, disputas em retalhos expostas ali desordenadamente, refletindo ao mesmo tempo o desafio e a miséria humana”.¹⁶ É necessário aprender a captar essas explosões complexas de vida para delas tirar o máximo de sentido, apesar da dificuldade de interpretá-las. Assim, as falas, respostas e relatos registrados pelos escrivães seriam para a autora *acontecimentos*, na medida em que *pretendem ser coerentes e ter influência*, estão lá para persuadir, carregam uma vontade de criar o verossímil: “(...) nelas se demarcam identidades sociais exprimindo-se por formas precisas de representação de si e dos outros, esboçam-se formas de sociabilidade e maneiras de perceber o familiar e o estranho, o tolerável e o insuportável.”¹⁷

O pesquisador precisa ter cuidado e não tomar o conteúdo das partes que compõem os processos crime, mesmo os depoimentos, como se fossem descrições literais e desinteressadas dos atos dos envolvidos. Ao contrário, dentro de um processo as partes estão em busca da construção de suas versões e de provar suas verdades. Além disso, tais versões podem mudar ao longo do desdobramento do processo: desde as declarações feitas na polícia até as que são feitas diante do juiz atuam diferentes pressões, jogos de força e temporalidades sobre os depoentes. Assim sendo, não cabe ao pesquisador ir atrás dos culpados e inocentes nas histórias contidas nos processos (embora muitas vezes a tentação seja grande), sua investigação é outra, como explica Sidney Chalhoub:

15 GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

16 FARGE, Arlette. Op. cit. p. 80.

17 FARGE, Arlette. Op. cit. Embora tratando de documentos de natureza diferente, cartas de perdão enviadas principalmente por condenados à morte ao rei da França no século XVI, as reflexões de Natalie Davis sobre o caráter narrativo dessas fontes acrescenta muito ao debate sobre fontes judiciais e criminais. DAVIS, Natalie. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

O fundamental em cada história abordada não é descobrir ‘o que realmente se passou’ – apesar de (...) isto ser possível em alguma medida -, e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso. As diferentes versões produzidas são vistas neste contexto como símbolos ou interpretações cujos significados cabe desvendar. Estes significados devem ser buscados nas relações que se repetem sistematicamente entre as várias versões, pois *as verdades do historiador são estas relações sistematicamente repetidas*.¹⁸

Carlos Antonio Ribeiro identifica duas posições na utilização de processos criminais como fonte de pesquisa no Brasil, a dos historiadores e a dos antropólogos.¹⁹ Historiadores, dos quais Chalhoub é um dos melhores exemplos, usam processos como meio para estudo dos valores e normas sociais presentes na vida dos membros das classes populares de determinada época, pois eles revelariam cenas da vida cotidiana e seriam caminho para recuperação de discursos dos pobres, além de abrirem novas possibilidades para estudo da cultura popular do passado.

Antropólogos, como Mariza Corrêa e Yvonne Maggie, fazem uma análise da atividade e crenças dos profissionais do sistema jurídico-policial através dos processos; os processos crime revelam versões do comportamento popular elaboradas para satisfazer expectativas e necessidades jurídicas dos funcionários de tal sistema, de forma que tratariam mais dos procedimentos jurídicos e da história da justiça do que da história dos populares, na medida em que são discursos dos que elaboram os documentos, ou seja, os funcionários do sistema de justiça criminal. No livro *Morte em Família*, Corrêa trabalhou com processos criminais de homicídios envolvendo mulheres entre 1952 e 1972 em Campinas. A autora apresenta uma análise detalhada do próprio processo criminal e das etapas que o constituem, bem como dos discursos de todos os envolvidos desde o inquérito policial. Os processos seriam como uma *fábula* construída pelos “manipuladores técnicos” (profissionais do sistema jurídico-policial), que procuram ordenar a realidade em autos processuais. Ao mesmo tempo em que constroem a fábula a ser apresentada aos julgadores, os

18 CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 22-23. Grifo meu.

19 RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade*. Estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

atores jurídicos, trabalhando cada um de acordo com seus objetivos, vão deixando dentro do processo um rastro dos elementos usados em sua construção, que devem se adequar ao molde legal e social do seu contexto de ação, sugerindo uma certa coerência entre as normas escritas e as vividas aceitas pelos componentes do grupo construtor e julgador.²⁰

A maior parte dos historiadores que pesquisam processos crime atualmente no Brasil, principalmente a partir da perspectiva da História social, parecem adotar a postura que acredita ser possível, a partir das devidas precauções metodológicas, analisar as versões neles construídas e trabalhar com a verossimilhança, reconstruindo sim aspectos da vida e valores de diferentes atores sociais do passado. Além disso, tais documentos são vistos como “minas de dados”, por conterem informações difíceis de serem encontradas em outras fontes sobre como as pessoas viviam, o cotidiano da cidade ou do campo, das relações sociais, de trabalho, formas de lazer ou de alimentação, de forma que dali podem ser extraídas e analisadas muitas informações passíveis inclusive de tratamento quantitativo.²¹ Para Karl Monsma, por exemplo, os inquéritos policiais e processos criminais permitem efetivamente uma maior aproximação “da interação cotidiana e das interpretações – produzidas por pobres – da ação própria e dos outros, porque *conservam a fala dos pobres*, mesmo quando transcrita na terceira pessoa”.²²

20 CORRÊA, Marisa. *Morte em família*. representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 33.

21 MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Traído por uma mulher malvada, assim como Judas vendeu a Cristo: o abominável José Ramos e a História social de Porto Alegre. In: ELMIR, Cláudio Pereira, MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Odiosos homicídios: o Processo 5616 e os crimes da Rua do Arvoredo*. São Leopoldo: Oikos, 2010. p. 29-61. Ver também: BRETAS, Marcos Luiz. As empadas do confeitiro Imaginário: a pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 7-22, 2002.

22 “Como a justiça criminal não apenas julga os atos, mas também se preocupa, de maneira central, com a motivação e a intencionalidade dos atores (...), as explicações e desculpas dos envolvidos e as versões das testemunhas necessariamente entram nos processos, mesmo quando distorcidas por categorias, preconceitos e estratégias dos operadores da Justiça. Nos garranchos de processos antigos, encontram-se analfabetos discutindo suas interpretações de eventos e imputando motivos aos outros.” MONSMA, Karl. Histórias de violência: inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo de relações interétnicas. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 159-221. p. 163-164. Grifo meu.

Considerando-se que todo texto judiciário é um produto social, profissional e político, como tal deve ser analisado. Isso significa conhecer suas condições específicas de produção e não tomar os depoimentos ali contidos de forma ingênua. Para tanto, o pesquisador deve minimamente conhecer os procedimentos jurídicos do campo - crime, cível ou trabalhista - e da época específica que está estudando, por meio das leis e códigos de processo, para poder entender a lógica do andamento e das partes que compõem do processo.²³

Conforme Antonio Carlos Ribeiro, “a fim de analisar o significado do conteúdo dos processos criminais, é indispensável aprender a lê-los.” No Brasil, o judiciário só analisa o que está consignado nos autos, daí o famoso ditado: “o que não está nos autos não está no mundo”. Mas os *atos* são transformados em *autos* por um processo de seleção operado pelos funcionários do sistema judicial: eles selecionam aspectos da realidade e nessa seleção revelam as suas ideias e valores.²⁴ As peças judiciárias que formam o processo compõem um “intrincado mosaico”, utilizando uma expressão de Paulo Moreira, na medida em que a fonte é constituída pela contribuição de diferentes profissionais que vão deixando seus textos ao longo do andamento do processo, tais como policiais, advogados, juízes, escrivães, médicos, testemunhas e jurados.²⁵ Ou seja, mesmo que seu objeto de pesquisa não seja o funcionamento ou as ideias e valores dos profissionais do meio policial ou judiciário, o historiador que pesquisa nos processos precisa estar informado sobre as regras e debates que numa determinada época balizam a investigação, a tomada de depoimentos, a urdidura do processo e a própria definição do delito.

A título de exemplo, e partindo de experiências próprias de pesquisa com documentação produzida pelas polícias Judiciária do Rio Grande do Sul e Administrativa de Porto Alegre no período da Primeira República, é possível afirmar que quanto mais burocratizada tornava-se a polícia (a partir da década de 1920), maior

23 O já citado texto de Keila Grinberg é uma excelente introdução aos procedimentos necessários para os que iniciam a pesquisa em processos criminais de uma dada época. GRINBERG, Keila. Op. cit.

24 RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade*. Estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995. p. 19 e 25.

25 MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Traído por uma mulher malvada, assim como Judas vendeu a Cristo: o abominável José Ramos e a História social de Porto Alegre*. Op. cit.

era a tendência de homogeneização da linguagem na transcrição dos depoimentos em registros de ocorrências e inquéritos. A consequência é que inquéritos policiais do final do século XIX e inícios do XX, manuscritos, normalmente são mais ricos em detalhes do que os encontrados em anos posteriores. Mas observou-se também uma diferença entre o estilo de diferentes delegados, alguns mais lacônicos que outros.²⁶ O certo é que a introdução de formulários e o próprio aumento do volume de trabalho, além das instruções superiores para uniformização da linguagem na documentação escrita, fazem com que o historiador tenha que desenvolver técnicas de leitura nos interstícios das fontes.

A justiça, da mesma maneira que o antropólogo geertziano, produz “interpretações de interpretações” (Geertz, 1973). Como demonstram Marisa Corrêa (1983) e Bóris Fausto (2001), as categorias da lei e os valores e estratégias dos profissionais da justiça – delegados, escrivães, promotores, advogados e juízes – filtram o que entra em um processo e modificam o vocabulário dos depoimentos, escritos em terceira pessoa. Em geral, quanto mais adiantado o processo no percurso inquérito-julgamento-recurso, mais esses valores, categorias e estratégias influenciam a reconstituição do conflito.²⁷

A maior parte das ponderações acima mencionadas sobre os processos crime aplicam-se a outros documentos de caráter investigativo e que contém transcrições de depoimentos, como processos trabalhistas e inquéritos policiais.

O inquérito policial, procedimento ainda vigente, foi instituído na reforma judiciária de 1871, que separou as funções policiais das judiciais no Brasil. O inquérito é o documento que reúne as diligências feitas pelas autoridades policiais quando noticiados de um crime, compreendendo a inquirição de testemunhas, perguntas ao suspeito e ofendido, autos de corpo de delito, exames e buscas para apreensão de instrumentos e documentos que pudessem ser utilizados como prova.

26 No Rio Grande do Sul da Primeira República o inquérito policial foi formalmente abolido em 1896 e substituído por um documento chamado “Relatório” produzido pelos delegados de polícia o qual, na prática, cumpria as mesmas funções e equivalia na forma e conteúdo ao inquérito. MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre (1896-1929)*. Porto Alegre, 2011. 283 f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

27 MONSMA, Karl. Op. cit. p. 159-160.

Se a autoridade policial ficasse convencida da ocorrência de um crime previsto no Código Penal passível de julgamento, ela encaminhava o inquérito ao Ministério Público para que este procedesse à denúncia se fosse o caso. Deste modo, o inquérito policial – ele mesmo um mosaico, embora de menor porte - é uma das peças que formam o processo crime. Mas como muitos inquéritos no Brasil não são aceitos pelo judiciário e transformados em processos, ele é uma fonte que merece atenção por si mesmo, como afirma Luís Antônio Francisco de Souza:

Como se praticava no Brasil, com todos os artifícios jurídicos, verdadeira liturgia do poder extralegal de punir, o inquérito acabava se transformando numa arma de suspeição sistemática. Embora sem valor jurídico, o inquérito tinha valor condenatório evidente, e era a partir dele que muitos promotores públicos e juízes de direito procuravam entender a lógica do caso que estava em questão e decidiam de sua procedência. Assim, por mais que a lei afirmasse seu caráter extrajudicial, o inquérito continuava sendo forte peça no processo condenatório, quando não era, ele próprio, uma forma de punição.²⁸

De acordo com Karl Monsma, o inquérito até pode apresentar para o pesquisador algumas vantagens em relação aos processos no estudo das versões de réus, vítimas e testemunhas, pois são mais próximos do conflito no tempo e não sofrem influência do promotor ou advogado de defesa.²⁹ Além disso, o amadorismo da justiça do passado fica evidente e torna-se vantagem para o historiador: escrivães da polícia podiam deformar nomes e sobrenomes, mas tendiam a reproduzir literalmente a linguagem dos depoentes, com gírias e xingamentos; às vezes transcreviam parte do depoimento em primeira pessoa. Entretanto, é preciso levar em consideração que muitas confissões diante da polícia são duvidosas, porque obtidas por meio de espancamentos e ameaças.³⁰ Em função disso, é muito importante comparar os

28 SOUZA, Luís Antonio Francisco de. *Lei, cotidiano e cidade: Polícia Civil e práticas policiais na São Paulo republicana (1889-1930)*. São Paulo: IBCCRIM, 2009. p. 106.

29 No caso dos processos crime, o inquérito, que se desenvolve no âmbito da polícia judiciária, pertence à fase inquisitorial, onde o acusado antigamente era investigado sem direito à defesa e conhecimento do resultado das investigações procedidas sobre e muitas vezes contra ele; as demais partes do processo se desenrolam no judiciário criminal e compõem a fase acusatorial, onde o réu é ouvido e tem direito a se defender e a conhecer os autos

30 MONSMA, Karl. Op. cit. p. 169.

depoimentos e versões fornecidos no momento do inquérito com os declarados diante do juiz.

Por tudo o que já foi comentado até agora, sabe-se que os processos são fontes inestimáveis para uma série de pesquisas para além das que dizem respeito aos crimes, como indica o título desse texto. Mas eu gostaria de voltar a atenção para o seu aspecto criminal, porque tais fontes tem como especificidade terem se originado de algum evento que foi classificado por alguém ou alguma instituição como crime, e daí decorrem algumas consequências que precisam ser levadas em conta por todos que lidam com esse tipo de fonte, mesmo que não estejam diretamente interessados nas questões criminais dos processos que analisam.

Em primeiro lugar é necessário definir o que é crime no contexto que o pesquisador está estudando. O que define um ato como crime não é sua natureza e sim a aplicação da legislação criminal em vigor, e o fato de alguém figurar como réu ou vítima em um processo criminal significa, obviamente, que seus atos passaram por uma série de procedimentos e classificações anteriores ao teatro do tribunal propriamente dito. Tais procedimentos normalmente figuram no processo, na forma de queixa ou denúncia, autos de perguntas, autos de corpo de delito e inquérito policial. Portanto, mesmo que o pesquisador vá em busca de um processo crime porque sabe que nesse tipo de documento irá encontrar fontes para, por exemplo, relações de vizinhança e formas de morar num dado período e local, ele deve levar em conta que suas informações estarão marcadas pelo conflito e provavelmente pela violência fundadora do ato que foi classificado como crime e gerou um processo.³¹ Os depoimentos, principalmente em processos criminais envolvendo violência, mas não somente neles, estarão marcados pela quebra do cotidiano que o ato que justifica sua presença diante de um oficial da lei representa e à luz do qual farão suas declarações.

Foucault diz em um texto que foi o encontro com o poder que tirou do

31 “Os arquivos judiciais são organizados a partir de comportamentos classificados como criminais, e inúmeros obstáculos são verificados quando se tenta encontrar outros tipos de comportamento”. BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão da pesquisa recente. *BIB. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. n. 32, p. 49-61, 1991. p. 50.

silêncio vidas obscuras que “estavam destinadas a transcorrer à margem de qualquer discurso e a desaparecer sem que jamais fossem mencionadas”. Para o autor, seria impossível reconstituir essas vidas tal como puderam ser “em estado livre”: “unicamente podemos chegar a elas através das declarações, das parcialidades táticas, das mentiras impostas que supõem os jogos de poder e as relações de poder”.³² Tais documentos tiveram efeito sobre a vida das pessoas; especialmente no caso dos indiciados e réus em inquéritos e processos criminais. Como diz Foucault, muitos desses documentos “produzem realidade”, isto é, passam a fazer parte da vida dessas pessoas, pois elas ficam, de uma forma ou de outra, “fichadas”, indiciadas, investigadas, marcadas.³³

Partindo dos processos crime, mas não se restringindo a eles, este texto procurou mostrar resumidamente de que formas a historiografia brasileira tem se apropriado desses documentos e os construído como uma das fontes privilegiadas de pesquisa nas últimas décadas, devido à sua riqueza informacional e versatilidade nas formas de abordagem. Como toda fonte, entretanto, os processos podem esconder armadilhas aos desavisados, por isso aprender a lê-los é imprescindível. Os que se aventuram na empreitada tem encontrado o maná.

Referências Bibliográficas

BRETAS, Marcos Luiz. As empadas do confeitiro Imaginário: a pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 7-22, 2002.

BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão da pesquisa recente. *BIB*. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. n. 32, p. 49-61, 1991.

CARDOSO, Maria Tereza Pereira. O Averso da Ordem: primeiros apontamentos de leitura de fontes criminais. *Cadernos de História*. Vol. 2. n. 2. Belo Horizonte: PUC Minas, p. 35-45, 1999.

32 FOUCAULT, Michel. *La vida de los hombres infames*. In: FOUCAULT, Michel. *La vida de los hombres infames: Ensayos sobre desviación y dominación*. Buenos Aires/Montevideo: Editorial Altamira/Editorial Nordan-Comunidad, 1992. p. 175-202. p. 181. Tradução livre minha.

33 FOUCAULT, Michel. Op. cit. p. 179.

CAVAZZINI, Andrea. L'archive, la trace, le symptôme. Remarques sur la lecture des archives. *L'Atelier du Centre de recherches historiques*. n. 5, 2009 [en ligne]. Disponível em: <<http://acrh.revues.org/index1635.html>>. Acesso em: 25/02/2010.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 23.

CORRÊA, Marisa. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

DAVIS, Natalie. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

FARGE, Arlette. Commentaire: Le corps, la parole et les affects: analyser leur surgissement à travers les archives de police. *L'Atelier du Centre de recherches historiques*. n. 5, 2009 [en ligne]. Disponível em: <<http://acrh.revues.org/index1569.html>>. Acesso em: 25/02/2010.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FOUCAULT, Michel. La vida de los hombres infames . In: FOUCAULT, Michel. *La vida de los hombres infames: Ensayos sobre desviación y dominación*. Buenos Aires/Montevidéo: Editorial Altamira/Editorial Nordan-Comunidad, 1992. p. 175-202.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1991.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKI, Carla Bassanezi, DE LUCA, Tania Regina (orgs.). *O historiador e suas fontes*. 1ª ed, 2ª reimp. São Paulo: Contexto, 2012. p. 119-199.

LARA, Sílvia Hunold, MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Apresentação. In LARA, Sílvia Hunold, MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs). *Direitos e Justiça no Brasil: Ensaios de História Social*. Campinas: Unicamp, 2006. p. 9-22.

LARA, Sílvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 17-39, 2008.

MARTINS, Sílvia Helena Zanirato. A representação da pobreza nos registros da repressão: metodologia do trabalho com fontes criminais. *Revista de História Regional*. v. 3, n. 1, p. 87-116, 1988.

MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre (1896-1929)*. Porto Alegre, 2011. 283 f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

MONSMA, Karl. Histórias de violência: inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo de relações interétnicas. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 159-221.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Traído por uma mulher malvada, assim como Judas vendeu a Cristo: o abominável José Ramos e a História social de Porto Alegre. In: ELMIR, Cláudio Pereira, MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Odiosos homicídios: o Processo 5616 e os crimes da Rua do Arvoredo*. São Leopoldo: Oikos, 2010. p. 29-61.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de, SILVA, Virgínia Ferreira da. Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 7, n. 13, p. 244-259, 2005.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 15-38.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade: Estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

SCHMIDT, Benito Bisso, SPERANZA, Clarice Gontarski. PROCESSOS TRABALHISTAS: de papel velho a patrimônio histórico. In: PAULA, Zuleide Casagrande de, MENDONÇA, Lúcia Glicério, ROMANELLO, Jorge Luís (orgs.). *Polifonias do Patrimônio*. Eduel: Londrina, 2012. p. 253-273.

SOUZA, Luís Antonio Francisco de. *Lei, cotidiano e cidade: Polícia Civil e práticas policiais na São Paulo republicana (1889-1930)*. São Paulo: IBCCRIM, 2009.



A dinâmica socioeconômica escravista pelotense: para além do mundo do charque

Natália Garcia Pinto¹

Resumo: A análise versa sobre a dinâmica da vida econômica da sociedade pelotense e a participação dos escravos nessa engrenagem. Na realidade, a investigação tem por intuito “desvendar” a sociedade de Pelotas sob a égide dos números, ou seja, analisaremos a estrutura de posse e a demografia escrava, e quem era a *comunidade negra local*. O principal corpo documental para tal empreitada serão os inventários *post-mortem*, mas também utilizaremos, registros de batismos, óbitos e processos crimes como fontes auxiliares na contextualização do cenário investigado. A diversidade das unidades produtivas em Pelotas permite-nos estabelecer diferenciações não só entre pequenos, médios e grandes plantéis, mas também pelo tipo de estabelecimento produtivo: charqueadas, olarias, estâncias, lavouras e comércio. Além de ressaltarmos o caráter plural da economia da localidade, para aquém de uma visão distorcida de uma sociedade baseada apenas em um “produto rei”, o charque conforme a historiografia tradicional impusera à esta cidade.

Palavra- Chaves: Escravos – Charqueadas – Pelotas – Africanos – Cor

Em 1830, com o falecimento de sua esposa Maria Eusébia, o lavrador Luis Gomes de Oliveira pede a abertura do inventário de sua companheira de vida.² Ao todo o casal teve cinco filhos, sendo a mais velha, Libânia de dez anos de idade e a caçula Ana com apenas dois.

O casal apresentava um espólio modesto. Além dos móveis simples de sua moradia, tinha uma atafona para o preparo da farinha que poderia ser utilizada para o consumo próprio da família, ou comercializada na Vila de Pelotas. Possuíam um machado e duas enxadas caracterizados como novos pelos avaliadores do inventário, dois cavalos mansos, uma chácara com uma casa de moradia feita de paredes de tijolos, coberta de telha e com uma cozinha e um quintal de arvoredos frutíferos. Pelos bens arrolados, tudo indica que se tratava de um casal de pequenos lavradores que não se dedicava a atividade criatória em sua propriedade. Para ajudar

1 Doutoranda do PPG de História UFRGS – Bolsista CNPQ. EMAIL: nataliag.pinto@gmail.com

2 Inventário de Maria Eusébia. Ano de 1830, número 146. Vara de Família, Sucessão e Provedoria. APERS.

na lida do dia a dia na chácara contavam com o trabalho de sua única escrava, Rosa, africana de nação mina, com trinta anos de idade.

Já em 1833, Zeferina Fernandes Maia tomou para si a responsabilidade de cuidar e zelar pelo patrimônio deixado pela morte seu pai, o então André Fernandes Maia, lavrador com uma pequena criação e também dono de uma olaria.³ A propriedade do falecido situava-se nas imediações da região da costa de Pelotas, lugar conhecido como Casca. Além dos animais arrolados (bois, cavalos, éguas) também possuía uma produção de quatro mil e quinhentos tijolos. Na escravaria do lavrador e criador André Fernandes Maia havia três escravos africanos: Antônio, nação Moçambique, vinte e cinco anos; Luís, nação Congo, trinta anos e Francisco, nação Angola, quarenta e cinco anos de idade. Os cativos deveriam trabalhar no roçado e na atividade criatória dos animais de seu senhor, além de fabricar os tijolos, que porventura poderiam ser comercializados na cidade para a construção de casas, sobrados, armazéns, etc.

Destoando das heranças anteriores, encontramos o caso do estancieiro Manuel Xavier de Paiva Magalhães, o qual, além de dedicar-se a atividade da pecuária, detinha uma chácara em Piratini e uma sesmaria de campos na Cisplatina.⁴ Ao todo possuía mais de mil duzentas e setenta e cinco reses de criar, um plantel de vinte e cinco escravos e uma casa de moradia na Freguesia de São Francisco de Paula, atual cidade de Pelotas, na Rua da Igreja, uma área bem central na época.⁵

Esta investigação tem por intuito abordar aspectos da dinâmica social e econômica da sociedade escravista da cidade de Pelotas em meados da década dos oitocentos. Analisaremos as cifras correspondentes à população na época, apresentaremos a estrutura de posse, demografia escrava e os mundos do trabalho cativo, esmiuçando as profissões dos trabalhadores escravizados, a origem, idade, cor e algumas questões relativas sobre a saúde escrava *inventariados* nas fontes coligidas.

3 Inventário de André Fernandes Maia. Ano de 1833, Número 03. I Vara Cível e Crime de Pelotas. APERS.

4 A Banda oriental do Uruguai esteve anexada ao Reino e depois Império do Brasil entre 1821 e 1828. Segundo Eliane Zabiela (2002), ainda na década de 1850, 30% do território uruguaio pertencia ainda a estancieiros brasileiros.

5 Inventário de Manuel Xavier de Paiva Magalhães. Ano de 1831, Número 153. Vara de Família, Sucessão e Provedoria. APERS.

Um dos principais objetivos é analisar o funcionamento da sociedade pelotense, demonstrando que além da unidade da charqueada como produção econômica, havia outras atividades econômicas desenvolvidas na localidade como: chácaras, estâncias, armazéns comerciais, olarias, roçados ou ainda unidades produtivas mistas, quebrando a imagem cristalizada de que o desenvolvimento econômico da região apenas orbitava ao redor do charque. Dentro do período estudado, que compreende a fase ilegal do tráfico atlântico de escravos, é possível observar que o predomínio da estrutura de posse escrava estava predominantemente concentrado entre os pequenos senhores.⁶ Fato que indica que a posse de escravos estava disseminada pela população local, como a historiografia já vem apontando.

1.1 Estrutura de posse de escravos e demografia

Visando compreender a estrutura de posses de escravos em Pelotas, utilizaremos como principal documentação os *inventários post-mortem*. É sabido que essa fonte não abarca todos os estratos sociais, uma vez que apenas os que detinham bens e posses poderiam realizar a abertura e escritura de um documento com tal envergadura. O inventário “era aberto no nome de um único indivíduo, mas os bens nele listados diziam respeito a sua família e as suas relações pessoais, fossem estas na esfera econômica ou na afetiva, e não raro, nas duas conjuntamente”.⁷

É notório advertirmos sobre o cuidado a respeito do tratamento com esta fonte, pois os inventários não representam a totalidade da população que detinha bens na sociedade, apenas uma significativa parcela da mesma, assim deve se relativizar os dados nela computados. Nesse sentido, Osório destaca que o inventário

é uma fonte que permite fixar determinado momento da estrutura econômica de uma região, se tomarmos todo o seu conjunto para um ano ou década específicos, ou as

6 Como sabemos, mesmo que o comércio internacional de escravos tenha sido proibido em 07 de novembro de 1831, os traficantes continuaram *importando* africanos até a Lei Euzébio de Queiroz, de março de 1850. Os desembarques que temos conhecimento, posteriores a 1850, são raros. Ver: SOUZA, 2002; THORNTON, 2004; FLORENTINO, 1997; Berute, 2006; CONRAD, 1985; FERREIRA, 1996; RODRIGUES, 2000; RODRIGUES, 2005.

7

permanências e mudanças da mesma estrutura, se tomarmos esses inventários seriadamente.⁸

Além disso, Rocha salienta que as listas de avaliações presentes nos inventários poderiam funcionar como um retrato, isto é, uma “imagem congelada que fixa num dado momento o ciclo de vida dessas famílias, como se elas não tivessem nem passado nem futuro”.⁹

Analizamos um total de 215 inventários *post-mortem*, sendo que em 186 constava a posse escrava (86,51% do total) e apenas 29 inventários de proprietários eram de proprietários que não possuíam esse bem móvel (configurando 13,49% do total). Para a elaboração das faixas de tamanho das escravarias (FTE), nos baseamos nos estudos de Jovani Scherer (2008), Tiago Araújo (2008) e Melina Perussatto (2010), os quais analisaram a estrutura da posse escrava nos seguintes municípios: Rio Grande, Cruz Alta e Rio Pardo, respectivamente.

Tabela 1.1: Senhores e Escravos por Faixa de Tamanho de Escravaria, 1830/1850, Pelotas/RS

FTE	Número de proprietários por FTE		Número de escravos por sexo e FTE				
	Nº	%	H	%	M	%	T
1 a 4	81	43,5	108	57,75	79	42,3	187
5 a 9	47	25,3	182	57,23	136	42,8	318
10 a 19	32	17,2	273	63,49	157	36,5	430
20 a 49	16	8,6	364	71,51	145	28,5	509
50 ou mais	10	5,4	576	73,66	206	26,4	782
Total	186	100	1503	67,52	723	32,5	2226

Fonte: APERJ. Pelotas/RS. *Vara de Família (Antigo Cartório dos Órfãos) e Cartórios I e II Cível e Crime. Inventários post-mortem 1830/1850.*

Em uma primeira mirada podemos notar que em todas as faixas de plantel predominavam os homens, mas não da mesma maneira, pois a lógica evidenciada

8 OSÓRIO, 2007, p. 47.

9 ROCHA, 2004, p. 93.

em nosso período apresenta um elevado número de pequenos senhores de escravos que, no entanto, no cômputo final não detinham um patrimônio acumulativo de cativos, sobretudo em relação aos que possuíam até quatro escravos. Por outro lado, analisando o extremo da realidade apresentada, os inventariados com um plantel de mais de cinquenta escravos, representavam pouco mais de 5% da mostra e detentores de uma expressiva presença de mão de obra escrava em suas escravarias, tinham 71,51 % de homens (taxa de masculinidade de 251). Computando os números totais, temos 72,5 % de homens nas escravarias. Provavelmente estes plantéis maiores sejam muitos de charqueadores, o que já nos dá pistas sobre a má distribuição entre os sexos nestas senzalas.

Bruno Pessi ao analisar a estrutura demográfica dos senhores do charque pelotense no período posterior ao nosso estudo revela “que 83% dos escravos arrolados nos inventários entre 1850 a 1884 eram do sexo masculino”.¹⁰ Fazendo o exercício da comparação, percebemos uma diferença significativa, visto que encontramos em nossa pesquisa 67,52% de cativos do sexo masculino arrolados para o nosso período. Tal margem se deve em virtude de Pessi apenas tratar dos inventários de charqueadores da cidade. Mesmo percebendo a visível diferença, é notória a expressividade de escravos homens computados nos plantéis pelotenses, pois a razão de masculinidade para todo o período observado chega aos 207,88%.¹¹

Os dados de Pelotas demonstram que a lógica de todo o período estudado é de uma significativa amostragem de pequenos senhores, porém os mesmos não detinham representativos números no computo geral de escravos. Essa situação corrobora os estudos que vem sendo apresentados pela historiografia, de que a posse de cativos estava disseminada entre a população em geral e não apenas entre pessoas que detivessem muita riqueza e fortuna.¹² Vinte e seis grandes proprietários

10 PESSI, 2010, p. 6.

11 Entre 1822 a 1833, Manolo Florentino (1997, p.221) calcula que 76,1% dos escravos arrolados traficados ao porto fluminense eram do sexo masculino. Comparando com os dados obtidos em nossa análise, notamos índices bem próximos aos encontrados nos inventários pelotenses de 1830/1850. Por sua vez, Berute (2006, p. 51) ao analisar o tráfico de escravos do porto da capital da província sulina, destacou que 69% eram cativos homens que eram comercializados, no período de 1788 a 1824. Este dado é o que mais se aproxima dos nossos dados.

12 SCHERER, 2008; ARAÚJO, 2008; PEUSSATTO, 2010.

escravistas (com plantéis de mais de 20 cativos) concentravam 1.291 cativos, ou seja, 14 % dos proprietários pelotenses detinham 58 % do total de cativos no período abordado.

Em nosso período de investigação observamos que a vigência do comércio de escravos imperava, o quadro que é desenhado é do possível limite ou barreira da gestação de laços familiares entre os escravos na sociedade pelotense devido às altas taxas de masculinidade detectadas nos inventários *post-mortem*.

1.2 Nem só de charque vive a economia pelotense: o perfil social dos escravistas na Princesa do Sul

Os dados colhidos dos inventários apontam para o fato de que havia uma estrutura socioeconômica muito diversificada em Pelotas, que não se resumia na dualidade de charqueadores e escravos, mas, ia inclusive, para além dessa simbiose tão cristalizada ao longo do tempo pela historiografia local.

Na tabela 1.2 abaixo deteremos nossa atenção nos proprietários que se dedicavam a criação de gado.

Tabela 1.2: Configuração das posses conforme o número de reses em Pelotas/RS – 1830/1850.

Reses	N. de proprietários	N. de escravos	Vacuns	Cavalares	Muares	Ovinos	Burros	Suínos	Aves
Até 100	46	403	959	418	41	178	-	-	09
101 a 500	11	259	2.384	823	08	167	-	-	
501-1000	09	453	6.532	1.266	25	1.050	65	60	-
Mais de 1000	07	238	24.447	4.098	82	1.650	-	-	-
Total	73	1.353	34.322	6.605	156	3.045	65	60	09

Fonte: APERS. Pelotas/RS. *Vara de Família (Antigo Cartório dos Órfãos) e Cartórios I e II Cível e Crime. Inventários post-mortem 1830/1850.*

Não foram considerados na Tabela 1.2 os inventariados que não apresentaram em seu espólio a presença da criação de gado vacum. Do universo de 186 senhores de escravos, somente 73 proprietários faziam parte da esfera de criadores. Sendo que 46 (63%) eram proprietários de até 100 reses de criar, pertencendo ao grupo a grande maioria de lavradores que se dedicavam tanto a atividade da agricultura como a atividade criatória da pecuária, os chamados agricultores-pastores.¹³ Enfatizamos que são a grande parte do grupo, pois em três ocasiões encontramos rebanhos de charqueadores com menos de cem reses nos inventários.¹⁴ Na realidade, a criação de gado vacum ligada aos senhores do charque, pareceu-nos bem diversificada e heterogênea. Mais adiante falaremos a respeito disso.

Alguns senhores de escravos com estabelecimentos de charqueadas também dedicavam-se a atividade criatória da pecuária, tendo mais de 500 ou 1000 mil reses de criar em seu estabelecimento. Ressaltamos que, nestes casos, a maioria da parcela do rebanho estava concentrada nas propriedades de estâncias desses senhores, visto que eles apresentavam unidades produtivas mistas, ou seja, de um lado a estância com atividade ligada à pecuária e de outro, o estabelecimento de salga da carne. Acreditamos que as charqueadas pudessem ser abastecidas com os animais (gado vacum) provenientes das estâncias indicando em alguns momentos, que a principal fonte de renda talvez não fosse originária dos estabelecimentos da carne salgada. Mais adiante voltaremos a falar desse grupo de proprietários.

A grande maioria dos senhores de escravos em Pelotas, em nosso período de análise, dedicava-se à atividade da agricultura com a criação de gado. Propriedades que se voltavam para as lavouras de alimentos como farinha, trigo, milho, feijão, verduras, etc., mas também criavam em suas chácaras um remediado rebanho bovino, que poderia ser alimentado e cuidado pelos escravos (poucos, é verdade) aliado ao trabalho familiar dos lavradores. Farinatti ao relatar sobre as lavouras de alimentos no município de Alegrete comenta que:

13 OSÓRIO, 2007; ARAÚJO, 2008.

14 Os respectivos inventários dos charqueadores foram os seguintes: Inventário de Emerenciana Maria Teixeira. Ano de 1847, Número 04. II Vara Cível e Crime; Inventário de Antônio Pereira da Cruz. Ano de 1835, Número 204. Vara de Família, Sucessão e Provedoria; Inventário de José Pereira de Sá Peixoto. Ano de 1847, Número 276. Vara de Família, Sucessão e Provedoria. APERS.

Esses estabelecimentos podiam ter extensões variadas, mas tendiam a ser bem menores do que as estâncias de criação. Ali a principal atividade era a produção agrícola, podendo ou não ser consorciada com a pecuária. Algumas dentre essas chácaras pertenciam a lavradores que tiravam dali o seu sustento, empregando a mão de obra familiar e podendo contar com o auxílio de poucos escravos.¹⁵

É o caso, por exemplo, do pequeno lavrador Domingos Francisco dos Anjos. Em sua modesta propriedade detinha um total de vinte oito reses de criar e quatro cavalos. Além disso, possuía uma olaria para a fabricação de tijolos, com forno próprio e coberto de telha. E uma casa térrea coberta de telha com um grande quintal com arvoredos.¹⁶ Contava para o auxílio das tarefas diárias em sua propriedade com o seu plantel de apenas nove escravos.

Dentre os escravistas arrolados, verificamos a existência de vinte e cinco lavradores que não intercalavam essa atividade com a criação de gado. É bem provável que em determinadas situações a produção das lavouras estivesse relacionada diretamente ao sustento das necessidades das famílias em questão, enquanto outros agricultores poderiam vender o excedente nos mercados citadinos ou regiões próximas as suas lavouras.¹⁷ Ocasão constatada no inventário de Felisberto Xavier da Silva. Em sua pequena propriedade, uma chácara, com meia légua de extensão no Distrito do Boqueirão, possuía um pequeno engenho para a fabricação de farinha, uma carreta e oito bois mansos. Em seus domínios também havia um pomar com uma extensão de cento e vinte e cinco braças de frente, um galpão coberto de capim, uma casa com cozinha, coberta de telha e as paredes feitas de pedra.¹⁸ Possuía um plantel modesto de quinze escravos, sendo de oito homens e sete mulheres. Em grande parte os escravistas lavradores de Pelotas tinham suas chácaras ou sítios na Serra dos Tapes, onde “era produzido um número variado de gêneros alimentícios que abasteciam a cidade, assim como era de lá que provinha a madeira utilizada nas

15 FARINATTI, 2010, p. 125.

16 Inventário de Domingos Francisco dos Anjos. Ano de 1830, Número 139. Vara de Família, Sucessão e Provedoria. APERS.

17 FARINATTI, 2010, p. 126.

18 Inventário de Felisberto Xavier da Silva. Ano de 1845, Número 244. Vara de Família, Sucessão e Provedoria. APERS.

construções, nos estaleiros, e logo após nas máquinas a vapor”.¹⁹ Outros lavradores com criação de rebanho também apresentaram em seu espólio a presença de estabelecimentos dedicados a fabricação de coser tijolos.

De fato havia charqueadores com criação de gado *vacum* em nosso período de análise. Ao lado deles também estavam os grandes estancieiros da região perfazendo 21,9% dos senhores. Lembramos que dentro dessa categoria, a dos grandes criadores, os escravistas charqueadores não eram a grande maioria dos senhores. Na realidade para todo o cômputo geral de nossa análise de estudo, somente foram encontrados oito proprietários identificados como charqueadores sendo, portanto, um grupo pequeno.

Enfim, pelos dados averiguados até então, observamos que o mundo que surge dos números colhidos dos inventários *post-mortem* em Pelotas é plural e, porque não complexo, visto que a maioria das unidades produtivas analisadas não estava acoplada a imagem cristalizada de uma sociedade pelotense somente enriquecida e produtora de carne salgada para o mercado interno provincial.

1.3 Esmiuçando o Povo Negro

Essa seção tem como objetivo apresentar o perfil do trabalhador escravo na sociedade de Pelotas. A investigação analisará a origem, a cor, o sexo, as profissões dos indivíduos arrolados nos inventários *post-mortem*. Salientamos que essa tarefa empreendida terá um caráter mais quantitativo. Nos últimos anos o uso intensivo de inventários *post-mortem* por historiadores têm revelado a grande contribuição do escravo nas distintas esferas produtivas do espaço sul-rio-grandense, seja no período colonial, seja no período imperial.²⁰

1.3.1. Sexo e Origem dos escravos

Investigando os 186 inventários *post-mortem* de Pelotas que possuíam escravos, percebe-se que houve um predomínio de cativos do sexo masculino em detrimento dos escravos do sexo feminino. Foram identificados 2.226 escravos no período inteiro, sendo destes 1.503 homens escravos e 723 mulheres, com uma taxa de masculinidade de 207,9.

19 AL-ALAM, 2008, p. 56.

20 OSÓRIO, 2007; FARINATTI, 2010.

Tabela 1.3: O gênero dos escravos inventariados em Pelotas/RS, 1830/1850

Sexo	Números	%
Homens	1503	67,5
Mulheres	723	32,5
Total	2.226	100

Fonte: APERS. Pelotas/RS. Vara de Família (Antigo Cartório dos Órfãos) e Cartórios I e II Cível e Crime. Inventários post-mortem 1830/1850.

Salta aos olhos a predominância de escravos do sexo masculino, visto que 67,5% da amostra eram homens e apenas 32,5% eram mulheres. Farinatti ao observar as características da população escrava em Alegrete, no recorte temporal de 1831 a 1850, destaca que a relação entre os gêneros era bastante desequilibrada entre os escravos, “com uma média de mais de 177 homens para cada 100 mulheres escravas (razão de masculinidade de 177,6; com uma proporção de apenas 36% de cativas mulheres no universo total analisado)”.²¹

Tabela 1.4: Sexo e Origem dos Escravos em Pelotas/RS, 1830/1850

Período	Africanos				Crioulos				N/I			
	H	%	M	%	H	%	M	%	H	%	M	%
1830-1840	217	43,2	74	45,4	110	40,3	79	38,7	177	21,6	81	19,6
1841-1850	285	56,8	89	54,6	163	59,7	125	61,3	551	78,4	275	80,4
Total	502	100	163	100	273	100	204	100	728	100	356	100

Fonte: APERS. Pelotas/RS. Vara de Família (Antigo Cartório dos Órfãos) e Cartórios I e II Cível e Crime. Inventários post-mortem 1830/1850.

Verificando os dados que dispomos temos o seguinte cenário: 665 eram escravos africanos, sendo que 75,5% eram homens e 24,5% mulheres, apresentando uma razão de masculinidade ou de sexo de 307,97%. Por sua vez, em relação aos crioulos foram constatados 477 cativos, sendo - 57,02% homens e 42,98% mulheres, tendo uma taxa de masculinidade em torno de 132,58%. Os números apontam que a comunidade africana escrava em Pelotas tinha, como era

21 FARINATTI, 2010, p. 349.

de se esperar, um maior número de homens, que certamente era um empecilho na formação familiar desses indivíduos.

É provável que a entrada desses escravos africanos na região de Pelotas se dava pelo porto da cidade de Rio Grande, posteriormente, deveriam ser “conduzidos para o primeiro aldeamento da localidade, o Passo dos Negros, podendo ali ser comercializados”.²² Como salientamos linhas atrás, a população escrava representava quase 51% dos habitantes arrolados no censo de 1833, situação que deveria preocupar as autoridades municipais, pois poderiam ocorrer insurreições e levantes de escravos. Conforme relata o historiador Caiuá:

Os escravos eram a maioria da população, e também, preocupavam intensamente as autoridades. (...) a preocupação era quanto à proximidade daqueles [os cativos], devido à concentração das charqueadas nos arredores da cidade, propiciando as condições objetivas para uma revolta.²³

Mais adiante o autor relata que na cidade ocorreram as mais diversas transgressões como fugas, assassinatos e a formação de quilombos, como o caso do reduto de quilombolas de Manoel Padeiro, localizado na Serra dos Tapes entre 1834 e 1835, indicando que “ele foi um exemplo para as elites de Pelotas de como suas forças eram insuficientes na hipótese real de que, um dia, os escravos intentassem uma revolta em massa”.²⁴

Uma das tentativas de tentar controlar a massa escrava seria criando mecanismos que tentassem coibir e fragilizar as organizações escravas e seu modo de ir e vir pelas ruas e imediações da cidade. Em 1835, é criado o Código de Posturas Municipais de Pelotas para tentar manter o controle social, especialmente o da população escravizada que crescia a olhos vistos na região.

Para a confecção da tabela abaixo, utilizamos apenas os dados dos cativos inventariados em que os avaliadores acrescentaram as etnias ou procedências dos mesmos. Os casos em que somente aparecia a designação de “nação” ou africano, não computamos na construção da tabela.

22 SILVA, 2011, p. 59.

23 AL-ALAM, 2008, p. 53.

24 IDEM, p. 53.

Tabela 1.5: Procedência dos Escravos em Pelota/RS, 1830/1850

Procedência	Inventários		Batismos		Óbitos	
	Números	%	Números	%	Números	%
África Central Atlântica	281	53,8	146	42,9	269	64,8
África Ocidental	203	38,9	151	44,4	115	27,7
África Oriental ²⁵	38	7,3	43	12,7	31	7,5
Total	522	100	340	100	415	100

Fonte: APERS. *Pelotas/RS. Vara de Família (Antigo Cartório dos Órfãos) e Cartórios I e II Cível e Crime. Inventários post-mortem 1830/1850.*

Fonte: *Livros 01 e 02 de Batismos de Escravos da Catedral São Francisco de Paula; Livros 01 e 02 de Óbitos de Escravos da Catedral São Francisco de Paula. ACDP.*

Comparando os dados que dispomos na Tabela 1.5, observamos uma expressiva presença de cativos oriundos da África Central Atlântica, sendo seguido pelo grupo da África Ocidental. No que tange aos escravos provenientes da África Oriental, constamos uma participação ínfima desses integrantes na população cativa.

Manolo Florentino, em *Costas Negras*, evidencia que uma das maiores fontes de abastecimento de escravos para o porto carioca eram as regiões de Congo e Angola.²⁶

De acordo com pesquisas recentes sobre o tráfico, existia uma certa divisão entre os portos do Império que forneciam cativos africanos para as demais províncias: do Rio de Janeiro viriam, principalmente, os Congo-Angola, já de Salvador viriam os Minas²⁷. A África Central Atlântica, segundo os esclarecimentos de Souza (2002),

25 Foram encontrados apenas 33 homens de nação Moçambique e 05 mulheres de nação Moçambique, de procedência da África Oriental.

26 FLORENTINO, 1997, pp. 78-82.

27 Os historiadores Paulo Moreira e Caiuá Al-Alam trabalharam com um caso interessante, ocorrido em 1879. Em 15 de janeiro daquele ano, um escravo crioulo carneador, da charqueada de Joaquim Rasgado, matou um liberto de nação mina, que havia lhe vendido um patuá que deveria lhe proteger dos mais tratos senhoriais, e que não havia funcionado. O nome do assassino era Antonio e ele dizia ser da província de Pernambuco, dando dados detalhados de que lá teria cometido um crime e recolhido a prisão e depois vendido para Pelotas, através de uma casa de consignação de Rio Grande. Esse caso evidencia não só o contato de Pelotas com Recife, mas também abre a possibilidade das charqueadas pelotenses serem receptoras de cativos criminosos ou insubmissos vindos de outras províncias. Ver MOREIRA & AL-ALAM, 2012 no prelo.

era habitada por distintos povos, organizados em aldeias ou reinos, sendo difícil reconstituí-los exatamente aos moldes do tempo da intensificação do tráfico. Os resquícios documentais que temos desses indivíduos são as “nações” informadas nos inventários dos senhores escravistas. Muito provável que esses termos fizessem menção aos portos de embarque ou lugares onde eram comercializados pela costa africana.

Em relação aos escravos provenientes da região da África Ocidental, sem dúvida, os *Minas* aparecem em grande destaque entre as nações arroladas. Vejamos:

Tabela 1.6: Escravos Inventariados de Procedência da Região da África Ocidental em Pelotas/RS, 1830/1850

Origem	Homem	%	Mulher	%	Total	%
Costa ²⁸	63	38,0	19	51,4	82	40,4
Mina	79	47,6	13	35,1	92	45,3
Calabar	04	2,4	01	2,7	05	2,5
Nagô	17	10,2	03	8,1	20	9,8
Cabo Verde	01	0,6	-	-	01	0,5
Gege	02	1,2	01	2,7	03	1,5
Total	166	100	37	100	203	100

Fonte: APERS. Pelotas/RS. Vara de Família (Antigo Cartório dos Órfãos) e Cartórios I e II Cível e Crime. Inventários post-mortem 1830/1850.

Pesquisadores diversos como Mary Karasch (2000), Sidney Chalhoub (1996) e Jaime Rodrigues (2005) tem apontado os Minas como competentes curandeiros, barbeiros, sangradores, sendo inclusive usados a bordo dos navios negreiros, o que denota reconhecimento e a legitimidade de seus conhecimentos religiosos e curativos. Eram *profissionais eficientes nas artes de curar*²⁹ e suas *tradições religiosas e terapêuticas* foram aceitas por outras nações africanas e proliferaram pelas

28 Mesmo das incertezas quanto a real procedência dos oriundos da “Costa da África”, optamos por colocá-los entre os da África Ocidental. Percebemos, principalmente nos processos criminais, que vários cativos que aparecem como da Costa da África, quando chamados novamente a depor especificam serem Minas, Nagôs, Haussás, ou outros desses grupos geralmente associados ao litoral ocidental africano.

29 IDEM, p. 279.

culturas negras da diáspora.³⁰ Se a desconfiança recaía nos ombros dos indivíduos escravizados devido a sua presença maciça entre a população de Pelotas, provocando medo e cautela entre a elite que tentava cercar os movimentos dos cativos pelas ruas da cidade, imaginemos que somado a isso, um dos ingredientes para que o temor e controle desses subalternos fossem acionados com mais vigor, quando além de escravo e africano *Mina* esses sujeitos soubessem lidar com práticas terapêuticas de cura. A vigilância seria redobrada.

1.3.2.- Sob o Signo da cor dos escravos inventariados

É sabido que a cor indicava o lugar social do sujeito e a *qualidade* do mesmo no mundo da escravidão hierarquizado. Os designativos que aparecem registrados nos inventários *post-mortem* talvez possam expressar significados distintos dos vivenciados na vida rotineira dessas pessoas ou até mesmo aparecem em outras fontes (mapas, batismos, óbitos, cartas de alforria) com outra designação de tonalidade.

Infelizmente a grande maioria dos dados sobre a cor dos sujeitos inventariados na cidade de Pelotas, não pode ser analisada, pois em 86,7% não traziam menção a esse item. Estes indivíduos arrolados como pretos seriam africanos? E os pardos seriam associados à figura dos crioulos?

Tabela 1.7: A cor dos escravos inventariados em Pelotas/RS, 1830/1850

Cor	Números					
	H	%	M	%	T	%
Preto	52	3,5	28	3,9	80	3,6
Pardo	83	5,5	61	8,4	144	6,5
Negro	02	0,1	03	0,4	05	0,2
Mulato	25	1,7	23	3,2	48	2,2
Cabra	10	0,6	07	1,0	17	0,8
S/I ³¹	1.331	88,6	601	83,1	1.932	86,7
Total	1503	100	723	100	2.226	100

Fonte: APERS. Pelotas/RS. *Vara de Família (Antigo Cartório dos Orfãos) e Cartórios I e II Cível e Crime. Inventários post-mortem 1830/1850.*

30 Parte integrante do texto já foi trabalhada pelos autores: MOREIRA & PINTO, 2010, p. 893. Grifos nossos.

A historiadora Silvia Lara assinala que a cor branca até poderia ser utilizada como signo de *liberdade*, porém a tonalidade mais escura da pele de um sujeito poderia indicar que este tivesse um passado ligado com a escravidão. Assim sendo, a autora destaca que “ainda que não se pudesse afirmar que todos os negros, pardos e mulatos fossem ou tivessem sido necessariamente escravos, a cor era um importante elemento de identificação e classificação social”.³²

Lara salienta ainda que identificar um indivíduo como *pardo, crioulo, negro ou preto* era uma forma de afastá-lo da condição social vivenciada pelos sujeitos descritos como brancos, pois como ela argumenta “em diversas situações, muitos pardos e mulatos, livres ou forros, foram dessa forma empurrados para longe da condição da liberdade, apartados de um possível pertencimento ao mundo senhorial. Podiam ter nascido livres e até possuir escravos, mas estavam, de certo modo, identificados com o universo da escravidão”.³³

Outro detalhe que temos de ter em mente é o fato de não homogeneizarmos que todo indivíduo considerado como preto fosse relacionado ao grupo dos africanos, e tampouco as pessoas de cor parda consideradas como crioulas.³⁴ Em grande parte não conseguimos identificar se a cor preta estava relacionada ao elemento africano ou crioulo, ocorrendo à mesma situação com a cor parda. Somente em cinco casos foi possível identificar que a cor preta estava relacionada a escravos africanos, e em três ocasiões em que a cor negra remetia também ao cativo nascido no continente

31 Não apresentava a informação da cor dos indivíduos arrolados nos inventários post-mortem.

32 LARA, 2007, p. 144.

33 IDEM, p. 144.

34 Moreira (2010, pp. 25-52) ao observar os registros de óbitos esclarece: “Analisando os registros de óbitos de Porto Alegre, entre 1820 e 1858, encontramos um total de 1.568 indivíduos descritos como pretos, sendo este item intimamente associado à procedência africana. Deste montante de 1.568 cativos de cor preta falecidos, cerca de 90% deles haviam nascido no continente africano. Quando usamos a palavra “cor” relacionando-a com a procedência não queremos incorrer no erro de homogeneizar os escravos africanos, tomando-os na simplificação rasteira de possuírem idêntico matiz de pele. Conforme o Dicionário Silva (1813, p. 469) cor é “*a sensação, que causa nos olhos, a luz reflexa dos corpos*”; mas também é “*aparência, desculpa com que se encobre a fealdade da coisa - tem cores de coisa boa*”. Na forma que estamos tratando a definição *preta*, ela é vista como uma *identidade atribuída* (VIANA, 2007, p. 42), não relacionada essencialmente à cor da pele, mas principalmente ao nascimento no continente africano.

africano. Não dando muita margem para uma análise refinada.

Sendo assim, é plausível destacarmos por essa última evidência relatada de que nem sempre a cor *preta* implicaria uma referência ao escravo africano, e vice-versa, a respeito que a cor *parda* remeteria somente ao cativo de origem crioula. Trabalhamos com a hipótese de que a *cor preta* possa ser entendida como uma identidade atribuída a esses indivíduos, não implicando que ela estivesse puramente conectada a coloração da pele dos sujeitos analisados em questão. A definição da palavra *preto ou preta* poderia remeter a uma identidade compartilhada dentro de uma comunidade, a qual talvez, não caberia dentro de outro grupo identitário, sendo um elemento de diferenciação entre a comunidade escrava. Analisaremos a história a seguir para entendermos como essa situação poderia ocorrer.

Era o ano de 1832 de Nosso Senhor Jesus Cristo, aos onze dias do mês de Outubro, na Vila de São Francisco de Paula, quando foi arrolado o sumário da morte do preto Manuel, nação Benguela escravo de Domingos José da Silva. Segundo as autoridades competentes, o preto sofrera uma convulsão cerebral advinda de um ferimento muito grave.³⁵

Manoel era africano de *nação* Benguela, o ferimento que lhe causou a morte ocorreu no açougue de Manuel Marques de Souza Costa, consequência de uma ofensa sofrida de um escravo do próprio açougueiro quando fora comprar um pedaço de carne. Foram chamadas algumas testemunhas para darem as versões dos fatos, uma delas foi Josefa, preta forra, solteira, moradora da Vila de São Francisco de Paula que:

vive de seu trabalho de lavar roupa, de idade 50 anos pouco mais ou menos, (...) disse que se achando ela testemunha no açougue de Manuel Marques de Souza Costa em um dia que há um mês e pouco mais ou menos, ali estando o preto Manuel escravo de Domingos José da Silva a comprar carne, e dando lhe a carne, o preto rejeitou por não estar boa, e o cortador que é um índio ou pardo de nome Antonio escravo do mesmo Manuel Marques não quis receber nem restituir-lhe o dinheiro, e em razão do preto estar teimoso, o cortador lhe deu pancadas com um pau, sendo uma na cabeça que logo ficou mortal, e com efeito morreu nesse mesmo dia ou no seguinte.³⁶

35 Processo-crime Número 1, Maço 1ª. Subfundo: Tribunal do Júri. APERS.

36 Processo-crime Número 1, Maço 1A, fl. 25v. APERS.

O depoimento da preta Josefa atravessou os séculos para nos trazer algumas boas informações. Por ela sabemos que o algoz do benguela Manoel era escravo do proprietário do palco onde se deu o homicídio. Antonio era *cortador*, ou seja, aquele “*que corta carne no talho do açougue*”.³⁷ Josefa foi chamada de preta, o que talvez indique ser africana, e ao descrever Antonio disse que ele era índio ou pardo. Talvez realmente Antonio fosse um mestiço de epiderme mais clara, principalmente em contraste com a *preta* Josefa. Ou, quem sabe, Josefa se solidarizou com a vítima, africana como ela. Notemos que ela chama o Benguela Manoel de *preto*, como ela, e reserva a Manoel a alcunha de índio ou *pardo*. Teríamos aí um indício de uma diferenciação interna da comunidade negra pelotense, entre crioulos e africanos, pretos e pardos? É provável que a solidariedade ofertada pela *preta* Josefa ao parceiro Manoel esteja refletida por *uma identidade partilhada* não apenas pela cor de sua tez, mas pelo lugar de nascimento, do outro lado do Atlântico, indicando o pertencimento em comum entre eles dentro da comunidade cativa pelotense ou por espaços compartilhados dentro de irmandades, as quais, em alguns casos, restringiam a participação de um determinado indivíduo por não ter uma identidade em comum, como a cor por exemplo.³⁸

Considerações Finais

Estes homens e mulheres escravizados em terras desconhecidas tiveram seus laços familiares e afetivos arrancados de si, foram comercializados, colocados em fétidos porões. Sem esquecer completamente as diferenças, tornaram-se semelhantes, aproximados pelas cruéis situações que enfrentavam juntos. À medida que o martírio da travessia da “*calunga grande*” chegava ao fim, novamente seus laços eram rompidos, pois era provável que após a venda a algum senhor, os companheiros *malungos* não se vissem outra vez.

Os indícios analisados sobre a composição das escravarias pelotenses nos inventários *post-mortem*, revelaram-nos um cenário onde o desequilíbrio sexual e étnico dominava o período de nossa investigação. Talvez essa realidade fosse ainda mais periclitante se tivéssemos tido maiores informações registradas nas fontes a

37 SILVA, 1813.

38 SOUZA, 2002; SOARES, 2000.

respeito dessas variáveis.

As imagens que emergem dos documentos nos apontam para além dessa visão dicotômica de senhores do charque versus trabalhadores escravizados. A grande maioria dos senhores escravistas eram lavradores com unidades produtivas de criação de gado *vacum* (agricultores-pastores). Os charqueadores em nossa análise formavam um grupo diminuto e heterogêneo quanto em relação à criação de rebanho de gado em suas posses. A investigação apresenta uma sociedade com uma economia plural, não apenas baseada na carne salgada, o charque. Os dados até então averiguados, percebemos uma sociedade marcada pela presença do elemento escravo. Convenhamos, era uma cidade de cultura europeia bem peculiar, já que composta majoritariamente de população africana ou afro-descendente. Um aspecto que poderia apresentar uma ameaça à população branca e livre da região. Essa iminência do perigo de uma possível rebelião contra os senhores de cativos, poderia ser “condicionada pela situação particular de cada sociedade ou região escravista”³⁹ como, por exemplo, a questão da densidade demográfica cativa nos plantéis e a origem desses trabalhadores. Sem mencionarmos das experiências compartilhadas por esses indivíduos traficados, com suas diferenças étnicas ou diferenciações pela tez da pele na comunidade negra local como mostramos no caso do processo de Manoel Benguela, ou solidariedades partilhadas entre os membros da comunidade escrava de Pelotas.

Referências Bibliográficas

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A Negra força da Princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: Sebo Icária, 2008.

ARAÚJO, Thiago. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila da Cruz Alta, Província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Dissertação de Mestrado Porto Alegre: UFRGS, 2008.

BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro no Rio Grande de São Pedro do Sul (1790-1825)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

39 SALLES, 2008, pp. 180-181.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros. O tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confinos Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

FERREIRA, Roquinaldo. *Dos sertões ao Atlântico: Tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 1996.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Silvia. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; AL-ALAM, Cardoso Caiuá. “Já que a desgraça assim queria” um feiticeiro foi sacrificado: Curandeirismo, etnicidade e hierarquias sociais. (Pelotas / RS – 1879), 2012, no prelo.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. PINTO, Natália Garcia. *Paixões, Excessos, moléstias: a morbidade dos trabalhadores escravos em Porto Alegre e Pelotas (1830/1850)*. XIX Simpósio de História e Imigração e Colonização. Migrações e Mobilidade Social. São Leopoldo, UNISINOS, 2010, pp.886-899.

_____. Por se ter queimado uma preta escrava, com o pretexto de bruxaria: fronteira, impunidade e crença dos senhores no poder mágico-religioso de seus cativos (Rincão de Artigas / 1856). *História em Revista (UFPel)*. v.6, pp.25- 52, 2010a.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PERUSSATTO, Melina. *Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativo, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo, RS, c.1860- c.1888*. Dissertação de mestrado. São Leopoldo, UNISINOS, 2010.

PESSI, Bruno. Evolução demográfica da escravidão nas charqueadas pelotenses na segunda metade do século XIX: uma perspectiva para o estudo da família escrava. X

Encontro Estadual de História. Anpub/R.S. Santa Maria, 2010, pp. 1-15. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpub-rs.org.br/> Acessado em: 15/09/2010.

ROCHA, Critiany Miranda. *Histórias de famílias escravas: Campinas, Século XIX.* Campinas: UNICAMP, 2004.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850).* Campinas: Editora da UNICAMP/CECULT, 2000.

_____. *De Costa a Costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860).* São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALLES, Ricardo. *E o vale era escravo.* Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SCHERER, Jovani. *Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, Século XIX.* Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: UNISINOS, 2008.

SILVA, António de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa.* 2 Tomos. 2ª edição, Lisboa, Tipografia Lacerdina, 1813 (edição fac-similada: Rio de Janeiro Oficinas da Tipografia Fluminense).

SILVA, Fernanda Oliveira da. *Os Negros, A constituição De Espaços Para os Seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943).* Porto Alegre: PUCRS, 2011. Dissertação de Mestrado.

SOARES, Marisa. *Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista.* História da festa de coroação do rei congo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico. 1400/1800.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VIANA, Larissa. *O Idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa.* Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.

ZABIELA, Eliane. *A Presença Brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e Navegação, de extradição e de Limites.* Porto Alegre, PPGH Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. (dissertação de mestrado).

Fontes e Arquivos

Inventários *post-mortem* de Pelotas-RS Vara de Família (Antigo Cartório dos Órfãos) e Cartórios I e II Cível e Crime. Inventários post-mortem 1830/1850. – APERS

Registros de Batismos (Livros 1 e 2) e óbitos (Livros 1 e 2) – Cúria Diocesana de Pelotas

Processo-crime Número 1, Maço 1^a. Subfundo: Tribunal do Júri - Pelotas. APERS.



Da escravidão ao contrato: trabalho e liberdade no desagregar do cativo – Rio Pardo/RS.

Melina Kleinert Perussatto¹

Resumo: A partir de uma negociação da liberdade que redundou em uma reescravização disfarçada sob a insígnia de um contrato de dívida, nas décadas finais do cativo, propomos neste artigo apreender implicações contidas nas locações de serviços ou nas alforrias indenizadas por terceiros no que tange ao caráter provisório, precário e condicional da liberdade que, de um lado, mantinha os vínculos de dependência essenciais da escravidão e, de outro, sugerem os caminhos construídos ou viabilizados para se viver em liberdade. Como lócus de observação, o município de Rio Pardo e como fontes, inventários *post-mortem*, alforrias notariais, processos cíveis, executivas.

Palavras-chave: cativo – alforria – contrato – precariedade – liberdade

A alforria não é, portanto, em sua última, única, e verdadeira expressão mais do que a renúncia dos direitos do senhor sobre o escravo, e a conseqüente reintegração deste no *gozo* de sua liberdade, suspenso pelo *fato* de que ele foi vítima; o escravo não adquire, pois, rigorosamente a liberdade, pois sempre a conservou pela natureza, embora a escravidão *latente* (permita-se o termo) ante o arbítrio da lei positiva.²

A percepção da escravidão como uma *invenção histórica* que se opunha ao *direito natural* foi explicitada pelo juriconsulto Perdigão Malheiro em fins da década de 1860. Sidney Chalhoub problematizou essa percepção a partir das visões dos escravos acerca da liberdade.³ Observou que a liberdade não era percebida pelos escravos em termos ideológicos ou abstratos. Em primeiro lugar, ela pode ter significado “a esperança de autonomia de movimento e de maior segurança na constituição das relações afetivas”. Ou seja, não se tratava da “liberdade de ir e vir de acordo com a oferta de empregos e valor dos salários, porém a possibilidade de escolher a quem servir ou de escolher não servir a ninguém”. Desse modo, para

1 Doutoranda em História – PPGH/UFRGS. Bolsista CNPq.

2 Malheiro, 1976, p. 118.

3 Chalhoub, 1990.

“os negros, viver em liberdade não podia significar a necessidade de existir só para produzir dentro de determinadas condições” e não podemos pensar “que passou pela mente de escravos [...] a ideia de que o significado da vida era a ascensão social através das ‘virtudes’ de um certo tipo de homem trabalhador”.⁴

Atualmente, Chalhoub dedica-se ao aprofundamento do que descreveu como *precariedade estrutural da liberdade* vivida por ex-escravos e seus descendentes. De acordo com o autor, essa noção está atrelada à “vigência de longa duração dos feitos e jeitos da interação social que tornava amiúde incertas e porosas as fronteiras entre escravidão e liberdade”.⁵ Dentre os fatores associados à precariedade estrutural estavam:

as restrições constitucionais aos direitos políticos dos libertos, a interdição dos senhores à alfabetização de escravos e o acesso diminuto de libertos e negros livres em geral à instrução primária, o costume de conceder liberdades sob condição, a possibilidade de revogação de alforrias, as práticas de escravização ilegal de pessoas livres de cor, a conduta da polícia nas cidades de prender negros livres sob a alegação de suspeição de que fossem escravos fugidos.⁶

Deixar de ser escravo era uma situação, no mínimo, embaraçosa. Antes de significar gozo pleno da liberdade, redundava na resignificação da própria ideia de liberdade – que de desejada passou a ser vivida. Thomas Holt, Frederick Cooper e Rebecca Scott partem do pressuposto de que a liberdade não é um estado natural, mas sim um “constructo social, um conjunto de valores coletivamente comuns, reforçado pelo discurso ritual, filosófico, literário e cotidiano”. Inserida no campo das relações e definições sociais, a liberdade deve ser percebida, portanto, de modo processual e atento às especificidades históricas de cada contexto.⁷

4 Chalhoub, 1990, p. 80.

5 Chalhoub, 2010, p. 55.

6 Chalhoub, 2010, p. 55.

7 Holt, Cooper e Scott, 2005, p. 45-52

Luiza alforriou-se no ano de 1862 mediante empréstimo junto a Antônio dos Santos Silva, no valor de um conto e quinhentos mil réis (1:500\$000).⁸ Visto desse modo, não há nenhum conteúdo extraordinário nessa manumissão sucintamente registrada em cartório. Porém, ao manusearmos outras fontes descobrimos o verdadeiro drama pelo qual passou a parda Luiza para alcançar e (tentar) se manter em liberdade. Cerca de dois anos depois da libertação, o advogado Antônio dos Santos Silva, por meio de uma executiva, cobrou-lhe o empréstimo. Revelou que a parda devia 950\$000 réis, mais os juros de 327\$750 réis, sendo que 174\$000 réis já estavam em poder do herdeiro Hildebrando do Amaral Fão e que deveriam ser entregues ao exequente.

Tal cobrança era legitimada pela escritura de dívida firmada simultaneamente ao empréstimo, pelo credor com Luiza e seu irmão Hildefonso Muniz (que já se achava liberto). Em troca, os irmãos comprometeram-se “a servirem como criados do dito Santos por espaço de quatro anos, podendo trazê-lo jornal durante os ditos quatro anos, se eles não pagarem a sobredita quantia e juros de 1,5% ao mês no prazo de um ano, a contar de hoje”.⁹ Devido ao descumprimento do acordo e em decorrência da executiva do credor, em fevereiro de 1865 o Juiz Municipal obrigou os irmãos a cumprirem o contrato de dívida firmado em nota. Porém, coube apenas a Luiza cumpri-lo, pois seu irmão já havia falecido, cuja causa ignoramos.

Luiza não possuía bens ou valores para cobrir a dívida, o que foi corroborado após um oficial de justiça ir até a casa de João Pinto Ribeiro e Companhia, onde residia Luiza, para penhorar bens destinados à quitação da dívida. Assim, a devedora resignou-se dizendo que não lhe restava outra alternativa a não ser servir ao seu credor, já que não possuía coisa alguma. Firmou-se, por conseguinte, um termo de convenção e amigável composição, no qual Luiza enredou-se nos domínios do credor. Assinado em 25 de agosto de 1865, estabeleceu as seguintes cláusulas:

1º Obriga-se [Luiza] a recolher-se a casa de seu credor no dia 31 do corrente e a ele servir como criada pelo prazo de quatro

8 APERS. Rio Pardo/RS. 2º Tabelionato. Livro 17, p. 144v. Concessão: 19/11/1862. Registro: 21/11/1862.

9 APERS. Rio Pardo/RS. Cartório do Cível e Crime. Executivas. Número 1978. Ano 1865.

anos, podendo o mesmo no caso de não precisar dos seus serviços a alugar a outra qualquer pessoa nesta cidade ou fora dela e de quem a ela alugar receber os salários que vencer.

2º Se durante o período de quatro anos em que ficou obrigada para com os serviços adoecer por mais de vinte dias lhe serão descontados.

3º Que do dia em que ela recolher-se a casa de seu referido credor, aliás, do dia de hoje cessam os vencimento dos prêmios da referida quantia de que é devedora.

4º Que se dentro de seis meses ela apresentar ao seu credor a quantia de 700\$000 réis ficará para com o mesmo quite e isenta de todas as obrigações para com o mesmo contraídas.

5º Que se passados os primeiros seis meses, dentro dos outros seguintes entregar 650\$000 réis da mesma forma ficará quite e da mesma forma se passado um ano, dentro do segundo entregar a de 550\$000 réis. Fora desse tempo lavrará nova convenção a respeito.¹⁰

O que fica evidente é a reescravização disfarçada sob a insígnia de um contrato de dívida. O credor tampouco se comprometeu com o sustento, alimentação, vestuário ou remédios no caso de Luiza adoecer, apenas assegurou o recebimento da dívida. Por outro lado, estimulava a composição do pecúlio para antecipar a exoneração dos serviços. Nesse empreendimento, com quem Luiza contaria? Seu irmão já havia falecido e sua mãe de avançada idade (tinha 75 anos em 1862), caso ainda fosse viva, teria reduzidas chances de ajudá-la. Para se ter uma ideia, Violante não foi avaliada no inventário pelos avaliadores julgarem não ter valor algum. No inventário listaram-se diversos escravos que poderiam ser irmãos de Luiza, contudo, a fonte nos impõe essa limitação ao não informar as relações de parentesco entre eles.

10 APERS. Rio Pardo/RS. Cartório do Cível e Crime. Executivas. Número 1978. Ano 1865.

QUADRO 1: ESCRAVOS PERTENCENTES À POSSE DO CASAL JOSÉ MODESTO DO AMARAL FÃO E DONA FELISBERTA DA SILVA REZENDE EM 1862.¹¹

Nome	Idade	Valor	Nome	Idade	Valor	Nome	Idade	Valor
Violante	75	0	Maria Luiza	18	1:500\$000	Pantaleão	04	350\$000
Rita, de Nação	72	50\$000	Bailão	18	1:500\$000	Elvira	04	350\$000
Manoel, de Nação	70	50\$000	Toríbio	18	1:500\$000	Herculana	03	300\$000
Cesário	44	1:000\$000	Anistarda	16	1:450\$000	Zulmira	02	200\$000
Veridiana	35	1:500\$000	Manoel	14	1:200\$000	Celina	02	200\$000
João	30	1:400\$000	Maurília	13	1:300\$000	Gaudêncio	01	100\$000
Leocádia doente	26	800\$000	Barnabé, paralítico	13	200\$000	Laura	10 meses	100\$000
Luiza, parda	26	1:400\$000	Geminiano	10	800\$000	[sem nome] por batizar	3 meses	50\$000
Maria	24	1:400\$000	Honorina	06	500\$000	Timóteo, cabra, doente	-	1:200\$000
Maximiano	20	1:500\$000						

Fonte: APERS. Rio Pardo/RS. Vara da Família. Inventários *post-mortem*. Número 672. Ano 1862.

Retornando ao valor indenizado, no registro notarial da alforria constava o valor de 1:500\$000 réis. Na executiva, o credor informou ter emprestado 950\$000 réis. Qual seria a origem do restante do valor (550\$000 réis)? Uma hipótese está na seqüência dos autos do inventário *post-mortem* do falecido senhor. O irmão de Luiza,

11 No mesmo ano da alforria Luiza e sua mãe foram inventariadas por ocasião da morte de seu senhor, José Modesto do Amaral Fão, cuja inventariante foi a viúva Dona Felisberta da Silva Resende. Possuíam um monte-mor de 23:929\$200 réis, 28 escravos (que valem 21:900\$000 réis), um sítio com casa de moradia e arvoredos, uma casa de atafona e seus pertences, metade de uma morada de casas (na rua Santo Ângelo) e pequena parte de um campo junto a mesma chácara. Ou seja, a maior fortuna provinha dos escravos. Eram 15 do sexo feminino e 13 do masculino. Havia três entre 70 e 75 anos, três entre 30 e 44 anos, oito entre 15 e 29 anos, quatro entre oito e 14 anos e nove com até sete anos. Somente um não teve a idade informada. A expressiva participação de crianças nos sugere a importância da reprodução interna dessa escravaria e a viabilidade de constituição de laços familiares (APERS. Vara da Família. Inventários *post-mortem*. Número 672. Ano 1862).

Hildefonso Muniz, foi liberto aos 14 anos com a condição de pagar jornais, porém não foi informado em que data isso se deu, tampouco localizamos sua alforria nos livros de notas. Mas a pista está no termo de convenção e amigável composição firmado entre o procurador de Hildefonso, o mesmo Antônio dos Santos Silva que emprestou o dinheiro da alforria de Luiza, e Dona Felisberta da Silva Rezende, senhora dos cativos. Esta entregou nas mãos do procurador a quantia de 1:200\$000 réis “por indenização dos jornais a que o dito Hildefonso possa ter direito desde a idade de 14 anos até que saiu do seu suposto cativoiro”. Mais adiante, Antônio dos Santos Silva, agora na condição de procurador de Dona Felisberta, declarou ao Juiz de Órfãos que no dia 07 de Novembro – ou seja, duas semanas antes do empréstimo feito à Luiza – a inventariante “pagou uma dívida a Hildefonso Muniz por convenção amigável, dando para isso a liberdade a parda Luiza que estava avaliada em 1:400\$000 réis, cujo pagamento consta de um papel que protesta apresentar antes de ser julgada a partilha, existindo em poder de sua constituente em resulta[sic] somente a quantia de 300\$000 réis”.¹²

Esse embaraçoso pagamento de dívidas redundou na libertação de Luiza. Porém, na alforria consta a indenização de 1:500\$000 réis, enquanto no inventário o valor da mesma era de 1:400\$000 réis. Na alforria consta a apresentação de todo o valor pelo advogado, enquanto na executiva o mesmo declarou o empréstimo de somente 950\$000 réis. No inventário nos é informado que sua liberdade se deu em contrapartida aos jornais a que tinha direito seu irmão Hildefonso e que possuía um documento – provavelmente a escritura de dívida firmada com o advogado – comprovando o quitamento da dívida. Por fim, estava em poder de Dona Felisberta apenas 300\$000 réis. A confusão se amplia ao vermos que o advogado foi procurador tanto de Hildefonso, como de Dona Felisberta e, como se não bastasse, firmou o contrato de dívida com Luiza e seu irmão em favor da liberdade da escrava. Em outras palavras, cobrou uma dívida em nome de Dona Felisberta da qual era credor.

De qualquer maneira o que queremos ressaltar nesse caso é a armadilha em que caiu Luiza ao firmar a escritura de dívida com o advogado. Obviamente, não contava com a morte de seu irmão. Depois de liberta, passou a trabalhar para João

12 APERS. Rio Pardo. Vara da Família. Inventários *post-mortem*. Número 672. Ano 1862.

Pinto Ribeiro e Cia.¹³, possivelmente como doméstica, o que não foi suficiente para amealhar recursos para quitar o empréstimo. Sozinha, Luiza não teve escapatória: precisava cumprir o acordo que previa a prestação de serviços por quatro anos ao credor como alternativa a não indenização pecuniária. A parda poderia exonerar-se por meio de jornais e no caso do advogado prescindir de seus serviços, poderia alugá-la a qualquer pessoa da cidade ou fora dela. Se adoecesse por mais de 20 dias, o tempo lhe seria descontado. Em outras palavras, o contrato enredou Luiza nas malhas da domesticidade do contratante sob um regime que não se distanciava do cativo.

O empréstimo feito por Luiza com um terceiro era uma das modalidades existentes no “mercado informal de créditos” disponível aos cativos libertarem-se, juntamente com os contratos de locação de serviços.¹⁴ O que ocorriam em ambos os casos é que por não terem bens ou valores, acabavam por penhorar seu próprio trabalho. Lima identificou duas tipologias de arranjos de trabalho sob contrato que sob alguns aspectos se aproximavam: aqueles em que havia “o pagamento total da dívida através da prestação de serviços” e aqueles “onde a dívida era paga com abonos mensais em dinheiro”. Enquanto o primeiro tipo mantinha o libertando subordinado aos laços de dependência e domesticidade, com experiência não muito distinta daquela vivenciada no cativo, o segundo caracterizava-se pelo maior “grau de autonomia” e pela “monetização do trabalho”. O caso de Luiza mesclou ambos as tipologias identificadas por Lima.¹⁵

Mas firmar em cartório um acordo verbal na forma de um contrato trazia implicações para ambas as partes. No caso de Luiza, se cumprisse todas as cláusulas, seu credor se obrigaria a liberá-la do compromisso. Talvez por esse motivo tenhamos encontrado poucos casos de contratos registrados, o que não significa

13 Desconhecemos o ramo de atuação dessa companhia.

14 Devido às maiores oportunidades abertas para as mulheres alcançarem a alforria, seja pela “proximidade com a família senhorial” ou pela natureza de seu trabalho (serviços domésticos), Reis (2008, p. 207) observou que na Bahia os homens formaram juntas de alforria. Desconhecemos a existência de juntas análogas em Rio Pardo, porém não podemos descartar a possibilidade de um mercado de crédito informal para a consecução da alforria, envolvendo sujeitos de distintas condições. Reis (2008); Lima (2009).

15 Lima, 2009.

que fossem escassos acordos desse tipo no cotidiano escravista, que poderiam ser apenas verbalizados e reconhecidos socialmente.

Algumas alforrias revelam acordos verbais precedentes ao registro, que só era feito após seu cumprimento, como o caso do preto crioulo Arão. Em 1874 teve sua alforria concedida e só registrada 25 meses depois pelo fato do escravo, em diferentes datas, ter entregado ao seu senhor erva mate e dinheiro até completar seu preço: 800\$000 réis.¹⁶ O pagamento, como visto, poderia se dar em espécie, bens, serviços e também em produtos. Os contratos de locação não seguiam um modelo e poderiam se estabelecer diretamente entre senhor e escravo, ou entre senhor e um terceiro que desejava usar os serviços do libertando.

Assim como Luiza, muitos outros cativos que tiveram sua alforria indenizada por terceiros precisaram lidar com situação semelhante a dela: diante da escassez de recursos para ressarcir os credores, acabavam se obrigando a indenizarem o valor por meio de seus serviços. Havia casos, porém, em que no ato da alforria já se firmava o contrato de locação de serviços, implicando na transmissão de propriedade. O crioulo José, oficial de carpinteiro, foi liberto mediante pagamento por terceiro. Era escravo do cirurgião José de Souza e Silva que firmou um acordo em cartório no ano de 1867 com o reverendo Vigário João Batista da Mota. José valia 1:600\$000 réis, mas devido aos *bons serviços* prestados, seu senhor recebeu do Vigário apenas a quantia de 1:000\$000 réis, em troca da prestação de serviços por doze meses. Ao fim desse período José poderia “gozar de sua liberdade”. A escritura firmada serviria de título de liberdade e não poderia ser revogada por motivo algum. Durante o período em que serviria ao Vigário, José deveria “prestar todos os serviços e obediências a seu patrono”:

[...] com a exclusão somente dos domingos e dias santificados ou casos fortuitos de enfermidades, salvo porém o caso não permissível de fuga do referido escravo, no qual ficara ele sujeito a servir mais tanto tempo quanto o de sua ausência e a satisfizer as despesas que em tal caso se façam: podendo outrossim o referido patrono dito Vigário Veloso, traspassar a terceiros o direito e jus que fica tendo aos serviços e obediência do dito escravo até completar o prazo em que deve ele principiar a gozar sua liberdade, sem que possa o mesmo

16 APERS. Rio Pardo/RS. 2º Distrito. Livro 6, p. 8r.

escravo ou qualquer outra pessoa a seu benefício resgatar esses serviços mediante a contribuição pecuniária em que sejam eles avaliados, e que só poderá ter lugar pelo consenso e anuência do supra citado patrono dito Vigário Veloso.¹⁷ [grifos nossos]

Em suma, o contrato firmado não só garantia ao Vigário todo o direito sobre José, inclusive o de transmitir sua posse a terceiros, como complicava possíveis pretensões do carpinteiro exonerar-se da obrigação. A segurança contra possíveis fugas fica perceptível, sugerindo a resistência desses *libertos* em servirem ainda como cativos. Em outras palavras, apesar dos contratos enredarem os cativos nas malhas da domesticidade, nem sempre introjetavam os significados que os ex-senhores ou os novos patrões pretendiam imprimir ao contrato, no sentido de manter “os vínculos de obediência e dependência”. Não se pode, desse modo, negligenciar “a luta política dos escravos e os significados da liberdade de trabalho” nesse processo. O caso de Luiza sugere isso, pois poderia ressarcir seu credor por meio de jornais, porém ao não conseguir cumprir esse acordo (talvez por não poder mais contar com a ajuda do irmão que faleceu nesse meio tempo), se viu obrigada a pagar a dívida por meio de seu trabalho. Ao falar sobre as locações de serviços, Lima alerta que “não devemos nos enganar com a perturbadora contiguidade entre escravidão e liberdade que os termos dos contratos parecem sugerir”.¹⁸ Afinal, havia muitas promessas que “não se cumpriam automaticamente com a emancipação”: “As velhas coerções e tutelas poderiam ser assim facilmente substituídas pela coerção da miséria”.¹⁹ Desse modo

Transformar a escravidão em um contrato para o pagamento de uma dívida poderia também significar a tentativa de garantir de algum modo a continuidade de uma ocupação que garantisse a subsistência e uma menor incerteza frente ao futuro. A compensação pecuniária desse trabalho – como sugerem, na verdade, os próprios contratos – era certamente subordinada a essa condição. Esse parece ser o elemento principal que se revela nessas escolhas. Por outro lado, a possibilidade, também presente, de resgatar sua liberdade com um pecúlio acumulado

17 APERS. Rio Pardo/RS. 1º Tabelionato. Livro 15, p. 135r. Concessão e registro: 23/4/1867.

18 Lima, 2005, p. 309.

19 Lima, 2005, p. 331.

com o trabalho remunerado durante a escravidão podia revelar uma realidade menos desconfortável, que implicava a existência de vínculos de solidariedade fora da escravidão, o conhecimento de um ofício e o acesso a oportunidades melhores de trabalho. Mas essa era apenas uma possibilidade e não uma certeza. E, certamente, não estava ao alcance de todos.²⁰

Mas não eram apenas contratos firmados com terceiros que ocorriam. Em Rio Pardo a maioria das alforrias sob condição de prestação de serviços futuros firmadas em cartório se deu entre escravos e senhores, conforme se pode observar no quadro abaixo. Merecem destaque as manumissões registradas em 1884, decorrentes do emancipacionismo provincial. Esse movimento consistia na libertação do maior número possível de escravos sob condição de serviços futuros, visando a manutenção dos libertandos sob o domínio dos (ex)senhores. Alicerçou-se na ideia da incapacidade dos cativos organizarem-se em liberdade, sobretudo na necessidade de controle social sobre os libertos.²¹

QUADRO 2: NÚMERO DE ALFORRIAS CONDICIONADAS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RIO PARDO/RS, 1850-1888.

Período	1850-59	1860-69	1870-79	1880-88	Total
Prestação de serviços ao senhor	01	07	06	299	313
Prestação/locação de serviços a terceiros ²²	01	02	02	09	14

Fonte: APERS. Tabela de Rio Pardo/RS. Livros Notariais de Transmissões e Notas. 1850-1888. In: RIO GRANDE DO SUL, 2006. Vol. 2. p. 741-864.

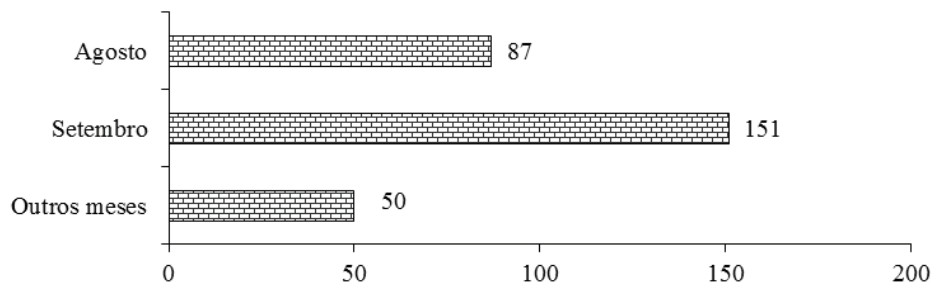
Abaixo podemos ver que em Rio Pardo a maioria das alforrias sob condição de prestação de serviços por determinado tempo foi concedida às vésperas ou no mês indicado pelo Clube Abolicionista da capital da província, demonstrando que essa era uma medida plausível e viável entre os escravistas rio-pardenses. No ano de 1884 foram concedidas 288 cartas com prestação de serviços ao próprio senhor e apenas três contratos de locação de serviços a terceiros. Nessa situação

²⁰ Lima, 2005, p. 307-308.

²¹ Moreira, 2003.

sobressaíram-se os homens (52,1%).²³ Em 29,9% das alforrias foi declarada a idade que oscilava entre 13 e 52 anos.

GRÁFICO 1: NÚMERO DE ALFORRIAS CONDICIONADAS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM 1884, CONFORME OS MESES EM QUE FORAM CONCEDIDAS NO ANO DE 1884 RIO PARDO/RS.



Fonte: APERS. *Tabelionato de Rio Pardo/RS. Livros Notariais de Transmissões e Notas. 1850-1888. In: RIO GRANDE DO SUL, 2006. Vol. 2. p. 741-864.*

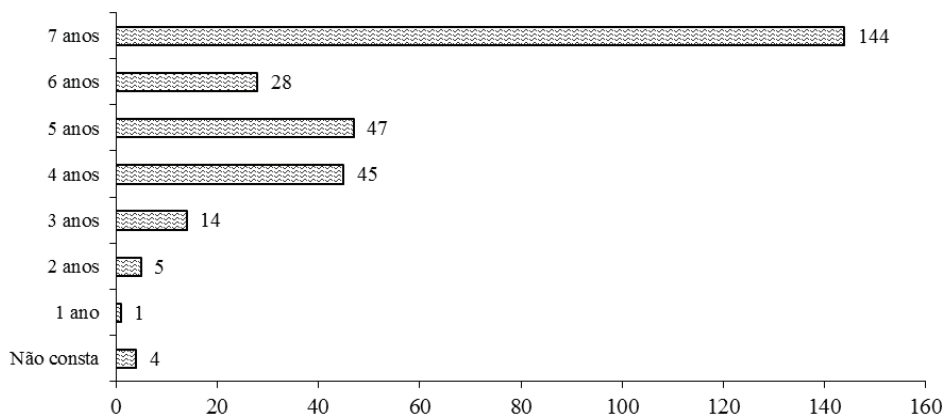
Os dados abaixo, acerca do período em que os libertos teriam que prestar serviços, corroboram com ideia já apontada pela historiografia de que utilizar o período máximo permitido em lei significava prolongar os vínculos do manumitido como seu ex-senhor – exatamente metade dos alforriados rio-pardenses teriam que cumprir sete anos de serviços. Sob a ótica senhorial permitiria um período de preparação desses sujeitos para desfrutarem de suas liberdades, evitando o ócio, a devassa e outros afrontes à moralidade pública.²⁴

22 São os casos em que os escravos deveriam prestar serviços por determinado tempo a algum filho ou parente do senhor do escravo e acabam se confundindo com locações de serviços, afinal, o direito sobre a exploração do trabalho do cativo é transferido a outra pessoa.

23 Ainda devemos considerar a influência do Ato de 16 de Agosto de 1884, em que o Presidente da Província “lembrava que a carta de alforria com ônus de prestação de serviços não necessitava de contrato de locação, nem da intermediação de curador ou algumas autoridade pública (como o Juiz de Órfãos), bastando constar essa cláusula na própria carta e essa ser registrada em cartório” (Moreira, 2003, p. 252) Ou seja, com a redução dos trâmites ficou mais fácil firmar em cartório esses verdadeiros contratos de trabalhos.

24 Chalhoub (1990), Moreira (2003), Xavier (1996).

GRÁFICO 2: PERÍODO A QUE ESTAVAM SUJEITOS OS ESCRAVOS LIBERTOS SOB CONDIÇÃO DE SERVIÇOS EM 1884, RIO PARDO/RS.



Fonte: APERS. Tabelionato de Rio Pardo/RS. Livros Notariais de Transmissões e Notas. 1850-1888. In: RIO GRANDE DO SUL, 2006. Vol. 2. p. 741-864.

Abramos um parênteses dizer que na Província os efeitos da referida lei de 1885 não se fez sentir como em outras regiões, sobretudo pelas emancipações desencadeadas em 1884. Ora, muitos escravos, inclusive idosos, foram libertos nesse contexto. Localizamos somente uma alforria que indicava a libertação em decorrência da lei de 1885.²⁵ No entanto, devemos considerar prováveis os sub-registros, afinal só tivemos acesso às libertações efetivas dos libertos condicionais de Azambuja em decorrência da lei de 1885, em meio aos autos de inventário, e não nos registros notariais.

Em torno de 40 cartas constava um texto semelhante: “[...] com a cláusula de prestar-me serviços a mim ou a meus herdeiros durante o prazo de ___ anos [...] que será de serviços afetivos e que se o liberto fugir ao cumprimento da obrigação imposta não lhe será levado em conta todo o tempo que estiver fora do serviço”. Ou seja, não havia escapatória – ao menos no contrato formal.

Além disso, cerca de 50 registros de alforrias condicionadas à prestação de

25 **Policarpo**, preto, 73 anos, escravo do Sr. Antônio Augusto de Carvalho (autoridade judicial). Concedida em 07/03/86 e registrada em 30/3/86. A carta foi concedida “em virtude da lei de 28-09-85, declaro liberto sem condição alguma”. O escravo estava matriculado sob n.º 2283 da matrícula geral (APERS. Rio Pardo/RS. 1º Tabelionato. Livro 30, p. 70v).

serviços no ano de 1884 evocavam explicitamente a lei de 1871: “[...] ficando porém sujeito as penas estabelecidas na Lei de 28 de setembro de 1871, no caso de não cumprimento desta condição”, ou então “sujeito aos meios coercivos da Lei [...]”.²⁶

Ainda havia aquelas que facultavam a possibilidade do ressarcimento por meio de jornais/aluguéis mensais ou anuais, sugerindo o maior grau de autonomia – equivaliam a 66,4% dos alforriados sob condição de serviços em 1884. Após condicionar aos serviços para si e sua família, vinha a seguinte cláusula:

[...] Poderá o mesmo escravo remir os serviços a que fica obrigado durante o referido prazo de 7 anos, e isentar-se da prestação deles, mediante o aluguel mensal de 20\$000 réis, que deverá ser pago à mim ou aqueles que me substituírem no direito sobre os serviços do dito escravo, devendo realizar-se o pagamento no princípio de cada ano, pagando-se-me então a quantia de 240\$000 réis. [...]

Neste caso apresentado, ao fim dos sete anos o libertando pagaria 1:680\$000 réis ao seu senhor – valor máximo a ser ressarcido. Pelo menos outros 40 casos eram idênticos²⁷, dentre os quais 60% eram mulheres entre 15 e 40 anos, já os homens possuíam entre 14 e 32 anos.

Isso nos faz conjecturar que a indenização da liberdade por meio dos serviços ou jornais ao longo de no máximo sete anos acarretaria uma supervalorização de seu preço e que o valor a ser ressarcido pelas mulheres era superior ao dos homens.

Entretanto, não podemos tomar esses casos como regra; torna-se necessário melhor compreender o que motivo tal valorização.

26 Acerca disso, temos o caso do preto Sabino, cuja carta de liberdade só foi registrada em 1886, dois anos após tê-la recebido de Januário Antonio de Borba. Na descrição, consta que Sabino “anda fugido” e que a carta foi concedida “mediante prestação de serviços a mim ou a minha família por tempo de 5 anos a contar da data que o dito escravo aparecer [...] bem como poderá em qualquer tempo remir os serviços que falte prestar mediante a indenização mensal de quatorze mil réis (14\$000) que será pago por todo tempo que falte”. Aqui fica compreensível o motivo que levou, dois anos após a concessão, o senhor a registrar a carta sob contrato de serviços.

27 Outros 66 alforriados teriam que ressarcir entre 1:000\$000 réis e 1:540\$000 réis; 57 entre 600\$000 réis e 960\$000 réis; e 19 entre 140\$000 réis e 540\$000 réis. Para termos uma ideia, nessa mesma década nenhuma alforria paga superou os 900\$000 réis; os três casos referiam-se a escravos homens no auge de sua força produtiva, entre 20 e 27 anos.

Como visto, tais alforrias configuravam-se como verdadeiros contratos de trabalho e, por esse motivo, tornou-se comum na linguagem da época chamar tais *libertandos* de *contratados*. Evidenciavam, não obstante, a manutenção dos vínculos de dependência por meio de obrigações recíprocas: o contratado com seu trabalho e o (ex)senhor com o compromisso de fazer valer o acordo. Conforme Moreira

As libertações ocorridas através de contratos de prestação de serviços são as que evidenciam com mais clareza os tênues limites que poderiam existir entre trabalho escravo e trabalho livre, categorias geralmente vistas como estanques e que mascaravam múltiplas experiências sociais em que os negros estavam inseridos e que mesclavam a liberdade e o cativo.²⁸

Essas experiências representam, portanto, transformações nas relações trabalhistas – surge daí um “novo” tipo de trabalhador: liberto, mas ainda enredado nas relações de dependência do cativo. Mas apesar de ser tratado como uma propriedade, não poderia mais ser vendido, pois em tese não era mais cativo, contudo seu trabalho poderia ser transferido de propriedade.²⁹ Concordamos novamente com Moreira quando diz que

O sistema de contratos foi mais uma forma de protelar a libertação do trabalhador escravo, pois, ao mesmo tempo em que garantia a continuidade da exploração da força de trabalho do cativo pelo senhor, satisfazia nas aparências a opinião pública urbana [e também rural]. O senhor de escravos transformava-se no Contratador, mantendo o escravo numa posição intermediária que garantia sua dependência.³⁰

Em Rio Pardo, assim com em diversos outros lugares, coexistiam diferentes arranjos de trabalho em escravidão que não necessariamente se davam no interior da unidade produtiva e/ou sob a supervisão senhorial. Os sistemas de ganho e aluguel, por exemplo, abriam maiores possibilidades de autonomia, inclusive de uma economia doméstica. A situação dos contratados, entretanto, era diferente. Enquanto os escravos alugados ou ganhadores trabalhavam longe do senhor, os contratados eram libertos que continuavam a trabalhar sob a supervisão do (futuro)

28 Moreira, 2003, p. 255.

29 Xavier, 1996.

30 Moreira, 2009, p. 210.

ex-senhor por estarem indenizado suas liberdade com seu trabalho. Essa ambiguidade era, sem dúvida, “desconcertante”.³¹ Índícios dela estão nos diferentes títulos sob os quais eram listados nos inventários *post-mortem*: *serviços de libertos*, *libertos condicionais*, *escravos libertos com condições de serviços*, *ex-escravos contratados*, *serviços de escravos*, ou simplesmente *libertos*. Nas alforrias a ambiguidade também se faz presente, em expressões como “servir ainda como meu cativo”.³²

Para encerrar, traremos a experiência de dois africanos *contratados* que buscaram sua liberdade plena, por meio de um suposto comissionado pelo governo para libertar escravos mediante pequenas quantias, no ano de 1885. Apesar de caírem no engodo, reviram seus pecúlios e meses depois foram beneficiados pela lei de 28 de setembro de 1885 que libertou escravos maiores de 60/65 anos. Só então, com mais de 80 anos de idade, os africanos livraram-se dos grilhões do cativeiro e experimentaram a vida de pessoa livre.³³ Ao reconhecerem caminhos viáveis para sua consecução, empreenderam uma luta política pela liberdade. Além disso, demonstram a insatisfação em relação ao arranjo de trabalho a que foram condicionados, sugerindo a fragilidade dessa estratégia das elites em promover a emancipação do cativeiro.³⁴

31 Xavier, 1996.

32 APERS. Rio Pardo/RS. 1º Tabelionato, Livro 19, p. 24r, 09/03/1877.

33 APERS. Rio Pardo/RS. Cartório do Cível e Crime. Processo Judicial de Crime. Número 4821. Ano 1885.

34 Paulo Moreira (2003) analisou diferentes tipos de alforrias notariais registradas em Porto Alegre entre 1858-1888, além da atuação do movimento emancipacionista e das experiências negras no espaço urbano da capital. Evidenciou, por meio do cruzamento de fontes diversas, a dimensão política das ações cotidianas engendradas pelos escravos e as relações tecidas com senhores e autoridades públicas, bem como as formas de resistência minúsculas, como aquelas dos *contratados* da década de 1880 em continuar trabalhando sob um regime de trabalho que não se distanciava da antiga condição. Em outras palavras, considerou a complexidade que perpassava aquela sociedade a partir de seus agentes. Nesse sentido, apesar da bem elaborada e fundamentada campanha emancipacionista provincial, ela esbarrou na não-aceitação passiva das condições impostas. “Esperava-se deles um comportamento de público passivo, e a entrada turbulenta dos mesmos em cena levou a uma reelaboração dos posicionamentos das elites, que várias vezes adotaram a verbosidade fácil do “despreparo dos escravos” para a vida em liberdade. O pacto entre os vários órgãos funcionou em 1884, mas se desorganizou com a oposição dos cativos que queriam libertação imediata e acabaram com isso impulsionando os republicanos rio-grandenses a radicalizarem seu posicionamento” (Moreira, 2003, p. 184).

Além do mais, o trânsito proporcionado pela alforria não era suficiente para diferenciar, na prática, um liberto (condicional ou não) de um cativo. Moreira percebeu na capital que “os sinais de diferenciação entre escravos e libertos eram confusos, tencionando o dia a dia e evidenciando os limites das táticas de controle”: ser preto ou pardo não era sinônimo da condição escrava.³⁵ Exemplo dessa situação está no processo crime envolvendo contratados de Rafael Pinto de Azambuja em 1885. Os forros Torquato e Rafael Alves de Azambuja, assim como os escravos Maria e Jacinto, foram questionados sobre suas condições ao serem interpelados pelo suposto comissionado pelo governo para libertar escravos. O forro Ricardo e a escrava Maria residiam sobre si, demonstrando que tal autonomia não ficava circunscrita aos libertos ou livres. O liberto Amâncio Soares, filho da escrava Maria, possuía uma barbearia. Por fim, Jacinto, apesar de escravo, estava hospedado no importante Hotel Brasil. Além do mais, Ricardo já havia adotado um sobrenome – Alves de Azambuja –, assim como Amâncio. O jornalista Torquato, contudo, ainda não o havia feito.³⁶ Acerca dos africanos contratados de Rafael Pinto de Azambuja que foram persuadidos pelo *doutor*, o Juiz Municipal pediu que o coletor conferisse na matrícula se eram escravos ou libertos, recebendo como resposta que havia sido averbado que eram libertos condicionais.

As alforrias sob contrato de prestação de serviços concedidas em 1884 revelam o modo como as elites sul-rio-grandenses pretendiam conduzir o processo de reorganização das relações trabalhistas. Se na década de 1870 a crença de que a legislação emancipacionista conduziria sabiamente esse processo, a frustração incidida sobre senhores e escravos, levou ao recrudescimento do abolicionismo latente na década de 1870. Quando falamos em frustração nos referimos às expectativas criadas e não às reais intenções dos legisladores ao redigirem cuidadosamente a lei aprovada em 28 de setembro de 1871. Não podemos esquecer que se tratava de uma legislação *emancipacionista* e não *abolicionista*, ou seja, previa-se a *gradualidade* e não o contrário. Foi, de certa forma, a oportunidade dos senhores retomarem para si o domínio sob o gerenciamento da alforria. Dessa maneira, condicionar a liberdade ao contrato de trabalho em atos festivos permeados de muita retórica mascarava a tentativa

35 Moreira, 1996, p. 11.

36 Sobre os nomes adotados em liberdade, ver Weimer, 2008.

senhorial de manter os alforriados sob seu controle. Apelidados de *contratados*, tais trabalhadores passaram a vivenciar as ambiguidades existentes entre o cativo e a liberdade, com todas as incertezas e precariedades.

Isso deixa evidente que o processo de reorganização das relações de trabalho já se dava em cativo, especialmente dentro da lógica da liberdade sob contrato. Isso deixa evidente *significados conflitantes de liberdade*, seja pela “tensão entre a liberdade como determinante da opção individual e como indicador do fazer parte”, ou pela “tensão entre a liberdade de exercer o poder sobre os outros e a liberdade de rejeitar o poder sobre si mesmo”.³⁷ Na escravidão brasileira, como vimos, as tensões podem ser apreendidas nos diferentes sentidos que escravos e senhores conferiam à liberdade. Se para os primeiros estava associada à conquista de um maior grau de autonomia, para os últimos estava associada à necessidade de rearranjar as relações de dominação e dependência em outros termos. Desejavam que os *seus* (ex)cativos compreendessem a alforria como uma ato da bondade em textos que geralmente ocultavam o processo de negociações e embates que envolvia o movimento da alforria.³⁸ Apesar de estar em crise, o poder moral dos senhores não pode ser subestimado, afinal as antigas relações escravistas poderiam estruturar o sentido do que era viver em liberdade: menos associado à autonomia e ao direito de ir e vir e mais à *segurança na dependência*, ou à redução da *precariedade na dependência*.³⁹

Referências Bibliográficas

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Entrevista. *Aedos*. vol. 1. ano 1. 2008.

_____. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social* (UNICAMP), v. 19, p. 33-69, 2010.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas e SCOTT, Rebecca. *Além da escravidão: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedade pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

37 Cooper, Holt e Scott, 2005, p. 53.

38 Moreira, 2007.

39 Chalhoub, 2008.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho. *Topoi*. vol. 6. n. 11. jul.-dez., 2005.

_____. Trabalho e Lei para os libertos na Ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e a domesticidade. In: *Cadernos AEL*. v.14, n.26, 2009.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. 3ª edição. 2 v. Petrópolis/Brasília: Vozes/INL, 1976.

MOREIRA, Paulo. *Entre o deboche a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

_____. *Faces da Liberdade, Máscaras do Cativo: Experiências de Liberdade e Escravidão, percebidas através das cartas de alforria – Porto Alegre (1858-1888)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

_____. Introdução. MOREIRA, Paulo; TASSONI, Tatiani. *Que com seu trabalho nos sustenta: as cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.

_____. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano: Porto Alegre 1858-1888*. Porto Alegre: EST, 2003.

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

WEIMER, Rodrigo. *Os nomes da liberdade: Ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

XAVIER, Regina Célia da Silva. *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: UNICAMP, 1996.

Fontes

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS

Localidade: Rio Pardo/RS

- Alforrias registradas nos Livros Notariais de Transmissões e Notas. 1850-1888. In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: catálogo seletivo de*

cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006. Vol. 2. p. 741-864.

- Cartório do Cível e Crime. Executivas. Número 1978. Ano 1865.
- Cartório do Cível e Crime. Processo Judicial de Crime. Número 4821. Ano 1885.
- Vara da Família. Inventários *post-mortem*. Número 672. Ano 1862.



Conduta como retrato: propostas de análises de processos-crime para estudos acerca de imigração alemã – Rio Grande do Sul, século XIX¹

*Belisa Cassel*²

*Ícaro Estivalet Raymundo*³

*Rodrigo Luis dos Santos*⁴

Resumo: Propostas de utilização de fontes primárias para embasamento de pesquisas históricas assumem patamar principal no presente trabalho, que visa sintetizar algumas informações a respeito das relações interpessoais de determinados agentes históricos, mais precisamente imigrantes alemães e seus descendentes, que compõem a história do Rio Grande do Sul no século XIX. Este artigo busca centrar suas pesquisas na atuação e movimentação social de famílias como Schmitt, Trein, Blauth e Kremer, entre outras, dentro da região que compreende São Leopoldo e arredores, a partir de registros documentais como atas, correspondências, e principalmente para este artigo, processos-crimes. A ideia é analisar a conduta de certos personagens a partir não só de suas atuações em cargos políticos de relevância, ações na esfera social e desempenho comercial, mas também a partir de certos deslizes, brigas e crimes, abordando de maneira diversa o conjunto de fatores que constrói as relações sociais.

Palavras-chave: Imigração Alemã – Política – Colonização – Rio Grande do Sul – Redes

Em um estudo histórico, optar por uma abordagem que relaciona características dos elementos que compõem o recorte que se dedica a observar torna o projeto de pesquisa uma proposta investigativa que abrange métodos e recursos

1 Este trabalho é um recorte com informações e conclusões parciais do Projeto de Pesquisa *A formação de redes a partir da política e do comércio (Imigração alemã – Rio Grande do Sul – século XIX)*, realizado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, pelos Bolsistas de Iniciação Científica Belisa Cassel, Ícaro Estivalet Raymundo e Rodrigo Luis dos Santos, sob orientação do Prof. Dr. Marcos Antônio Witt, vinculados ao Núcleo de Estudo Teuto-Brasileiros (NETB) do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGH – UNISINOS).

2 Graduanda em História e bolsista PRATIC, vinculada ao Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (NETB) do PPG em História UNISINOS

3 Graduando em História e Bolsista de Iniciação Científica UNIBIC, vinculado ao Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (NETB) do PPG em História – UNISINOS

4 Graduando em História e Bolsista de Iniciação Científica FAPERGS, vinculado ao Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (NETB) do PPG em História - UNISINOS

pontuais. Os próprios elementos (nomes, eventos, registros) preenchem um campo vasto de possibilidades interpretativas, e a ótica que se assume para analisar o recorte proposto é fundamental para o resultado do trabalho. A historiografia dedicada à imigração alemã no Brasil no século XIX e parte do século XX, mais precisamente no Rio Grande do Sul, exhibe características metodológicas e teóricas que repercutem no processo de análises dos vários âmbitos desta temática.

Ao longo dos anos, a ideia de colono imigrante alemão tem sido trabalhada a partir de diversas perspectivas, por meio de teorias e de estudos sociais que vão se renovando e se reestruturando conforme novos obstáculos encontrados e questionamentos feitos para o objetivo da pesquisa. Diante das diversas pesquisas de caráter acadêmico que vem sendo empreendidas, as interpretações acerca da economia, política e mobilidade social no Rio Grande do Sul nesse período tangem aspectos mais minimalistas e intrincados, como uma rede de variantes, para visualizar de forma mais ampla os diversos fatores que condicionaram a estrutura do estado e dos personagens que se envolveram no desenvolvimento da região. O Núcleo de Estudos Teuto Brasileiros – NETB, vinculado à Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, vem trabalhando com imigração alemã a partir de diversas perspectivas, alicerçando seus trabalhos em análises de fontes primárias e articulando-os com produções acadêmicas, trazendo a tona tanto produções voltadas para o tema imigração quanto novos questionamentos a respeito das interpretações do caráter de migração.

Muitas destas variantes citadas se caracterizam, na nossa pesquisa, por relações interpessoais “mais ou menos duradoura, fortes ou fracas, efetivas ou não: o parentesco, a amizade, a patronagem, o clientelismo, a vizinhança, os aspectos profissionais, confessionais ou associativos”⁵. Esses aspectos fundamentam a ideia que centramos observar, a de formação de redes e articulação de determinados personagens da história do RS no século XIX. Essas redes perpassam pelo sentido de dinâmica social vinculada a uma ideia de mobilização em função de âmbitos ou necessidades destes personagens que se entrelaçam.

Os personagens destacados para os estudos são “colonos” imigrantes alemães, indivíduos que saíram de diferentes regiões que posteriormente formariam

5 MUGGE, 2012; p 24.

a Alemanha, e se instalaram no Rio Grande do Sul, mais precisamente São Leopoldo e arredores, constituindo família, se relacionando, operando dentro de uma rede social complexa e que influi de certa forma no desenvolvimento da região. Esses indivíduos são considerados “exponenciais”⁶ dentro da sociedade sul-rio-grandense da época, por assumirem uma dinâmica social diferenciada das dos demais colonos, destacando-se, no âmbito local, tanto de forma social quanto econômica e política. Esses indivíduos adotaram, conscientemente ou não, diversos mecanismos que condicionaram para essa ascensão, relacionando concomitantemente os aspectos previamente citados: economia, política e um bom destaque social estão estritamente ligados, um interferindo no outro, o comércio repercutindo no desenvolvimento econômico, que por sua vez abre caminho dentro de um ramo político, da política influenciando no destaque social, das relações sociais ao desenvolvimento comercial, formando um círculo de fatores interligados. Este é o caso de um dos pivôs da pesquisa, Johann Peter Schmitt e seus descendentes, assim como as famílias de sobrenome Trein, Kremer e Blauth, onde estudamos suas formas de inserção social e relação com demais indivíduos, dentro do recorte temporal delimitado pela própria pesquisa, 1824, data onde começa oficialmente o processo de colonização da Região de São Leopoldo, até o início do XX, de acordo com a atuação dos agentes históricos por nós pesquisados.

Considerando o movimento organizacional e de articulação desses imigrantes alemães como parte central deste artigo, é fundamental relevar na pesquisa os fatores interferentes nessas estruturas de relações, tanto aspectos cotidianos no meio social quanto as próprias ações destes indivíduos. Documentos como o código de posturas de São Leopoldo⁷ nos concedem uma interpretação de conduta

6 O termo exponencial foi cunhado por Marcos Antônio Witt em sua Dissertação de Mestrado e posterior Tese de Doutorado, para designar os imigrantes que se tornaram influentes e de forte liderança dentro das Colônias e regionalmente, ocupando uma dinâmica intermediária dentro da estrutura social, não ocupando o escalão das grandes lideranças políticas e culturais, assim como não ligados essencialmente ao trabalho agrícola.

7 Discussões acerca do código de posturas de São Leopoldo são encontradas no Primeiro Livro de Atas da Câmara Municipal de SL, que abrange de 1846 a 1849. Os códigos de conduta são estipulados e registrados na 4ª Seção Ordinária do dia 11 de agosto de 1846, página 5 até a página 9, e na 5ª Seção Ordinária do dia 14 de agosto de 1846, da página 9 até a página 11.

considerada como normal dentro do núcleo habitacional da vila de São Leopoldo. Essa compilação de normas prevê uma organização social, e pela leitura do debate acerca dos tópicos, vemos que se referem a uma regulamentarização de aspectos gerais presentes na sociedade, como a respeito de fábricas de curtição de couro, sobre comércio em geral e pesagens, sobre esgotos e saneamento básico, sobre práticas com armas de fogo dentro dos limites da vila, até normas para utilização de fogos de artifício dentro de perímetro delimitado e para que lado deveriam abrir as portas e janelas das casas. Essas pequenas nuances nos ajudam a perceber em qual espaço o indivíduo estava inserido, e quais eram os aspectos que este deveria encarar dentro de sua rotina.

Dentro desta realidade até então apresentada, devemos levar em conta aspectos ainda mais sutis, como a própria religião e sua presença tanto no seio familiar quanto na esfera social, e não só caracterizada como uma questão de fé, mas também como influente nas relações de negócios e de estratégias de ascensão social e fortificação de laços políticos e econômicos. Estritamente relacionado com esta característica de tática está a própria razão desta necessidade de alicerçar relações: como se mantém uma comunicação estável e confiável no Rio Grande do Sul em meio ao século XIX? Como tratar de negócios e empreendimentos em um lugar onde os núcleos habitacionais são separados por longas milhas de viagem a cavalo? Ao abordar essas questões, fatores como clima e configuração geográfica interferem na concepção de relacionamento que tais imigrantes tinham, como se organizavam a partir dessas situações em que se encontravam, e como isso interferiu no desenvolvimento da região.

Deste modo, analisar a realidade de convívio, costumes e, de modo especial, as táticas assumidas por estes colonos imigrantes para se inserirem e interferirem na estrutura social que os recebia, se torna um exercício de estudo social da cultura e do ambiente em que eles estavam circunscritos, onde eles, por meio dessas diversas estratégias, buscavam atingir seus objetivos, tanto individuais quanto de caráter mais coletivo. Entretanto, tão importante quanto se *debruçar* nessas análises de estratégias por eles adotadas, é a análise de pequenos *incidentes* que permeiam os registros da região, como encontrados em processos crime.

Processos-crime compreendem, em geral, uma ação judicial para intervir

em determinada situação de prática ou conduta considerada pela lei como crime, podendo esse processo ser promovido tanto pela vítima da situação ou mesmo pelo próprio ministério. A estrutura de um documento destes, em virtude de toda a sistemática judicial, registra diversas informações dos indivíduos envolvidos no evento, testemunhas, relatos em geral da situação. Ao tomar estes documentos como fontes para interpretar as articulações, contatos e posicionamentos dos personagens destacados na pesquisa, é possível acessar uma esfera analítica da situação destes indivíduos caracterizada por uma preocupação em tentar fazer um diagnóstico da sociedade por meio de seus fatores que variam de situação para situação. Tal enfoque “volta-se para a análise de indivíduos que expressam as características do grupo social a que pertencem, indicando, na prática, o funcionamento das normas e regras estruturais existentes na sociedade”⁸.

Os casos analisados⁹

Ao considerar esses vínculos e práticas sociais como constituintes de estruturas formadas a partir das articulações destes indivíduos, observar as relações entre determinados personagens da história contribuem de forma mútua para interpretação tanto das estruturas sociais quanto das próprias relações que aconteciam dentro dela. O processo crime desenvolvido no 4º distrito da colônia de São Leopoldo (atual Campo Bom), em 1855, pode ser usado como referência para utilização de fontes primárias nesse tipo de estudo, onde os nomes dos indivíduos previamente citados aparecem não só como um registro serial ou voltado para posses e bens, mas também vem carregado das próprias denúncias e testemunhas acerca do episódio, conferindo ao documento uma fonte para caracterização dos indivíduos.

Nesse caso, cuja autuação datada de 20 de abril de 1855, assinada pelo escrivão Antonio Peixoto do Prado, exhibe João Pedro Schmitt e João Kremer como queixosos ao serem chamados publicamente de ladrões pelo réu Jacob Dreyer. O documento define Schmitt e Kremer como proprietários e fazendeiros moradores no 4º distrito, que às onze horas do tal dia, foram injuriados por Dreyer, que lhes

8 VENÂNCIO, 2009; p. 239

9 Todas as transcrições dos documentos foram adaptadas de acordo com novas regras gramaticais, sem demais alterações no sentido das palavras encontradas nos registros.

dirige “a palavra mais revoltante e gananciosa, chamando de ladrão publicamente como comprova os suplentes abaixo designados”¹⁰ sendo o ato *aparentemente*¹¹ presenciado pelo próprio juiz e assim, em flagrante. O processo se estende por dezenas de páginas, com testemunhas e ofícios a respeito do caso, concedendo uma análise de vários fatores condicionantes para situação e que podemos relacionar com outros dados, como o das trajetórias e atuações dos indivíduos citados.

João Pedro Schmitt foi um agente *exponencial* na história da região; oriundo de Hassem, chegou ao Brasil em 1825, junto a sua mãe outros 4 irmãos. Fixou-se em São Leopoldo e trabalhou na navegação fluvial no Rio dos Sinos até 1845, entretanto, adquiriu um estabelecimento comercial onde hoje é Novo Hamburgo em 1835, investindo em novos empreendimentos ao mesmo tempo em que continuava no serviço de navegação. Casado com Ana Barbara Blauth, teve os filhos Henrique, Pedro, João e Elisabetha.¹² Ora, a família Blauth era referência na navegação do Rio dos Sinos, uma família forte e bem estruturada financeiramente; a união matrimonial com uma integrante Blauth foi fundamental para o posterior desempenho satisfatório do entreposto comercial de Schmitt, já que trazer as mercadorias de Porto Alegre para o norte pelo Rio dos Sinos era algo mais acessível e mais estratificado pela união destas famílias. Com esse empreendimento comercial, Schmitt se desenvolveu dentro da região, chegando a assumir cargos públicos como suplente do subdelegado de polícia. O que merece destaque é o fato da união matrimonial¹³ de sua filha Elisabetha com Pedro Kremer, filho de João Kremer, o que novamente indica o fortalecimento de laços por meio da religiosidade pelas duas famílias.

Dentro do caso analisado, as testemunhas oferecem um parecer dos demais indivíduos que se faziam presentes no espaço de circulação desses agentes históricos exponenciais, uma forma singular de registro da situação, com percepções diferentes

10 APERS – Processo-Crime – São Leopoldo – número auto 2926 – maço 57 – estante 74 – envolvidos: Kremer, Schmitt, Dreyer. Página 2

11 Uso a palavra aparentemente, pois alguns caracteres são de difícil leitura, já que o documento é escrito em grafia da época.

12 Ana Barbara Blauth é a primeira esposa de Schmitt, sendo mãe de seus quatro primeiros filhos, posteriormente, ao viubar, Schmitt tem outra esposa.

13 Primeiro Livro de Registro de Batismo da Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho – NETB – UNISINOS.

acerca do evento, como a testemunha de João Gerhart, jurado ao Santo Evangelho, testemunhou Dreyer chamando as vítimas Schmitt e Kremer de ladroes em altas vozes; outra testemunha, Henrique (illegível), relata o quão Schmitt e Kremer “são homens de bem e propriedade”¹⁴, não tendo motivos para o acusado fazer essa calúnia sobre as vítimas.

Ao dar seu relato da versão e responder o interrogatório do júri acerca do caso, o acusado Jacob Dreyer é registrado¹⁵ como branco, colono e natural da Alemanha, e que se manifestará somente por intermédio de intérprete, para responder as perguntas do júri. Ao ser questionado pelos motivos que teve para chamar as vítimas de ladrões, o réu diz ser em virtude das vítimas terem arrancado laranjeiras e outras plantas de sua terra, e que atearam fogo em seu rancho; entretanto, é o único relato e única vez que estas ideias de depravação de terras por parte das vítimas aparecem neste caso.

Nos demais dias que seguem o processo, Dreyer solicita que João Dresbach, Henrique Henke, Jacob Reiner, Jacob Keiler e Hubert Schlabendorf deponham suas testemunhas acerca do caso; entretanto, Dreyer é condenado a “três meses de prisão e multa correspondente a metade do tempo”¹⁶, pois “se acha provado ter este no dia 20 do corrente a porta da casa da audiência do juiz de paz do 4 distrito injuriado os queixosos Schmitt e Kremer chamando-os de ladroes cujo fato é criminoso e qualificado no código criminal artigo 229, digo, artigo 236 Sº4º com referência ao artigo 238”¹⁷. Ainda no documento, o ultimo registro encontrado é datado de 1858, onde o escrivão de todo o processo, Antonio Peixoto do Prado, finaliza o documento e arquiva o caso.

O caso analisado é longo e de difícil leitura, em virtude da grafia e do próprio modo de estrutura textual, por vezes deixando obscuro alguns pontos,

14 APERS – Processo-Crime – São Leopoldo – número auto 2926 – maço 57 – estante 74 – envolvidos: Kremer, Schmitt, Dreyer. Página 12

15 APERS – Processo-Crime – São Leopoldo – número auto 2926 – maço 57 – estante 74 – envolvidos: Kremer, Schmitt, Dreyer.

16 APERS – Processo-Crime – São Leopoldo – número auto 2926 – maço 57 – estante 74 – envolvidos: Kremer, Schmitt, Dreyer - Pagina 12.

17 APERS – Processo-Crime – São Leopoldo – número auto 2926 – maço 57 – estante 74 – envolvidos: Kremer, Schmitt, Dreyer. - Página 12

como por exemplo, a razão que levou Dreyer a chamar Schmitt e Kremer de ladrões. Independente do desfecho ou da razão exata que levou o réu a tratar assim as vítimas, o que podemos ressaltar deste caso é a presença de vínculos entre estes dois indivíduos politicamente ativos, e de destaque na organização da colônia.

Em outro documento¹⁸, que inicialmente não apresenta datas nem carimbos burocráticos, relata a rejeição por colonos de medições e divisas de terras em São Leopoldo, cujo processo foi analisado pelo mesmo escrivão do caso Schmitt e Kremer, Antonio Peixoto do Prado.

O processo-crime em questão somente possui somente registros e depoimentos a partir da décima primeira testemunha, não tendo autuação, resumo do caso, petição, nem corpo de delito; a única data aparente que fica registrada no documento é a da finalização do processo, 18 de março de 1858, a mesma data da finalização do processo Schmitt e Kremer. Essa discussão acerca das medições de terras entre Arroio Grande, Rio dos Sinos e Arroio das Pedras, segundo Manoel José de Leão, que fez as delimitações territoriais na época. Carlos Bier é uma das testemunhas do caso, sendo ele morador da Picada do Padre Eterno, “disse que não sabe em razão de ter assistido a medição judicial a requerimento dos autores Schmitt e Kremer, que no auto que juraram testemunhas declarando o lugar denominado Arroio das Pedras”¹⁹. Aparentemente, Schmitt e Kremer estiveram envolvidos com as medições e demarcações territoriais, tendo eles até o mesmo procurador dentro do caso, Felipe Leopold Matt, e é também evidente a rejeição dos colonos por parte dessas delimitações especuladas. No Terceiro Livro de Atas da Câmara de Vereadores de São Leopoldo²⁰, que abrange de 1853 à 1858, podemos encontrar vários registros que tangem medições e distribuição de terras dentro da esfera colonial. Levando em conta a duração do processo Schmitt/Kremer/Dreyer, que durou três anos, podemos posicionar o caso da medição de terras por volta também de 1855; nesse período há discussões acerca de medições e divisões de terrenos na

18 A catalogação deste documento dentro do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul é 2918 – A, Caixa – 5356, estante 147.

19 APERS – Processo-crime – São Leopoldo – número documento 2918 A - Caixa 5356 - estante 147 – Envolvidos Schmitt, Kremer, Bier - Página sem numeração

20 Museu Histórico Visconde de São Leopoldo

Câmara Municipal de São Leopoldo, como na Seção Extraordinária do dia sete de março de 1853, assim como no quinto dia da terceira Reunião Ordinária de dezesseis de 15 de abril de 1853, onde está notificada a distribuição de terras a colonos e as devidas providências convenientes para produção colonial.

Independente do desfecho do caso, o *andamento* dele é o importante para a pesquisa, pois ali se encontra, principalmente por meio de relatos de testemunhas, características, nessa ocasião, das concepções geográficas das delimitações da colônia. Frederico Bier, a décima primeira testemunha do caso, que consta como negociante e proprietário, morador de Porto Alegre, diz conhecer a fazenda de Manoel José de Leão, sendo ela dividida pelas três veias fluviais já citadas, “e que os colonos respeitam estas divisas”²¹. Mais adiante do caso, a testemunha José Antonio Nunes, ao notificar que conhecia a fazenda do Padre Eterno (território em questão), é solicitado pelo doutor e advogado João Capistrano de Miranda Castro a declarar quantos arroios existem até Campo Bom, e qual dos arroios eram os da divisa de tal fazenda, sendo estas informações fundamentais para entendimento da colônia:

Declarou que há dois arroios, um chamado da Forquilha, e outro não sabe o nome [...], que se recorda somente do que a depôs a respeito de seu irmão, por ter ocorrido isto no tempo em que era governador desta Capitania Dom Diogo, e na ocasião em que este estava na Campanha.²²

Questões mais diretas sobre o local, como as capoeiras Velleres, em Campo Bom, um espaço que é usado como referência para a morada do colono Henrique Bier Pai, também merecem destaque dentro da análise, pois incluem as características naturais que condicionaram para o desenvolvimento de aspectos sociais da região. Essas perguntas permeiam todos os interrogatórios do caso das medições de terras, relatando também a presença dos dois agentes históricos como autores nas medições de terras.

Ao traçar os círculos de atuação desses personagens *exponenciais*, vemos suas

21 APERS – Processo-crime – São Leopoldo – número documento 2918 A - Caixa 5356 - estante 147 – Envolvidos Schmitt, Kremer, Bier - Página sem numeração.

22 APERS – Processo-crime – São Leopoldo – número documento 2918 A - Caixa 5356 - estante 147 – Envolvidos Schmitt, Kremer, Bier - Página sem numeração

ações adquirindo diferentes características ao compasso de seus desenvolvimentos dentro das esferas econômicas e políticas. Assumindo postura para interferir na questão de demarcação de terras, a influência dos dois sócios vai um pouco além do que um poder em âmbito administrativo poderia conferir. Fica registrado após o depoimento de José Antonio Nunes, que o júri considera muito suspeito que o tal Nunes tivesse vindo deliberadamente de porto alegre para servir de testemunha no por caso por ser íntimo amigo dos autores²³ (Schmitt e Kremer). Entretanto, o procurador (que é o mesmo para os dois autores) diz

Que se ele testemunha veio da cidade de porto alegre a esta vila depor na presente causa não foi por amizade que tivesse aos autores, nem por inimizade aos (ilegível), e só sim pela razão e justiça que conhece nos autores.²⁴

Entrelaces de redes sociais são características presentes nos círculos de comércio e política das colônias gaúchas no século XIX, e por meio destes registros é possível visualizar de forma mais viva as estruturas destas redes. Esses casos mostram características da colônia no período, e não só para estudos acerca da imigração e desenvolvimento da região, mas também contribuem para estudos mais voltados para uma perspectiva cultural. Nessa perspectiva podemos ressaltar os bailes e reuniões como espaço de sociabilidade e interação que podemos considerar como fundamental para formação de redes sociais, políticas e comerciais, já que “foi uma prática de lazer e sociabilidade amplamente difundida entre os imigrantes e seus descendentes, tanto no espaço urbano quanto no rural, constituindo-se em uma de suas principais atividades sociais.”²⁵

A interferência dessas ocupações sociáveis na estrutura da colônia se dá ao fato de conduzirem as produções que ocorrem no tempo livre, que por sua vez também são repercussões de certas características do espaço em questão.

Esta diversidade de práticas no uso do tempo livre decorreu, entre outros fatores, do impulso e do redimensionamento das

23 APERS – Processo-crime – São Leopoldo – número documento 2918 A - Caixa 5356 - estante 147 – Envolvidos Schmitt, Kremer, Bier - Página sem numeração

24 APERS – Processo-crime – São Leopoldo – número documento 2918 A - Caixa 5356 - estante 147 – Envolvidos Schmitt, Kremer, Bier - Página sem numeração

25 GRÜTZMANN, 2008; p66

mudanças econômicas, dos padrões de vida, da aquisição de novos hábitos, da diferença social e do surgimento de novas tecnologias ao longo do século XIX e durante a primeira metade do século XX.²⁶

É possível observar a importância desses espaços e qual a ótica que os próprios indivíduos da época, naquele espaço, mantinham em relação a estas formas de sociabilidade, opiniões debatidas até mesmo no seio político, registradas nas atas da câmara municipal de São Leopoldo: “um salão feito de propósito para nos dias que lhe convém formar bailes, cujos bailes são feitos todo ano, isto por negócio, e não por divertimento.”²⁷ Essa citação se refere a Jacob Geier, que mantém na vila de São Leopoldo uma casa de comércio e um salão de festas. A importância desta representação de interação social ainda aparece em mais documentos, se referindo a uma regulamentação desta atividade para controle e bom funcionamento, sendo estes bailes “feitos conforme artigo 4º da lei de 29 de maio de 1846”²⁸, que estipula uma cobrança de impostos por evento, organizando e mantendo um controle desses espaços de interação social.

O processo crime que envolve Jacob Lemmertz²⁹ se destaca por justamente acontecer em meio a um desses bailes, conferindo informações acerca deste tipo de sociabilidade³⁰. O caso é de 1861, e relata que ao oitavo dia do mês de outubro, o queixoso Jacob Lemmertz apresenta ao cartório uma petição e auto de corpo de delito referente a um conflito ocorrido dias antes, num baile denominado Kerp, na casa de João Pedro Schmitt, na picada de Dois Irmãos. Aparentemente, pelo documento, Jacob Lemmertz estava “estacionado nesta vila em casa de Guilherme Rico”³¹, e participava de um baile na casa de Schmitt, por volta das oito horas da

26 GRÜTZMANN, 2008; p66

27 AHRS – documento 200, Fundo Camara municipal, tipo correspondência expedida, maço 257, São Leopoldo, 1848.

28 AHRS – documento 5, Fundo Camara municipal, tipo correspondência expedida, maço 258, São Leopoldo, 1849.

29 APERS – Processo-crime – São Leopoldo – número documento 2963 – maço 58 - estante 77 – Envolvidos Schmitt, Lemmertz.

30 RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz (2000).

31 APERS – Processo-crime – São Leopoldo – número documento 2963 – maço 58 - estante 77 – Envolvidos Schmitt, Lemmertz - Página 4.

noite, no dia 29 de setembro, quando “foi atrozmente injuriado por Mathias e Jorge Kochbransch, que além de o maltratar de palavras, fizeram-lhe graves contusões na cabeça e corpo...”³², sendo ainda ressaltado na descrição de Lemmertz que os réus não cometeram maior crime por terem sido impedidos por outras pessoas que estavam presentes no baile, pois a vítima perdeu os sentidos ao ser estrangulada por um dos réus.

Em relação às testemunhas e as informações que elas apresentam, temos o filho de João Pedro Schmitt, Pedro Schmitt, nesta época com 25 anos, casado e morador da Capela da Piedade, natural da colônia, trabalhando com navegação no Rio dos Sinos. Em seu depoimento declara que no tal dia da festa, ouviu um barulho em um dos quartos da casa, e acompanhado de Carlos Blanckheimer, se dirigiu para a sala de que saíam os barulhos, onde também se achavam mais pessoas, “e viu o réu Jorge Kochbransch agarrado nos cabelos do queixoso Lemmertz”³³, que nessa altura já estava com um corte sangrento acima do olho. Essa versão do caso é a mesma da de Carlos Blanckheimer, de 25 anos, lombilheiro, solteiro, natural da colônia e também morador da Capela da Piedade, entretanto, o rapaz faz seu depoimento em alemão, pois se declara não muito apto a se expressar na língua nacional; sendo assim, Albina Brodl assume como interprete dele. Outras testemunhas dão suas posições acerca do fato, como João Finger, de 22 anos, pedreiro, casado, da picada 48; relata que viu de fato o réu Jorge Kochbransch dando um soco com mão fechada na cabeça do queixoso Jacob Lemmertz.

A desordem que ocorrera, segundo os interrogatórios dos irmãos Kochbransch, em virtude do próprio queixoso Lemmertz, que lançou “nomes injuriosos”³⁴ a eles, enquanto estavam na casa de Schmitt, tomando café; segundo versão do réu Jorge Kochbransch, morador de Dois Irmãos, ele foi agarrado por Lemmertz pelo lenço que trazia no pescoço, daí então se dando o desfecho violento.

Este caso apresenta vários aspectos que podem ser observados, tanto pelas

32 APERS – Processo-crime – São Leopoldo – número documento 2963 – maço 58 - estante 77 – Envolvidos Schmitt, Lemmertz – Página 4.

33 APERS – Processo-crime – São Leopoldo – número documento 2963 – maço 58 - estante 77 – Envolvidos Schmitt, Lemmertz - Página 12.

34 APERS – Processo-crime – São Leopoldo – número documento 2963 – maço 58 - estante 77 – Envolvidos Schmitt, Lemmertz - Pagina 18

testemunhas e seus pareceres descritivos da cena quanto pelo próprio conflito, que por si só é uma possibilidade de estudo. Um desentendimento entre indivíduos, como registrado nesse caso do queixoso Lemmertz, releva um significado diferente para uma análise histórica, pois pode ser considerado um meio de expressão. Tramontini, em sua tese de doutorado, constata uma divisão no primeiro núcleo de colonos em duas facções partidárias a partir da Revolução Farroupilha, que interfere na organização e estruturação da colônia. Entretanto, acerca desta ideia de conflito e manifestação, Tramontini “ampliou o olhar, optando por esmiuçar a guerra e a aceitação/rejeição dos colonos por a partir de múltiplos interesses, muitas vezes direcionados por lideranças do próprio grupo”³⁵

Os processos crime, mesmo não estando ligado diretamente a este caso de manifestação partidária, se relacionam com a ideia de expressividade em cada atividade empreendida pelo colono imigrante.

Não se está aqui tentando identificar de maneira causal as reivindicações e interesses com a adesão a um ou a outro partido, está-se, apenas, indicando que segmentos do mundo colonial já desenvolveram uma associação entre seus interesses (não apenas individuais) e a vida política local e provincial [...]³⁶

A ideia central neste caso é a concepção de manifestação de indivíduos para analisar determinados aspectos da colônia, abordando principalmente as trajetórias de nomes que são recorrentes na nossa pesquisa. Os três casos aqui citados de alguma forma tangem a família Schmitt, apresentando cenas que nos ajudam a conceber a partir de uma outra ótica a configuração das relações que estes personagens se envolviam, mas também as percepções de mentalidades do século XIX.

Reposicionar-se a partir de cada testemunha é levar em conta os processos que levaram aquele indivíduo a participar ou presenciar o fato, e repassa-lo as autoridades conforme suas versões, que por sua vez são influenciadas por suas próprias posições dentro da sociedade. Toda informação se torna válida para buscar uma interpretação dos fatos ocorridos, e até mesmo as considerações dos que examinam o caso são importante, como no caso das medições de terras por Schmitt e Kremer.

35 WITT, 2008; p. 244

36 (TRAMONTINI, 2000; p. 270)

Essas diferentes abordagens acerca da temática de imigração no estado podem ser peças fundamentais para uma construção interpretativa dos eventos que transcorreram e como interferiram nas cidades que compõem a atual região. Assim como a mudança de foco para análises do ambiente e geografia do local interferindo no desenvolvimento cultural, ou da presença religiosa dentro da esfera social do RS nesta época, cada âmbito de análise é válido, enriquecendo os estudos historiográficos a respeito do tema ao fazer o exercício de *costura* de informações e percepções coletadas.

Esta síntese rápida acerca da vastidão de métodos analíticos para abordar um tema, ponderando o uso de processos-crime para mapear a trajetória, espaço de circulação e redes interpessoais na colônia de São Leopoldo, mais do que trazer ponderações finais, ela abre espaço para novas propostas de metodologias e perspectivas para trabalhar com a temática.

Referencia Bibliográfica

FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane Marcia; WEBER, Roswithia. *Imigração: diálogos e novas abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

GRÜTZMANN, Imgart; DREHER, Martin Norberto; FELDENS, Jorge Augusto. *Imigração Alemã no Rio Grande do Sul: Recortes*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Org.). *Uma história em escalas*. A microanálise e a historiografia latino-americana. São Leopoldo: Oikos, 2012.

MUGGE, Miquéias Henrique. *Prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul – século XIX)*. São Leopoldo: Oikos; 2012.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho (Org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz (2000). *O teatro da sociabilidade*. Um estudo dos clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo. 1850/1930. Tese [Doutorado]. Porto Alegre, 2000.

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes* – A colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824 – 1850. São Leopoldo: Editora Unisinos; 2003.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, século XIX* – São Leopoldo, Oikos; 2008.

Fontes

AHRS (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul)– documento 200, Fundo Camara municipal, tipo correspondência expedida, maço 257, São Leopoldo, 1848.

AHRS – documento 5, Fundo Camara municipal, tipo correspondência expedida, maço 258, São Leopoldo, 1849

APERS (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul) – Processo-crime – São Leopoldo – número documento 2918 A - Caixa 5356 - estante 147 – Envolvidos Schmitt, Kremer, Bier.

APERS (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul) – Processo-crime – São Leopoldo – número documento 2963 – maço 58 - estante 77 – Envolvidos Schmitt, Lemmertz.

APERS (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul) – Processo-Crime – São Leopoldo – número auto 2926 – maço 57 – estante 74 – envolvidos: Kremer, Schmitt, Dreyer.

MHVSL (Museu Histórico Visconde de São Leopoldo) - Primeiro Livro de Atas da Câmara Municipal de São Leopoldo – 1846/1849.



**2. O trabalho nos Arquivos: a produção da
fonte histórica a partir
da documentação corrente.**



Implantação do Arquivo Histórico Fotográfico Renner Herrmann

*Angélica Bersch Boff*¹

Resumo: Neste artigo apresento o trabalho de implantação de um arquivo fotográfico na empresa Renner Herrmann S. A., em Porto Alegre – RS. Partindo da preocupação e objetivo de preservação de documentos históricos por parte dos proprietários, e de esclarecimento sobre o ofício do arquivista e historiador por minha parte, este trabalho foi realizado segundo um acordo a que se chegou com a empresa. Este artigo visa a demonstrar a importância deste tipo de trabalho – ainda que simplificado – como início do resgate da consciência histórica de pessoas leigas. Também demonstro como foi feita adaptação para a criação deste arquivo.

Palavras-chave: Arquivo fotográfico – fotografia – empresa – Renner Herrmann

O Grupo empresarial Renner Herrmann S. A.

A Renner Herrmann S. A., nasceu como fábrica de tintas prediais Renner Koepke & Cia. Ltda. em 1927, em Porto Alegre-RS, e hoje é um grande grupo com empresas em diversos países e setores da indústria. Desde sua fundação, a então Renner Koepke & Cia Ltda., chamada Tintas Reko – depois Tintas Renner S. A. e finalmente, Renner Herrmann S. A. – exerceu papel relevante no processo de industrialização do Rio Grande do Sul. Esta empresa tem sua história confundida com a história do Rio Grande do Sul e do Brasil.²

A. J. Renner foi sócio fundador da Tintas Reko, juntamente com sua irmã Olga Renner Herrmann e o químico Arthur Koepke. A Tintas Reko iniciou seus trabalhos num pavilhão dos fundos das Indústrias Renner, no bairro Navegantes de Porto Alegre. Na ocasião, A. J. Renner entrou na sociedade como investidor. Arthur

1 Mestre em História formada pela UFRGS, historiadora e pesquisadora atuante com a empresa ANGÉLICA BOFF HISTÓRIA COM ARTE LTDA.

2 Conforme AXT, Gunter. **Parlamentares gaúchos: A. J. Renner – discursos e artigos (1931-1952)**. Porto Alegre, RS: Assembleia Legislativa do RS, 2000. KLIEMANN, Luiza Schmitz; AXT, Gunter. **Renner Herrmann 70 anos: nas cores uma história**. Porto Alegre, RS: Prêmio Editorial Ltda., 1997. Conforme pesquisa histórica realizada por Angélica Boff em 2012 para biografia de A. J. Renner, livro a ser lançado em 2013, projeto coordenado por Gunter Axt, Fernando Bueno e Eduardo Bueno.

Koepke e Olga Renner Herrmann atuaram diretamente, transformando a pequena fábrica em uma S. A. (sociedade anônima), já nos anos 1940. A figura de A. J. Renner é de singular importância para o RS e o Brasil. Comerciante e industrial que – junto a outros – alavancou a economia do Rio Grande do Sul e ajudou a tornar este um estado industrial e independente, além de ter atuado amplamente na vida política do estado e do país. Algumas empresas criadas e desenvolvidas por A. J. tornaram-se de abrangência mundial, como é o caso das Lojas Renner S. A. e do Grupo Renner Herrmann S. A.

Renner Herrmann atua hoje significativamente no mundo, permanecendo seu legado. Trata-se, portanto, de um arquivo que, independente da quantidade de documentos, contribui com importância singular para o trabalho do historiador e para a história.

O Projeto e o Diálogo com os Proprietários do Acervo

Meu interesse é dialogar sobre as condições de implantação de arquivos históricos. Penso que um projeto de arquivística não só pode como deve ser adaptado a diversas realidades. As etapas de criação de um acervo dependem das necessidades diferentes de cada contexto em que se está trabalhando. Em primeiro lugar, o profissional pode ter diante de si um acervo de grande porte, por exemplo, com cerca de 30 mil fotos ou mais, de médio porte, supondo que fosse de 5 mil fotos e acervos pequenos com mil fotos, ou menos. Em segundo lugar, as demandas de cada instituição são diferentes. E isto vale para quando se tem verbas ou não, equipamentos e materiais adequados ou não, equipe adequada, ou não. Vale para instituições grandes e pequenas, públicas ou privadas. Em toda parte teremos de realizar ajustes, esta é a realidade hoje, não só no Brasil.

No presente artigo demonstro como foi realizado o trabalho de implantação de um arquivo fotográfico a partir do acervo de fotografias da empresa Renner Herrmann S. A., naquela mesma instituição. Não vou me deter em detalhes da técnica arquivística, embora tanja essas questões. O que quero é justamente propor uma reflexão sobre a aplicação das técnicas e teorias próprias do conhecimento acadêmico e científico às diferentes realidades com que nos deparamos. É com este ponto de partida que iremos trabalhar nosso *know how*, invariavelmente.

A empresa Renner Herrmann contém um pequeno acervo colecionado pessoalmente pelo vice-diretor e seu pai – herdeiros diretos da cofundadora, Olga Renner Herrmann – ao longo de suas vidas. Trata-se de um universo de cerca de 5 mil fotos e alguns outros documentos (folders de divulgação de produtos e empresas, cartas, diplomas, homenagens, revistas, publicações, quadros, etc). Todos esses documentos encontravam-se acondicionados de forma desordenada em caixas de papelão medindo aproximadamente 100 cm x 50 cm x 50 cm, em uma sala anexa ao escritório central da empresa.

Ao ser chamada e contratada pela direção, a ideia e disponibilidade deles era que eu, historiadora, realizasse o trabalho de organização daqueles documentos sozinha e em poucos meses. Na mesma reunião já explanei sobre a possibilidade e, mesmo, necessidade intrínseca de o acervo ser organizado conforme normas internacionais de arquivologia. Isto facilitaria a consulta e uso do acervo por parte dos funcionários e direção, bem como dispensaria a necessidade de o trabalho ser refeito futuramente. A direção concordou. No entanto não foi possível aumentar a equipe (que seguiu até o final com apenas um profissional) nem o tempo de trabalho, conforme o proposto pelo projeto inicial.

Dadas estas condições, avalei que seria preferível realizar este trabalho a deixar de atender a quem – de uma forma ou de outra – se interessou pelo cuidado com a história de sua empresa. Poderíamos chamar de uma “arqueologia de salvamento”, então. Entrando em acordo sobre realizar o trabalho de arquivística com aquele acervo de fotos, meu primeiro passo foi apresentar um pré-projeto para fins de contratação, o qual consistiu em apresentação do que seria executado, das condições necessárias para sua realização, orçamento e cronograma.

De acordo com a ideia de concluir o projeto em pouco tempo, apresentei um cronograma de apenas nove meses, o que calculei como tempo mínimo para um trabalho simplificado com um acervo de cerca de 5 mil documentos fotográficos. Foi satisfatório notar que dos três orçamentos apresentados, a direção se interessou pela utilização de materiais adequados para manutenção física das fotografias, disposta a investir em sua preservação. Porém surgiu um entrave no quesito prazos. Ao final de negociações, o prazo inicial de contrato foi de três meses, com possibilidade de prorrogação, o que aceitei para realizar *parte* do trabalho.

De fato, a prorrogação foi necessária, o contrato estendido para um total de cinco meses, o trabalho de arquivologia simplificado, bem como o número de documentos trabalhados, reduzido pela metade. Do universo de documentos apresentados a mim, foram trabalhadas com rigor exatas 2.472 fotos (contagem final). As demais fotografias tinham uma organização própria, estando acondicionadas em álbuns fotográficos de papel contáctil muito popularizados na década de 1970 e 1980. Também os outros documentos foram higienizados, identificados, mas separados das fotografias com uma “catalogação” bem simplificada que apenas os numera e referencia com seu título num catálogo de consulta.

Além disto, durante a execução do projeto, muitos documentos foram descartados pela empresa. O que descartar, como fazer o descarte, e a relação destes processos com os detentores dos documentos, é uma discussão existente no meio acadêmico, de grande importância para a história e bastante complexa. Cito um trecho de Bacellar a respeito desta questão, que elucida bem o caso deste meu trabalho junto à Renner Herrmann.

No Brasil não há uma prática corriqueira de conservação documental privada e as notícias de destruição de importantes registros documentais infelizmente não são raras. Muito poucos são os casos de iniciativas de organização de tais acervos empreendidas por seus gestores ou detentores, com o objetivo final de franqueá-lo à consulta.³

Em meio a meu olhar aflito de historiadora, tentei manter os documentos, mas sem sucesso. E, em seguida, mudei meu olhar pensando: É como se o personagem do século passado tivesse descartado uma série de cartas ou fotos, etc... E descartou, certamente, muita coisa que não chegou aos dias de hoje. Descartou deliberadamente. O que ficou para nós historiadores é uma *seleção*. É, via de regra, aquilo que “importava a eles”, aquilo que eles produziram de melhor. É a partir de registros fragmentados que se faz história. É com esta consciência, de que documentos são sempre uma seleção de memória, que o historiador escreve a história.

3 BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. (Pg.23-79) In.: PINSKY, Carla. **Fontes Históricas**. SP: Contexto, 2005. (p.42).

No caso do acervo com que trabalhei, não tenho como avaliar a respeito dos documentos descartados pelos proprietários. Mas torno a mencionar a importância de seu interesse pelos documentos que foram arquivos, bem como a importância de seu contato com o ofício do arquivista e do historiador. Quanto à abertura daquele arquivo para pesquisa, a decisão da empresa ainda é de mantê-lo com acesso restrito.

A Execução do Projeto: Pesquisa, Manutenção e Catalogação

Iniciado o trabalho, a pesquisa e conhecimento progressivos da instituição e do acervo permitiram que o pré-projeto apresentado para a contratação fosse sendo incrementado e se tornando mais claro. Atendendo à pressa da empresa na conclusão do Arquivo, não procedi à reelaboração do projeto. Entretanto, as ideias iam se definindo, relatórios semanais foram feitos, bem como anotações e cronogramas diários também. O trabalho seguiu sendo realizado em conversação com a secretária da direção.

O resgate das fotografias consistiu na higienização e restauração, catalogação, digitalização e acondicionamento físico. Trabalhando sozinha, implantei este arquivo de quase 2,5 mil fotos em cinco meses, trabalhando três dias por semana.

De um modo geral, os documentos fotográficos estavam em excelente estado de conservação. Apesar da antiguidade da empresa, poucos foram os documentos produzidos ou guardados, referentes às primeiras décadas de sua existência (décadas de 1920, 1930 e 1940). As primeiras fotografias a aparecerem em quantidades significativas, obedecendo a padrões de incidência são da década de 1950. É interessante perceber como esta incidência aumenta progressivamente a cada década, sendo que a quantidade maior de itens e cópias corresponde às décadas de 1980 e 1990. Para o século XXI quase não houve fotos impressas. São praticamente todos documentos digitais, que a empresa tem em grande quantidade, e que não entraram neste projeto de resgate de acervo.

Das décadas de 80 e 90 há um grande número de peças praticamente iguais, e também quantidade de cópias. Há seqüências inteiras de uma cena em fotografias. Este fenômeno é próprio de uma época em que a fotografia se popularizou. Boa parte da população tinha acesso à uma máquina fotográfica para uso amador. De modo que, em muitas ocasiões, não era mais necessária a presença de fotógrafos

profissionais. Porém, para que se tivesse garantia de a foto ser boa ou mesmo de que sua revelação fosse bem sucedida, tirava-se muitas fotos de uma mesma cena.

Considerando hoje, este procedimento foi correto, pois a maioria dos negativos destas fotos foram perdidos ou descartados. De modo que a cópia garantiu a permanência dos documentos. A partir dessa característica do acervo, observei que se abre uma brecha para um debate interessante sobre as características da reprodutibilidade fotográfica em cada época. Insisti com os proprietários que arquivássemos as cópias ou peças em sequência, e assim foi feito. Pois isto indica um fator importante para qualificação e interpretação histórica.

Sendo, portanto, um acervo em boas condições físicas, o trabalho de restauração foi mínimo e a higienização foi bastante simples. Utilizei basicamente luvas e máscara para proteção do profissional, flanela, pincel tipo trincha, escova bigode, pó de borracha e espátula. Estes dois últimos materiais foram usados principalmente para a retirada de marcas de cola e papel colado no verso das fotos (raramente na imagem), em itens que haviam sido utilizados para diversos fins de exposição.

A seguir apresento três fotografias do acervo, exemplificando, assim, os estados de conservação referenciados acima. A imagem abaixo é uma foto de catálogo de venda de máquinas. Ao concluir sobre o tipo de máquina, com auxílio do diretor da Renner, é uma provável foto da década de 1940. Trata-se de um dos itens mais danificados da coleção. Seu restauro foi parcial, valendo-me inclusive de espátula para fazer raspagem de papel colado na própria imagem, como resultado da ação do tempo e intempéries. Como se pode ver, ela apresenta manchas de umidade e outras ações. E boa parte do papel colado à imagem não pode ser retirado, sob risco de se raspar a própria imagem junto.

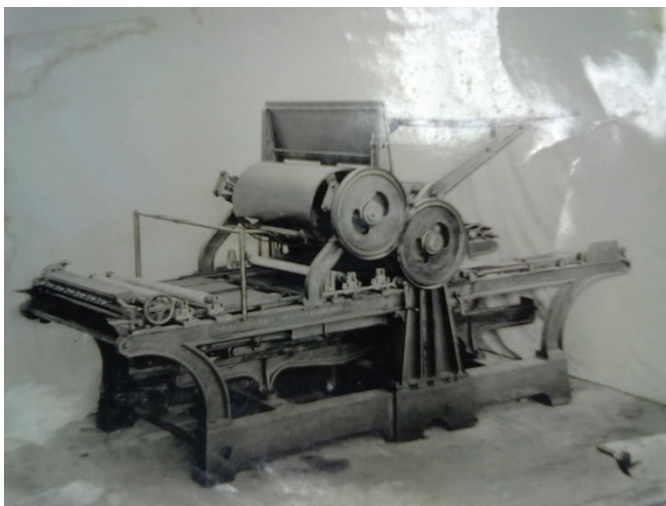


Figura 1. <223 TRSA D POA 1 171s12>. Máquina da Firma Faber e Ichlischer fotografada em estúdio para mostruário apresentado à Tintas Renner S. A. Década de 1940 ou 1940. Arquivo Histórico Fotográfico Renner Herrmann, 2013.

A seguir apresento um segundo exemplar da conservação das imagens, escolhido também aleatoriamente entre tantas outras em situação similar. Trata-se de um exemplar em estado de conservação intermediário, se considerarmos o universo de itens fotográficos deste Arquivo. A imagem, em si, está em excelentes condições. Entretanto, está colada sobre uma cartolina – seu suporte secundário – assim como centenas de fotos das décadas de 1940 e 1950. Não foi possível a remoção das fotos dessas cartolinas. A cartolina está amarelada, com sinais de oxidação que ainda não atingiram o suporte primário da fotografia.



Figura 2 <265 RHS A M POA 1 40> Funcionário trabalhando na Metalgráfica, década de 1950. Arquivo Histórico Fotográfico Renner Herrmann, 2013.

O terceiro exemplar indica as fotos que considerei em excelente estado de conservação neste Arquivo. Nesta categoria poderia apresentar também fotografias em p/b da década de 1950, mas considero pertinente concentrar a atenção nas centenas de fotos produzidas nas décadas de 1970 a 1990, cuja quantidade chama realmente a atenção, e pode situar o leitor sobre com que tipo de material estamos lidando.



Figura 3 <1360 TRSA A PDSA 1 122s68> Funcionários em laboratórios de cores, tinas automotivas, São Paulo, década de 1990. Arquivo Histórico Fotográfico Renner Herrmann, 2013.

Em termos de pesquisa, neste ponto da reflexão nos deparamos com um fenômeno interessante e importante. Grande parte do acervo em questão – talvez possamos estimar que dois terços do acervo – eram itens que foram encontrados por mim agrupados em envelopes, plásticos, ou colados em papéis e cartolinas, com anotações. Trata-se de fotos que foram utilizados uma ou mais vezes em eventos, exposições ou publicações das empresas Renner Herrmann. Nos envelopes e bilhetes encontramos referências a esses usos, recados de secretárias, mas principalmente identificação das imagens que acompanhavam. A observação disso tudo fez parte da pesquisa, naturalmente, e a maior parte dessas informações passou a fazer parte das fichas catalográficas, denominadas por mim, para este arquivo, de Ficha de Fotografia Individual.

Observando meu trabalho de higienização e identificação do acervo, penso que talvez o trabalho realizado por apenas uma pessoa apresente algumas vantagens: à medida que eu retirava as fotos das caixas e envelopes para higienização, elas já iam sendo analisadas uma a uma, bem como toda e qualquer inscrição na foto,

no envelope, bilhetes, etc., foram criteriosamente guardados ou notificados como relativos ao item correspondente. Este rastreamento poderia ter sido bem mais detalhado, indicando, assim, o histórico de cada fotografia, campo constante nas fichas de catalogação que criei. Esse é mais um trabalho que não foi realizado, haja vista aos prazos para conclusão do arquivo.

Como sou historiadora, trago o olhar diacrônico inato. Por isso, meu primeiro impulso de ordem foi tentar colocar as fotografias distribuídas em décadas. Em seguida, ainda na primeira semana de trabalho, pude acrescentar um segundo critério: a estrutura interna do Grupo, suas diversas empresas, diferentes ramos de atuação, bem como as modificações ao longo de seus 85 anos de história. Dessa maneira, a cada item pesquisado, meu conhecimento sobre Renner Herrmann e a complexidade daquela organização iam crescendo.

Em diálogo com os documentos, com dois funcionários antigos da Renner – conhecedores de sua estrutura há mais de 20 anos – e em duas reuniões com o vice-diretor, pude chegar aos poucos a uma estrutura de quadro de arranjo. À medida que essa organização evoluía, pude me desprender da classificação cronológica. Suas informações permaneceram nas fichas catalográficas de cada item. Algumas datas mais precisas e outras menos. Algumas indicando ano ou até dia e mês, outras uma referência vaga da década a que pertence.

Em grande parte das referências de tempo, buscou-se uma aproximação da época com base em atributos da própria imagem documental: vestimentas e moda, logotipo da empresa (que mudou seis vezes e cuja evolução está registrada em quadros no escritório central da Renner Herrmann), as datas de aberturas (ou encerramentos) de filiais, fábricas, sociedades e novas empresas do Grupo Renner, as tecnologias de cada época, o local da cena, as cidades, veículos, etc. Enfim, toda e qualquer característica da imagem pode nos dar referências e informações inúmeras, entre elas, de tempo. Depende do olhar investigativo de quem analisa as fotos. E este é um trabalho aguçado de pesquisa e interpretação.

No entanto, para fins de organização de um arquivo, esta classificação torna-se imprecisa em muitos momentos, além de ter difícil diálogo com outras classificações. Datar um documento que originalmente não é datado – o caso da imagem fotográfica – pode ser uma tarefa arriscada, imprecisa e que, por isto mesmo,

dificilmente virá em auxílio da organização e da consulta do arquivo. Além do mais, este trabalho de interpretação faz parte da consulta, muito mais que da organização de um acervo. Como já referi, os olhares podem ser múltiplos e as conclusões, portanto, também. É isso, entre outras coisas, que enriquece os debates históricos.

É natural que durante uma consulta se busque por uma situação no tempo, além do espaço. Assim sendo, escolhemos por preencher algo referente ao tempo, em cada ficha de fotografia, mas o arquivo não tem seus princípios fundamentados em datas.

Propositadamente a estrutura do quadro de arranjo que criei é flexível. No processo de classificação sempre poderá haver modificações e implementações nessa estrutura. Foi o que ocorreu nessa pesquisa, em que o próprio conhecimento que eu tinha dos documentos e da empresa ocorreu e se aprimorou durante os cinco meses ali trabalhados. Agora, essas modificações no quadro de arranjo não se dão apenas em função de uma lacuna no conhecimento do pesquisador. Como disse, a flexibilidade é proposital. Reflexo de aprofundamento do conhecimento e também uma necessidade intrínseca à organização do arquivo, que vai possibilitar a sua ampliação futura. A empresa cujo acervo organizei ainda existe, sua história segue acontecendo. Muitas mudanças ocorrem e ocorrerão em sua estrutura, o que irá refletir na estrutura de organização do seu arquivo, ou seja, no quadro de arranjo.

Chegar à estrutura do quadro de arranjo é consequência natural das pesquisas. O conhecimento da estruturação das empresas Renner Herrmann, sua trajetória e produtos com que trabalha já indicam uma formatação. As próprias siglas de referência a cada nome de empresa ou marca facilitaram o trabalho, pois pude incorporá-las como parte do índice criado.

Sem a disponibilidade de tempo necessária para se desenvolver um estudo teórico para a criação do acervo com base nele, tomei por base os conceitos de Bellotto⁴, que pareceram apropriados para a realidade dos documentos que tinha sob minha responsabilidade.

A seguir apresento o quadro de arranjo desenvolvido. A pedido da empresa,

4 BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: Tratamento documental. 4ª ed., RJ: FGV, 2006.

troco as siglas reais de suas marcas, cujo sigilo foi solicitado. Sendo um arquivo particular, neste momento de implantação considerou-se o uso restrito de seus proprietários.

Quadro de arranjo do Arquivo Renner Herrmann

Identificamos dois fundos: TRSA – Tintas Renner S. A. – e RHSA – Renner Herrmann S. A.. O fundo RHSA refere-se a todos os negócios – empresas e produtos – que ao longo da história permaneceram exclusivos da administração da família Renner Herrmann. O fundo TRSA abrange todas as empresas, produtos e negócios que ao longo dos anos tiveram contato administrativo com outras empresas e grupos empresariais: sociedades, *joint ventures*, associação de produtos, empresas ou negócios vendidos. São fundos de diferença conceitual concernente aos negócios da Renner Herrmann. De modo que o fundo TRSA abrange maioria significativa de fotos até o início do século XXI. Já o fundo RHSA será desenvolvido a partir de fotos mais atuais, a partir do século XXI, a maioria fotos digitais com as quais não trabalhamos neste projeto.

A partir dos fundos, criamos seções. O fundo TRSA tem cinco seções, e o fundo RHSA tem seis seções. Cada seção abrange os documentos respectivos aos produtos Renner Herrmann, sendo representados por uma letra maiúscula na indexação do item. Desta forma temos, por exemplo,

TRSA = Fundo **D** = Seção

A seguinte subdivisão são duas séries temáticas que identifiquei como incidentes em todo o acervo: As séries 1 (Fábrica) e 2 (Social). Apesar dos diversos assuntos concernentes às fotografias do acervo, pude observar que todas se enquadram em fotos que representam cenas internas ou externas das FÁBRICAS, série 1; fotos que representam situações de convívio SOCIAL, série 2. Sendo assim, na Ficha de Fotografia Individual ainda classifiquei o seguinte:

Quadro 1: Modelo das Séries dentro da Ficha de Fotografia Individual

Série 1 = Fábrica	Série 2 = Social
Vista externa	() direção
() aérea	() funcionários
() paisagem	() publicidade
Vista interna	() família
() Prédios e máquinas	() cursos e congressos
() Funcionários e máquinas	() feiras
	() homenagens
	() negócios

A próxima subdivisão do quadro de arranjo diz respeito a pequenas coleções ou conjuntos de fotografias, que denominamos Dossiês Temáticos. Cada dossiê envolve um conjunto de fotografias referentes a um único evento (uma comemoração, uma feira de exposições, uma pesquisa, construção de fábrica, inauguração, etc).

No total do Arquivo Renner Herrmann identifiquei 111 dossiês temáticos, representados no final do número individual das fotografias pela letra “s” minúscula, seguida do número do dossiê. Cada um dos 111 dossiês está indexado no Catálogo de Consulta do Arquivo por seu número e título. Exemplo: s80 – Inauguração do Centro Regional de Goiânia, 1985 (69 peças). Naturalmente, as fotos que não pertencem a nenhum dossiê temático, apresentam simplesmente seu número de indexação, sem o seguimento “s”, referente a dossiê.

Para sua identificação individual, cada item fotográfico tem uma numeração única. A fim de não trabalharmos com números longos, com quatro algarismos, de não nos perdermos na contagem, e de facilitar a localização, cada fundo e seção tem uma contagem própria. E, dentro das seções, cada série também inicia nova numeração para os itens. Desta forma, dentro da seção D, por exemplo, temos a série 1 e a série 2, de modo que os itens foram numerados conforme o modelo no quadro 2. E se a peça pertencer a algum dossiê, consta TRSA D 2 02s3, por exemplo.

Quadro 2:

TRSA D 1 01 TRSA D 1 02...	TRSA D 2 01 TRSA D 2 02...
-------------------------------	-------------------------------

No entanto, para a empresa e para meu trabalho, esta numeração não foi suficiente. À medida que realizava o trabalho simultâneo de identificação, criação de ficha catalográfica, numeração e digitalização das fotos, o computador registrava automaticamente uma ordem de digitalização. Resolvi contar com esta numeração, a qual foi registrada antes da indicação do fundo. Sendo assim, temos o exemplo, 01 TRSA D POA 2 01; 02 TRSA D POA 1 01; 03 TRSA D POA 1 02; 04 TRSA D POA 1 03; etc...

Este número da ordem de digitalização permite uma segunda ordenação dos itens no Arquivo físico. Uma ordenação geral, que facilitou a contagem geral de itens do Arquivo, e uma segunda garantia de acerto na ordem. Entretanto é um número mais figurativo, pode auxiliar para a localização digital da peça, de outra parte, não interfere na contagem interna do quadro de arranjo.

Além do número de ordem de digitalização, incorporei outro código que facilitará em grande parte as buscas no acervo, por parte dos usuários. Este código seria como uma Subseção que, no entanto, não interfere na numeração dos itens. As Subseções dizem respeito a referências de fábricas, portanto, locais. São representadas pelas siglas dessas fábricas e/ou empresas, as mesmas utilizadas amplamente dentro da Renner. Ao ver o número individual do item, vê-se também esta sigla, o que indica de que se trata a fotografia.

As fotos que não se referem a fábrica específica, evento de fábrica ou local (cidade, país, estado) específicos, são agrupados sob a subseção POA (Porto Alegre), onde sempre foi e ainda é a sede e o coração da Renner Herrmann.

No final desta explanação, chegamos ao número da catálogo das peças deste arquivo. Trago como exemplo dois itens escolhidos aleatoriamente: 360 TRSA D POA 2 69s19 e 760 TRSA D POA 1 329, onde:

Quadro 3 :

n° digitlç	Fundo	Seção	Subseção	Série	item	Dossiê
360	TRSA	D	POA	2	69	s19
760	TRSA	D	POA	1	329	

Conhecendo as informações sobre o que é cada um desses códigos e números acima, e conhecendo um pouco da estrutura da empresa, podemos perceber uma boa quantidade de informações no próprio número ou código da fotografia. Ou seja, o simples fato do local – físico ou digital – em que está armazenada, bem como seu código de referência nos trazem informações sobre o que seja aquele item.

Dos itens exemplificados acima, podemos dizer que o primeiro indicado é a 360ª foto digitalizada. Pertence ao fundo TRSA, uma imagem de cunho SOCIAL, referente às Tintas Decorativas (D), a eventos ocorridos em Porto Alegre ou pelo menos relacionados à direção da Renner. Dentro desta seção D e da série 2 (social) é o 69º item, e pertence a uma coleção, o dossiê temático s19.

Restam algumas questões: Qual o assunto deste dossiê? Quantos itens tem? A cena da foto mostra a direção, família, negócios, publicidade, homenagens, cursos e congressos ou feiras? Para responder a essas questões, aí sim, devemos abrir a fotografia e/ ou sua ficha catalográfica. Ali teremos estas e outras informações sobre o item.

As Fichas de Fotografia Individual do Arquivo Fotográfico Renner Herrmann

Finda a parte principal de prospecção do acervo, pude elaborar um modelo de Ficha Catalográfica que apresentasse informações sobre cada item. A ideia inicial era estudar e explanar cuidadosamente cada campo informacional, de modo a trabalhar com o software ICAATOM.

Em diálogo com colegas arquivistas⁵, revi a necessidade de se trabalhar detalhadamente o conceito de cada fundo, seção e série do Arquivo. Explanar do que se trata cada um, trazendo informações que enriqueceriam e organizariam o

5 Cito principalmente a arquivista Rita de Cássia Portela, professora de arquivologia no curso de museologia da UFRGS.

acervo. Uma vez pronto este trabalho conceitual e intelectual, tudo estaria pronto para ser introduzido no software adequado para aquele Arquivo.

Este trabalho chegou a ser iniciado, mas teve de ser interrompido. Como não foi desenvolvido, também não trouxe neste artigo maiores detalhes sobre o que são os fundos TRSA, RHSA, e cada seção estabelecidos para este quadro de arranjo.

Neste estágio do projeto novamente tivemos de readaptar o planejamento inicial, pois não haveria suporte especializado de informática para adequar o software escolhido por eles. Não haveria tempo para se desenvolver um trabalho de escrita de textos que expusessem todas as informações que trazia comigo sobre aqueles documentos pesquisados por mim durante dois meses. Infelizmente, é um trabalho que se perdeu, talvez, pois no momento de pesquisa, muita informação sobre aquele material estava ali, viva em minha memória.

Ao contrário disso tudo, a direção solicitou que a Ficha Catalográfica que eu estava estruturando fosse ainda mais simplificada. Foram suprimidos dados detalhados sobre estado físico das fotos, sobre o histórico de cada item (em que circunstâncias foram produzidos e usados ao longo de sua existência), dados complementares sobre a empresa, os quais dariam sentido aquelas fotos todas.

Enfim, para não se perder o projeto de um trabalho detalhado e a possibilidade de inserção deste Arquivo num software – seja ICAATOM ou outro – simplifiquei a Ficha de Fotografia Individual, mas demonstro aqui também o primeiro modelo de Ficha, que tem alguns detalhes a mais. Igualmente, a forma como foi estruturada esta Ficha, possibilita que campos sejam acrescidos, e que o trabalho seja aperfeiçoado e completado no futuro. Neste mesmo sentido foi fundamental o uso de linguagem controlada de acordo com as normas da NOBRADE.

Abaixo, a Ficha de Fotografia Individual inicial e sua simplificação. A Ficha inicial continha identificação prevendo também outros tipos de documentos que fazem parte do Arquivo da Renner e que, num primeiro momento, também seriam trabalhados. Estes documentos são slides (cromos), negativos flexíveis e fotografias digitais. Na realidade, esta classificação poderia ser expandida até mesmo para os outros tipos de documentos, bem diferentes de fotografias, que compõem o acervo. Entretanto nem chegamos a cogitar este trabalho para as condições apresentadas. Se fosse o caso, deveria haver reflexão teórica a respeito de arquivos que separam tipos

Fontes Pesquisadas:
Observações:

Características físicas

Suporte primário	
Suporte secundário	
Cópia em outra mídia / Documentos correlatos	
Dimensões	Da imagem/cena: Do suporte primário (em que foi impressa): Do suporte secundário (papel, cartão, álbum):
Coloração	<input type="checkbox"/> colorida <input type="checkbox"/> p/b <input type="checkbox"/> sépia <input type="checkbox"/> monocromática
Superfícies	<input type="checkbox"/> com textura <input type="checkbox"/> lisa
Estado de conservação	<input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim Observação:
Tipo de higienização e/ ou restauração	
Inscrições na foto	
Inscrições anexas à foto	
Recomendações	
Histórico da fotografia: Para o que foi criada, tipos de uso que sofreu, para o que foi utilizada, como chegou aqui, etc.	
Data Início da Pesquisa: 04 / 08 /2012	Profissional: Angélica Bersch Boff
Data Término da Pesquisa: 22 / 01 /2013	Profissional: Angélica Bersch Boff

As diferenças principais entre a primeira ficha elaborada e a definitiva (onde os campos **negritos** sublinhados foram suprimidos) são que nesta última usou-se: 1) o aspecto enxuto entre meia e uma página; 2) Informações sucintas e objetivas sem justificativas; 3) poucas informações sobre o estado físico das fotografias e principalmente, sobre o trabalho realizado com elas.

Por conta da simplificação das fichas, muitas informações acabam se repetindo, os detalhes e especificidades de informações não constam. De modo a parecer que há grande número de fotos idênticas. Na verdade há grande número de itens muito semelhantes, às vezes quase iguais, a partir da década de 1980 e 1990.

Além disto, a ficha inicial propõe espaços diversos para justificativas, onde se deixaria clara a autoria e procedência das informações: se são diretas do objeto ou do possuidor original, atribuídas ao longo da vida institucional da peça ou atribuídas pela historiadora responsável.

Entendo que esta minimização dificultará o trabalho futuro, sobretudo concernente a dois pontos: primeiro, a pesquisa que deverá ser refeita. Segundo, sobre que tipo de trabalho foi realizado no resgate físico destes documentos. De qualquer forma, temos um trabalho iniciado, um arquivo organizado, a possibilidade de pesquisas e a possibilidade de aprimoramento futuro.

Tratamento físico e digital

Dado o contexto de realização deste projeto, podemos dizer que o tratamento físico e digital das fotografias deste acervo foi amplamente simplificado, embora resguardando condições próprias para preservação. Os documentos foram acondicionados em envelopes em cruz, confeccionados por mim em papel neutro de gramatura 140g. A princípio este acondicionamento seria individual.

No entanto – mais uma vez agilizando o serviço – observei o excelente estado de conservação dos itens, e resolvi agrupar sobretudo os dossiês temáticos num mesmo envelope. Estes itens geralmente se referem a fotos das décadas de 1980 e 1990. E lembro que estavam guardados há décadas desordenadamente em caixas de papelão, envelopes diversos ou pequenos álbuns fotográficos fornecidos por lojas de revelação de fotografia. Enfim, entre as possibilidades, escolheu-se a de menor impacto para manutenção futura das fotos.

Os envelopes com as fotos foram guardados em pastas polionda, que por sua vez foram acondicionadas horizontalmente em um armário de metal antioxidante, próprio para sustentação de peso de papéis. As pastas polionda seguramente não são a melhor opção, porém a mais prática e barata. De qualquer modo o material

tem como respirar e está protegido. Preferi esta alternativa à arquivos de pastas suspensas, sendo estas pastas confeccionadas em papel ácido.

A organização física foi feita de acordo com as próprias seções e séries, indexadas no Catálogo de Consulta, de modo a facilitar sua localização. Neste mesmo armário estão ordenados e numerados progressivamente os 33 álbuns fotográficos referidos no início deste artigo.

Para a digitalização também não pudemos nos deter em estudos das técnicas existentes. Realizamos, então, a digitalização em alta resolução, com scanner de mesa, respeitando normas básicas de margem para além do documento, indicando o final da imagem. No sistema de informática da Renner, os dois fundos e suas seções estão numa pasta – Arquivo Histórico Fotográfico Renner Herrmann. Dentro das pastas das seções encontram-se as Fichas de Fotografia Individual feitas em *word*, acompanhadas em seguida do arquivo *jpg* da fotografia correspondente, digitalizada. Para este primeiro momento, os modos de busca se darão através do software Microsoft Research e do próprio Windows.

Considerações finais

A partir de minha experiência profissional, considero que a flexibilidade é um fator importante, tanto no trabalho do historiador como do arquivista. Fator este que muitas vezes viabilizará não só a execução de um projeto, como também e inclusive a educação da sociedade sobre a importância de seus documentos e sua história.

É necessário prever num projeto a possibilidade de futura ampliação ou aprofundamento do trabalho. Quando nós historiadores, arquivistas, museólogos, somos chamados a realizar a organização de um arquivo documental histórico as propostas de trabalho não são ideais, pelos mais diversos motivos. E, como historiadora, penso que podemos aceitar o trabalho, que pode ser o início de um novo que se desemanha, tanto no campo da pesquisa e arquivologia, como no campo da educação histórica patrimonial.

Referências Bibliográficas

ABREU, Ana Lucia de. **Acondicionamento e guarda de acervos fotográficos**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação biblioteca Nacional, 1999.

ALVES, Mônica Carneiro; VALERIO, Sergio A.; PIGOZZO, Graziella de C. **Manual para indexação de documentos fotográficos**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Biblioteca Nacional, 1998.

AXT, Gunter. **Parlamentares gaúchos: A. J. Renner – discursos e artigos (1931-1952)**. Porto Alegre, RS: Assembleia Legislativa do RS, 2000.

BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. In.: PINSKY, Carla. **Fontes Históricas**. SP: Contexto, 2005. (p.23-79).

BARUKI, Sandra; COURY, Nazareth; HORTA, João Carlos. **Cadernos técnicos de conservação fotográfica**. Rio de Janeiro, RJ: FUNARTE, 2004.

BELLOTTO, Heloísa. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2006.

CONARQ, Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística**. Rio de Janeiro, RJ: CONARQ, 2006.

FILIPPI, Patrícia; LIMA, Solange Ferraz; CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Como tratar coleções de fotografias**. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FUJITA, Mariangela Spotti Lopes et al. **A memória acadêmica em imagens fotográficas: representação documental e digitalização de fotografias**. Natal, RN: Anais do XIII SNBU, 2004.

KLIEMANN, Luiza Schmitz; AXT, Gunter. **Renner Herrmann 70 anos: nas cores uma história**. Porto Alegre, RS: Prêmio Editorial Ltda., 1997.

MICHELON, Francisca F; ESPÍRITO ANTO, Anaizi C.. **Imagens da cidade: catálogo fotográfico – Séc XIX/1930**. Pelotas, RS: Biblioteca Pública Pelotense / FAPERGS, 2000.

OLIVEIRA, Roni S. **Fundamentos da organização de arquivos fotográficos**. São Paulo: Projeto Informação Audiovisual - Curso on line disponível em <<http://informacaoaudiovisual.com.br/ead/>>. Acesso em: dezembro de 2012.

SILVA, Rita de Cássia Portela da. **Padrões de Metadados para instrumentos de pesquisa: a integração em benefício do usuário tendo por base o acervo da fábrica Rheingantz**. 2010, Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010. Disponível em <http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3273> Acesso em 30 de abril de 2013.

Fontes

RENNER HERRMANN S. A. <**223 TRSA D POA 1 171s12**>. Porto Alegre, 2013. Fotografia, p/b. 17x23cm. Máquina da Firma Faber e Ichlischer fotografada em estúdio para mostruário apresentado à Tintas Renner S. A. Década de 1940 ou 1940. Arquivo Histórico Fotográfico Renner Herrmann. Acesso restrito.

RENNER HERRMANN S. A. <**265 RHSA M POA 1 40**>, Porto Alegre, 2013. Fotografia, p/b, 17,5x23,5cm. Funcionário trabalhando na Metalgráfica, década de 1950. Arquivo Histórico Fotográfico Renner Herrmann. Acesso restrito.

RENNER HERRMANN S. A. <**1360 TRSA A PDSA 1 122s68**>, Porto Alegre, 2013. Fotografia, color. 12,5x16cm. Funcionários em laboratórios de cores, tintas automotivas, São Paulo, década de 1990. Arquivo Histórico Fotográfico Renner Herrmann. Acesso restrito.

Saneamento e Urbanização no Rio Grande do Sul durante os anos de 1916 a 1931: o papel da SOP – Secretaria de Obras Públicas, a cidade de Iraí como referência.

Luís Francisco da Silva Vargas

Resumo: Nos anos 20 do século XX, o Rio Grande do Sul passava por grandes obras de infraestrutura. A construção e abertura de estradas, ferrovias e canais fluviais estavam aliadas ao plano de colonização de terras situadas no norte do estado que, conjuntamente, com as obras de saneamento fizeram com que o poder público estadual se confrontasse com uma nova realidade - a da organização urbana. Isto estava dentro de uma conjuntura nacional e mundial em que se constituíram no imaginário social ideias modernizantes e de vanguarda. Dentro deste contexto, o Governo do Estado através da Secretaria das Obras Públicas (SOP), desenvolveu e fiscalizou projetos e obras municipais de saneamento, que abrangiam a captação e abastecimento de água, rede hidráulica, rede de esgotos e expansão da cidade, desencadeando uma campanha de higienização que passa a ser, sinônimo de urbanização, além do projeto para a nova “cidade das águas” de Iraí.

Palavras chaves: Saneamento – Evolução Urbana – História do Urbanismo – Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul – Saturnino de Brito.

A abordagem deste artigo está centrada na história do processo de desenvolvimento do saneamento urbano no Rio Grande do Sul. Os Relatórios da Secretaria das Obras Públicas (SOP), do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, concernentes aos anos de 1916 até 1931, servem de referência a este estudo. Período no qual ocorreu a primeira ação pública regional de saneamento das cidades gaúchas.

Os relatórios da SOP foram arrolados através de uma minuciosa e prolongada pesquisa, na antiga mapoteca dessa secretaria, e se constituem nas fontes primárias e nas principais unidades de pesquisa e análise deste artigo. O acervo documental que legitima este artigo é um denso e extenso conteúdo bibliográfico que apresenta detalhadas informações e sustentam as afirmações que nele estão contidas. Somam-se aos relatórios avaliados mais de 70 registros gráficos, entre publicações, manuscritos e relatórios de outras secretarias ou pertencentes às

comissões e diretorias da SOP, produzidos no mesmo período enfocado, que foram localizados na antiga mapoteca da SOP.

A prospecção de dados foi feita, entre os anos de 2006 e 2008, estas informações tinham como intuito a confecção de uma dissertação de mestrado, que foi defendida em 31 de agosto de 2011, para o PROPUR/UFGRS – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A coleta de dados encerrou-se em dezembro de 2008, devido a mudanças físicas na mapoteca e ao remanejamento de seu arquivo histórico para local não revelado. Conforme informações obtidas, em novembro de 2008, com o arquiteto Carlos Renato Savoldi – que até esta data era o diretor da Divisão de Projetos da SOP, setor responsável pela mapoteca - seria feita então a catalogação desse acervo, enviando-o ao órgão estadual, responsável por guarda e documentação histórica. No entanto, atualmente este material histórico encontra-se no arquivo geral do Centro Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS), também conhecido como Centro Administrativo Fernando Ferrari, à espera de uma minuciosa classificação.

Contudo, a delimitação do período cronológico não impediu a investigação sobre desdobramentos posteriores desse processo, tampouco a pesquisa de outras fontes que auxiliassem no entendimento conjuntural da temática que o presente artigo discorre. As discussões teóricas em relação às questões dos problemas urbanos eram expressas em periódicos da época, como a revista EGATEA, publicação que era editada pela Escola de Engenharia de Porto Alegre, entre 1914 a 1934. A partir dessa análise foi possível o levantamento da relação de todas as cidades saneadas, durante a década de 1920, no Rio Grande do Sul.

A ação pública de saneamento, pela qual passou o Estado do Rio Grande do Sul, sobretudo durante toda a década de 20, do século XX, foi concretizada por meio de projetos, planos, legislações, obras e intervenções urbanas, executadas e fiscalizadas pelo governo estadual, através da Comissão de Saneamento do Estado, subordinada à SOP. Estas obras de saneamento orientaram o crescimento das cidades e suscitaram novas espacialidades. As infraestruturas sanitárias deixaram contribuições e permanências na paisagem das cidades gaúchas, que são percebidas até hoje.

Estudos recentes, conduzidos por acadêmicos, cientistas, profissionais da área, órgãos nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais, têm mostrado como as questões relacionadas ao saneamento, saúde pública e redes de serviço de água potável e esgoto cloacal, continuam atuais depois de quase um século. A ausência destas redes ainda é uma realidade que aflige, principalmente, as cidades de países pobres ou em desenvolvimento. Muitas cidades brasileiras ainda não possuem rede de água e esgotos, provocando inúmeros problemas à população (BRASIL, 2004).

Estas obras e projetos de saneamento estavam integradas a um plano estatal de modernização e desenvolvimento regional, pelo qual passou o Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX, denominado Plano Geral de Viação, que foi instituído em 1913. Com a efetivação desse plano, o estado vivenciou uma experiência de planejamento regional, em um processo que envolvia práticas simultâneas de intervenção e regulação do poder público estadual, sob a orientação da SOP, em uma ação que envolvia o planejamento regional integrado e o desenho urbano. Nesse momento histórico, a técnica era a principal lógica universal. O principal mote desenvolvido pela razão técnica, “[...] é o da circulação, com as exigências de fluidez, acessibilidade, velocidade, etc.” (MENESES, 2001: 13).

A abertura de redes viárias (fluviais e terrestres), a implantação de uma política de colonização, as regras para o uso e o manejo da terra e a fundação de novas cidades coloniais, (sobretudo na parcela norte do estado, que então, ainda se encontrava despovoada), estavam previstas pelo Plano Geral de Viação. Os projetos e as obras de infraestruturas sanitárias eram simultâneos e integrados às obras desse Plano. As ações de saneamento agregaram uma nova dinâmica ao processo de planejamento regional que estava em curso no Rio Grande do Sul, somando-se às demais políticas públicas que estavam sendo desenvolvidas pela SOP, entre elas, a construção de prédios públicos.

A entrada contundente do Estado no equacionamento dos problemas sanitários, somente ocorreu com a criação, em 1918, da Comissão de Saneamento do Estado, que era coordenada pelos engenheiros vinculados a SOP. Iniciou-se assim, uma nova etapa na história desta secretaria, assim como das cidades rio-grandenses. A finalidade desta Comissão era orientar, fiscalizar, coordenar, elaborar e implantar

projetos de sistemas de captação e abastecimento de água, rede hidráulica, rede de esgotos (pluvial e cloacal), drenagem, além de planos de expansão de cidades, prevendo o crescimento urbano, com infraestruturas sanitárias.

Apesar das medidas estatais de saneamento urbano terem sido implantadas tardiamente no Rio Grande do Sul, já durante a última década de vigência da República Velha, elas estavam inseridas no contexto das transformações impostas pela Revolução Industrial. O presente estudo está condicionado a um espaço de tempo mais amplo, que abrange a segunda metade do século XIX e os primeiros decênios do XX, no qual ocorrências epidêmicas motivaram ações higienistas nas nações industrializadas e em industrialização. As cidades brasileiras e gaúchas não se diferenciavam dos centros urbanos do Velho Mundo em relação aos problemas sanitários, que eram enfrentados após a Revolução Industrial (SOUZA, C. F. de., 2010). Por isso, ao falarmos desse período histórico pelo qual passou o Rio Grande do Sul, não é possível desvinculá-lo da conjuntura e do pensamento europeus da época, aos quais estavam ligados os intelectuais, os políticos e os cientistas.

Nos primórdios do século XX, se multiplicavam pela Europa os Congressos de Higiene, nos quais se debatiam que “[...] *uma nova ciência de aplicação devia eclodir: a ciência da organização das massas sobre o solo*” (BARDET, 1990:8). Essa ciência resolveria os problemas de salubridade das cidades, devido às grandes concentrações humanas, originadas pela Revolução Industrial. Portanto o urbanismo surgiu como ciência diretamente relacionada à questão da higiene, como “[...] *consequência de novos problemas colocados por fenômenos cuja amplitude quase não conhecíamos exemplo na história*” (ibidem: 8-9).

Durante o século XIX, constituíram-se na Europa, diferentes correntes do pensamento médico e da saúde, dentre elas as concepções do sanitarismo e do higienismo.

Detentor de um conjunto de ideias de caráter médico-social, o sanitarismo foi um movimento que se constituiu enquanto um marco para as Ciências Humanas e Sociais. Seu objetivo era esclarecer a sociedade – principalmente as elites políticas, intelectuais e econômicas – sobre a precariedade das condições sanitárias e higiênicas, dos meios físicos e sociais (ROSEN, 1994). O higienismo surgiu em meados do século XIX, também proveniente da crescente industrialização europeia.

Sua ideia central era valorizar a população como força produtiva de bens e capital. Era direcionado à cidade, tornando-a espacialmente racionalizada, livre de sujeira, moléstias e epidemias (CASTRO-SANTOS, L. A., 1985).

No Brasil, as ideias sanitaristas e higienistas constituíram-se no começo do século XX. Obtiveram força no início do regime republicano, durante a República Velha. O sanitarismo contribuiu para a discussão de problemas do conjunto da sociedade brasileira. Sua intenção era obter apoio para ações de políticas públicas saneadoras, tanto para a área urbana como para a rural (VILLAGA, 1999). As ideias higienistas objetivavam a educação e o ensino de novos hábitos, preconizando normas que tinham o intuito de aprimorar a saúde e a higiene coletivas.

Os conceitos higienistas e sanitaristas que embasavam socialmente e cientificamente a necessidade de sanear as cidades – referenciados por médicos, engenheiros, cientistas, filósofos e outros intelectuais – não eram totalmente unânimes e, por muitas vezes, até mesmo contraditórios. Tais profissionais eram os principais personagens das disputas científicas e conceituais travadas sobre o tema do saneamento urbano.

Em finais do século XIX e início do XX, circulavam diversas teorias sobre a forma de se projetar, construir e intervir nas cidades. As referências internacionais, na época, eram as reformas de cidades europeias, como Viena (Ringstrasse) e Barcelona (Ensanche, projeto do engenheiro Cerdà), mas, sobretudo, a de Paris, comandada pelo Barão de Haussmann. O modelo *haussmanniano* compreendia desde aspectos técnicos (circulação e transportes, traçados das vias públicas, avenidas e bulevares, redes hidráulicas, de luz e de gás, parques, jardins e equipamentos públicos) até a forma administrativa (SOUZA, C. F. de, 2010).

O chamado modelo *haussmanniano* se originou da crise que, em meados do século XIX, as cidades nos países industrializados passavam, devido ao crescimento urbano estimulado pela industrialização, o que ocasionou a intensificação da vida urbana, o aumento da população, a densificação das construções, o trânsito intenso de pessoas e mercadorias, juntamente a uma total falta de saneamento. A abrangência deste modelo encontrava-se na resolução desses problemas até a composição da estrutura administrativa do executivo (funcionários, técnicos e equipe de engenheiros) e de seus serviços públicos.

Na reforma de Paris, os paradigmas do urbanismo da época – representados pelo tripé higienismo, circulação e embelezamento – foram contemplados pela implantação de redes hidráulicas, de luz e de gás, pela abertura de grandes vias de circulação (avenidas e boulevares) e, finalmente, por equipamentos urbanos (parques e jardins) (SOUZA, C. F. de., 2010). A partir de então, a resolução desses problemas incorporou-se como parte integrante da administração da cidade.

Antagonicamente, exerceram influência, no meio profissional dos engenheiros da SOP, os princípios urbanísticos do arquiteto austríaco Camillo Sitte, crítico das reformas realizadas na cidade de Viena. Sitte acreditava que os espaços urbanos estavam repletos de peculiaridades, portanto, antes de sofrerem intervenções, deveriam ser levadas em conta, suas preexistências. Esse pensamento se opunha à abertura arbitrária de grandes avenidas, em meio à malha urbana tradicional, como no projeto para Paris, ideia que também se chocava com a ortogonalidade dos traçados dos projetos sanitaristas, que incorporavam o ideário do urbanismo francês.

Esses conceitos chegaram ao Brasil nos últimos anos do século XIX e nos primórdios do século XX, produzindo profundas alterações no modo de projetar e conceber as cidades. No cenário nacional, adquiriu notoriedade a reforma urbana pela qual centro do Rio de Janeiro, na época capital federal, durante a gestão do prefeito Pereira Passos (1903-1906). Também se destacou o projeto para a nova capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, que foi inaugurada em 1897, este projeto foi realizado por uma equipe técnica, coordenada pelo engenheiro Aarão Reis. Projetar e construir novas cidades teve origem no “[...] *urbanismo monumental e embelezador de origem barroca, manifestado nos projetos de Versalhes, no de Washington e na Paris de Haussmann*”, (VILLAÇA, 1999: 178), além do movimento City Beautiful.

No Brasil os engenheiros “*Divulgaram suas idéias pelo mundo através dos movimentos republicanos, chegando no Brasil pelo pensamento positivista implantado nas academias, em especial nas escolas de engenharia, onde encontrou um campo extremamente fértil ao seu desenvolvimento.*” (SOUZA, C. F. de., 2010: 20). Eles foram responsáveis pela formação de clubes e sociedades de engenharia. No Rio Grande do Sul, os engenheiros da SOP foram os principais responsáveis pela divulgação dessas novas concepções urbanísticas, que tiveram influência em seus projetos urbanos. Alguns tiveram participação

fundamental nos quadros da Igreja Positivista do Brasil.

As mudanças sociais iniciadas com a Revolução Industrial – que no final do século XIX e início do XX ainda se delineavam, só que em escala global – geraram motivos para que Pensadores e filósofos europeus elaborassem estudos a respeito da sociedade. Um desses reformadores foi o francês Auguste Comte (1798-1857). O conjunto de preceitos do sistema *comteano* era possuidor de um projeto social, baseado em leis pretensamente científicas, que detinham um programa de reformas, constituindo-se em uma corrente ideológica e filosófica, o positivismo. Seus objetivos eram renovar a sociedade, promover o bem comum, o conforto espiritual, físico, moral e material. Mais tarde, esse conjunto de preceitos transformou-se em uma doutrina religiosa.

Essas teorias e reflexões detiveram forte prestígio junto a intelectuais, políticos e cientistas brasileiros. No Rio Grande do Sul, as ideias positivistas arregimentaram muitos adeptos e exerceram forte influência, tanto em sua versão religiosa como na sua forma ideológica e filosófica, que foi interpretada politicamente. O Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) distinguia-se de outros partidos republicanos regionais brasileiros por ter um programa político que era fortemente alinhado às teorias de Auguste Comte. Tais ideias tiveram repercussão na condução de obras e projetos de saneamento, revelando que, nesse processo, houve coerência entre política, técnica e ideologia. No Rio Grande do Sul foi essencial o papel e a ênfase, que os profissionais da engenharia tiveram na constituição de tal linha filosófica.

Embora em todo o mundo industrializado ou em industrialização, no saneamento urbano se destacasse o trabalho dos médicos, um novo espaço de saber começava a se constituir: o dos engenheiros. Foram eles os arautos da modernidade mundial e os principais coordenadores, articuladores e autores de remodelações, projetos e intervenções urbanas em todo o mundo ocidental, industrializado ou em processo de industrialização, que se operaram a partir da segunda metade do século XIX (ARGAN, 1992).

No Brasil, embora tenha prevalecido o trabalho combinado entre médicos e engenheiros, o mesmo não aconteceu no Rio Grande do Sul: “*Essa perspectiva cresceu em meio a conflitos e com dilemas entre médicos, positivistas e médicos-positivistas, numa conjuntura política diversa da que prevalecia no restante do Brasil*” (WEBER, B. T., 1999,

s/p.). A principal discordância passava pela afirmação que fizeram os médicos não positivistas, da defesa da autonomia da medicina, frente à política, às ideologias e aos preceitos filosóficos. Isso foi um dos motivos pelo qual a discussão sobre o saneamento das cidades gaúchas encontrasse ressonância no campo da engenharia. Os engenheiros chefaram órgãos e comissões estatais, criadas para viabilizarem as intervenções urbanas infraestruturais, dentre as quais, a que obteve maior relevância e poder, dentro do aparato administrativo gaúcho, foi a Secretaria das Obras Públicas (SOP). Tal aspecto revela a forte afinidade ideológica dos profissionais do campo da engenharia com os princípios positivistas que regravam o estado.

Além de coordenar obras de saneamento urbano, a SOP possuía uma organização administrativa interna, que era composta por diretorias e comissões, as quais asseguravam uma amplitude de atribuições e responsabilidades, distintas e específicas.

A Diretoria de Obras Públicas da SOP tinha como incumbência o gerenciamento estratégico na área de construção e a manutenção de prédios estatais, desde a concepção e a elaboração do projeto até a sua execução. Essa diretoria também tinha atuação direta na configuração da cidade, através da construção de praças e vias urbanas.

Através das diretorias de Viação Terrestre e de Viação Fluvial, a SOP abria, construía e conservava estradas de rodagem, ferrovias, canais fluviais e portos. As redes de transporte ajudavam na colonização de áreas desocupadas do estado e, por consequência, em seu desenvolvimento, além de estabelecerem relação com o restante do país. Sob sua gerência, encontrava-se a construção dos portos de Rio Grande e de Porto Alegre, que garantiriam o fluxo de saída e chegada de mercadorias e pessoas de outros estados e do exterior.

Por intermédio da Diretoria de Terras e Colonização, a SOP participou da organização e da estruturação territorial e demográfica do estado. Através da regulação da ocupação da terra, articulou, coordenou e incentivou atividades regionais produtivas (industriais, agrárias e pastoris). Realizava assentamentos rurais em áreas ainda devolutas do estado, situadas principalmente na região norte do Rio Grande do Sul, espaço territorial que, na época, passava por um grande processo de povoamento.

Favorecer o desenvolvimento das cidades condizia com os princípios republicanos de incentivar o progresso. Amparados por essa premissa, foram elaborados e executados, entre os anos de 1891 e 1920, pela Diretoria de Terras e Colonização, projetos para novas cidades coloniais, majoritariamente situadas na região norte do Rio Grande do Sul. Em uma ação que envolvia, além do desenho urbano, o planejamento urbano e regional, o que fez com que o poder público estadual se confrontasse com uma nova realidade, denominada *organização urbana*. Entre essas cidades estão Guarani das Missões, Jaguari, Marcelino Ramos, Porto Lucena, Sobradinho, Santo Cristo, Erechim, Ijuí e Santa Rosa, (as três últimas, atualmente se constituem em cidades médias e polos regionais).

Como naquela época o termo urbanismo ainda não existia, as expressões organização urbana e melhoramentos eram comumente utilizadas para substituí-lo. Os projetos e as obras de infraestrutura também eram intitulados organização urbana; alguns acompanhavam projetos de ampliação da malha urbana, chamados de expansão da cidade. O termo expansão da cidade tratava do planejamento do crescimento espacial da cidade, devido à sua evolução, prevendo e dotando áreas desocupadas, de serviços de redes de água e esgoto, planejando e direcionando o seu crescimento, através de futuros traçados viários.

As obras e os projetos de urbanização necessitavam de uma legislação específica, que assegurasse a higienização, a estética e a modernização dos espaços públicos. Essas características comuns eram conhecidas como embelezamento. Tais regulamentos eram estendidos às construções, principalmente às fachadas dos prédios, para que proporcionassem similaridade à morfologia urbana, imprimindo elegância estilística, aliada à racionalidade e às necessidades de ventilação e higiene. As obras de saneamento amalgamaram-se com os projetos de organização urbana, melhoramentos, expansão da cidade e embelezamento.

Dentro deste quadro se destacam a figura e a atuação profissional do engenheiro sanitarista fluminense Francisco Saturnino de Brito. Republicano e positivista, Saturnino se notabilizou por vários projetos de saneamento urbano no Brasil, com reconhecimento internacional. Este engenheiro obteve destaque nas obras de saneamento que foram desenvolvidas, para as principais cidades gaúchas existentes na época. Seus projetos propunham redes de água e esgotos, muitos

acompanhados de planos de expansão de cidades, com novos traçados urbanos, todos eles realizados com base em preceitos higienistas e sanitaristas.

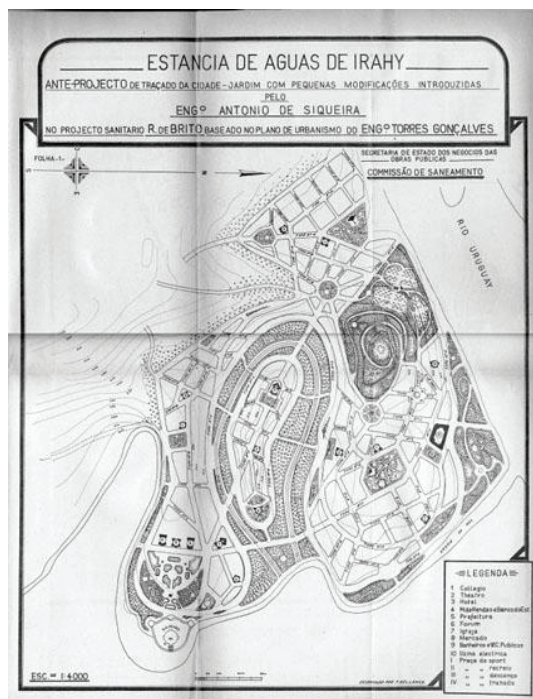
O engenheiro Saturnino de Brito, ao mesmo tempo, que utilizou nesses projetos o traçado regular xadrez, também propôs, para outros, traçados irregulares, de acordo com as curvas de nível do terreno. Tal atitude em parte coincidia com os conceitos preconizados por Camillo Sitte, em sua obra “*A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*”, que este engenheiro leu em 1905 (ANDRADE, C. R. M., 1997).

Entre as novas cidades coloniais que foram projetadas na região norte gaúcha, uma obteve destaque: Iraí. Além de ter sido planejada para ser a sede de uma colônia, seu principal objetivo da nova cidade era o de ser uma estação de águas minerais, ou seja, uma cidade de lazer, descanso e saúde, o que a torna emblemática, pelo fato de que na época eram obtidos grandes avanços na área de saúde e higiene. Cidades voltadas para esta finalidade já eram recorrentes desde o final do século XIX na Europa e em outros estados brasileiros.

Seu projeto original denominava-se Cruzeiro do Sul e foi organizado, em 1919, pelos engenheiros Antônio de Siqueira, chefe da Comissão de Saneamento do Estado, e Carlos Torres Gonçalves, chefe da Diretoria de Terras e Colonização da SOP, com projeto prévio de redes de águas e esgotos de autoria do engenheiro Saturnino de Brito. A cidade nova de Iraí foi o primeiro núcleo urbano gaúcho (pode-se conjecturar que foi o segundo do Brasil, sendo que a primeira foi Belo Horizonte) a possuir um prévio projeto de águas e esgotos. Entretanto, o plano para essa nova cidade só iria tomar corpo no começo da década de 1930, quando seu projeto já aparecia com a denominação Iraí, tendo sofrido alterações. Nesse momento, seu projeto passou a ter como coautor o engenheiro Saturnino de Brito, que propôs alterações em seu traçado, que foram publicadas no Relatório de 1930.

O projeto para Iraí foi um dos últimos que contou com a participação do engenheiro Saturnino de Brito, que faleceu em Pelotas, em 10 de março de 1929, quando estava nesta cidade inspecionando os trabalhos de execução de seus projetos de saneamento. O plano para Iraí estava adequado aos princípios urbanísticos que surgiam e se consolidavam, e isso ocasionou com que novas aceções e conceitos vinculados ao urbanismo fossem utilizados nos documentos pesquisados, como

zoneamento e cidade jardim.



O projeto urbano para Iraí foi pioneiro na utilização do zoneamento funcional no Rio Grande do Sul. Conforme Flávio Villaça (1999: 177), “*Entende-se por zoneamento a legislação urbanística que varia no espaço urbano. No Brasil, o zoneamento tem início no Rio de Janeiro e em São Paulo nas últimas décadas do século passado*”. O conceito de zoneamento empregado em Iraí se aproxima ao de plano urbanístico, uma vez que vai além do projeto do traçado das ruas, incluindo também projetos de saneamento, parques e áreas verdes, que faziam parte do balneário integrando às zonas residencial, comercial e industrial. Por fim, também procurava agregar a cidade ao território agrário circundante.

Outro aspecto singular no plano para Iraí estava na designação de cidade jardim às suas zonas residencial e de lazer. Esse conceito remete ao criado por Ebenezer Howard (1996), na virada do século XIX para o XX, cuja teoria preceitua a criação de pequenos núcleos urbanos adaptados ao seu ambiente natural e conectados a atividades agrícolas, mas que também eram detentores de atividades

industriais (ANDRADE, Liza M. S., 2003). Encontramos, nos relatórios, citações ao arquiteto austríaco Camilo Sitte, não obstante a influência *haussmaniana* se faz presente no desenho dos principais eixos viários dessa cidade. Esse conjunto de ressonâncias cria uma situação de projeto extremamente original.

Os Relatórios da SOP, relativos aos anos de 1916 e 1917, são os que efetuam as primeiras menções às fontes sulfurosas do Mel. Já no período de 1918 a 1929, foram propostos e realizados os principais projetos de saneamento para cidades gaúchas, pela Comissão de Saneamento do Estado e pelo engenheiro sanitário Saturnino de Brito.



As intendências de Pelotas e Porto Alegre também realizaram obras de saneamento, que somente foram fiscalizadas pela SOP. As obras de Porto Alegre foram denominadas “*obras de saneamento e urbanismo*” (SOP, Relatório de 1927, 2 v.: 75) e estavam integradas ao Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre, datado de 1914. O segundo volume do Relatório de 1927, (cuja data de edição é de 25 de Julho de 1927), além de expor a consolidação dessas obras, também transcreve o Decreto de Reorganização da Comissão de Saneamento do Estado (Decreto nº 3.803 de 29 de janeiro de 1927). O mesmo exemplar também apresenta um texto no qual se aborda a história do saneamento mundial, e ainda utiliza, pela primeira vez, o vocábulo *urbanismo* em relação às obras de saneamento. O capítulo da Diretoria de Terras e Colonização (SOP, Relatório de 1927b, 2v.), referindo-se aos trabalhos de

organização urbana, afirma que estes eram da alçada do arquiteto urbanista.

Por fim, os anos de 1929, 1928 e 1931 descrevem os principais trabalhos e os municípios que receberam projetos de saneamento da SOP. O compêndio de 1930 registra a realização do Primeiro Congresso das Municipalidades do Rio Grande do Sul, no qual foram apresentadas nove teses elaboradas pela Comissão de Saneamento do Estado. As teses abordavam temas como: urbanismo e saneamento no Rio Grande do Sul; tratamento do efluente de esgotos; habitações rurais; código de edificações urbanas e rurais; abastecimento de água; medição de cursos de água etc.

O Relatório de 1931 encerra o período delimitado pelo fato de descrever o ano de 1930, no qual ocorreu uma ruptura política nacional que foi representada pela Revolução de 30. Em virtude do maior peso político que os gaúchos detinham nesse movimento revolucionário, as forças vitoriosas decidiram transmitir o poder a Getúlio Vargas, que era então o Presidente do Estado do Rio Grande do Sul.

Computam-se 29 cidades do interior gaúcho que são mencionadas nos relatórios, mais Porto Alegre totalizando 30 cidades, as quais receberam, foram fiscalizadas ou foram propostos projetos e ações de saneamento. Estes projetos variavam para cada cidade, poderiam ser parciais ou completos, mas se dividiam em: captação de água (com tratamento e filtração), rede hidráulica (abastecimento de água), rede de esgoto cloacal, drenagem (esgotos pluviais) e expansão da cidade. Estes núcleos urbanos dividem-se em: 21 cidades oriundas do começo da ocupação territorial do estado; seis cidades da primeira fase da colonização europeia do Rio Grande do Sul; duas *cidades novas* coloniais, que estavam situadas ao norte (incluindo Iraí); mais a capital Porto Alegre.

O engenheiro Saturnino de Brito elaborou projetos para 13 dessas cidades, sendo que em 12 delas o pedido partiu da SOP – Pelotas foi a exceção, pois seu projeto foi realizado por solicitação da Intendência Municipal. Entre 1918 e 1927, ele foi o autor ou teve participação em estudos e projetos de saneamento para 13 cidades do Rio Grande do Sul. Saturnino, juntamente com os engenheiros da SOP Carlos Torres Gonçalves (chefe da Comissão de Terras e Colonização) e Antonio de Siqueira (chefe da Comissão de Saneamento do Estado), participou da elaboração do projeto para a nova cidade de Iraí. Desses projetos, cinco tiveram participação ou alterações introduzidas pela equipe da Comissão de Saneamento do Estado. A

SOP, por intermédio da Comissão de Saneamento do Estado e de sua equipe de engenheiros, foi a autora de 15 projetos de saneamento.

Sanear significou também planejar, as obras, os projetos, as leis e as ações públicas de saneamento realizadas pela SOP no período dos anos 20, do século XX, foram as principais responsáveis pela urbanização do Rio Grande do Sul. Os planos, as obras e os projetos de saneamento urbano elaboradas pela SOP traziam uma visão global de cidade, ao mesmo tempo em que as questões regional e urbanística se encontravam presentes. Destarte o saneamento foi o principal responsável pela introdução do urbanismo, em sua acepção moderna, no estado do Rio Grande do Sul. Além disso, o plano para Iraí estava plenamente de acordo com as ideias urbanísticas de sua época.

- Principal local de prospecção de dados e fontes bibliográficas:

Antiga mapoteca da S.O.P. – Secretaria de Obras Públicas. CAFF - Centro Administrativo do Estado Fernando Ferrari, Avenida Borges de Medeiros, 1501, 03º andar. Neste local, se encontravam a grande maioria, do acervo, histórico, que constitui as fontes primárias, que foram pesquisadas por esta Dissertação, (Relatórios, documentos, ofícios, mapas, plantas, etc. referentes às datas abordadas), este material histórico foi transferido, para os arquivos gerais do Centro Administrativo, após a remodelação física da mapoteca, (por isto a utilização, do termo “antiga”).

- Fontes Primárias

SOP, Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul. **Relatórios da SOP elaborados entre os anos de 1899 à 1931.** [Porto Alegre]: SOP. Relatórios de 1899-1931.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, C. R. M. . Saturnino de Brito: um projetista de cidades. In: **AU-Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, nº 72, p. 70, jun./jul. 1997. Disponível em: <<http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/72/um-projetista-de-cidades-24030-1.asp>>. Acesso em: jan. 2010.

ANDRADE, Liza M. S. . O Conceito de Cidades-Jardins: uma adaptação para cidades sustentáveis. In: **Arquitextos Vitruvius**, 2003. Disponível em: <<http://www>

vitruvius.com.br/revistas/browse/Arquitextos/04.042>. Acesso em: 14 fev, 2011.

ARGAN, Giulio Carlo. **Artemoderna**. São Paulo: Companhia das letras, 1992. 709p.:il.

BARDET, Gaston. **O urbanismo**. Campinas: Papirus, 1990. 141 p. , il.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Caderno de saneamento ambiental**. Brasília, DF, 2004. 101 p., il.

CASTRO-SANTOS, L. A. . O pensamento sanitaria na Primeira República: uma ideologia de construção de nacionalidade. In: **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 28, n° 2, p. 193-210, 1985.

GOITIA, Fernando Chueca. **Breve História do Urbanismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1982. 209p.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades-jardins de amanhã**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 211 p.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Prefácio: Cidade-capital, hoje? In: ANGOTTI-SALGUEIRO, H. (Org.). **Cidades-capitais do séc. XIX**. p. 9-17. São Paulo: Edusp, 2001.

ROSEN, George. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Hucitec, 1994. 400p., il.

SCHILLING, Voltaire. SEDAC, Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul. **O Pensamento de Comte**. Porto Alegre: Memorial do Rio grande do Sul, 2007. 16 p. (Caderno de História, n° 23). Disponível em: <<http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/comte.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

SOUZA, C. F. de. **O Plano de Melhoramentos de Porto Alegre: da Concepção às Permanências**. 2004. 286f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU/USP, São Paulo, 2004.

_____. **O Plano de Melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade**. Porto Alegre: Armazém Digital. 2010. 2ª edição ampliada e revista.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba (Org.); SCHIFFER, Sueli R. (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 169-243.

WEBER, B. T. **As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na república Rio-Grandense – 1889-1928**. Santa Maria/Bauru: Editora da UFSM/EDUSC, 1999. v. 1, 249 p.



Leitura e Análise Diplomática do Livro Tombo III da Catedral Diocesana de Santa Maria

Jonas Ferrigolo Melo

Eneida Izabel Schirmer Richter

Karin Christine Schwarzbald

Resumo: o presente trabalho define-se como uma pesquisa com abordagem quantitativa descritiva, por analisar as características de um objeto de estudo, o Livro Tombo. Foi escolhido intencionalmente, como plano amostral, o Livro Tombo III da Catedral Diocesana de Santa Maria, por abranger a data de criação da Diocese desta cidade (1910). A partir da amostra podemos chegar ao objetivo da pesquisa: averiguar a existência ou não de regras para as anotações nos Livros Tombo. A análise do livro deu-se a partir de uma tabela pré-composta contendo tópicos referentes à partição analítica. A análise dos dados foi interpretada através de gráficos, para facilitar a visualização. Além disso, o trabalho apresenta o histórico da religião católica em Santa Maria (1777 a 1912), composto com dados extraídos do Livro Tombo analisado, sendo informações de caráter reservado a pesquisadores.

Palavras-chave: Diplomática – Partição analítica – Análise diplomática – Livro Tombo – Arquivo Eclesiástico.

I Introdução

No decorrer da milenar história da igreja católica, percebe-se múltiplas iniciativas pastorais referentes a patrimônio histórico. A memória dessas obras produzidas confirma, para a igreja, o esforço dos crentes em procurar esses bens, proporcionando a criação de uma cultura de inspiração cristã, a fim de promover integralmente a pessoa humana, tornando algo indispensável para sua evangelização. Além da produção desses bens culturais, a igreja veio a preocupar-se com a valorização pastoral, e conseqüentemente pela tutela daquilo que produziu, tendo a partir de então a missão de conservar essas produções através dos arquivos.

A Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, no Vaticano, produz inúmeras cartas circulares, que são enviadas a todos os Bispos do mundo. Em um dos trechos da carta circular “A Função Pastoral dos Arquivos Eclesiásticos”, publicada em fevereiro de 1997, diz:

[...] os arquivos são lugares da memória das comunidades cristãs e factores de cultura para a nova evangelização. São, pois, um bem cultural de primeira importância, cuja peculiaridade está em registrar o percurso feito ao longo dos séculos pela Igreja em cada uma das realidades que a compõem. Enquanto lugares da memória, devem recolher sistematicamente todos os dados com que é escrita a articulada história da comunidade eclesial [...].

O estudo documentado e não prejudicial do próprio passado torna a igreja mais “perita em humanidade”, pois faz conhecer a sua espessura histórica e, ao mesmo tempo, permite-lhe reconhecer-se na sua necessária, pluriforme e contínua obra de inculturação e aculturação.¹

No intuito de incentivar a ação de conservar e valorizar a documentação arquivística eclesial desenvolveu-se esse estudo. Acredita-se, que com a utilização dos documentos conservados nos arquivos eclesiásticos, a comunidade cristã passará a dar maior valor ao material, tornando assim, sua preservação, uma atividade de suma importância, facilitando o acesso aos testemunhos documentais à comunidade em geral. Os arquivos eclesiásticos merecem atenção especial tanto sobre o aspecto histórico documental, como no espiritual. Por meio desses documentos, descreve-se a história das comunidades, acontecimentos em geral, batizados, casamentos, óbitos, eventos religiosos, solicitações paroquiais. Estes registros são realizados pelos párocos de cada Paróquia. Assim, tornando-se instrumentos úteis para descrever histórias e referência para busca de informações sobre os diversos acontecimentos daquela comunidade.

Sendo assim, para que esses registros possam ser utilizados para pesquisa e, da melhor forma possível, reproduzir com clareza as informações, devem ser elaborados utilizando critérios como utilização de datas tópicas e cronológicas, como nome de pessoas envolvidas, entre outros dados indispensáveis que serão abordados nesta redação. A análise diplomática que se realizou no Livro Tombo número III, da Catedral Diocesana de Santa Maria, consiste em diagnosticar a presença ou não desses tópicos. A memória é um elemento essencial da identidade individual e

1 PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. **Carta Circular:** a função pastoral dos arquivos eclesiásticos. Editora do Vaticano. Cidade do Vaticano, 1997, p.5-6.

coletiva de uma comunidade, sendo que a ausência de alguma informação consiste em uma lacuna na sua memória.

II Histórico da Diocese de Santa Maria

A Comissão mista instalada nas terras da futura cidade de Santa Maria, em 1777, tinha um Capelão, Pe. Eusébio de Magalhães Rangel da Silva, que tratou logo de construir um oratório. Com a retirada da Comissão em outubro de 1801, foi desmontado o oratório e Pe. Eusébio de Magalhães retirou-se da cidade. A região passou a pertencer a Paróquia de Cachoeira onde o pároco, Pe. Inácio Francisco Xavier dos Santos, autorizava o deslocamento de religiosos para atender as necessidades espirituais dos cidadãos. Pe. Antônio José Lopes, Coadjutor da Paróquia de Cachoeira, em julho de 1810, instituiu uma Capela em Santa Maria, porém não fora nomeada legalmente pela autoridade eclesiástica. Assim, os sacerdotes ainda tinham que se remeter a Matriz de Cachoeira para fins de batizados e casamentos.

Em 1835, inicia a Guerra dos Farrapos e ao mesmo tempo, por lei provincial nº 6 de 17 de novembro de 1837 é criada a Freguezia de Santa Maria da Boca do Monte, passando o curato a Paróquia, ou seja, deixando de ser Capela filial de Cachoeira para também se tornar Matriz. Mas esta elevação não foi recebida pelos cidadãos com clamor, afinal, em meio a Revolução ninguém tinha a intenção de gozar das vantagens da então Matriz. Em 1840, os revolucionários começam vagarosamente a retornar à cidade, reabre-se a igreja e o reverendo Mathias Carneiro Mendes de Sá assume a igreja matriz. Finalmente, no ano de 1845, todos que sobreviveram a Guerra dos Farrapos retornam para casa e só então os cidadãos lembram que o Curato foi elevado a Paróquia.

Em 7 de maio de 1848, o Papa Pio IX assina e publica a bula *“Ad oves dominicas rite pasceudas”*, a qual criava o Bispado de São Pedro de Rio Grande do Sul. Entretanto, o Bispado teve seu primeiro Bispo nomeado depois de muitas questões diplomáticas e anos de discussões. Até que em 29 de junho de 1853, Dom Feliciano José Rodrigues Prates desembarca em Porto Alegre como seu primeiro Bispo. A posse e investidura canônica aconteceram em 3 de julho do mesmo ano.

A Freguezia de Santa Maria da Boca do Monte esteve, até então, vinculada ao município de Cachoeira. Por lei provincial de nº 400, de 16 de dezembro de 1857,

a freguezia foi elevada a categoria de vila, sendo instalado o novo município em 17 de maio de 1858. No mesmo ano, encerra o Bispado de Dom Feliciano, o então Bispo do Rio Grande do Sul.

José Marcelino de Souza Bittencourt (1866-1887) foi nomeado Pároco de Santa Maria em 12 de fevereiro de 1866, tomando posse em 4 de março do mesmo ano, conforme expresso por Pe. Caetano Pagliuca em relação apresentada ao Bispo Coadjunto de São Pedro do Rio Grande, Dom João Antônio Pimenta, em visita pastoral:

Um dos menos maus vigários foi o Cônego José Marcelino de Souza Bittencourt, que muito zelava pelo esplendor do culto, mas, tendo-se metido em política, tornou-se inimigo a uma parte da população, foi desacatado e agredido, escapando milagrosamente da morte. O Cônego Marcelino administrou-a desde 1866 a 1887, sendo neste ano removido como Cura para a Catedral de Porto Alegre. A ele são devido as alfaías da Matriz, da Capela do Pinhal, etc. Ao sair desta cidade deixou em construção a capela que atualmente serve de Matriz e. ameaçando missas, a igreja matriz colocada na praça [...] Saldanha Marinho.²

Em 1884 inicia em Santa Maria uma longa discussão entre a Câmara de Vereadores e a comunidade eclesiástica, onde a primeira requeria a demolição da igreja matriz alegando que esta estava sendo escorada por madeiras e apresentava estado de ruínas, oferecendo risco aos fiéis; do outro lado os padres opunham-se a tal fato e preferiam reformar a velha igreja, supondo que os políticos estavam querendo destruir o catolicismo na cidade. Para resolver o caso, em abril, foi designada uma comissão para examinar o estado da igreja.

Após decidirem pela demolição da igreja matriz, os vereadores enviaram um relatório para o governo da Província, denunciando o estado de ruínas da igreja e comunicando sua demolição o mais breve possível. O governo silenciou sobre o fato. Sem a resposta, no dia 15 de janeiro de 1885, a Câmara de Vereadores oficializou tal ação ao bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira, enviando-lhe uma carta:

2 LIVRO TOMBO número 3 da Paróquia Nossa Senhora da Conceição. 1989-1915, p.85-86.

A mais de ano esta Câmara em vista do estado deplorável de nossa Igreja Católica que tem as paredes abaladas e escoradas por grossos madeiros, ameaçando desabar a todo o momento, nomeou uma comissão de peritos para, examinado-a, dar parecer sobre o estado em que a mesma se achava.³

Na mesma carta os vereadores procuraram relatar como realmente se encontrava o Templo e suas precárias condições, alertando que a atitude de “demolir esse edifício em ruínas [era] para evitar uma catástrofe, que trará não só o luto, como a desolação para todas as famílias desta cidade”⁴. Também solicitaram ao Bispo que ordenasse ao vigário, Marcelino Bittencourt, para que retirasse as imagens sagradas da matriz e as colocasse na Capela do Divino, afim de que pudessem iniciar a demolição. Novamente, os vereadores reforçaram o interesse em construir um novo Templo para abrigar a igreja matriz, com tamanho compatível com o desenvolvimento acelerado da cidade. Depois desta, vieram outras cartas do Vigário Marcelino, do Bispo Laranjeira e principalmente da Câmara de Vereadores, e essa discussão durou quatro anos (1884-1888).

Em 8 de maio de 1887, desembarca em Santa Maria seu novo pároco, Padre Aquiles Parrela Catalano, que tratou logo de saber notícias sobre a demolição da Matriz, que já se prolongava por quase dois anos. Em carta enviada ao Bispo Laranjeira, o novo pároco demonstrava mais interesse nas intenções da Câmara de Vereadores e não em manter a velha Matriz. Meses depois, em setembro de 1887, Pe. Catalano comunica à Câmara que as obras da Capela do Divino estavam concluídas e que logo poderia dar início à demolição da igreja. Nesse mesmo ofício, o Padre confirma a aceitação do Bispo quanto à demolição e sugere que o material seja leiloado a fim de utilizar o valor arrecadado para construção do altar, oratório e do que fosse necessário para as celebrações na Capela do Divino.

Após o recebimento deste ofício do Pe. Catalano, o presidente da Câmara de Vereadores enviou outro ao governo provincial, comunicando a demolição do templo. A resposta do governo da província chegou autorizando o juiz de direito a

3 KARSBURG, Alexandre de O. **Sobre as ruínas da Velha Matriz:** religião e política em tempos de ferrovia. Santa Maria, 2007, s/pág.

4 KARSBURG, Alexandre de O. **Sobre as ruínas da Velha Matriz:** religião e política em tempos de ferrovia. Santa Maria, 2007, *Op.cit.*, p.48.

providenciar a demolição e a venda do material da velha Matriz. Até que, finalmente, em 20 de dezembro de 1888, o farmacêutico, João Daudt Filho, arrematou o prédio da Antiga Matriz pelo valor de 205 mil réis para dar início a construção do primeiro teatro da cidade, o Theatro Treze de Maio, devendo demolir a velha igreja o quanto antes.

O valor oferecido pelo material e principalmente seu destino revoltou Pe. Aquiles Catalano. Conforme seus registros no Livro Tombo nº III, dia 23 de dezembro de 1888, Pe. Aquiles enviou um telegrama para o vigário capitular de Porto Alegre, monsenhor Vicente Ferreira da Costa Pinheiro:

Amanhã vão demolir Igreja velha. Materiais arrematados para edificar teatro! É lícito? Existem dentro restos mortais vigário [Antônio Gomes Coelho do] Valle, devo antes exumá-los? Convém preservar pedra fundamental?⁵

Logo que recebeu o telegrama de Catalano, monsenhor Pinheiro enviou um ofício ao presidente da província, no dia 24 de dezembro de 1888:

O vigário de Santa Maria da Boca do Monte acaba de telegrafar-me, comunicando que amanhã [25 de dezembro] vai ser demolida a Igreja Matriz daquela cidade, porque se acha arruinada, sendo os seus materiais arrematados para edificação de um teatro. [...] parecendo-me que até de propósito se escolheu o aludido dia, em que a Igreja Católica celebra o nascimento do Redentor do mundo para se consumir esta espécie de violência e profanação.⁶

No mesmo dia, o presidente provincial João Galdino Pimentel enviou outro ofício à Câmara de Vereadores de Santa Maria, mandando suspender a demolição da Matriz, e alegando que a data escolhida é uma agressão a Igreja Católica. A Câmara prontamente respondeu, dizendo que havia sido a própria presidência da província que autorizou o juiz de direito a derrubada da igreja. A resposta dos vereadores foi a seguinte:

5 LIVRO TOMBO número 3 da Paróquia Nossa Senhora da Conceição. 1989-1915, p.13.

6 KARSBURG, Alexandre de O. **Sobre as ruínas da Velha Matriz:** religião e política em tempos de ferrovia. Santa Maria, 2007, p.57.

Entende, pois, esta Câmara não ser mais de sua competência intervir nas ações praticadas por aquele juízo, hábil, e no pleno gozo de sua independência jurídica, para sobrestar, anular, ou proceder como for de direito relativamente aos atos consequentes de semelhante processo. É o que tem esta Câmara a informar a V. Ex^a. A quem Deus Guarde.⁷

A partir deste momento abriu-se fogo cruzado entre Câmara de Vereadores e Governo provincial. O padre Catalano foi proteger-se junto ao monsenhor Pinheiro, já que se encontrava em uma situação delicada, pois em ofício havia informado a Câmara que o processo de demolição poderia ser iniciado e que o material fosse leiloado, tudo confirmando a aceitação do Bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira. Porém, conforme afirma Karsburg (2007), nenhum documento escrito por Dom Sebastião, que autorizasse o vigário Catalano a demolir e vender os materiais da velha Matriz foi encontrado no Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

No ano de 1890, assume o terceiro bispo do Rio Grande do Sul, Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão. Em visita pastoral a Santa Maria, em janeiro de 1895, o Bispo fora ameaçado de morte pela população por ter chamado atenção publicamente do padre Catalano devido a envolvimento inadequados em sua vida pessoal. Em agosto, apesar de protestos da população, Dom Cláudio substitui Pe. Catalano por Pe. Carlos Becker. Alguns meses depois, em novembro, este Padre é intimado a deixar a cidade por receber ameaças da população como tentativa de ter de volta o antigo Padre, Aquiles Catalano. Nesta ocasião, Pe. Becker deixou a seguinte declaração:

Em 15 de novembro de ano supra (1895) tive que retirar-me desta paróquia tendo sido antes intimado pela força bruta de um grupo de cerca de 30 homens inimigos da religião e, por conseguinte, de todo o sacerdote cumpridor de seus deveres. Que venham melhores tempos para este povo infeliz cujos destinos imortais são dirigidos por homens sem lei.⁸

Após algumas tentativas de trazer Padres italianos à região, chegou a Pia

7 KARSBURG, Alexandre de O. **Sobre as ruínas da Velha Matriz: religião e política em tempos de ferrovia.** Santa Maria, 2007, p.58.

8 LIVROTOMBO número 3 da Paróquia Nossa Senhora da Conceição. 1989-1915, p.86.

Sociedade das Missões, os Palotinos. Padre Wimmer foi o primeiro Palotino a comandar a Paróquia, empossado em março de 1896. Os desafios que Pe. Wimmer encontrara eram inúmeros, “o espírito religioso e a frequência dos sacramentos eram nulos, a assistência da missa aos domingos se reduzia a vinte pessoas, a maior parte negros ou italianos. Pe. Wimmer sofreu muito para ser tolerado e não abandonar o lugar de combate. Houve intimações [...] e convite para a maçonaria”.⁹

Pe. Wimmer aos poucos foi conquistando a população, e abrindo portas para que fosse desenvolvida uma nova vida religiosa. Porém, a frequência de católicos às missas era insignificante. Modificar esse quadro era a missão dos palotinos. Os planos de Pe. Wimmer foram continuados por seu sucessor, já que em 1900, Dom Cláudio retirou Pe. Wimmer da paróquia e o substituiu por Pe. Caetano Pagliuca, justificando que Pe. Wimmer era o homem da derrubada e não da plantação. Sendo assim, em 25 de dezembro de 1900 Pe. Caetano Pagliuca assume como vigário da Paróquia Nossa Senhora da Conceição.

A primeira iniciativa de Pagliuca foi reunir um grupo de pessoas influentes da cidade para tratar da construção da nova matriz em 20 de abril de 1902. A nova igreja matriz é um marco do governo de Pagliuca. Conforme registros no Livro Tombo III da Catedral, a obra nunca foi interrompida por falta de dinheiro, sendo que iniciou em 1902 e foi inaugurada em 5 de dezembro de 1909. Foi construído um grande templo na principal avenida da cidade, a Avenida Progresso, atual Rio Branco. Em sua inauguração o Bispo Dom Cláudio desembarcou na estação e não houve nenhuma manifestação opositora, diferentemente das vezes anteriores. A população foi aclamar a chegada do Bispo para desagravar a má impressão que ele tinha da cidade. A igreja, por maior que fosse, “não pode conter a massa do povo que queria assistir a solenidade [...] foi uma data inesquecível na história desta cidade”.¹⁰

Neste momento da história da igreja católica na cidade, os relatórios eclesiásticos registram um aumento de comunhões e sacramentos. A nova Matriz indicava que a cidade estava se desenvolvendo. Esta obra é mérito de um padre que optou pelo diálogo ao invés do confronto. “Foi obra de uma elite católica que viu

9 LIVRO TOMBO número 3 da Paróquia Nossa Senhora da Conceição. 1989-1915, p.86.

10 LIVRO TOMBO número 3 da Paróquia Nossa Senhora da Conceição. 1989-1915, p.88-89.

nos palotinos uma congregação que trabalhava para o progresso da cidade; foi uma obra feita em conjunto, que simbolizava a supremacia do grupo que patrocinou a construção do templo”.¹¹

Até então, a Paróquia era governada pela Diocese do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre. Devido ao grande desenvolvimento que as paróquias estavam apresentando, em 1910 a Diocese do Rio Grande do Sul foi desmembrada em três Dioceses: Pelotas, Uruguaiana e Santa Maria. Conforme registro, “no dia 15 de agosto de 1910 a Santa Sé criou o Bispado de Santa Maria”¹². Porto Alegre foi elevada à Arquidiocese, sendo seu Arcebispo Dom Cláudio Ponce de Leão. A cidade estava pronta para receber seu novo líder religioso e, em 7 de janeiro de 1912, Dom Miguel de Lima Valverde chega a Santa Maria como primeiro Bispo da Diocese.

III Arquivos Eclesiásticos

Os arquivos eclesiásticos conservando a espontânea documentação surgida em relação às pessoas e acontecimentos cultivam a memória da vida da igreja e manifestam o sentido da tradição. São lugares da memória eclesial, que deve ser conservada, transmitida e valorizada. Neles, estão arquivadas as fontes primárias para redigir a história das diversas expressões da vida religiosa de uma comunidade, e com essas informações se permite reconstruir o histórico das evangelizações.

Os registros paroquiais que atestam nascimentos, mortes, juntamente com os que descrevem as ordenações sagradas, permitem reconstituir a história do povo cristão daquela determinada comunidade. Todo material armazenado nos arquivos eclesiásticos põe à disposição as atividades religiosas, culturais e assistenciais, fornecendo o contexto histórico que se originaram no decorrer dos anos. Sendo assim, os arquivos eclesiásticos merecem atenção tanto no aspecto histórico quanto no espiritual, permitindo desta forma compreender os dois aspectos da vida da igreja, contribuindo para fazer crescer o sentido de pertença eclesial de cada uma das gerações.

11 KARSBURG, Alexandre de O. **Sobre as ruínas da Velha Matriz: religião e política em tempos de ferrovia**. Santa Maria, 2007, p.293.

12 LIVROTOMBO número 3 da Paróquia Nossa Senhora da Conceição. 1989-1915, p.90.

A igreja católica é norteadada por um código de suma importância: Código de Direito Canônico. Em geral, é a forma de organização da igreja, pois, se não houvesse o Código não se falaria em ordem, em organização, em respeito às pessoas, em respeito à propriedade, em honestidade nas relações.

O *Canon* é considerado um conjunto de leis e de normas positivas dadas pela autoridade que regula as relações intersubjetivas na vida da comunidade eclesial. A palavra *canônico* é usada para designar algo da igreja. *Canon*, que originariamente era como uma régua, um medidor, passou a ser um termo usado pela igreja para definir os seus próprios assuntos, usos e costumes; portanto, tudo o que é canônico é da igreja. O Código de Direito Canônico atual foi promulgado em 1983 e o anterior era de 1917. No novo Código (1983), foi incluído o arquivo histórico que até então não estava disposto. O *cân* 491 dispõe a criação de um arquivo histórico em cada diocese; o Código Canônico 535, § 1, complementa dizendo que cada paróquia deve ter livros paroquiais, ou seja, de batizados, casamentos e de óbitos, e aqueles outros prescritos pela Conferência Episcopal ou pelo Bispo Diocesano.

Os arquivos, enquanto bens culturais, são oferecidos à comunidade que os produziu, mas com o passar do tempo assumem uma destinação universal, tornando-se patrimônio da humanidade. O material arquivado não pode ser impedido de acesso àqueles que podem tirar proveito deles a fim de conhecer a história do povo cristão.

IV Partição Analítica

Entende-se diplomática como uma metodologia da análise do ponto de vista dos elementos de um documento, tanto em seus aspectos extrínsecos quanto intrínsecos. Compreende-se por sua metodologia, a análise de situações reais em documentos, onde cada um possui características que o diferem dos outros, sendo analisados individualmente como um estudo de caso.

A diplomática é uma metodologia analítica que categoriza tudo para estudar. Ela parte tudo, o mundo, as palavras, assim como os documentos, em elementos internos e externos. A primeira coisa que a diplomática reparte é o formulário escrito.

O método diplomático é aplicável na verificação de qualquer coisa que seja um documento.¹³

A diplomática é uma disciplina com amplos conceitos aplicativos. A aplicabilidade desses conceitos depende da tipologia documental que está sendo analisada diplomaticamente. É diferente a análise de, por exemplo, um contrato de emprego para uma embalagem de perfume: a aplicabilidade desses conceitos varia de documento para documento. Desta forma, surge a diplomática especial, que é vista como um ramo da diplomática. Duranti (1996), diz que “os princípios teóricos formulados e analisados pela diplomática se individualizam, desenvolvem-se e classificam-se para serem aplicados a documentos singulares, concretos, reais, existentes e facilmente exemplificáveis mais do que a documentação geral, abstrata e atípica”¹⁴.

O estudo da diplomática tem outro ramo de estudo, a partição analítica. Este elemento estuda as partes dos documentos e suas variações. De tal modo que divide os documentos em elementos internos e externos. Os externos constituem o caráter do material do documento e sua aparência, podem ser examinados sem que o documento seja lido. Esses elementos são o suporte, a linguagem, signos especiais, selos e anotações extras. Para análise dos elementos externos da diplomática há a necessidade do conhecimento, mesmo que iminente, das áreas da paleografia e sigilografia.

O primeiro elemento a se considerar é o suporte, ou seja, o material que transporta a informação. É a parte visível e manipulável do documento, ou o documento propriamente dito. A linguagem é outro elemento externo para análise diplomática (também considerado por alguns autores como elemento intermediário). Sem identificá-la torna-se mais difícil a leitura do conteúdo do documento e, por sua vez, analisá-lo torna-se uma tarefa quase impossível. Quanto aos documentos contemporâneos, Luciana Durante (1996) apresenta:

13 DURANTI, Luciana. **The Long-term preservation of authentic electronic records**: findings of the interPARES project. San Miniato: Archilab. 2005, s/pág.

14 DURANTI, Luciana. **Diplomatica: usos nuevos para una antigua ciencia**. Carmona, Sevilla: S&V Ediciones. 1996, p. 06.

El elemento language también es estudiado, particularmente por los diplomatas de documentos contemporáneos, desde un punto de vista social. Diferentes grupos sociales utilizan diferentes formas de redacción y diferentes vocabularios y, dentro de cada uno de ellos, se adoptan estilos formales o informales según La finalidad y La función de los documentos creados.¹⁵

Um dos principais elementos externos, principalmente em documentos da época medieval, são os sinetes. Ao examiná-los, os diplomatas têm condições de afirmar se o documento é autêntico ou não. O selo torna-se um elemento importante nas correspondências porque demonstra a época em que o documento foi produzido. Ao analisar as imagens, o tipo gráfico, o formato, pode-se também distinguir sua época. Durante (1996), complementa dizendo que “a análise desses componentes se dirige a averiguar o grau de autoridade e solenidade de um documento, sua proveniência e função, e sua autenticidade”¹⁶ (tradução nossa).

Outro elemento externo que se considera ao analisar, principalmente documentos contemporâneos, são as anotações. Eles se subdividem em três categorias, que são: anotações incluídas no documento logo após sua produção, como se fossem correções, que eventualmente acontecem em nomes e números; anotações feitas em um documento completo, ou seja, em um documento em que já está com assinaturas e carimbo; e anotações feitas após sua utilização, como proprietário, ou localização em um arquivo, que são anotações que não prejudicam a veracidade e que não alteram seu conteúdo. As anotações consistem nos elementos externos que mais claramente revelam o processo de formação e trâmite de um documento.

Os elementos internos da forma documental são todos os componentes intelectuais de sua formação, são as partes que determinam o conteúdo do documento. Eles são divididos em três partes: protocolo, texto e escatocolo.

O protocolo, ou protocolo inicial, apresenta o texto administrativo da ação.

15 DURANTI, Luciana. **Diplomatica: usos nuevos para una antigua ciencia.** Carmona, Sevilla: S&V Ediciones. 1996, p. 122.

16 DURANTI, Luciana. **Diplomatica: usos nuevos para una antigua ciencia.** Carmona, Sevilla: S&V Ediciones. 1996, p. 122.

Em documentos mais antigos se utilizava, com frequência, a invocação, que elevava todas as ações em nome de Deus; a titulação é mais encontrada nos documentos contemporâneos, conhecemos como cabeçalho, essa parte refere-se ao nome, título e dados gerais da pessoa que está emitindo o documento; o título e o número do documento também fazem parte do protocolo inicial, porém nem sempre os documentos possuem número; a ementa é a parte onde faz um breve resumo do que vai se tratar o documento, antecedendo o texto propriamente dito. O vocativo sempre esteve presente nos documentos, ele indica a quem está se referindo, como por exemplo, “Senhor”, “Queridos alunos”. A direção indica para quem está sendo destinado o documento. Essa direção pode ser a uma única pessoa ou coletivo, por exemplo, “A quem possa interessar”. Essas direções podem ser de pequeno ou grande universo: pode-se citar inúmeras pessoas, ou dizer que é para um universo geral, por exemplo, “Aos estudantes brasileiros”. E, por fim, a saudação é um elemento breve que normalmente não está presente nos documentos contemporâneos, com exceção dos eclesiásticos, que fazem a saudação a Deus e à saúde.

O texto, centro ou corpo do documento é constituído por elementos de acordo com a natureza jurídica, onde se encontram as manifestações e a vontade do autor. Esta é a parte mais importante do documento, afinal, o “ápice” do assunto pelo qual o documento foi produzido estará sendo exposto nesta parte. Suas subpartes são o preâmbulo, onde se expressa o motivo da ação do documento; a exposição ou narração onde se refere diretamente ao conteúdo do documento; a notificação afirma que o ato deve ser conhecido, anuncia a razão pelo qual se produziu o documento, podendo ser entendido na expressão: “Tenho a honra de comunicar...”; o dispositivo é a parte mais importante, nele se expõe o assunto propriamente dito, é a essência do documento. Ele é facilmente identificado por alguns verbos característicos de documentos, como, por exemplo, declaro, autorizo, certifico, solicito. A corroboração enuncia as medidas utilizadas para validar o documento e garantir sua autenticidade; e por fim, as sanções ou cláusulas finais que visam assegurar a execução do ato do documento.

A terceira e última parte do documento é o escatocolo ou protocolo final, que consiste na apresentação das datas tópica e cronológica, que inclusive, em

alguns documentos, como correspondência, por exemplo, aparecem no protocolo inicial, mas é utilizado, com mais frequência, no escatocolo. Esse elemento é muito importante para a arquivologia, história e para diplomática. Os elementos que se apresentam como despedida do autor intelectual para o leitor são a invocação final e a saudação final. A invocação normalmente é apresentada em forma de agradecimento por préstimos ou solicitação de resposta do determinado documento; por sua vez, a saudação, corresponde a desejos do autor do documento para o leitor, como de saúde, sorte, felicidades. O documento se encerra com a identificação do autor intelectual que é composta pelo nome do emissor, a qualificação do cargo e a validação, que é a assinatura. Essa última torna o documento autêntico.

A partição analítica nem sempre se rege por esses aspectos rigorosamente, porém, a presença de todos os elementos se faz importante para a composição do documento, assegurando que todas as informações estão expostas e, por sua vez, o documento se fará completo e suficiente. Algumas partes da partição analítica podem aparecer em diferentes posições dos documentos.

V Metodologia

A pesquisa se caracteriza como documental e exploratória, com abordagem quantitativa descritiva, pois descreve as características de um determinado objeto de estudo: o livro tomo. Para chegar ao objetivo final da pesquisa houve a necessidade de estar em contato direto com o objeto de estudo, de tal maneira que foi escolhido, intencionalmente, como plano amostral, o livro tomo III da Paróquia Nossa Senhora da Conceição – Catedral Diocesana de Santa Maria. A amostra é classificada como amostra intencional, pois este livro foi escolhido por abranger a data de criação da Diocese de Santa Maria (1910). A partir desta amostra podemos chegar ao objetivo da pesquisa: identificar a existência de normas de padronização nas anotações dos Livros Tombo da Diocese de Santa Maria.

O estudo no objeto da pesquisa deu-se nas dependências da secretaria da Catedral Diocesana. A análise diplomática teve como foco principal a partição analítica dos documentos, a forma com que cada pároco registra suas anotações no livro, se o utilizam como registro ou cartulário, se há padronização na formulação

dos documentos e se suas anotações apresentam os principais campos propostos pela diplomática considerando a partição analítica documental.

A coleta dos dados deu-se a partir da leitura analítica do livro, elaborando-se relatórios e textos sobre os dados averiguados. Foi composta uma tabela com tópicos referentes à partição analítica, onde as colunas representam as partes e subpartes do documento, sendo uma com o campo observações para que se anotassem detalhes, trechos do livro, curiosidades, especificação do documento (se registro ou cópia), além de outros detalhes que se julgassem necessários. As linhas da tabela representam os documentos que compõem o livro, detalhando as páginas que este se encontra, e as partes que o compõem. A análise deu-se no âmbito geral do livro.

Após a tabulação, as anotações de cada religioso foram separadas entre si, permitindo que cada pároco fosse analisado individualmente, com o propósito de averiguar se seguiam alguma regra padronizadora para suas anotações. Os dados coletados foram tabelados e apresentados em números. Para melhor visualização se elaborou gráficos proporcionando uma interpretação visual dos dados coletados do livro tomo. Optou-se pela não omissão dos nomes dos párocos, pois esta pesquisa não se trata de uma crítica direta à sua forma de registro. Além disso, são fatos históricos que este trabalho aborda. Julgamos assim, inviável e não legítima a omissão de quaisquer dados que ajudem a entender os fatos históricos ocorridos neste período. Após a reunião e organização dos dados em gráficos, pode-se realizar a análise, no sentido de compreender e interpretar informações necessárias para contemplar o objetivo da pesquisa.

VI Análise dos Resultados

A primeira análise realizada no livro tomo foi referente a seus aspectos extrínsecos, ou seja, seus aspectos externos: o livro possui capa dura e fora encadernado para melhor conservação, apresenta cem páginas numeradas e rubricadas, as anotações são realizadas no anverso e verso de cada página e todas manuscritas. Apesar de apresentar folhas amareladas e algumas páginas prestes a se soltar do conjunto, o estado de conservação do livro é regular, pois ainda pode ser utilizado para pesquisas, já que permite que suas páginas sejam manuseadas.

O livro tomo III e outros livros da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, estão arquivados na secretaria da Paróquia. Estão acondicionados em estantes de madeira, sem critérios de guarda e acondicionados independentemente de sua numeração sequencial, alocados uns sobre os outros.

A tabela utilizada para coleta dos dados possui como tópicos as partes que compõem os documentos, tais partes são concebidas pela partição analítica documental. Cada coluna da tabela representa uma dessas partes do documento, divididas em: protocolo inicial, texto e protocolo final. Uma das colunas é para observações, sendo que nela são anotadas curiosidades, exceções, trechos do livro, se cópia ou registro e detalhes que se julgou necessário. As linhas representam cada documento que compõe o livro tomo, identificados pela localização no seu contexto. A análise deu-se marcando com um “X” a presença das partes que cada documento apresenta.

Nº Documento	Localização do Doc.	Protocolo Inicial							Texto					Protocolo Final			Observação	
		Invocação	Titulação	Título	Direção	Ementa	Vocativo	Saudação Breve	Preâmbulo	Notificação	Exposição	Dispositivo	Sancão	Carroboração	Assinatura	Data Típica		Data Cronológica
01	Pág. sem número (termo de abertura)								X		X				X	X	X	
02	Pág. 1 até 12			X						X	X	X	X		X	X	X	[1]
03	Pág. 12 até 12 v	X f	X	X			X			X	X				X	X	X	C
04	Pág. 12 v até 13 v	X f		X	X	X	X		X		X				X	X	X	C
05	Pág. 13 v			X	X					X					X	X	X	C
06	Pág. 13 v			X						X	X				X	X	X	C
07	Pág. 13 v até 14	X f		X	X		X			X	X				X	X	X	C
08	Pág. 14 até 14 v	X f	X	X			X			X	X				X	X	X	C
09	Pág. 14 v até 15 v		X	X	X		X	X		X	X		X		X	X	X	C [2]
10	Pág. 15 v até 27		X	X	X		X	X		X	X				X	X	X	C
11	Pág. 27 até 32		X	X	X		X	X	X	X	X		X		X	X	X	C [3]
12	Pág. 32	X f	X	X	X	X	X	X	X		X	X			X	X	X	C

Figura I – Parte da tabela utilizada para a análise do livro tomo.

Após a completa análise, os resultados foram tabelados e obteve-se o resultado final. Assim, pode-se elaborar os gráficos representativos da análise diplomática do livro tomo III da Catedral Diocesana de Santa Maria. A composição dos gráficos iniciou com a apresentação dos documentos produzidos como registro e os que foram transcritos, ou seja, com característica de cartulário. Obteve-se o seguinte resultado: do total de 75 documentos que compõem o livro tomo, 39 são cópias e 36 são registros produzidos pelos religiosos.

A próxima etapa foi averiguar se os religiosos tinham a mesma maneira

de fazer suas anotações no livro tombo. No período que o livro abrange (1889 a 1915) passaram três religiosos por Santa Maria: Vigário Aquiles Catalano, Padre Pedro Wimmer e Padre Caetano Pagliuca. Na realidade foram quatro religiosos que passaram por Santa Maria nesse período, porém Padre Carlos Becker ficou apenas quatro meses e não realizou nenhuma anotação no livro. A partir da análise documental, pode-se produzir um quadro com os dados coletados, separando-os por religioso:

Tabela I – Análise dos dados por religioso

Religioso	Qt. doc. produzidos	Cópias	Registros	Período	Anos de atividades	Qt. folhas utilizadas
Catalano	36	31	5	1889-1892	3	71
Wimmer	23	6	17	1896-1900	4	11
Pagliuca	16	2	14	1900-1915	15	20
TOTAL	75	39	36	1889-1915	22	101

Analisando a tabela acima nota-se um conflito de informações: o religioso que mais tempo esteve na paróquia foi quem menos documentos produziu, porém, foi o que fez o menor número de cópias de outros documentos. Outro conflito averiguado está no religioso que menos tempo esteve na paróquia, mas foi o que mais documentos produziu e utilizou o maior número de páginas.

Considerando a história da Igreja Católica em Santa Maria, algumas hipóteses podem ser apresentadas, como por exemplo, na época de Catalano, a crise entre a Igreja e Câmara de Vereadores já haviam acabado e suas preocupações com relação aos fiéis eram poucas, afinal, estava tudo acontecendo provisoriamente na Capela do Divino até que a nova matriz estivesse pronta. Logo, Catalano tinha tempo disponível para dedicar-se aos registros no Tombo. No caso de Padre Wimmer, sua preocupação estava na busca por fiéis. As missas que estavam sendo realizadas na capela do Divino tinham baixa frequência e Pe. Wimmer dedicava-se integralmente para a busca dos fiéis. Isso justifica a produção de pequenos documentos, afinal foram 11 folhas para 23 documentos. No caso de Pagliuca que tinha como missão reerguer o catolicismo em Santa Maria e se dedicar com as obras da nova matriz que haviam iniciado, notam-se poucos registros, apenas 16 em 15 anos, porém os poucos

registros feitos por Pagliuca são considerados os mais importantes, pois são tidos como a primeira tentativa de reprodução da história do catolicismo de Santa Maria.

Os dados a seguir são referentes a partição analítica, em que o objetivo foi verificar se os registros e os documentos copiados seguiam alguma norma de padronização. Da mesma forma, foi composta uma tabela representativa da coleta dos dados. A tabela demonstra a quantidade de documentos que apresenta cada parte da partição analítica documental. Para melhor compreensão da tabela lê-se vinte e cinco (25) documentos apresentam invocação; quarenta e sete (47) documentos apresentam titulação.

Tabela II – Partição Analítica dos documentos

Partição	Protocolo inicial					Texto						Protocolo final		
	Invocação	Titulação	Ementa	Vocativo	Saudação breve	Prêmbulo	Notificação	Exposição	Dispositivo	Sanção	Corroboração	Assinatura	Data tópica	Data cronológica
Quantos documentos apresentam	25	47	7	45	14	12	10	71	39	2	18	69	70	70

Tendo em vista que o livro possui setenta e cinco (75) documentos, imediatamente nota-se que nenhuma das partes está presente na totalidade dos documentos que compõem o livro tomo. A exposição e as datas (tópica e cronológica) são as partes que mais foram utilizadas nos documentos; e as partes que menos aparecem são a sanção e a ementa. Os mesmos dados foram separados por religioso, considerando também a quantidade de documento que cada religioso produziu. A seguir os três gráficos:

Figura II – Gráfico partição analítica – Catalano

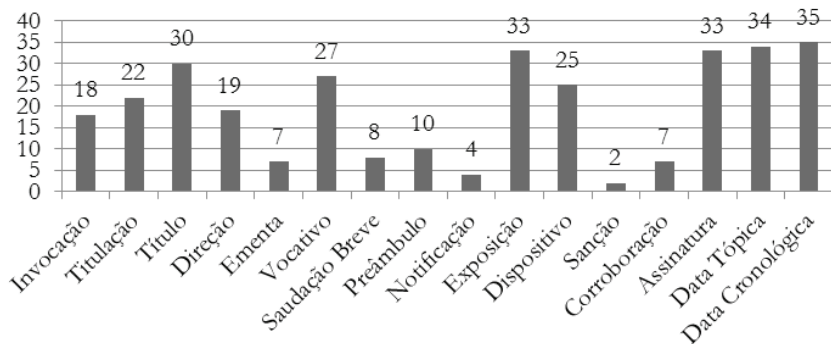


Figura III – Gráfico partição analítica – Wimmer

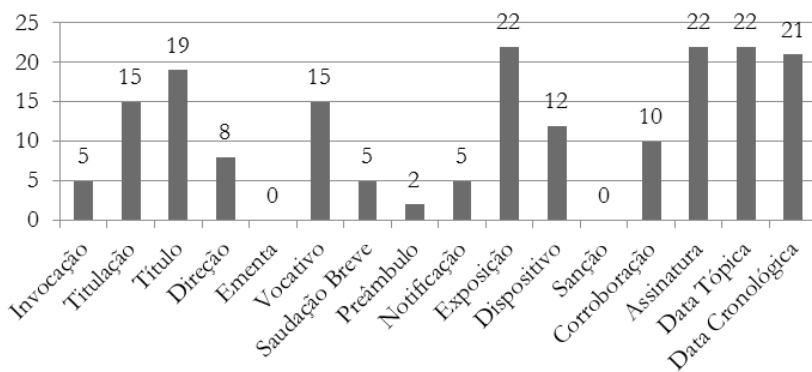
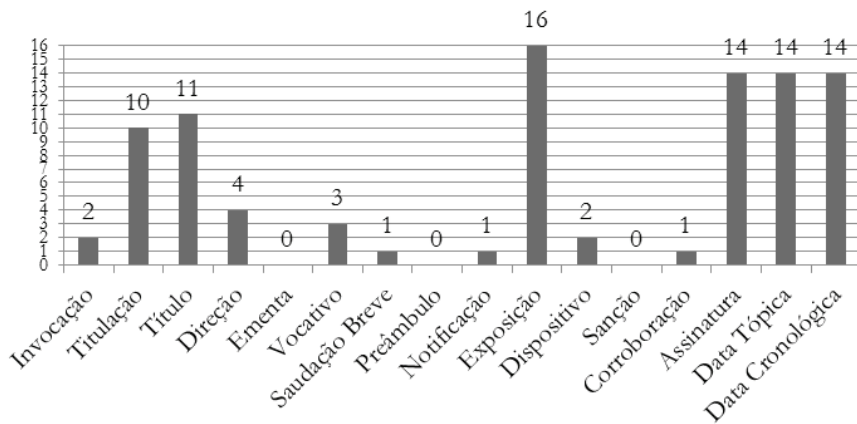


Figura IV – Gráfico partição analítica – Pagliuca



Analisando os gráficos nota-se que Pagliuca foi o Padre que menos utilizou invocação e saudação breve, afinal sua maior produção foi de relatórios, enquanto os outros produziram mais cartas, que é o tipo de documento onde essas partes mais aparecem. Considerando que a exposição é a parte que se refere ao conteúdo do documento, é a única que aparece na totalidade dos documentos produzidos por Pagliuca. Isso se justifica, pois seus documentos eram relatos de fatos acontecidos em anos anteriores ao da anotação, como um histórico. Também, nota-se que a maioria de seus documentos não possui dispositivo, que se refere a um assunto propriamente dito, situação que não costuma aparecer em registros históricos. Outro detalhe que se pode notar é a presença de ementas e sanções apenas nas anotações de Catalano.

A partir destas representações dos dados coletados, pode-se sugerir inúmeras conclusões. Apresentamos algumas que julgamos necessárias para o alcance do objetivo da pesquisa.

VII Considerações Finais

A história da Igreja Católica na cidade deixa clara a luta que os religiosos tiveram para manter a religiosidade em Santa Maria. Houve muitas brigas, decepções com religiosos, protestos da população, mortes e massacres, diversas contribuições para o não desenvolvimento do catolicismo na cidade. Mas a luta incessante de membros do clero e de fiéis fez com que Santa Maria se tornasse um dos centros do catolicismo brasileiro e que a Diocese completasse seu primeiro centenário, em 2010, com grandes motivos para ser comemorado.

Com a análise da amostra utilizada, pode-se notar claramente que não há regras para a realização das anotações nos livros tomo da Diocese e que nem mesmo os religiosos mantinham um padrão em suas anotações. O livro estudado é um conjunto híbrido entre registro e cartulário. Percebe-se, também, em alguns casos, a falta de cuidado com os registros, pois houve momentos em que a leitura foi dificultada pela caligrafia que se apresentava, mas isso é um mero detalhe, pois vale salientar que o livro possui mais de 100 anos. A falta de preocupação com os registros deve-se ao fato do Código de Direito Canônico não prever uma regulamentação das

anotações. É previsto apenas que se façam os registros, mas não como devem ser feitos e critérios que devem ser seguidos.

Os estudos realizados e a busca de informações contemplou o objetivo da pesquisa com um resultado academicamente satisfatório, pois neste relatório ficam explícitos os resultados alcançados. Para a sociedade e principalmente para a história, o resultado não se tornou satisfatório, pois há uma notável falta de preocupação histórica por parte dos religiosos, afinal, em alguns casos falta até mesmo data no documento. A ausência de determinadas partes dos documentos pode prejudicar num possível resgate histórico, que é um dos motivos de se realizar os registros nos livros tombo.

Prestar essa homenagem à Diocese foi uma escolha muito satisfatória, além da temática e da riqueza histórica apresentada, o tema fortaleceu a religiosidade e confirmou a nossa escolha profissional. Os arquivos eclesiásticos possuem uma gama de linhas de pesquisa, que durante a academia não são abordados. As pesquisas sobre arquivos eclesiásticos fortaleceram o conteúdo, pode-se aprender além do que a academia oferece em seu currículo.

O cuidado em registrar com letra legível, em não faltar data, nomes, a atenção para que o texto seja compreensível é o mínimo que um pároco pode ter ao registrar no tombo. A preocupação com a história e a importância de seus registros deve estar sempre acompanhada de seu autor intelectual, o pároco. Sugere-se, que com essa pesquisa, haja maior cuidado nas futuras anotações para que possamos utilizar por longos anos os registros eclesiásticos, sendo eles uma fonte de vital importância para a construção da história da sociedade.

Referências Bibliográficas

BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria: 1797-1933**. Santa Maria: UFSM, 1989.

BIASOLI, Vitor Otávio Fernandes. **Os padres palotinos na paróquia de Santa Maria (1896-1937)**. Santa Maria, UFSM, 2005.

BIASOLI, Vitor Otávio Fernandes. **A Igreja Católica em Santa Maria – 1870 a 1920**. Santa Maria, UFSM [artigo].

DURANTI, Luciana. **The Long-term preservation of authentic electronic records**: findings of the interPARES project. San Miniato: Archilab. 2005.

DURANTI, Luciana. **Diplomatica: usos nuevos para una antigua ciencia**. Carmona, Sevilla: S&V Ediciones. 1996.

KARSBURG, Alexandre de O. **Sobre as ruínas da Velha Matriz**: religião e política em tempos de ferrovia. Santa Maria, 2007.

LIVRO TOMBO número 3 da Paróquia Nossa Senhora da Conceição. 1989-1915.

PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. **Carta Circular**: a função pastoral dos arquivos eclesiásticos. Editora do Vaticano. Cidade do Vaticano, 1997.

3. Inventários: as relações sociais por detrás dos bens



Uma fonte, muitas possibilidades...

As relações sociais por trás dos inventários *post-mortem*

Jonas Vargas*

No Brasil, os historiadores geralmente utilizam os inventários *post-mortem* como fonte documental para o estudo da economia e sociedade no meio agrário e mercantil entre os séculos XVIII e início do XX. Tendo se tornado mais usual a partir dos anos 1980, sua utilização se reporta a procedimentos analíticos inspirados nos métodos seriais e quantitativos característicos da chamada *Segunda Geração* da Escola do Annales, que teve em Fernand Braudel, Ernest Labrousse, Emmanuel Le Roy Ladurie, Pierre Goubert, alguns dos seus principais expoentes. As informações encontradas nos inventários, como a descrição e a avaliação do patrimônio dos habitantes de uma determinada localidade, podiam ser transformadas em dados passíveis de serialização e quantificação, oferecendo indícios diversos que, sob uma profunda análise e reflexão, forneciam indicadores para se compreender importantes aspectos sociais e econômicos das regiões em estudo.¹

Como ressaltaram João Fragoso e Renato Pitzer, o inventário *post-mortem* pode ser visto como uma fotografia do patrimônio de um determinado indivíduo ou casal num dado momento histórico. Portanto, visto o caráter massivo e recorrente que caracteriza esta fonte, é possível reunir uma série de documentos deste tipo e estudar uma população maior de pessoas de determinada região numa escala de tempo mais abrangente. Assim sendo, a sociedade em estudo poderia ser examinada pelo historiador como se fosse um *filme*, ou seja, uma sucessão de fotografias sobrepostas e que colocariam aquela mesma sociedade em movimento. Esta metáfora traduz,

* Doutor em História pelo PPGHIS-UFRJ. Contato: jonasmvargas@yahoo.com.br

1 Para algumas considerações sobre este grupo de historiadores e de suas metodologias de pesquisa ver BARROS, José D'Assunção. *A história serial e história quantitativa no movimento dos Annales*. In: **História Revista**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 203-222, jan./jun. 2012; DOSSE, François. **A História em Migalhas**. São Paulo/Campinas: Ensaio/ Ed. da UNICAMP, 1992.

em parte, as intenções dos historiadores franceses na época mencionada acima.² A serialização e quantificação de dados possibilitava a realização de estudos regionais em média e longa duração, ou seja, exatamente aquilo que Fernand Braudel e outros historiadores propunham em termos teóricos e metodológicos. Neste sentido, aliados à análise de preços, às flutuações demográficas, às faixas de fortuna, às classificações socioprofissionais, buscava-se compreender as estruturas internas das sociedades europeias durante o Antigo Regime e o século XIX, em análises de média e longa duração.³

No Brasil, esta prática de pesquisa teve importante contribuição desde os anos 1970, nas propostas de Maria Yedda Linhares e Ciro Flamarion Cardoso. Criticando a visão plantacionista da história do Brasil⁴, os autores estimularam uma nova geração de pesquisadores a se voltarem para a análise das estruturas socioeconômicas internas do Brasil colonial e imperial. Neste sentido, Linhares defendeu o desenvolvimento de um programa de pesquisa “com um aprofundamento sistemático das análises demográficas e a multiplicação dos levantamentos regionalizados, alinhando-se, para tanto, fragmentos de fontes e ‘inventando’ outras”. Tratava-se, portanto, de “reconstruir a história agrária – como história econômica e social do mundo rural, sintetizada nas suas diferentes paisagens agrárias”.⁵ Os inventários *post-mortem* se constituíram em uma destas novas fontes a serem utilizadas.

Seguindo esta linha de orientação, alguns trabalhos vieram contribuir

2 FRAGOSO, João; PITZER, Renato Rocha. *Barões, homens livres pobres e escravos - notas sobre uma fonte Múltipla: Os Inventários Post-mortem*. In: **Revista Arrabalde**, n. 2, 1988.

3 BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. Lisboa: Presença, 1990; DAUMARD, Adeline. **Hierarquia e Riqueza na sociedade burguesa**. São Paulo: Perspectiva, 1985.

4 Ver, por exemplo, LINHARES, Maria Yedda. **História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)**. Brasília: Binagre, 1979; LINHARES, Maria Yedda. *Subsistência e sistemas agrários na Colônia: uma discussão*. In: **Estudos Econômicos**. N. 13, 1983, p. 745-762; CARDOSO, Ciro F. *O trabalho na Colônia*. In: LINHARES, Maria Yedda (Org). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 69-88. CARDOSO, Ciro F. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

5 LINHARES, Maria Yedda. *A pecuária e a produção de alimentos na colônia*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org). **História Econômica do Período Colonial**. São Paulo: ABPHE/FAPESP, 1996, p.112.

para um melhor conhecimento da paisagem agrária brasileira e da economia de abastecimento.⁶ Em suma, as novas pesquisas demonstraram, entre outros aspectos, a importância das produções destinadas ao mercado interno, a disseminação da escravidão para muito além da agroexportação, a diversidade dos grupos sociais existentes em espaços fora das *plantations*, a existência de uma elite de comerciantes de grosso trato no Rio de Janeiro e a reiteração de uma hierarquia social excludente nas mais distintas realidades históricas. Portanto, no Brasil, a atenção para tais documentos foi resultado de um diálogo de ordem teórica que implicou numa alteração de caráter metodológico e na busca de novas fontes documentais.⁷ A utilização dos inventários *post-mortem* em estudos de caráter mais regional acabou difundindo-se por todo o Brasil, contribuindo para um maior conhecimento das

6 Como, por exemplo, FRAGOSO, João. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850-1880)**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1992; MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Pelas Bandas d'Além: fronteira fechada e arrendatários-escravistas em uma região policultora (1800-1888)**. Niterói: ICHF/UFF, 1989; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. **Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)**. Rio de Janeiro: UFF, Dissertação de Mestrado, 1994; CASTRO, Hebe M. da C. Mattos de. **A Margem da História: homens livres pobres e pequena produção na crise do trabalho escravo**. Niterói: ICFH/UFF, Dissertação de Mestrado, 1985; FÁRIA, Sheila de Castro. **Terra e trabalho em Campos dos Goitacazes (1850-1920)**. Niterói: ICFH/UFF, Dissertação de Mestrado, 1986; ZARTH, Paulo. **História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 1997; CORSETTI, Berenice. **Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX**. Niterói: ICHF/UFF, Dissertação de Mestrado, 1983.

7 Nesta mesma época, outros grupos de pesquisadores contemporâneos à Linhares e Cardoso, como, por exemplo, uma importante corrente historiográfica ligada à demografia histórica francesa e que teve nos trabalhos de Maria Luísa Marcílio um notável modelo de trabalho, trouxe enormes contribuições no mesmo sentido. Utilizando-se das listas nominativas, dos registros paroquiais de batismo, óbito e casamento e de estatísticas diversas, vários estudos vieram a colaborar com esta virada historiográfica demonstrando a complexidade da economia colonial (MARCÍLIO, Maria Luíza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850**. São Paulo: Pioneira/USP, 1973. Para um balanço historiográfico ver BACELLAR, Carlos; BASSANEZI, Maria Sílvia; SCOTT, Ana Sílvia V. *Quarenta anos de demografia histórica*. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 22, n. 2, jul./ dez., 2005, p. 339-350).

estruturas internas da nossa sociedade desde os tempos coloniais. Aliada a outras pesquisas⁸, estes novos trabalhos proporcionaram uma renovação em diferentes áreas de estudo não apenas em História Econômica, como na chamada “História agrária” e na “História da Escravidão”, por exemplo. No Rio Grande do Sul, o seu impacto na historiografia regional ainda pode ser sentido, trazendo pesquisas notáveis nas três áreas de estudo mencionadas.⁹ Neste caso, os “usos” dos inventários *post-mortem* tiveram contribuições pioneiras nos trabalhos de Berenice Corsetti, Paulo Zarth e Helen Osório, e atualmente estas fontes são amplamente utilizadas pelos pesquisadores.¹⁰

Embora eu também tenha colaborado neste mesmo sentido¹¹, o presente

8 Como, por exemplo, FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre senhores de engenho do oeste paulista (1765-1855)**. Campinas: Unicamp, 1997; LARA, Sílvia. **Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

9 É impossível fazer referência ao número total de trabalhos. Ver, por exemplo, GARCIA, Graciela. **O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense Oitocentista**. Dissertação de Mestrado. Em História, UFRGS, 2005; FARINATTI, Luís Augusto. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010; PERUSSATTO, Melina. **Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão - Rio Pardo/RS, c.1860 - c.1888**. Dissertação de Mestrado em História, UNISINOS, 2010; ARAÚJO, Thiago L. de. **Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)**. Dissertação de Mestrado em História, 2008; SCHERER, Jovani. **Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX**. Dissertação de Mestrado em História, 2008. Para uma revisão historiográfica na área da escravidão ver MATHEUS, Marcelo; FONTELLA, Leandro. *Estrutura de posse escrava na província do Rio Grande de São Pedro: um balanço historiográfico*, **Revista Latino-Americana de História**, no prelo.

10 ZARTH, Paulo. Op. cit.; CORSETTI, Berenice. Op. cit.; OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da fronteira: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

11 VARGAS, Jonas Moreira. **“Pelos margens do Atlântico”: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**. Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2013.

texto busca contribuir de uma outra forma. Em artigo clássico, João Fragoso e Renato Pitzer defenderam a possibilidade de se utilizar tais documentos para além da história econômica. Datado de 1988, as reflexões dos autores propunham alguns caminhos a serem seguidos, mas, dentro dos limites da época, seus exemplos reservaram-se ao estudo da escravidão e do comércio, entre outros aspectos. A proposta deste artigo é aprofundar e diversificar as indicações e sugestões dos mencionados autores no que diz respeito ao uso dos inventários *post-mortem* para além da história econômica e o que se pode identificar acerca das relações sociais dos indivíduos envolvidos em tais documentos.

Antes de iniciar a análise, deve-se ter em mente que os documentos judiciais não foram escritos com o objetivo de servirem como fonte histórica. As partes interessadas no processo eram levadas a envolver-se no mesmo por motivos que diziam respeito aos seus desejos pessoais e familiares imediatos, no qual a realização da partilha dos bens do falecido era a motivação mais elementar. Portanto, quem transforma o documento antigo (neste caso o processo de inventário *post-mortem*) em *fonte* para o estudo da história das sociedades antigas são os próprios historiadores. E nesta operação o uso de tais documentos pode ser realizado de diferentes formas, dependendo das perguntas e dos problemas de pesquisa que se quer resolver. É necessário fazer esta ressalva, pois apesar de se constituírem em fontes homogêneas (do ponto de vista jurídico) cada documento pode trazer consigo uma história diferente, pois as pessoas envolvidas podiam entrar em conflitos por diversos motivos, o que acaba por afetar o número de informações contidas ou omitidas no processo, assim como o próprio volume dos documentos. A análise a seguir busca indicar algumas das possíveis formas de se trabalhar com os inventários em cada uma das partes que compõe a estrutura interna do documento.

a) *Abertura do inventário*

Todo inventário, em sua “Abertura”, traz informações iniciais referentes aos principais interessados no processo. O nome do inventariado e do inventariante, o local e a data inicial dos autos são as informações mais básicas no início da pesquisa.

A partir do processo de abertura já é possível saber se os envolvidos constituíam-se num casal ou se eram solteiros, assim como o número de filhos (quando os possuíam). No caso das filhas mulheres casadas, o nome dos genros também consta no processo. Em muitos casos (sobretudo quando eram menores de 21 anos), a idade dos herdeiros também é declarada. O historiador interessado no estudo das hierarquias sociais locais pode ter pistas preciosas prestando atenção em qualificativos que acompanhavam os nomes de todos os familiares. Os escrivães eram muito atenciosos ao anotar termos como “Doutor”, o “Capitão” ou “Comendador” antes dos nomes. Entre as mulheres, o qualificativo de “Dona” também era símbolo de distinção social, principalmente no século XVIII e início do XX. Inventários de pardos e pretos forros costumam fazer referência a esta distinção já no início do processo. Além disso, quando alguns herdeiros residiam em outra cidade, o inventário trazia as procurações enviadas pelos mesmos para serem representados ao longo do processo.¹²

Utilizando estas informações iniciais o pesquisador pode reconstituir a família nuclear estudada¹³ e ao cruzar estas informações com os inventários dos ascendentes e descendentes pode não apenas analisar a história de uma família ao longo de um século como perceber se a mesma empobreceu ou enriqueceu durante determinado período, além das diferentes trajetórias percorridas por irmãos, cunhados e outros parentes. Obviamente que o cruzamento destas informações com os registros de batismo e casamento dos membros da família enriquece ainda mais a análise, podendo-se ampliar a mesma para os laços de parentesco espiritual, como o compadrio, além de possibilitar a obtenção de informações adicionais sobre a origem geográfica de pais e avós. Pesquisas recentes, cujo enfoque é mais qualitativo, vêm oferecendo importante espaço para a análise das estratégias

12 Estas simples informações podem indicar quais eram os advogados mais atuantes na cidade, aqueles que eram contratados para causas de ricas famílias e em que círculos de relações ambos os grupos estavam inseridos, por exemplo. Sobre a prática da advocacia, as carreiras políticas e as redes de relações na qual os mesmos podiam inserir-se ver VARGAS, Jonas M. **Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria: UFSM/Anpuh-RS, 2010.

13 Foi isso que Carvalho fez ao organizar as genealogias da nobreza sul-rio-grandense (CARVALHO, Mário Teixeira de. **Nobiliário Sul-riograndense**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937).

familiares, a diversificação socioprofissional entre os membros de uma mesma família e a importância do compadrio no interior das redes de relações estabelecidas pelas parentelas.¹⁴

Se em vida o inventariado havia redigido um testamento, o mesmo era anexado na abertura do processo. Tal documento constitui-se em uma mina de preciosas informações. A escolha dos três testamenteiros (pessoas aptas a abrirem o testamento) revela o círculo de confiança mais próximo do falecido. Ofereço como exemplo o caso do Comendador João Antônio Martins – um dos homens mais ricos do Rio Grande do Sul na primeira metade do oitocentos. Proprietário de diversas estâncias na província e no Estado Oriental e membro de uma numerosa parentela, Martins escolheu como seu testamenteiro o charqueador José Vieira Vianna – oferecendo indícios de que mantinham negócios e que os mesmos geraram uma relação de confiança entre si.¹⁵

Assim, através das disposições de última vontade, o testador podia, por exemplo, deixar legados aos parentes, amigos, afilhados ou escravos, assim como conceder alforrias, deixar esmolas para os pobres, indicar o tipo de funeral que desejava ter e a quantidade de missas que deveriam ser rezadas por sua alma. Portanto, o testamento também trazia informações sobre a conduta religiosa das pessoas e a forma como desejavam passar desta vida para “outra”. Tais informações podem revelar aspectos relativos às práticas socioculturais de uma determinada época, podendo serem comparadas ao longo do tempo e entre diferentes regiões e grupos sociais. Nos testamentos também é possível encontrar doações de dinheiro ou outros bens às irmandades da localidade ou até mesmo de outras regiões. Em 1827, por exemplo, José Pinto Martins deixou 200\$000 para a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, em Pernambuco, da qual ele fazia parte, pedindo

14 Ver, por exemplo, MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)**. Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 2009; UBERTI, Hermes. **“A benção que se pede e a benção que se dá”: redes sociofamiliares de camadas intermediárias (Randolpho José da Silva Pereira, 1841-1914)**. Dissertação de Mestrado em História, UNISINOS, 2001; FARINATTI, Luís A. Op. cit. VARGAS, Jonas M. Op. cit., 2010.

15 Inventário de João Antônio Martins. N. 317, maço 22, 1850, Órfãos e provedoria de Pelotas (APERS).

para que fossem rezadas “missas pelas almas dos falecidos irmãos terceiros da dita ordem”.¹⁶ Pinto Martins era charqueador em Pelotas e havia sido negociante em Recife no século XVIII. A doação para a mencionada Ordem revela que ele ainda mantinha vínculos afetivos e religiosos com a cidade pernambucana, mesmo tendo migrado para Pelotas no início da década de 1790. O fato de negociar charque com os comerciantes daquele porto certamente favoreceu a manutenção de tais laços sociais ao longo do tempo.

As relações entre senhores e escravos também podem ser analisadas através dos testamentos. No mesmo documento citado acima, Pinto Martins, que faleceu solteiro, revelou ter tido 3 filhos com diferentes mulheres, sendo que uma das mães, a parda Antônia, havia sido escrava na Fazenda Pelotas, e outra delas, “Francisca crioula forra”, foi cativa do charqueador João Duarte Machado. Bastante conhecidas, as alforrias passadas em testamento também merecem ser investigadas, pois envolviam escravos “merecedores” aos olhos dos seus senhores. Em 1827, por exemplo, o charqueador José da Costa Santos deixou registrado em seu testamento:

Determino que se digam duas capelas de missas pela alma de meu Pai, duas capelas pelas de meus irmãos e irmãs, duas capelas pelas do Purgatório, uma capela pelas dos meus escravos falecidos, uma capela pelas de todos os cativos, uma por tenção de minha mãe e uma por tenção de meus escravos vivos (...) Deixo libertos desde o dia do meu falecimento os meus escravos Domingos Velho, João Romão, Joaquim das Ovelhas, Francisco Monjolo e sua mulher, Antônio casado com a preta Joana, e Antônio Velho, marinheiro. Desde o dia em que ficar desempenhada a minha fazenda do que atualmente deve, ficarão forros os escravos seguintes: o pardo Isidoro Santana, Anastácio e sua mulher, Maria Caffé, Antônio Campeiro, o pardo Agostinho: além destes ficarão forros mais dez escravos dos mais velhos da fazenda.¹⁷

Portanto, os testamentos também são ricos em revelar as relações horizontais e verticais dos falecidos, os seus círculos de afetividade mais próximos, o reconhecimento de filhos ilegítimos e o desejo de gratificar alguma pessoa por diferentes motivos.

16 Inventário de José Pinto Martins, n. 354, m. 15, Rio Grande, Cartório de órfãos e provedoria, 1832 (APERS).

17 Inventário de José da Costa Santos, n. 113, m. 9, Pelotas, 1º cartório de órfãos e ausentes, 1827 (APERS).

b) *Avaliação dos bens*

Esta é de longe a parte do processo que concentra as maiores atenções dos historiadores devido ao seu potencial quantitativo e das informações referentes aos bens dos inventariados. O seu patrimônio geralmente está dividido em bens móveis (mobiliário da casa, equipamentos, carros e embarcações) e imóveis (bens de raiz), semoventes (animais e escravos), dinheiro, mercadorias, ações, apólices e dívidas ativas e passivas. Uma análise minuciosa do “recheio da casa” pode oferecer vestígios da vida privada da família. A presença de camas francesas, móveis de mogno e jacarandá, louça e porcelana importadas, entre outros bens, indica uma condição social superior ao de boa parte da sociedade, uma vez que muitos inventariados não as possuíam. O mesmo serve para as jóias das mulheres e os objetos de ouro e de prata presentes na casa. As elites brasileiras costumavam apresentar grandes quantias investidas nestes bens. Os valores do aparelho de prata para chá e café (1:436\$) e dos 2 faqueiros de prata de 24 talheres (2:142\$) do barão e da baronesa de Butuí eram as peças mais caras do seu mobiliário. Somando todos os objetos de ouro, prata e jóias que este charqueador e a sua esposa possuíam tinha-se mais de 4:660\$.¹⁸ Era um valor que sozinho superava 46% dos valores alcançados pelo monte-mor dos 163 inventários *post-mortem* dos habitantes de Pelotas para os anos de 1875, 1880, 1885 e 1890! Ricos charqueadores, eles costumavam ostentar sua riqueza na cidade, onde desfilavam com suas carruagens e mantinham um significativo número de serviçais domésticos em seus sobrados. Dos 152 escravos do casal, 27 residiam na cidade com seus senhores.¹⁹

Além disso, alguns inventários são bastante detalhados no que diz respeito à distribuição do mobiliário, especificando as peças da casa aonde os mesmos se encontravam, o que possibilita uma reconstituição do interior destes lares. Neles também pode-se perceber a presença de quadros, pianos, bibliotecas, oratórios, relógios de parede, máquinas de costura, entre muitos outros objetos.²⁰ Uma análise

18 Inventário do Barão de Butuí, n. 647, m. 41, 1867/1877, 1º cartório órfãos e provedoria, Pelotas (APERS).

19 VARGAS, Jonas M. Op. cit., 2013. Ver capítulo 10.

20 Analisando o estilo de vida das famílias cafeicultoras em Bananal, Eduardo Schnoor verificou este tipo de distribuição, assim como o recheio da casa destas mesmas famílias (SCHNOOR, Eduardo. *Das casas de morada às casas de vivenda*. In: CASTRO, Hebe; SCHNOOR, Eduardo (Org.). **Resgate: uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 31-62). Estudando os barões do charque de Pelotas na mesma época

em longa duração demonstra a crescente presença das máquinas de costura, mais escassas na primeira metade do oitocentos. Sua proliferação coincide com o aumento das propagandas nos jornais de Pelotas, por exemplo. Com o tempo, os avaliadores chegam a mencionar até a marca das máquinas, como no inventário de Serafim Araújo, onde se anota a presença de uma máquina de costura “Singer” entre os seus bens.²¹ Artigos antes raros começam a tornar-se comuns não apenas entre os ricos, como também entre as camadas intermédias da sociedade, demonstrando a própria expansão do capitalismo e dos seus produtos na vida das pessoas que habitavam os trópicos. No que diz respeito aos relógios, a sua presença é cada vez mais evidente, tanto que, em 1890, na lista de mercadorias da lojinha de Maria Luiza Fiori, era possível verificar a presença de duas dúzias de relógios para crianças.²²

O mesmo serve para as bibliotecas e os pianos – que indicavam um maior refinamento cultural de algumas famílias. Os pianos tornaram-se os grandes instrumentos musicais da burguesia europeia no século XIX e um símbolo de modernidade entre as famílias brasileiras. Muito utilizado na educação das moças pertencentes às famílias de certo prestígio social, ele foi lentamente deixando de ser exclusivo às casas da cidade para se espalhar pelas regiões rurais, onde as mesmas animavam bailes, festas e encontros familiares. Defendendo a superioridade cultural das elites que habitavam a Corte imperial, Luiz Felipe de Alencastro argumentou que na década de 1850 este instrumento só era conhecido no Rio de Janeiro e em algumas casas de Recife e Salvador.²³ Contudo, diversas pesquisas vêm demonstrando a presença dos pianos em muitas cidades, como Desterro, Pelotas, Porto Alegre, São Luís, São Paulo, entre outras, desde o início do século XIX. Isto indica uma intensa circulação e trocas culturais entre as elites regionais e a presença de estrangeiros nas mais diversas cidades, o que favorecia este compartilhar sociocultural.²⁴ No caso

pude encontrar um padrão semelhante (VARGAS, Jonas M. Op. cit., 2013).

21 Inventário de Serafim J. Rodrigues de Araújo, n. 712, 1870, 1º cartório órfãos e provedoria, Pelotas (APERS).

22 Inventário de Maria Luiza Fiori, m. 11, 2º cartório de órfãos e ausentes, Pelotas (APERS).

23 ALENCASTRO, Luís Felipe de. *História da vida privada e ordem privada no Império*. In: ALENCASTRO, L.F. (ed.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, v. 2, 1997, p. 45.

24 VARGAS, Jonas M. Op. cit., 2013. Ver capítulo 10. Ver também COMISSOLI, Adriano. **A serviço de sua majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (c.1808 - c.1831)**. Tese de Doutorado em História. PPGHIS-UFRJ, 2011.

do Rio Grande do Sul, tinha-se um importante espaço de interação social com as cidades de Montevideu e Buenos Aires, por exemplo.²⁵

No que diz respeito às bibliotecas presentes nos inventários também é possível se realizar muitas pesquisas sobre o tema. Conforme Tânia Bessone, não é comum os inventários com livros terem toda a coleção discriminada no documento, pois muitas vezes os avaliadores anotavam apenas “estantes para livros” ou “escrivinhas”.²⁶ Nesta área de estudos, o cruzamento de fontes também pode ser muito profícuo. Nos jornais da época, por exemplo, pode-se encontrar anúncios de livrarias descrevendo os títulos recém chegados nas lojas, os livros doados às bibliotecas públicas, as edições em língua estrangeira, os valores dos mesmos, entre outros. O exame de diferentes inventários de advogados, médicos, juízes e políticos pode revelar os títulos mais lidos pelos mesmos, comparando-se os autores citados em discursos parlamentares com os reunidos nas prateleiras de suas casas. Homero Batista, que foi um importante líder republicano em São Borja e reconhecido positivista, possuía obras de Augusto Comte, Charles Darwin, Ernest Haeckel, Herbert Spencer, entre outros clássicos da segunda metade do século XIX, cujas ideias científicas estiveram na ponta da língua das elites letradas brasileiras.²⁷

Interessante perceber que o fato de residir em São Borja, distante centenas de quilômetros de Porto Alegre, não constituiu-se em empecilho para que Homero Batista tivesse acesso a estas leituras. Neste sentido, Tassiana Saccol demonstrou

25 Em Buenos Aires, por exemplo, Arsene Isabelle deixou escrito no início dos anos 1830: “É preciso que a família seja muito pobre para não ter o seu piano. As buenairenses como as montevidéanas têm a mesma inclinação das italianas pela música (...)” (ISABELLE, Arsene. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado, 2006, p. 128-129). Em Pelotas, por exemplo, a presença dos pianos foi se tornando cada vez mais comum e examinando os periódicos dos anos 1870 é possível verificar anúncios de vendas de pianos usados e de partituras, aluguel e concerto de pianos, além de professores oferecendo seus ensinamentos (VARGAS, Jonas M. Op. cit., 2013. Ver capítulo 10).

26 BESSONE, Tania Maria. **Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

27 Inventário de Beatriz Baptista, N. 1315, m. 34, 1899, cartório de órfãos e ausentes de São Borja (APERS). Agradeço à Tassiana Saccol por este documento. Para o mencionado panorama intelectual da época ver SCHWARCZ, Lília M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Cia das Letras, 1993; ALONSO, Angela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

como os bacharéis republicanos levavam importantes livros de propaganda até os clubes do interior traduzindo as suas principais ideias aos fazendeiros, popularizando, assim, o republicanismo na fronteira.²⁸ Neste sentido, é possível desenhar uma *rede de letrados*, com suas leituras e o diálogo que os mesmos realizavam com as obras consideradas mais importantes da época, configurando uma história social da leitura e das ideias. Para tanto, ainda é necessário mapear o número de bibliotecas, livrarias, associações literárias, entre outros espaços de socialização e trocas culturais. Na realidade, os resultados e as perguntas a serem feitas sobre este tema de pesquisa dependem muito da criatividade e dos interesses dos historiadores.²⁹

Ainda entre os bens considerados móveis podemos encontrar os carros, seges e carruagens, utilizados para a locomoção na cidade, e as embarcações de pequeno e de grande porte. Estas últimas, como as sumacas, os brigues e os bergantins, por exemplo, eram privilégio dos grandes comerciantes marítimos, sendo utilizadas em navegações de longo curso. Tais bens também são indicadores de condições sociais distintas. Numa cidade como Pelotas, onde um estilo de vida mais aristocrático combinava-se com um maior acesso aos artigos de luxo importados da Europa, as elites compartilhavam de tais bens. Conforme o Conde D'Eu, que visitou a cidade nos anos 1860:

Pelotas aparece aos olhos encantados do viajante como uma bela e próspera cidade. As suas ruas largas e bem alinhadas, as carruagens que as percorrem (fenômeno único na província), sobretudo os seus edifícios, quase todos de mais de um andar, com as suas elegantes fachadas, dão ideia de uma população opulenta. De fato, é Pelotas a cidade predileta do que chamarei a aristocracia rio-grandense, se é que se pode empregar a palavra aristocracia falando-se de um país do novo continente.³⁰

Embora a sociedade escravista pelotense tenha encontrado o seu auge

28 SACCOL, Tassiana P. **Um propagandista da República: Política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880)**. Dissertação de Mestrado em História, PUCRS, 2013.

29 Neste sentido, ver WITTER, Nikelen. *Uma biblioteca no pampa: livros, leitura e leitores no rio Grande do Sul do século XIX*. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História/ANPUH**. São Paulo, 2011, p. 1-11.

30 D'EU, Conde. **Viagem Militar ao Rio Grande do Sul**. São Paulo: USP, 1981, p. 130-131.

sociocultural entre os anos 1860 e 1880, a riqueza de suas elites já era reconhecida pelos estrangeiros desde o início do oitocentos. Tendo morado no Rio Grande do Sul entre as décadas de 1810 e 1820, Nicolau Dreys deixou registrado sobre os charqueadores pelotenses:

Eles quiseram que o lugar prosperasse, e o lugar prosperou; cada um deles tem ali sua casa urbana; e quando, nos domingos e dias santos, a população das charqueadas ajunta-se na cidade para assistir ao serviço divino (...) é difícil fazer-se ideia do ar de vida e de opulência que respira então a cidade de Pelotas. (...): a par do carro popular, tosta testemunha da antiga indústria local, anda o ligeiro carrinho de construção europeia, como também entre os cavalos arreados de prata, luxo especial dos homens do país, aparecem ginetes ricamente ajazados com selins bordados por mãos inglesas e montados por senhoras que não cedem em elegância e boas maneiras às mais graciosas parisienses.³¹

A análise dos bens do charqueador Domingos de Castro Antiqueira, avaliados entre 1829 e 1840, confirmam o depoimento do viajante. No documento pode-se verificar que Antiqueira possuía “uma sege nova de quatro cavalos vinda de Londres com seus pertences e arreios, freios, fivelas de prata, e mesmo com vários enfeites”.³² Portanto, a simples comparação entre os mobiliários descritos nos inventários pode revelar as distinções sociais entre ricos e pobres, o que era consumido nas áreas rurais e o que se reservava às famílias das grandes cidades, por exemplo.

Ao contrário dos bens móveis, a análise dos bens de raiz constitui-se na pedra angular dos estudos em história econômica. Neste sentido, com relação aos imóveis urbanos também é possível encontrar informações importantes que ultrapassam o sentido econômico. As referências das ruas onde se localizavam os armazéns, sobrados, casas e terrenos podem servir para definir quais os espaços mais valorizados no centro da urbe. Além disso, pode-se perceber em que quarteirões as elites habitavam, quem eram os seus vizinhos, em que ruas os mais pobres residiam, em que local o comércio se concentrava, onde os imigrantes europeus

31 DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da Província do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: IEL, 1961.

32 Inventário de Maria Joaquina de Castro, n. 74, m. 3, Rio Grande, 1º cartório do cível, 1840 (APERS). Ele também possuía uma outra sege para dois cavalos e um “carrinho de bom gosto”.

moravam, quem vivia de rendas (inventariados com muitas casas costumavam alugá-las denotando que os proprietários viviam como rentistas), entre outros aspectos. Cruzando estas informações com as escrituras públicas de compra e venda pode-se localizar os “especuladores” imobiliários da época.³³ Comparando com as informações contidas nos processos-crime é possível perceber os espaços sociais na qual as chamadas “classes perigosas” circulavam.³⁴ Em suma, é possível realizar uma cartografia social da cidade investigada.

Mas é na análise dos imóveis rurais que muitos historiadores depositaram as suas atenções. Em sociedades agrárias e pré-industriais, como o Brasil dos séculos XVIII e XIX, a maior parte da riqueza estava concentrada nos bens rurais (e nos escravos). A partir da análise do tipo, do tamanho e dos valores das propriedades é possível verificar o índice de concentração da posse de terras numa determinada região, se a mesma era voltada para a agroexportação ou para o abastecimento das vilas e cidades, o grau de autonomia das unidades produtivas com relação ao mercado local de alimentos, além de outros aspectos. Geralmente estas conclusões são combinadas com a análise da posse de escravos nos próprios inventários, mas isto daria um outro artigo visto as muitas possibilidades de se trabalhar com a escravidão a partir dos inventários, o que foge dos objetivos deste texto. No Rio Grande do Sul, onde a pecuária constituía-se em importante atividade econômica, o tamanho dos rebanhos *vacuns* também é utilizado como forma de avaliar a riqueza de determinados inventariados. Geralmente, grandes pecuaristas possuíam significativos plantéis de escravos, combinando-os com o uso da mão de obra livre dos peões assalariados.³⁵ Como já foi dito anteriormente, é nesta área de estudo que foram realizadas grandes

33 Foi o que Carla Menegat percebeu ao mapear as transações de imóveis realizadas pelo charqueador José Rodrigues Barcellos, por exemplo (MENEGAT, Carla. Op. cit).

34 Ver, por exemplo, MOREIRA, Paulo. **Entre o Deboche e a Rapina. Os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre.** Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 1993; MOREIRA, Paulo. **Os Cativos e os Homens de bem: experiências negras no espaço urbano.** Porto Alegre: EST, 2003.

35 FARINATTI, Luís A. Op. cit. Além disso, as pesquisas não se reservam ao estudo dos animais *vacuns*, mas também dos cavaleiros e muaras, por exemplo (ARAÚJO, Thiago L. Op. cit.; FONTELLA, Leandro G. **Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missionário (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828-1858).** Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 2013.

contribuições historiográficas.³⁶

Contrastando com as fortunas tipicamente agrárias, um espaço de atuação distinto também pode ser vislumbrado. Alguns bens localizados nos inventários, como dinheiro e ações de companhias, eram mais comuns nos meios urbanos. Tratando-se de uma sociedade com pouca moeda em circulação, onde as transações eram realizadas na base do crédito, as dívidas ativas e passivas revelam não apenas as relações econômicas que virtualmente movimentavam a economia, como também as relações sociais na qual os mesmos agentes estavam inseridos. Inventários de comerciantes geralmente apresentam bens em dinheiro, mercadorias e dívidas ativas reunindo muitos devedores. Compondo uma base de dados de credores e devedores numa determinada localidade é possível verificar quem eram os maiores prestamistas, quem concentrava os maiores valores, que grupos eram os mais endividados, entre outros. Neste sentido, é possível configurar uma rede de créditos apenas com estes dados. Mas para que a técnica apresente resultados mais completos é necessário cruzar as informações com as dívidas registradas nas escrituras públicas, uma vez que é possível que as dívidas em inventários (algumas sem recibos e comprovantes)³⁷ diminuam ao longo do tempo dando espaço às dívidas assinadas em cartórios – sobretudo para as quantias mais vultosas.

A concentração do dinheiro e do crédito foi um traço estrutural nas sociedades agrárias e pré-industriais (e sem instituições bancárias) e tal fenômeno colocava, por exemplo, os grandes comerciantes e os chamados “fazendeiros capitalistas” entre os principais controladores da liquidez dos sistemas econômicos regionais.³⁸ Analisando os bens avaliados em 256 inventários de Pelotas, entre 1850 e 1890, pude perceber que 10 pessoas (ou 3,9% dos inventariados) concentravam 73,6% do total do dinheiro e que 6 indivíduos (ou 2,3% dos mesmos) reuniam 62% das dívidas ativas. A metade dos maiores credores também estava presente

36 Como o presente texto busca evidenciar as possibilidades de pesquisa e as relações sociais contidas nos inventários para além do seu uso em história econômica não me deterei nos aspectos relativos aos bens de raiz e semoventes.

37 Não surpreende que em inventários do início do século XIX não era raro os comerciantes separarem as suas dívidas ativas em “dívidas cobráveis”, “dívidas difíceis de cobrar” e “dívidas incobráveis”.

38 FRAGOSO, João. Op. cit.

entre os 10 maiores possuidores de dinheiro. Trata-se de uma brutal concentração, onde um grupo diminuto possuía uma fatia considerável da liquidez do sistema e na ausência desta, dava as cartas com relação ao crédito. Em Pelotas, mais da metade deste pequeno grupo de pessoas era formada por charqueadores ou seus parentes próximos.³⁹

Se no topo da hierarquia social os ricos gozavam de índices de concentração de renda extremamente altos, em sua base social, as camadas mais pobres tinham pouco acesso aos mesmos bens. É amplamente aceito pela historiografia o fato de que os inventários *post-mortem* são documentos que sobre-representam as camadas mais abastadas da sociedade e que os mesmos não servem tanto para o estudo dos homens livres pobres. Contudo, penso que é possível contornar esta dificuldade e estudar as classes subalternas a partir de tais fontes. A primeira consideração a ser feita diz respeito ao que deve ser encarado como “pobreza” nos séculos XVIII e XIX. Como ensinou Hebe Mattos os homens livres pobres não devem ser vistos como indivíduos completamente despossuídos de bens. Muitas vezes “viver pobremente” significava possuir algum campo ou roça, animais, ser assalariado, agregado e até possuir escravos.⁴⁰ Algumas ocupações econômicas eram típicas de homens livres pobres, como sapateiros, carpinteiros, pedreiros, pintores, jornaleiros, marinheiros, peões, agências, entre outros.

Na mesma pesquisa mencionada acima, na qual analisei 256 inventários em Pelotas entre os anos 1850 e 1890, separei a população pelotense em 9 faixas de fortuna. Nas duas últimas reuni patrimônios de indivíduos que viviam com poucos recursos. Eram, na sua maioria, pedreiros, funileiros, costureiras, carroceiros, marinheiros, viúvas e idosos arruinados, lavradores e colonos pobres, entre

39 VARGAS, Jonas. Op. cit., 2013.

40 CASTRO, Hebe Mattos de. **Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Brasiliense, 1987, 95-96. Estudando a economia sul-rio-grandense no período colonial tardio, Helen Osório verificou pardos forros que viviam “pobremente de algumas lavouras”. Um deles, chamado José do Prado, possuía 30 cabeças de gado *vacum*, 4 cavalos, 42 éguas e 8 potros (OSÓRIO, Hele. Op. cit., p. 84). E, de fato, outros estudiosos em história agrária definiram que famílias criadoras com rebanhos inferiores a 500 cabeças de gado *vacum* não possuíam condições de viver apenas da pecuária. Além disso, muitas delas também não criavam os animais em suas próprias terras (GARCIA, Graciela. Op. cit., p. 43-47).

outros indivíduos sem ocupação definida. Eles compunham mais de 40% dos 256 inventariados. Como o objetivo de minha tese não era analisar estas camadas sociais mais pobres, tive que resistir a tentação de investigar mais detalhadamente as suas vidas, pois as histórias construídas a partir dos seus inventários revelavam um mundo ainda aberto a novas investidas por parte dos historiadores. Contudo, para que tal empreitada torne-se profícua, o pesquisador disposto a encará-la deve cruzar as informações com outras fontes, como os censos da época, as listas de qualificação de votantes e da Guarda Nacional e os processos-crimes (documentos privilegiados para o estudo das camadas subalternas da sociedade).⁴¹ Além disso, os registros de batismo também vêm se constituindo em fontes documentais que nos possibilitam chegar até estas pessoas mais pobres, buscando reconstruir suas relações de compadrio, os fluxos migratórios e diferentes relações sociais tanto verticais quanto horizontais.⁴²

c) *Comprovantes diversos*

Esta é a parte que pode se tornar a mais surpreendente dos autos e que talvez seja a menos utilizada, visto os inventários serem usados muito mais para as metodologias quantitativas. Era comum, no caso da existência de dívidas ativas e passivas, as partes juntarem diversos comprovantes ao processo. Em outras ocasiões, por motivo de conflitos entre os herdeiros ou dúvidas nas avaliações, juntavam-se cartas e outros documentos. Quando o inventariado possuía filhos menores, era necessário que um tutor juramentado administrasse os bens herdados pelo mesmo, sendo que muitas vezes podia ser o pai, a mãe ou algum parente. Em todas estas situações, além de outras, o inventário apresentava documentos diversos que podem trazer informações preciosas ao pesquisador. No caso das dívidas ativas

41 Ver, por exemplo, DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995; CASTRO, Hebe Mattos de. *Op. cit.*; MOREIRA, Paulo. *Op. cit.*, 2003; VARGAS, Jonas M., 2010, capítulo 2; FARINATTI, Luís Augusto.

42 Ver, por exemplo, HAMEISTER, Martha D. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)**. Tese de Doutorado em História, PPGHIS/UFRJ, 2006; RIBEIRO, Max. **Estratégias indígenas na fronteira meridional: os guaranis missioneiros após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)**. Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 2013.

de comerciantes, por exemplo, pode-se verificar a invergedura dos seus negócios por meio dos seus próprios devedores e credores.⁴³ Recibos de dívidas de grandes comerciantes atacadistas revelam negócios com outros comerciantes poderosos de outras regiões (muitos eram seus fornecedores) e de comerciantes pequenos da própria cidade ou do interior da província. Geralmente a localidade e as mercadorias transacionadas não são mencionadas no inventário, exigindo do pesquisador um amplo conhecimento das redes mercantis marítimas que ele estuda ou das rotas de comércio do interior, algo mais difícil de se mapear.

As dívidas de pequenos comerciantes, donos de bolichos de beira de estrada ou mesmo na cidade, são reveladoras de uma grande diversidade de pessoas que podiam circular por aqueles espaços, desde escravos até ricos senhores. As quantias irrisórias e seus nomes revelam a presença de homens livres pobres, forros e escravos que frequentavam a venda. No meio rural, as relações de crédito podem se tornar ainda mais interessantes. Portanto, é possível pensar nas relações sociais que estavam por trás das relações de crédito, configurando redes de credores e devedores sustentadas não apenas por interesses econômicos, mas também por lealdades, reciprocidades e solidariedades diversas.⁴⁴ Seguindo uma sugestão de Edoardo Grendi, também pode-se acompanhar se as relações sociais entre devedores e credores são reproduzidas nas gerações seguintes.⁴⁵ Estudando os charqueadores pelotenses pude perceber que de fato isto podia ocorrer. Em 1853, Pedro Nunes Batista era devedor de uma letra ao Comendador João Simões Lopes, quando este veio a falecer. Cerca de 10 anos depois, Batista viu-se novamente endividado, mas desta vez com o filho de Simões Lopes.⁴⁶

43 Pequenos varejistas possuíam listas de mercadorias baratas e de devedores com baixas quantias, enquanto que grandes comerciantes como o Barão de Butuí (que também era charqueador) possuíam grandes valores por receber. Só o Visconde de Mauá, por exemplo, lhe devia quase 100 contos de réis (Inventário do Barão de Butuí, n. 647, m. 41, 1867/1877, 1º cartório órfãos e provedoria, Pelotas (APERS)).

44 Para uma análise neste sentido ver GIL, Tiago L. **Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)**. Tese de Doutorado, PPGHIS/UFRJ, 2009.

45 GRENDI, Edoardo. *Microanálise e História Social*. In: OLIVEIRA, Mônica R.; ALMEIDA, Carla (Org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009, p. 31.

46 Inventário de João Simões Lopes, m. 366, m. 26, 1853, 1º cartório de órfãos e

Mas conforme argumentei anteriormente, o cruzamento de fontes sempre traz melhores resultados. Os processos judiciais das varas cíveis e de comércio (autos de falência e liquidação de casas comerciais, cobranças de dívidas, entre outros) são muito mais completos em termos de informações e neles a natureza das mercadorias negociadas e o ramo de atividades dos próprios comerciantes são explicitados de forma mais clara. Neste sentido, as correspondências anexas aos processos são preciosas para se compreender o funcionamento das redes mercantis. O mesmo serve para os contratos de fretamento de cargas marítimas e as escrituras públicas de dívidas com hipoteca, cuja presença se amplia na segunda metade do século XIX. Cruzando estas informações pude obter detalhes a respeito do comércio dos couros, do charque, do sal e do gado, e de como um grupo de charqueadores mais ricos foi lentamente drenando os bens de seus concorrentes de posses menores.⁴⁷

Contudo, os recibos anexos aos inventários também servem para outros tipos de análise. No caso em que os inventariados vieram a falecer após ficarem doentes por um certo período de tempo não é raro encontrar recibos de médicos cobrando o valor das consultas ou de boticas especificando os remédios comprados pela família. A partir daí pode-se verificar que médicos atendiam determinados grupos sociais, os valores cobrados pelos mesmos, além das *formas de curar* na época.⁴⁸ Nestes casos, o cruzamento de fontes também é imprescindível.⁴⁹ Encontrei informações a este respeito num documento onde, aparentemente, não se espera localizar absolutamente nada sobre o assunto. No processo de liquidação da firma Viúva Vianna & Filhos, encontrei recibos de uma taxa de atendimentos médicos pagos pelos empresários ao Dr. João C. Campello por serviços prestados a sua família e seus escravos. O convênio exigia um pagamento anual de 384\$000, mas não devia cobrir cirurgias, pois, entre 1863 e 1864, o médico cobrou um adicional

provedoria, Pelotas. Escritura de 22.07.1863, Livro de Notas n. 9 do 2º Tabelionato de Pelotas (APERS).

47 VARGAS, Jonas M. Op. cit., 2013.

48 Para uma análise mais aprofundada ver WITTER, Nikelen. **Dizem que foi Feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845-1880)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

49 Ver, por exemplo, LORENZO, Ricardo de. **E aqui enlouqueceo: a Alienação mental na Porto Alegre escravista, c. 1843 - c. 1872**. Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 2007; LONER, Beatriz; GILL, Lorena; SCHEER, Micaele. *Enfermidade e morte: os escravos na cidade de Pelotas, 1870-1880*. **História, Ciências, Saúde**, v. 19, 2012, p. 133-152.

de 320\$ para amputar as duas pernas de um escravo, 200\$ pela operação na bexiga de outro cativo e 50\$ pela costura abdominal de um escravo ferido.⁵⁰

Outro tipo de informação presente entre os recibos anexos nos inventários diz respeito às prestações de contas da administração dos bens dos menores por parte de seus tutores (documentação também conhecida como *contas de tutela*). Presente apenas em inventários onde haviam herdeiros menores (mas nem sempre anexadas) elas constituem-se em uma mina de dados servindo para a obtenção de uma série de informações sobre a família envolvida no processo. Comprovantes de gastos com alimentação, vestuários e estudos são os mais básicos. Quando a família é proprietária de bens agrários e os mesmos são arrendados é possível verificar os rendimentos num determinado período. Isto foi verificado na família Assis Brasil, proprietária de terras em São Gabriel, por exemplo.⁵¹

Portanto, é possível realizar uma história social da alimentação e dos padrões de consumo de diferentes famílias e grupos sociais ao longo do tempo e em distintas regiões. Como as listagens de mantimentos comprados geralmente vinham anotados com a data, é possível verificar com que frequência se comprava carne, farinha, feijão e vinho, por exemplo. O que se comia nos finais de semana e nos dias santos, entre outros. Neste sentido, também pode-se comparar dados de famílias abastadas com outras mais pobres e de famílias da cidade com outras do meio rural. Certamente que uma amostra considerável exigiria uma pesquisa bastante aprofundada, visto que, como mencionei, algumas vezes as contas de tutela não são tão completas. Em famílias de elite é possível verificar os gastos do administrador dos bens (às vezes a própria viúva) com os estudos dos filhos tanto em escolas primárias quanto nas academias do Império. Recibos de “mesadas” e de gastos com livros, roupas e materiais escolares eram igualmente anexados. Portanto, é possível

50 Processo de Liquidação da Viúva Vianna & Filhos, n. 2.568, m. 74, 2º c. do cível, Pelotas, 1865 (APERS). Além disso, os inventários também podem trazer informações sobre a saúde dos escravos. Muitas vezes os cativos tinham seu preço diminuído por conta de estarem doentes ou apresentarem alguma característica que os tornassem quase “inválidos” para o trabalho, como “quebrado”, “cego”, “aleijado”, “velho”, entre outros. Neste sentido, cruzando-se com os registros de óbitos dos mesmos cativos ou dos mencionados relatórios da Santa Casa pode-se dar os primeiros passos numa pesquisa mais aprofundada.

51 SACCOL, Tassiana. Op. cit.

de se realizar não apenas uma história social da infância como também do consumo com possibilidades de comparação espacial, temporal e socioeconômica, conforme o proposto por Giovanni Levi, em artigo clássico.⁵² Desnecessário repetir que o cruzamento com outras fontes é sempre mais proveitoso, como diários, testamentos, relatórios de escolas, notícias de periódicos da época, além da própria ficção literária, como a obra “O Ateneu” de Raul Pompéia, por exemplo.

d) *Partilha dos bens*

A partilha dos bens do falecido encerra o processo de inventário *post-mortem* e justifica a sua própria existência.⁵³ Mas a sua análise pode oferecer muitas pistas da organização social da família, do seu planejamento interno e da forma como administravam os seus bens. Em alguns inventários existem declarações dos herdeiros de que propriedades e escravos os mesmos preferiam receber na partilha. Um cruzamento com as escrituras públicas de compra e venda também revela que alguns filhos acabavam comprando o patrimônio dos seus irmãos anos depois da partilha ter sido realizada. Em outros casos, apesar da viúva receber em sua meação boa parte dos bens que constituíam a unidade produtiva familiar, um filho segue auxiliando a mãe na administrando dos mesmos ou até arrendando a propriedade.

Ainda com relação aos patrimônios acumulados em vida, quando um dos cônjuges permanecia vivo no momento do inventário do seu esposo ou de sua esposa (tornando-se viúvo (a)) é possível localizar, anos mais tarde, o inventário deste. Comparando os patrimônios avaliados nos distintos intervalos de tempo, pode-se verificar como o (a) viúvo (a) continuou administrando os bens do casal após

52 LEVI, Giovanni. *Comportamentos, recursos, processos: antes da “revolução” do consumo*. In: REVEL, Jacques (org). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p. 203-224.

53 Os cálculos e a divisão do patrimônio seguiam os seguintes critérios: somados todos os bens deixados pelo inventariado, tinha-se o “monte-mor” (valor bruto da herança). Deste valor eram descontadas as dívidas passivas e os custos judiciais com o inventário, chegando-se ao “monte partível” ou “monte menor”. A metade do valor líquido permanecia como o (a) viúvo (a) do casal e da outra metade poderia ser retirada até uma terça parte para atender às disposições testamentárias do inventariado (caso existisse um testamento). O restante do patrimônio era dividido entre os herdeiros necessários (descendentes ou, caso não houvessem, ascendentes) em partes iguais denominadas legítimas.

receber a sua meação na primeira partilha. Algumas vezes, no caso em que os viúvos casavam-se novamente, é possível acompanhar a evolução dos patrimônios ao longo do tempo. Ofereço um exemplo. Domingos de Castro Antiqueira foi primeiramente casado com Joana Maria Bernardina, que faleceu em 1810. Contraindo matrimônio novamente, sua segunda esposa veio a falecer em 1829, tendo o inventário dos bens do casal sido aberto em 1840. Novamente viúvo, Antiqueira veio a falecer em 1852. Portanto, é possível acompanhar a evolução do seu patrimônio em três momentos: 1810 (quando sua riqueza foi avaliada em 37:871\$174 e ele possuía 47 escravos), 1829/1840 (época em que se encontrava no auge de sua atividade charqueadora e mercantil, com fortuna de 314:256\$280 e 105 escravos) e 1852 (com fortuna total de 201:423\$000 e 41 escravos, quando já havia abandonado os negócios com o charque vindo a arrendar o seu estabelecimento e dedicar-se exclusivamente à criação de gado).⁵⁴ Na comparação é possível ver que ele enriqueceu muito entre os anos 1810 e 1820, na época da grande expansão da economia charqueadora e da apropriação de gados na Banda Oriental, mas que depois, em idade avançada, já havia se retirado dos negócios.⁵⁵

Nestas análises, havia casos em que o patrimônio do viúvo aumentava e outros onde ele diminuía. Isto acontecia porque nos processos de partilha os filhos herdeiros (e demais pessoas com direito sobre os bens) recebiam suas partes na herança diminuindo o patrimônio da (o) viúva (o). Portanto, em famílias numerosas é comum que em uma ou duas gerações os bens do casal principal tendessem a se fragmentar ou que alguns filhos por seguirem ocupações semelhantes a dos seus pais concentrassem, com o tempo, parte do patrimônio herdado. Mas tal fenômeno

54 Inventário de Joana M. Bernardina, n. 16, m. 25, 1810, 1º cartório de órfãos e provedoria, Pelotas (APERS). Inventário de Maria J. de Castro, n. 74, m. 3, Rio Grande, 1º cartório do civil, 1840 (APERS). Inventário do Visconde de Jaguarí, n. 348, m. 25, Pelotas, 1º cartório de órfãos e provedora, 1852 (APERS).

55 É importante fazer a ressalva de que houve uma grande inflação entre o intervalo de 1810 e 1840. Convertendo os valores dos mil réis para as libras esterlinas nos inventários destes dois anos, metodologia que diminui estas oscilações visto a maior estabilidade da moeda inglesa, tem-se 11.558 libras e 40.591 libras respectivamente. Ou seja, se em mil réis o patrimônio de Antiqueira multiplicou-se 8,3 vezes, em libras ele aumentou menos de 4 vezes. A variação entre 1840 e 1852 foi bastante baixa, não sendo necessário fazer a conversão para corrigir a discrepância dos valores.

está longe de se configurar em uma regra social geral e dependia, sobretudo, das estratégias familiares realizadas tanto em vida quanto após a morte dos pais. Em famílias de elite, que venho estudando há mais de uma década, isto se torna bastante evidente, principalmente nos casos em que ocorria uma diversificação socioeconômica e profissional no interior da própria família.

Em minha tese de doutorado pude perceber como os charqueadores pelotenses realizavam uma política sucessória na qual um dos filhos era investido como o “herdeiro” do pai nos negócios com o charque. Apesar de muitas famílias não serem bem sucedidas neste processo de transmissão patrimonial, as famílias charqueadoras mais ricas conseguiam manter os negócios nas mãos de um dos filhos, principalmente dos primogênitos. Para tanto, a observação das partilhas possibilita verificar que os demais filhos de um charqueador herdavam outros bens que não a charqueada, pois, caso contrário, ocorreria uma fragmentação do estabelecimento e da escravaria, prejudicando a sua continuidade enquanto empresa altamente rentável. Daí a preocupação de certos pais para que os filhos herdeiros não brigassem pelo patrimônio legado.⁵⁶

Uma solução para conduzir com certa harmonia o processo de transmissão

56 Em 1870, o charqueador Tomás José de Campos, em seu testamento, pediu para que “não haja entre meus herdeiros a menor questão judicial; de que não representem o papel de corvos a espicaçar a carniça a quem mais aproveita”. E complementava: “Quisera que me fizessem o bem de sempre se auxiliarem como irmãos, e darem o bom exemplo de mutuamente se amarem, seja este o maior legado que lhes deixo” (Inventário de Tomás José de Campos. N. 1004, m. 47, 1876, 1º cartório de órfãos e provedoria, Rio Grande (APERS)). Mas o testamento também podia ser o momento dos pais remediarem alguma questão mal resolvida na família, como o favorecimento de alguns filhos com relação a outros. Em 1879, o General Osório deixou escrito: “Declaro mais que em consequência das despesas que fiz com a educação e estudos superiores de meus filhos varões e não tendo dotado a minha filha, julgo de justiça legar-lhe como por esta verba lego, à minha referida filha Dona Manoela Osório Mascarenhas, casada com o Doutor Cypriano da França Mascarenhas, a terça de meus bens”. (Inventário do Marquês do Herval, N. 28, m. 1, 1884, Livramento, Cartório de provedoria (APERS)). Neste sentido, os historiadores também podem ater-se à forma como a terça e os dotes são mencionados nos inventários, que bens dos patrimônios eles envolviam, por quanto tempo permanecem sendo utilizados enquanto prática social e se há diferenças do seu uso entre as distintas camadas sociais (Ver, por exemplo, NAZZARI, Muriel. **O Desaparecimento do Dote. Mulheres, Famílias e Mudança Social no Brasil (1600-1900)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000).

patrimonial aos herdeiros era encaminhar os demais filhos homens para uma vida profissional “bem sucedida” (como médico, advogado, magistrado, engenheiro, entre outros) ou alguma ocupação econômica que podia ser conjugada aos negócios com o charque (comerciante, criador de gado, invernador, entre outras) e as filhas mulheres para um “bom casamento”. Não foi raro encontrar entre as famílias charqueadoras genros comerciantes atuando em locais estratégicos, como em Rio Grande, no Rio de Janeiro, em Recife e na Bahia, por exemplo. Daí a possibilidade em se pensar de forma plural as estratégias familiares, matrimoniais e de transmissão de patrimônio em distintos grupos sociais. Um casamento de uma filha com um comerciante abastado podia significar um aumento de prestígio social, de acesso ao crédito e de mercadorias a um preço menor, enquanto o genro bacharel trazia consigo prestígio político local e uma rede de relações envolvendo juízes e burocratas de notável influência. A família extensa constituía-se em um agregado social que acabava tornando-se um facilitador nos negócios. O filho de um charquador herdava não apenas o patrimônio paterno, como também as redes de relações do mesmo – algo fundamental para enfrentar os períodos de crise e conseguir obter ganhos no mercado e na política local.⁵⁷ O processo de transmissão do patrimônio, os sistemas de herança e as políticas sucessórias constituem-se em fenômenos sociais e econômicos que carecem de muitas pesquisas e estudos na área têm trazido importantes contribuições neste mesmo sentido.⁵⁸

O presente texto buscou oferecer algumas possibilidades de utilização dos inventários *post-mortem* como fonte histórica para o estudo da sociedade brasileira

57 VARGAS, Jonas M. Op. cit., 2013.

58 Para análises pioneiras ver THOMPSON, E. P.; GOODY, Jack; THIRSK, J. **Family and Inheritance: Rural Society in Western Europe (1200-1800)**. New York/Londres: Past and Present Publications/Cambridge University Press, 1978.; LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Système de la coutume: structures familiales et coutume d'héritage en France au XVI siècle*. **Annales ESC**, 27 (4-5), p. 825-846; BOURDIEU, Pierre. *A terra e as estratégias matrimoniais*. In: BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p. 244-265. Para uma profunda revisão historiográfica sobre o tema ver PEDROZA, Manoela. *Estratégias de reprodução social de famílias senhoriais cariocas e minbotas (1750-1850)*. **Análise Social**, v. XLV, 194, 2010, p. 141-163.

nos séculos XVIII e XIX. Longe de esgotar os muitos usos de tais documentos, procurei me deter em questões pouco tratadas pelos historiadores, caracterizando os inventários como fontes que oferecem múltiplas possibilidades de pesquisa, principalmente nos seus aspectos qualitativos. O leitor deve ter percebido que a proposta de cruzar as informações contidas nos inventários com outros repertórios documentais promete trazer resultados mais bem acabados. De resto, devo afirmar que muitas das propostas descritas ao longo do texto exigem tempo e uma enorme vontade por parte dos pesquisadores, algo que, num primeiro momento, pode desanimar os iniciantes. Neste sentido, a importação de crises historiográficas europeias contribuiu para que se abandonassem programas de pesquisa formulados nos anos 1970 e 1980 – hoje considerados por muitos como ultrapassados. No caso do Rio Grande do Sul, o fato é que ainda há muito o que ser escrito sobre o nosso passado, mas nos últimos anos uma série de estudos (referendados ao longo do texto) vem resgatando estas abordagens, revisando antigas metodologias, construindo outras e revisando interpretações clássicas nos estudos de história agrária, política, econômica e da escravidão, por exemplo.



Um rio chamado Uruguai: dinamismo comercial entre a fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro e a Região do Prata em meados do século XIX (Notas de Pesquisa)

Leandro Goya Fontella¹

Resumo: As intensas relações comerciais desenvolvidas entre a fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro e a região platina, em meados do século XIX, teve no rio Uruguai a sua via principal. Neste texto, por meio de um rico documento e alguns inventários *post-mortem*, coloco em evidência o papel central desempenhado por este rio no comércio que dinamizava a estrutura econômico-produtiva da fronteira ocidental sul rio-grandense. Dentre os víveres ali produzidos, a julgar pelas informações obtidas, a erva-mate foi aquele que atingiu os maiores volumes de exportação, uma vez que se tratava de um gênero com grande penetração nas praças comerciais da Bacia do Prata. Por outro lado, o Uruguai constituiu-se também como o canal de entrada de uma infinidade de produtos provenientes de Montevidéu e Buenos Aires. Assim, as análises dos contornos socioeconômicos assumidos pela região não podem desconsiderar os desdobramentos do comércio que passava por tal rio.

Palavras-chave: rio Uruguai – comércio – fronteira oeste – Rio Grande de São Pedro – século XIX.

[...]
*Meu velho rio Uruguai regra de sangue e de vida
A região missioneira que por ele é repartida
É manso quando nas caixas, é uma fera na subida
Fazendo roncar enchente mesmo que tigre parida.*
[...]²

O belo rio Uruguai que serpenteia a fronteira oeste do Rio Grande do Sul por muitas vezes já se tornou fonte de inspiração a poetas sul rio-grandenses e platinos. Segundo o viajante francês Arsène Isabelle que navegou por este rio na década de 1830 “a palavra *Uruguai* compõe-se de duas palavras guaranis: *Urugua*, caracol da água (*ampalária*), e *y*, água, rio; vulgarmente rio dos caracóis d’água, ou melhor, *rio das ampalárias*, nome que lhe vem do grande número de conchas que ali se encontra. É como *Piray de pira*, peixe, e *y*, rio, etc. (Alc. d’Orb.)”.³

1 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.

2 Trecho da letra da música intitulada Rio Uruguai de Mano Lima.

3 ISABELLE, A. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul**. Tradução e

No século XIX, longe da dimensão lírica, ele se constituía no principal conduto comercial que conectava a fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro com a região platina. Era por meio dele que chegava até as localidades desta fronteira uma grande quantidade de produtos oriundos das praças comerciais da bacia do Prata, principalmente Buenos Aires e Montevideú. Por outro lado, através do Uruguai também se exportava muitos gêneros produzidos na vasta fronteira oeste, em especial, a erva-mate, produto com forte apelo comercial por toda a região platina. Nestas notas de pesquisa, pretendo explorar um rico documento que traz importantes informações sobre esta dinâmica e intensa ligação comercial.

Em 1848, o inspetor da alfândega de São Borja, Estanislau José de Freitas, que havia sido suspenso de seu cargo, manuscreveu uma resenha sobre a dita alfândega para se defender e alegar que estava sendo vítima de um complô. Neste documento, Freitas passa valiosas informações sobre o dinamismo do comércio que se dava sobre o rio Uruguai. O inspetor começou assim o seu relato:

o Uruguai é uma porta de introdução nesta Província de mercadorias estrangeiras que derivam das praças do Rio da Prata; assim como serve de saída aos gêneros do país que se exportam para elas; este tráfico é inevitável, já pela facilidade que oferece o rio, e já pela dificuldade de trânsito de carretas na Campanha desta Província durante o inverno: além disso, a população da fronteira sobre esta costa do Uruguai em mais de setenta léguas desde o Quaraí até o Ijuí Grande, cresce de dia a dia, cujos moradores entretêm negócio com os do lado oposto; comércio que toma vulto na razão que progride a indústria com o aumento da população.⁴

O inspetor suspenso de seu cargo se mostra bastante esclarecido sobre o fluxo comercial da região, em outro trecho ele coloca que se deve reconhecer que:

nota sobre o autor Teodemiro Tostes; introdução de Augusto Meyer. -- Brasília: Senados Federal, Conselho Editorial, 2006, p. 149 [nota 3] [*grifos do autor*].

4 Resenha dos Sucessos na alfândega de São Borja, e suas estações durante a presidência do Exmo. Sr. General Andrea oferecida ao Ilmo. Sr. Rafael Archanjo Galvão Inspetor do Tesouro de Fazenda da Província por Estanislau José de Freitas, Inspetor da mesma alfândega, suspenso do emprego. Coleção Galvão; Localização: I-34,23,001 n° 056; Setor de manuscritos da Biblioteca Nacional.

jamais o consumo naquela fronteira pode ser atraído somente a importação do Rio Grande, e Porto Alegre, e que assim esta, veda a importação pelo Uruguai, porque não só este rio é um conduto mais ligeiro e menos dispendioso que o trajeto do interior da Província, como porque os mercados de Montevidéu e Buenos Aires são mais abundantes do que os do Rio Grande e Porto Alegre e [é] muito fácil a remessa dali para o nosso litoral com o [ilegível] baldeações para diversos portos do interior do Rio da Prata, e do Uruguai, sendo do mesmo modo facilimas para o contrabando as descargas no território brasileiro [...]⁵

A resenha de Estanislau José de Freitas é bastante esclarecedora sobre os circuitos comerciais existentes na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro. De acordo com este documento, havia intensas relações comerciais entre as áreas da costa oeste da província com os principais mercados do Prata. Para além do perene estado de alerta militar devido à constante possibilidade de conflitos com os Estados platinos, o fluxo comercial com estes era mais uma peculiaridade que a condição fronteiriça estabelecia àquela região. Isto é, a fronteira e os rios navegáveis incentivavam o estreitamento dos negócios entre os atores sociais que circulavam nos distintos pontos daquela região. Segundo a descrição de Estanislau Freitas, o comércio que passava pelos rios da bacia do Prata (ver mapa 1), inclusive o Uruguai e alguns de seus afluentes em território sul rio-grandense (Quaraí, Ibicuí, Icamaquã, Piratini e Ijuí, ver mapa 2), se estendia de Montevidéu/Buenos Aires até o Paraguai. O viajante francês Arsène Isabelle descreveu assim a bacia do Prata:

o rio Paraná, que, a 27° de latitude, se enriquece com as águas do Paraguai e recebe uma infinidade de rios e de regatos, durante seu longo curso, e o Uruguai, que na mesma latitude desce do oriente, aumentando também o volume de suas águas, formam uma maravilhosa ramificação de canais navegáveis, reunindo-se em um só corpo sob o nome de rio da Prata. Depois de reunida, essa grande massa de água estende-se majestosamente até o mar, [...], quase diante de Buenos Aires, [...], um pouco antes de Montevidéu [...].⁶

5 Idem.

6 ISABELLE, Op. cit., p. 35.

Em outro fragmento da resenha o inspetor colocou que:

pela conflagração dos países vizinhos, quase privando a navegação no Uruguai e com a proibição da República Argentina do comércio com o Paraguai que produzia a vantagem das reexportações, tanto dos artigos que dali vinham para descer o rio, como das mercadorias chegadas de Buenos Aires e Montevidéu que se despachavam para o mesmo Paraguai.⁹

Nota-se que, segundo o relato de Freitas, os portos da costa oeste do Rio Grande de São Pedro, fazendo as vezes de entrepostos, eram integrantes de um dinâmico comércio realizado pela navegação de cabotagem. Mas, além disso, o inspetor Freitas possuía ainda uma percepção que, talvez, possamos chamar de macroeconômica. Vejamos o que ele escreveu em outra passagem:

os países agrícolas fazem a base do seu comércio na exportação: esta dá em retorno uma importação que sobe do valor exportado na razão que aumenta a população e o luxo. No estado normal desta província, e das Repúblicas vizinhas poder-se-á exportar anualmente pelo Uruguai, *cem mil arrobas de erva-mate, e vinte mil couros do gado de consumo* dos Municípios de São Borja e Uruguaiana, que tendo suas Vilas a margem do rio, são elas o centro, ou foco do comércio, e por isso tem de afluírem ali aqueles artigos; e sua saída, é pelo conduto do mesmo rio, indo depositar-se nas praças do Rio da Prata, mercados aliás mais abundante de gêneros estrangeiros do que os desta província, pela mesma razão de achar o comércio estrangeiro, neles, uma quantidade maior de artigos de exportação, por ali se reúnem de todas as províncias da Confederação [argentina].¹⁰

O inspetor de alfândega mostrava que detinha uma clara noção das bases econômicas do Império e de que as grandes praças comerciais platinas (Montevidéu e Buenos Aires) eram economicamente mais pujantes que os principais mercados provinciais (Rio Grande e Porto Alegre). A julgar pela resenha de

9 Resenha dos Sucessos na alfândega de São Borja, e suas estações durante a presidência do Exmo. Sr. General Andrea oferecida ao Ilmo. Sr. Rafael Arcanjo Galvão Inspetor do Tesouro de Fazenda da Província por Estanislau José de Freitas, Inspetor da mesma alfândega, suspenso do emprego. Coleção Galvão; Localização: I-34,23,001 n° 056; Setor de manuscritos da Biblioteca Nacional.

10 Idem.

Estanislau Freitas, pode-se perceber que a fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro se vinculava à rede comercial da bacia do Prata.

O inspetor ainda destaca couros e erva-mate como produtos que eram exportados para as praças comerciais platinas. Sobre o primeiro, como bem destacou o inspetor Freitas, os couros exportados eram oriundos do gado de consumo das estâncias, isto ocorria porque a maioria das reses era destinada às charqueadas, “situação bem diversa da encontrada no século XVIII, tanto no Rio Grande do Sul, como nas regiões platinas, onde um dos objetivos da criação bovina era a extração de couros na própria estância, para sua venda”.¹¹ Foi somente a partir da última década do século XVIII que o couro perdeu espaço nas exportações após a organização da produção charqueadora.¹² Já no contexto de meados do século XIX, “os couros e outros subprodutos do gado exportados pela província eram, em larga maioria, oriundos das charqueadas, resultantes do processo de beneficiamento dos novilhos adquiridos junto aos produtores”.¹³ Raras são as informações sobre o comércio destes artigos. Nos inventários de São Borja, encontramos referências a couros em apenas um processo. No inventário de Antonio Castanho de Araújo, aberto em 1836, foi descrito 9 couros de boi avaliados em 20\$160 (vinte mil cento e sessenta réis) e 17 couros de vaca pelo valor de 24\$480 (vinte e quatro mil quatro centos e oitenta réis).¹⁴

Ao analisar registros contábeis de estâncias, Luís A. Farinatti percebeu que,

as contas analisadas apontam para o fato de que a venda direta de couros e cabelos desempenhava um papel claramente acessório para os produtores de Alegrete. Tratava-se de couros de consumo, retirados do gado que ia sendo abatido para o próprio abastecimento da estância, ao longo do ano, bem como dos animais que acabam por morrer naturalmente. Contudo,

11 FARINTATTI, L. A. E. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825 – 1865)**. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, [2007] 2010, p.122.

12 Ver: OSÓRIO, H. **O império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, [1999] 2007, p. 183 – 224.

13 FARINATTI, Op. cit., p. 122.

14 Inventário de Antonio Castanho de Araújo. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaqui, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1836, processo nº: 06, APERS.

ainda que o percentual ocupado pela venda de couros fosse um ganho secundário nas receitas dos grandes criadores, é preciso ressaltar sua presença em todas as contas analisadas e a importância que assumia, como elemento de troca, na aquisição dos gêneros necessários à estância.¹⁵

Analisando as contas da estância do brigadeiro Olivério José Ortiz, o autor ainda descreve como se conduziam os negócios com os couros e demais subprodutos do gado:

nas contas do brigadeiro Ortiz, constavam vendas anuais de couro a Pedro Cassal e Antônio Barbosa, cujas casas comerciais estavam instaladas em Alegrete. [...] os couros iam sendo entregues a comerciantes locais de forma esparsa, ao longo de todo o ano. Eles formavam parte importante da contrapartida dada pelos produtores em troca dos mantimentos que adquiriam para o abastecimento de suas. Estabelecia-se, assim, uma relação de débito e crédito registrada nas contas-correntes que mantinham entre si. Em geral, essas contas eram acertadas na época das safras, abatendo-se o valor dos couros e cabelos da dívida pendente do criador com o comerciante.¹⁶

Considero que não fica difícil imaginar que parte dos comerciantes da fronteira oeste, como Pedro Cassal e Antônio Barbosa, se conformava também em mediadores na exportação dos couros e subprodutos do gado para os mercados platinos. Embora não envolvesse vultosos valores, o comércio desses produtos movimentava uma cadeia produtiva e comercial complexa. Além disso, ajudava a dinamizar a economia da região, se configurando em uma atividade em que até mesmo pequenos criadores podiam se ligar, mesmo que tímida e indiretamente, ao amplo mercado da região platina, uma vez que o couro e demais subprodutos do gado consumido na subsistência e/ou abastecimento das unidades produtivas não necessitavam de quase nenhum tipo de investimento extra.

Já sobre a erva-mate, Estanislau José de Freitas relatou que a exportação deste produto pelos portos da costa oeste do Rio Grande de São Pedro em estado normal, quer dizer, sem guerra, poderia atingir cerca de cem mil arrobas. Salvo

15 FARINATTI, Op. cit., p. 122 - 123.

16 Idem, p. 123.

exagero de alguém que lutava para recuperar seu cargo e defendia a permanência do posto alfandegário o qual havia ajudado a estabelecer em São Borja e que estava sendo extinto, Freitas nos presta uma valiosa informação sobre exportação do produto mais típico da região missioneira e da região do Planalto. Segundo Paulo A. Zarth “a *ilex paraguariensis* (a erva-mate) [...] [era] uma pequena árvore nativa do Sul da América [...] utilizada pelos indígenas para preparar uma bebida. Os jesuítas, que aldearam os Guaranis no Rio Grande do Sul, produziam e comercializam esta erva nos mercados do Rio da Prata desde o século XVIII”.¹⁷ O francês Arsène Isabelle descreveu em detalhes a tradicional bebida:

o *mate* é uma bebida quente que, na América meridional, substitui o chá e o café da Europa. Toma-se em infusão como o chá. É a folha pulverizada, fermentada e preparada de uma árvore do Paraguai e das missões do Uruguai conhecida no comércio pelo nome de erva-do-paraguai (*Yerba del Paraguay, del Brasil*, ou simplesmente *Yerba*). Põe-se uma colherada, com açúcar, numa pequena cuia de abertura estreita, derrama-se água fervente e, em lugar de servir-se em xícaras, serve-se na própria cuia (ou em algum vaso mais rico que tenha a mesma forma), chupando por um tubo de metal ou de junco, de oito a dez polegadas de comprimento, furado na extremidade, como um regador, para impedir que as partículas da planta cheguem à boca. Dá-se a esse tubo o nome de *bombilla*. O mate é tomado a qualquer hora e, logo que chega uma visita, uma negrinha o serve à patroa, que o oferece, por sua vez, às pessoas presentes. Os habitantes não podem se privar dessa bebida, bastante agradável, mas que repugna da primeira vez.¹⁸

O fim da organização reducional com a expulsão dos jesuítas dos territórios hispânicos e portugueses na América ainda no século XVIII gerou a desarticulação do extrativismo e da exportação do produto feito pelos povos guaranis missioneiros. Auguste de Saint-Hilaire passando por São Borja em 1821 anotou que “os jesuítas

17 ZARTH, P. A. **Do Arcaico ao Moderno**: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX. Passo Fundo: Editora da UPF, [1994] 2002, p. 220. Sobre o processo produtivo da erva-mate, ver: Idem, **Do Arcaico ao Moderno**: Op. cit., p. 220 – 227 e Idem, **História agrária do planalto gaúcho – 1850 -1920**. Ijuí (RS): Editora da Unijuí, [1988] 1997, p. 116 – 126.

18 ISABELLE, Op. cit., p. 129 [nota 28].

fizeram plantações de mate, que atualmente não existem”.¹⁹ Ainda em outra passagem o viajante colocou que,

os jesuítas, que faziam considerável comércio de erva-mate, não se contentavam em colhê-la no estado espontâneo em que se encontrava nas proximidades de Santo Ângelo, onde ela é abundante; procuraram fazer plantações ao redor de suas povoações; mas quase todas estão destruídas. Delas nada mais existe nem mesmo em São Borja, São Nicolau, São Luís, e ninguém pensou em renová-las [...].²⁰

Todavia, por volta do início da década de 1830, quando a região missioneira e o planalto consolidaram-se como territórios brasileiros, houve a retomada da coleta da erva-mate junto aos ervais dessas regiões, os quais, segundo Zarth, “precisaram ser descobertos no interior da floresta [...]”.²¹ Ainda conforme este autor, o principal estímulo a esta nova investida sobre os ervais proveio da suspensão da exportação do mate paraguaio. Fato que, em meados dos anos 1830, parece ter chegado ao conhecimento do viajante francês Arsène Isabelle que relatou que, “o chá da América do Sul (a erva-mate do Paraguai) é objeto de um grande comércio nas Altas Missões, sobretudo depois que foram proibidas as relações com aquele governo ditatorial”.²²

Ainda nos anos 1820 o botânico Saint-Hilaire registrava que “a erva se torna melhor à medida que se distancia de São Borja”,²³ isto é, o viajante francês indicava a melhor qualidade do mate do planalto sul rio-grandense. Mesmo assim, parece que o mate brasileiro era bem inferior do que o paraguaio. Em Buenos Aires, Arsène Isabelle escreveu que:

a erva-mate, que chega do Paraguai, das Missões ou do Brasil, em surrões, deverá ser manipulada antes de servida aos consumidores. Já teve nos lugares de colheita um começo de preparação pela torrefação, fermentação e pulverização, mas isso não é suficiente. Deve ser submetida ainda a uma

19 SAINT-HILAIRE, A. de. **Viajem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, [1820-21] 2002, p. 277.

20 Idem, p. 307 – 308.

21 ZARTH, P. A. **História agrária do planalto gaúcho ...**. Op. cit., p. 117.

22 ISABELLE, Op. cit., p. 262.

23 SAINT-HILAIRE, Op. cit., p. 278.

nova pulverização e uma fermentação mais ou menos longa, a fim de adquirir as qualidades exigidas pelos conhecedores, sobretudo a que vem do Brasil que, sendo sob vários aspectos muito inferior à do Paraguai, melhora sensivelmente por meio da referida manipulação.²⁴

Já na década de 1850, a extração do mate havia se constituído numa atividade econômica de grande importância, ocupando milhares de braços, sobretudo, dos lavradores nacionais.²⁵ Paulo A. Zarth examinou um interessante documento, datado do ano de 1859, intitulado *Memorial de Francisco Nunes Miranda sobre os diferentes herveas, sua extensão, iberdade e cultura* em que este engenheiro relata que:

[...] a herva pode ser considerada como o terceiro gênero de comércio da província depois do gado bovino e muar. E porque no seu fabrico ela não exige capital algum visto a árvore apresentar-se silvestre e não necessitar de trabalhos de cultura, ela atrai de preferência a população pobre dos municípios onde existem herveas.²⁶

Fica claro por meio desse fragmento que o extrativismo da erva-mate havia se erigido como uma importante atividade produtiva numa região onde predominava as pecuárias vacum e muar (FONTELLA, 2013). Na coleta do mate residia, portanto, mais uma alternativa para os produtores, inclusive os pobres, diversificarem suas atividades produtivas e se integrarem ao circuito de exportação da erva-mate para diversos mercados. Segundo Zarth, “a produção rio-grandense do mate além de abastecer o mercado interno regional era exportada aos países platinos. Em 1851, no inventário do proprietário de engenho Luiz Perié constam vários nomes de devedores seus de Montevideú, Buenos Aires e da província de Paraná (Argentina)”.²⁷

Nos inventários de São Borja encontramos poucos registros sobre a erva-mate. Dos 110 inventários *post-mortem* que compõem o universo de nossa

24 ISABELLE, Op. cit., p. 133.

25 ZARTH, P. A. **Do Arcaico ao Moderno: ...** . Op. cit., p. 220 – 227; **História agrária do planalto gaúcho ...** . Op. cit., p. 116 – 126.

26 Idem, **Do Arcaico ao Moderno: ...**, Op. cit., p. 220.

27 Idem, **História agrária do planalto gaúcho ...**, Op. cit., p. 120.

amostragem,²⁸ em apenas 8 deles identifiquei a existência de valores que envolviam a presença do mate. É preciso ressaltar que a pouca incidência de informações sobre a erva-mate nos inventários pode ser outro forte indício de que esta atividade era realizada com maior frequência por sujeitos que compunham a população mais pobre da região, e que, muito provavelmente, não teve seus parcos bens inventariados após o falecimento. Lembremos que os inventários são documentos que tendem a sobre representar os substratos mais bem aquinhoados da sociedade. Portanto, os inventários são fontes que não conseguem medir a difusão do extrativismo da erva-mate no tecido social. Contudo, as referências estiveram espalhadas ao longo de todo nosso recorte temporal, fato que em meu entendimento mostra a estabilidade daquela atividade produtiva na região.²⁹

Em 1834, no inventário de Bárbara Maria de Jesus foi descrito nos bens móveis 34 arrobas de erva-mate, tendo sido cada arroba avaliada por 2\$400 (dois mil e quatro centos réis) cujo total soma 81\$600 (oitenta e um mil e seiscentos réis).³⁰ No inventário de Antonio Castanho de Araújo, aberto em 1836, foi arrolada a quantia de 42 arrobas de *erva-mate missioneira* avaliadas em 107\$520 (cento e sete mil e quinhentos e vinte réis).³¹ Entre os bens de Jacinto José de Souza, descritos em inventário em 1844, havia 50 arrobas de mate que valiam 100\$000 (cem mil réis) e, também, meia data de mato na Serra Geral, de onde, possivelmente, se extraía o produto.³² Ainda encontramos referência à erva-mate nos inventários de Maria

Angélica (1852), 340 arrobas avaliadas em 408\$000 (quatrocentos mil réis),³³ de Joaquim Batista da Silva (1858), 480 arrobas que valiam 1.440\$000 (um conto e

28 Compus esta amostra lendo todos os processos dos anos pares entre os anos de 1828 e 1858. Dos 129 inventários abertos nestes anos, 19 deles foram deixados de fora da amostragem por estarem incompletos ou não possuírem bens rurais.

29 As referências ao mate foram encontradas no ano de uma em 1834, uma em 1836, duas no ano de 1844, mais uma em 1846, outras duas em 1852 e mais uma em 1858.

30 Inventário de Bárbara Maria de Jesus. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1834, processo n°: 02, APERS.

31 Inventário de Antonio Castanho de Araújo. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaquí, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1836, processo n°: 06, APERS.

32 Inventário de Jacinto José de Souza. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaquí, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1844, processo n°: 15, APERS.

33 Inventário de Maria Angélica. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1852, processo n°: 69, APERS.

quatrocentos e quarenta mil réis)³⁴ e de Sezefredo Antônio de Araújo (1844) que contava com apenas 6 arrobas que valiam 15\$360 (quinze mil e trezentos e sessenta réis).³⁵ A julgar pela quantia em arrobas, me parece que apenas este último indivíduo detinha erva-mate apenas para o consumo.³⁶

Por meio de outros dois inventários, podemos perceber transações comerciais do produto. No inventário de José Francisco Pinheiro aberto ano de 1844 consta nas dívidas ativas que José dos Santos Roballo devia ao inventariado 276\$000 (duzentos e setenta e seis mil réis) referentes a 138 arrobas de erva-mate.³⁷ Em 1852, declarou-se no inventário de Maria Delfina da Conceição que Fernando Franco devia a falecida 21\$600 (vinte e um mil e seiscentos réis) referentes a 34 arrobas de erva-mate, e que Vitoriano de Souza, por sua vez, era devedor à mesma senhora de 132\$400 (cento e trinta e dois mil e quatrocentos réis) concernentes a 165 arrobas e meia do mesmo produto.³⁸ Infelizmente, não consegui identificar se os indivíduos devedores eram proprietários de casas comerciais ou de exportação. Entretanto, os volumes das transações apontam para tais cenários. Do mesmo modo, exceto Sezefredo Antônio de Araújo que possuía apenas 6 arrobas de mate, os demais inventariados detinham consideráveis volumes que, provavelmente, alimentariam o circuito de exportações de tal produto.³⁹

Através do relatório de Cansação de Sinimbu, presidente da província em 1854, Paulo Zarth verificou que,

34 Inventário de Joaquim Batista da Silva. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1858, processo n°: 127, APERS.

35 Inventário de Sezefredo Antônio de Araújo. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaquí, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1844, processo n°: 16, APERS.

36 Uma arroba equivale a aproximadamente 15 Kg.

37 Inventário de José Francisco Pinheiro. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1844, processo n°: 16, APERS.

38 Inventário de Maria Delfina da Conceição. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1852, processo n°: 71, APERS.

39 Não se pode descartar que partes destes volumes de erva-mate eram utilizadas para o próprio consumo e também para o pagamento de peões que trabalham nas estâncias. Luís A. Farinatti demonstrou que tecidos, o mate, o fumo e a cachaça eram entregues como adiantamentos aos peões. Ver, FARINATTI, Op. cit., p. 383 – 392.

a erva-mate da Cruz Alta vende-se em diversos mercados, conforme a vizinhança do lugar em que é fabricada. De todos, porém, o mais importante é o de Itaquí, donde se distribui pelo Uruguai abaixo para os estados vizinhos e para Buenos Aires.⁴⁰

Como se sabe, a localidade de Itaquí esteve dentro da jurisdição da Vila de São Borja até 1858-59. Portanto, podemos perceber que a informação prestada pelo inspetor Estanislau José de Freitas em 1848 está em consonância com os relatos do presidente da província em meados da década de 1850. Embora seja de difícil comprovação quantitativa, as diversas evidências apresentadas indicam que a erva-mate foi o artigo exportado em maior quantidade através do rio Uruguai ao longo do século XIX. Paulo Zarth alertou que

as estatísticas sobre a produção e a exportação de erva-mate são muito frágeis, pois muito produto era contrabandeado para os países vizinhos que eram de acesso relativamente fácil para os produtos sulinos. Da mesma forma, certamente muito produto vendido no mercado interno era comercializado à margem dos levantamentos estatísticos e sem pagar impostos.⁴¹

Em meados dos anos 1830, Isabelle anotou que “a navegação dos grandes rios Paraná e Uruguai ocupa[va] mais de mil embarcações”⁴², revelando o dinamismo e a intensidade do fluxo comercial na bacia do Prata. Mas este viajante francês esclareceu ainda que, este rio

[...] ainda que muito rápido em vários lugares, é navegável para grandes pirogas e barcos chatos, até a altura do Paraguai, isto é, a mais de duzentas e cinquenta léguas da sua junção com o Paraná. [...]. O lugar, realmente, tem possibilidades de prosperar, quando o comércio com o Paraguai for livre e as Missões estiverem povoadas, porque a via fluvial é sempre preferível à terrestre, para o transporte de mercadorias.⁴³

Em resumo, a erva-mate, os couros e os demais subprodutos do gado se estabeleceram como outros nichos produtivos que diversificavam e dinamizavam

40 ZARTH, **História agrária do planalto gaúcho** ..., Op. cit., p. 121.

41 Idem, *ibidem*.

42 ISABELLE, Op. cit., 136.

43 Idem, 174 – 175.

a estrutura econômico-produtiva da fronteira oeste e do planalto sul rio-grandense. Devido aos seus baixos custos de produção, que não requeriam pesados investimentos, o processo produtivo destes artigos acabou abrindo possibilidades a um incontável número de produtores pobres, sem, no entanto, excluir os mais bem aquinhoados, embora estes se dedicassem a estas atividades com menor frequência.

Enquanto que as reses eram dirigidas para as charqueadas do leste da província e as mulas para a Feira de Sorocaba, ambas as mercadorias transportadas por vias terrestres, couros e subprodutos do gado e, sobretudo, a erva-mate tiveram como destino principal as praças mercantis platinas, e seu principal conduto era o rio Uruguai. Mesmo não sendo economicamente hegemônicas e não envolvendo grandes valores em suas transações, estas atividades, em especial o extrativismo do mate, abrangiam uma grande quantidade de pessoas nas diversas etapas de seus processos de produção e comercialização. Dessa forma, adquiriram uma significativa representatividade social, e também foram importantes para a conformação socioeconômica da região.

Referências Bibliográficas

ISABELLE, A. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul**. Tradução e nota sobre o autor Teodemiro Tostes; introdução de Augusto Meyer. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

FARINTATTI, L. A. E. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825 – 1865)**. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, [2007] 2010.

FONTELLA, L. G. **Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828 – 1858)**. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2013. [dissertação de mestrado].

OSÓRIO, H. **O império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, [1999] 2007.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viajem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, [1820-21] 2002.

ZARTH, P. A. **Do Arcaico ao Moderno**: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX. Passo Fundo: Editora da UPF, [1994] 2002.

_____. **História agrária do planalto gaúcho – 1850 -1920**. Ijuí (RS): Editora da Unijuí, [1988] 1997.

Fontes Pesquisadas

Resenha dos Sucessos na alfândega de São Borja, e suas estações durante a presidência do Exmo. Sr. General Andrea oferecida ao Ilmo. Sr. Rafael Arcanjo Galvão Inspetor do Tesouro de Fazenda da Província por Estanislau José de Freitas, Inspetor da mesma alfândega, suspenso do emprego. Coleção Galvão; Localização: I-34,23,001 n° 056; Setor de manuscritos da Biblioteca Nacional.

Cinco inventários post-mortem da Vila de São Borja (entre 1834 e 1858) e três inventários post-mortem do Distrito de São Patrício de Itaquí (entre 1836 e 1844).



“Fazendas, reses” e as teias de crédito do estancieiro Randolpho José da Silva Pereira (Vale do Jaguari – 1911-1912)

Hermes Gilber Uberti

Resumo: O presente artigo se propõe a analisar os negócios realizados por Randolpho José da Silva Pereira junto à venda do negociante teuto Christiano Haesbaert. Estabelecimento comercial localizado no interior do município de São Vicente do Sul onde no intervalo de um ano (1911-1912) o estancieiro adquiriu os mais diversos gêneros, entre eles tecidos, e se valeu de diferentes mecanismos a fim de saldar seus débitos, entre outros da entrega de animais. Ao mesmo tempo iremos discorrer sobre as estratégias que envolviam o bom nome de Randolpho que além de dispor da possibilidade de comprar a prazo também oportunizou que outros comprassem em sua conta, num processo de operacionalização de redes crédito que, a nosso ver, constituíram-se numa das táticas empreendidas pelo proprietário rural que lhe possibilitaram obter notoriedade social junto às gentes que viviam na região do Vale do Jaguari.

Palavras-chave: Estratégia – Redes – Vale do Jaguari.

Primeiras palavras

Antes de nos enredarmos nos negócios e nas teias de crédito firmadas em nome de Randolpho faz-se necessário dizer que esse texto busca em muitos aspectos da micro-história social italiana seu aporte teórico-metodológico. Entre eles tencionamos utilizar o paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg¹, buscando pequenos detalhes e indícios, juntando peças e “costurando-as” durante o processo de construção da narrativa. Buscando, assim, ver um mesmo sujeito em diversos contextos sociais desempenhando diferentes papéis sociais. Desta forma, além dos lançamentos feitos nas páginas de uma caderneta, localizada junto ao Arquivo do Museu Fragmentos do Tempo (AMFT), fonte manuscrita onde constam as compras, as formas de pagamento e os nomes dos indivíduos que usaram o nome do personagem central desta narrativa, iremos também buscar “sinais” nos registros obtidos junto as Mitras Diocesanas de Bagé (AMDB) e de Santa Maria (AMDSM),

1 GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e também aparecerão documentos garimpados junto ao Arquivo do Judiciário Centralizado (AJC).

Entre as categorias que estruturam nossa análise está a de estratégia que segundo o entendimento Jacques Revel “serve para qualificar, de maneira mais prosaica, os comportamentos dos atores individuais ou coletivos que foram bem-sucedidos [...] mas sem perder as noções de fracasso, de incerteza e de racionalidade limitada”². Acreditamos que os escritos de Simona Cerutti também nos servem para pensarmos a questão dos estratagemas sociais, principalmente quando alertou sobre os perigos das pré-determinações de grupos tentando defini-los a *priori*, bem como de seus ardis, o que pode incorrer numa lógica mecanicista da sociedade, uma vez que “as regras do jogo são definidas pelas próprias relações sociais, mesmo que seus efeitos muitas vezes ultrapassem a vontade ou a consciência do indivíduo”³.

Ao tratar especificamente das estratégias familiares Revel assinalou que “não podem ser compreendidas ao nível da família tomada como unidade residencial”, mas deve-se pensar “em frentes familiares formadas por unidades que não residem juntas, mas unidas por laços de parentesco consanguíneo, por alianças ou relações de parentesco fictícias”⁴. Cabe ainda arrazoarmos sobre as diferenças entre os conceitos de estratégia e tática, tomados de Michel de Certeau, a primeira, na ótica do autor, refere-se mais ao campo das mentalidades que supõe a existência de um lugar próprio, “como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade”⁵. Já a ideia de tática leva à interioridade, uma ação calculada anteriormente a sua realização. Grosso modo a distinção entre os dois conceitos, segundo Certeau, reside principalmente na temporalidade e no tipo de operação, uma vez que a estratégia consiste num sistema maior, implica num planejamento que pode ser desenvolvido num tempo médio e em longo prazo. Já a tática recorre às formas mais imediatas, se constitui na *práxis*, isto é, a operacionalização daquilo

2 REVEL, Jacques (org.). **Jogo de Escalas: A experiência da Microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 26.

3 Idem, p. 188.

4 In: LEVI, Giovanni. **Herança Imaterial: A Trajetória de um Exorcista no Piemonte do Século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 30.

5 CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990, p. 99.

que previamente havia sido pensado. Assim as estratégias serão de grande valia principalmente quando tratarmos dos diferentes tipos de redes⁶ de crédito que traziam em seu bojo outras conexões tais como proximidade, solidariedade e malhas clientelares.

O agente histórico Randolpho José da Silva Pereira nasceu em 1841 sendo o sétimo filho do alferes José da Silva Pereira e de Dona Francisca Pereira Pinto. Pouco depois de seu nascimento seu pai fora assassinado⁷ em meio a uma contenda com uma família vizinha motivada por uma disputa que envolvia um rincão de campo⁸. Quando ocorreu a partilha, oriunda do espólio de seu finado, pai couberam-lhe somente dívidas que sua família tinha a receber, todavia as mesmas não foram salgadas e isso motivou que sua genitora entrasse com uma ação solicitando que fosse feita a revisão das partilhas, que lhe possibilitaram ter acesso, entre outros bens, a terras e animais⁹. Os primeiros anos de sua vida ficaram marcados por uma série de dificuldades, entre elas a perda substancial de patrimônio, motivada, entre outras razões, pelo segundo casamento de sua mãe com João Chrisóstemo de Oliveira que culminaria com o assassinato deste último motivado, entre outros, pela dilapidação do patrimônio que seu padrasto promoveu ao longo dos três anos em que viveu junto de Dona Francisca¹⁰. Em outubro de 1868 junto à capela de São Vicente Ferrer recebeu como sua legítima esposa Joaquina Alves da Conceição¹¹.

6 No que diz respeito ao conceito de redes nos filiamos à definição proposta por Michel Bertrand (2000, p. 78) enquanto “un complejo sistema relacional que permite la circulación de bienes y servicios, tanto materiales como inmateriales, dentro de un conjunto de relaciones establecidas entre sus miembros, que los afecta a todos directa o indirectamente y muy desigualmente”.

7 APERS, **Inventário post-mortem de José da Silva Pereira**. Cruz Alta, Cartório dos Órfãos e Ausentes, a. 1845 n.º 26, m. 2, est. 61, ff. 07r.

8 APERS, **Ação ordinária movida por José Manoel de Siqueira e Fidelles Gomes de Siqueira contra Francisca Pereira Pinto e outros**. São Gabriel, Cartório do Civil, a. 1856, n.º 608, m. 20, est.108.

9 APERS, **Inventário post-mortem de José da Silva Pereira...** op. cit., ff. 44r.

10 UBERTI, Hermes Gilber. **A estância de São Rafael e a família Silva Pereira: Patrimônio e trajetórias familiares (1845-1865)**. Santa Maria: UNIFRA, 2007, 75 F. (Monografia de Especialização).

11 AMDB, **Registro de casamento de Randolpho José da Silva Pereira e Joaquina Alves da Conceição**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1868, liv. 4, ff. 82v., n.º 33.

Algum tempo depois reaveria o domínio sobre as terras da estância de São Rafael, propriedade vendida à época da segunda união matrimonial de sua mãe¹². O local se tornou o ponto onde passou a residir até o momento de seu falecimento na segunda década do século XX. Aliás, falando em morte sua primeira consorte, Joaquina, encontraria “essa certeza incerta” em 1907¹³, sendo que do referido consórcio nasceram quinze filhos¹⁴. Pouco depois Randolpho arranjará uma nova esposa, não obstante, desta segunda união com Alsira Mello não resultou nenhuma criança. O estancieiro faleceu em 1914, aos setenta e três anos de idade¹⁵, deixando para seus

12 APERS, **Livros notariais de transmissões e notas**. São Gabriel, 4º Distrito, *a.* 1875, *liv.* 4, *ff.* 71 v., 74r.

13 TABELIONATO DE REGISTROS CIVIS DE MATA, **Certidão de óbito de Joaquina Alves da Silva**. *a.* 1907, *liv.* 01, *ff.* 47, *n.*º 161.

14 AMDB, **Registro de batismo de José**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1870, *liv.* 10a, *ff.* 128v., *n.*º 364.

AMDB, **Registro de batismo de Zeferino**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1871, *liv.* 10a, *ff.* 200, *n.*º 360.

AMDB, **Registro de batismo de Cândida**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1873, *liv.* 10a, *ff.* 292, *n.*º 01.

AMDB, **Registro de batismo de Mariana**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1874, *liv.* 11b, *ff.* 35v. *n.*º 206.

AMDSM, **Registro de batismo de Randolpho**. São Vicente, *a.* 1877, *liv.* 1, *ff.* 19, *n.*º 40.

AMDSM, **Registro de batismo de Rita**. São Vicente, *a.* 1878, *liv.* 1, *ff.* 54v., *n.*º 145.

AMDSM, **Registro de batismo de Joaquina**. São Vicente, *a.* 1882, *liv.* 2, *ff.* 71v., *n.*º 135.

AMDSM, **Registro de batismo de João**. São Vicente, *a.* 1882 *liv.* 2, *ff.* 71v., *n.*º 136.

AMDSM, **Registro de batismo de Silvia**. São Vicente, 1882, *liv.* 2, *ff.* 71v., *n.*º 137.

AMDSM, **Registro de batismo de Quirino**. São Vicente, 1882, *liv.* 2, *ff.* 72, *n.*º 138.

AMDSM, **Registro de batismo de Junia**. São Vicente, *a.* 1890, *liv.* 3, *ff.* 94 *n.*º 42.

AMDSM, **Registro de batismo de Alzira**. São Vicente, *a.* 1890, *liv.* 3, *ff.* 95, *n.*º 43.

AMDSM, **Registro de batismo de Maria**. São Vicente, *a.* 1891, *liv.* 4, *ff.* 12v., *n.*º 35.

AMDSM, **Registro de batismo de Alfredo**. São Vicente, *a.* 1892, *liv.* 4, *ff.* 37, *n.*º 66.

AMDSM, **Registro de batismo de Juvenal**. São Vicente, *a.* 1894, *liv.* 4, *ff.* 52., *n.*º 139.

15 TABELIONATO DE REGISTROS CIVIS DE MATA, **Certidão de óbito de Randolpho José da Silva Pereira**. *a.* 1914, *liv.* 1-c, *ff.* 90v., *n.*º 04.

herdeiros um patrimônio, em termos de bens materiais, mediano, naquela ocasião, seu inventário atingiu o montante-mor de 92:958\$345 (cerca de £ 6.535)¹⁶. Em virtude disso de o tratarmos como um remediado, isto é, um membro dos setores medianos que integravam a região do Vale do Jaguari¹⁷.

“Fazendas e reses”: os negócios na venda do coronel Christiano

Trataremos agora de alguns negócios desenvolvidos pelo personagem central do enredo junto à venda da família Haesbaert dando ênfase principalmente as redes de crédito firmadas em seu nome na venda do coronel Christiano. A inspiração para a abordagem deste tipo de liame surgiu após a leitura do trabalho de Andrea Reguera que ao estudar “el patrón de estancias Ramón Santamarina” percebeu que o mesmo havia desenvolvido um sistema de pagamento onde seus empregados compravam em diferentes estabelecimentos usando como garantia de pagamento seu bom nome¹⁸.

16 Além do valor em réis também foram feitas conversões para libras esterlinas por se tratar da moeda mais estável do período. Para realizar tal empreitada nos valem das tabelas encontradas em **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Vol. 3. A forma como se deu o cálculo que possibilitou o cambio para a moeda estrangeira consiste numa regra de três simples onde se multiplica o montante mor por 100 e posteriormente divide-se esse valor pela média anual da libra. AJC, **Inventário post-mortem de Randalpho José da Silva Pereira**. São Vicente, a. 1914, cx. 361, n.º 114.

17 A posse de tais territórios por parte do império português, oficialmente só ocorreu com a invasão e conquista da província das Missões que culminou com a assinatura do tratado de Badajóz em 1801. Uma vez estabelecido o domínio dos lusos sobre aquelas paragens se acentuou, ainda na primeira década do século XIX, a prática de concessão de sesmarias. Entre aqueles que foram agraciados destaca-se José Borges do Canto e fora justamente dentro dos domínios daquele potentado local que no ano de 1834 foi erigida a capela que deu origem a primeira vila da região denominada de São Vicente Ferrer. No que tange aos seus balizadores territoriais ao norte o delimitador era a Serra de São Martinho juntamente com o rio Jaguari, ao sul o rio Toropi, a leste a região do planalto e a oeste o rio Ibicuí. Atualmente a micro-região do Vale do Jaguari possui uma área 11.268 km², contando com uma população aproximada de 117.000 pessoas que se dispõe por nove municípios. São eles Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda. FEE (Fundação de Economia e Estatística). Corede Vale do Jaguari. Disponível em <http://www.fee.tche.br/sitefee/coredes=Vale+do+Jaguari>, acessado em 01/2011.

18 REGUERA, Andrea. **Patrón de estancias Ramón Santamarina: una biografía de fortuna y poder en la pampa**. Buenos Aires: EUDEBA, 2006. A autora apregoa que

Antes, porém faz-se necessário termos algumas considerações acerca do comerciante de origem germânica que possibilitou o estancieiro Randolpho dispor de comprar a prazo junto a seu estabelecimento. Christiano nasceu em Hamburgo Velho em 29 de novembro de 1856, sendo o sétimo filho de Marie Louise e de Johann Peter Christian Haesbaert, este último o primeiro pastor luterano a vir para o Rio Grande do Sul possuindo formação em teologia¹⁹. Christiano casou-se em primeiras núpcias com Katharina Christina Schreiner, nascida em Estância Velha, com a qual permaneceu casado até o ano de sua morte, ocorrida em 1915. Foi negociante em Estância Velha de 1876 a 1880. Hoteleiro e proprietário de uma navegação fluvial em São Gabriel da Estrela, de 1880 a 1903, quando vendeu seus negócios e passou a residir em São José do Louro, quarto distrito de São Vicente do Sul, localidade onde abriu uma venda e serraria. Em 1917 entregou sua propriedade e serraria a seu filho Reinaldo e retirou-se à vida privada em seu sítio localizado em Vila Clara, local onde em setembro de 1925 casou-se novamente com a viúva Anna Praetorius e foi naquele povoado que veio a falecer em dezembro de 1936²⁰. Naquelas paragens teve importante papel no campo da política conforme sugere o Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas. A referida fonte impressa refere-se a esse indivíduo da seguinte forma:

A povoação de Vila Clara deve muito ao Coronel Christiano, pois ele foi um dos maiores propulsores do seu adiantado progresso, foi um dos seus fundadores. Republicano desde os tempos da propaganda, o senhor Christiano Haesbaert vem desde há muito tempo, emprestando a sua valiosa colaboração ao partido de Júlio de Castilhos. O ardor e entusiasmo com que tem servido seu partido, ficou bem demonstrado na sua atitude por ocasião do movimento revolucionário de 1893, em que o coronel Christiano alistou-se nas fileiras legalistas, em

entre as principais estratégias usadas para construir “un rango y un rol” em torno de “una identidad” que expressasse “prestígio” e “expresión en la sociedad”, estavam o “trabajo o de la fuerza: otros, por la intriga o el talento: y otros se transmiten por la educación o la herencia” (2006, p. 221).

19 DREHER, Martin N. **Igreja e germanidade**. 2ª ed. São Leopoldo: Sinodal, 2003, p. 64-65.

20 AJC, **Inventário post-mortem de Christiano Haesbaert**. São Vicente, a. 1942, cx.504, n.º 01.

defesa do ideal político. Atualmente é o chefe do partido de Julio de Castilhos no quarto distrito de São Vicente, gozando de elevado conceito tanto político como social em toda esta comunidade²¹.

Tratava-se de um potentado local que além de seu papel de liderança política, manifestada inclusive na época da guerra civil, também exerceu o mandonismo local mediante a ocupação do posto de coronel da guarda nacional e subdelegado de polícia²². Outro ponto que cabe destaque está relacionado ao fato que em muito de sua atuação no comércio varejista esteve vinculada ao estabelecimento de linha regular de navegação a vapor ligando o Vale do Jaguari a fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Ao analisarmos o manifesto de viagem do vapor Eugenia²³ conseguimos observar tanto a rota quanto os gêneros que eram transportados. O ponto de partida das viagens era o distrito de Vila Clara, situado às margens do rio Toropi, interior de São Vicente, ao descer o rio à embarcação desembocava inicialmente no Ibicuí Mirim, depois no Ibicuí Maior e finalmente chegava ao rio Uruguai, onde encontrava o porto da cidade de Uruguaiana. Para aquele sítio, eram transportados farinha de mandioca, milho, feijão, polvilho, cachaça, melado, amendoim, rapadura, couros, banha e arroz. Vale destacar que muitos dos produtos primários que o comerciante conduzia até os povoados fronteiriços eram obtidos através do pagamento de contas em sua venda havendo uma diferença substancial entre o valor recebido e o revendido quando por ocasião da chegada ao destino final. Tal situação foi percebida através da análise de uma caderneta de venda a prazo que foi produzida junto ao estabelecimento comercial da família Haesbaert²⁴. Outra situação verificada foi o certo ecletismo em relação aos produtos comercializados no armazém sendo que muitos deles eram obtidos no porto da cidade situada nas

21 **ÁLBUM ILUSTRADO DO PARTIDO REPUBLICANO CASTILHISTA**. Porto Alegre: Selbach, 1934, p. 670.

22 RODRIGUES, Lisandro Oliveira. **“Imigração Alemã: O caso da família Haesbaert, Mata/RS (séculos XIX-XX)**. Santa Maria: UFSM, 2007, 79 F. (Monografia de especialização).

23 AMFT, **Manifesto de viagem do vapor Eugenia de Villa Clara a Uruguaiana**. a. 1903-1913.

24 AMFT, **Caderneta de compras a prazo junto à venda do coronel Christiano Haesbaert**. a. 1911-1912.

franjas do território nacional para onde a embarcação fazia seus deslocamentos. Em seus apontamentos o vendeiro destaca que ao trilhar o caminho de volta trazia uma série de manufaturados que eram revendidos a clientes que habitavam diferentes espaços do Vale do Jaguari²⁵. Entre as mercadorias elencam-se os mais diferentes tipos de tecidos e o chá de marca escocesa Lipton²⁶. No que tange a esse produto foi um dos que figurou nos apontamentos feitos pelo comerciante junto à conta do estancieiro Randolpho entre 06 de maio de 1911 e se estendeu a 11 de maio de 1912. Sendo que o intervalo de um ano foi delimitado pelas velhas folhas da caderneta, muitas delas soltas e que acabaram se perdendo²⁷. Mesmo assim acreditamos que o prazo de doze meses consecutivos nos deu um bom panorama das compras e das formas de pagamento desenvolvidas junto à casa de comércio, bem como do processo de operacionalização de um sistema de redes de crédito²⁸. Ao mesmo tempo daremos ênfase à expressiva quantidade de fazendas (tecidos e vestuário) compradas ao longo do período assim como a uma das formas de pagamento das mercadorias consubstanciada através da entrega de reses, couros e farinha de mandioca.

Marcel Mauss destaca que o ato de conferir crédito consistia numa dívida que se desenvolveu a partir do “direito da economia de escambo para a venda e, esta, da venda à vista para a venda a prazo”²⁹. Paulo Moreira chama atenção para

25 UBERTI, Hermes Gilber. **O Vale do Jaguari no processo de construção da fronteira oeste do Rio Grande do Sul**. Dourados: Revista História em Reflexão, 2012, vol. 6, n.º 11. Disponível em www.periodicos.ufgd.edu, acessado em 07/2012.

26 A referida mercadoria passou a ser produzida a partir de 1871 quando Sir Thomas Lipton criou uma pequena mercearia em Glasgow na Escócia. Na década de 1890 a matéria prima passou a ser importada do Ceilão, atual Sri Lanka, e o produto se tornou uma referência no mercado mundial. Havia três variedades do artigo, sendo que a que o coronel Christiano mais negociava em seu estabelecimento era o chá de embalagem verde, que segundo os padrões de qualidade do fabricante possuía uma condição mediana. Possivelmente a referida mercadoria chegava até Uruguaiana através de navios britânicos que se valiam do estuário do Prata para abastecer os povoados fronteiriços situados tanto na Banda Oriental como na Ocidental do Rio Uruguai.

27 A primeira página a que tivemos acesso foi a de número 188 e a última folha sob o número 326, sendo o primeiro lançamento datado em 29 de abril de 1911 e o último a 09 de janeiro de 1913.

28 AMFT, **Caderneta de compras a prazo de Randolpho Silva junto à venda do coronel Christiano Haesbaert**. a. 1911-1912. ff. 198, 213r e v., 236 r. e v., 279, 290 r. e v.

29 MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia: Ensaio sobre a dívida - forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. São Paulo: EPU, 1974. Vol. II, p. 98.

a situação de que não vender fiado poderia provocar choques violentos, “equivalia a desconfiar da honestidade e capacidade de pagamento do cliente, portanto, de sua palavra”³⁰. Wilhelm Rotermund inferiu sobre as relações, nem sempre amistosas, entre vendeiros alemães e aqueles que compravam em cadernetas em São Leopoldo à época da colonização, muitas delas eram resultantes da ambição do comerciante que na ânsia de enriquecer, o mais rápido possível, recorria à prática escusa do endividamento³¹. Mediante a cobrança de juros extorsivos os colonos não conseguiam saldar seus débitos e desse modo acabavam tendo suas propriedades esbulhadas. Marcos Antonio Witt ao analisar o papel social das vendas, na área de colonização alemã, destacou o ecletismo destes espaços onde se comercializava de tudo um pouco, mas também abalizou que era o espaço ideal para uma prosa, uma cachacinha e um carteadado. Além da sociabilidade se constituíam também num “*locus*, privilegiado, onde o vendeiro e freguês negociavam, repartiam novidades e tomavam partido nas mais diversas situações”³².

Pois bem, feitas essas breves considerações sobre as casas de negócios e o ato de vender fiado vejamos agora através das tabelas que seguem um panorama geral das despesas (débito do freguês) e das formas de pagamento feitas pelo estancieiro que na caderneta aparecem pelo conceito de haver.

Tabela 1 - Compras feitas junto à venda de Christiano Haesbaert

Alimentos e condimentos	Dinheiro e gastos de outros	Fazendas	Outros	Total
260\$840	70\$750	174\$930	106\$284	612\$804
£17	£ 5	£ 12	£ 7	£ 41
42,56%	11,54%	28,54%	17,36%	100%

Fonte: AMFT, *Caderneta de compras a prazo de Randolpho Silva junto à venda de Christiano Haesbaert*.

30 MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Entre o deboche e a rapina:** Os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009, p. 93.

31 ROTERMUND, Wilhelm. **Os dois vizinhos e outros textos.** São Leopoldo/Porto Alegre: SINODAL/Edições EST, 1997.

32 WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol:** Anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul – Século XIX). Porto Alegre: PUCRS, 2008, p. 284.

A primeira das colunas da tabela trata das questões alimentares que apresentaram em termos absolutos 260\$840 réis (cerca de £17). Oliveira Viana ao estudar as populações meridionais do período colonial até a década de 1930 apregou a presença de autonomia em termos de produção e consumo de alimentos. Defendeu que os fazendeiros em seus domínios desfrutavam de uma independência econômica absoluta, pois em suas casas só se comprava o “ferro, sal, pólvora e chumbo. São estes, realmente, os quatro únicos produtos que o grande domínio não pode produzir”³³, enfatiza mais ainda esse sentimento de autossuficiência ao propalar que “se toda a sociedade se extinguisse em derredor dele, do seu próprio domínio extrairia ele o bastante para as suas necessidades fundamentais, e continuaria a viver, como se nada houvera, a sua vida laboriosa e fecunda”³⁴. No entanto, a análise das despesas com gêneros alimentícios do ramo familiar de Randolpho que atingiram 42,56% de seus gastos nos mostra outro panorama. No caso ora estudado a tão propalada suficiência não se verifica na prática³⁵. Uma parcela expressiva dos alimentos era adquirida junto ao estabelecimento comercial. Entre os produtos destinados a alimentação menciona-se a farinha de trigo, açúcar, erva mate, cravo, canela, mel, chá, café e o sal. Aliás, este último impressionou pela quantidade, ao longo do recorte cronológico analisado, foram adquiridos 15 sacos do produto o que nos faz aventar a possibilidade de que além do consumo humano este produto também era dado aos animais ou há que se conjecturar ainda sobre uma eventual produção de charque destinada ao consumo na própria propriedade. Quanto aos sacos de açúcar o vendeiro frisou que se tratava de produto na sua variável branca, o que sugere que também era negociado o açúcar mascavo constituindo-se numa variante mais rústica do produto. Em momento algum se fez qualquer tipo de referência a arroz e feijão o que nos indica que esses produtos eram produzidos ou adquiridos em outro lugar. Já em relação ao milho, produto possivelmente destinado aos animais, foi adquirido em duas oportunidades em pequenas quantidades.

33 VIANA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005. Vol. 27, p. 190.

34 Idem.

35 Vale reforçar que as despesas alimentares ficaram restritas a apenas uma família, quem sabe se fossem estudados todos os demais ramos familiares presentes na referida fonte manuscrita o documento apontasse em outra direção no que concerne a autonomia.

A terceira coluna apresenta o resumo das compras ligadas ao vestuário. Entre os calçados adquiridos destacam-se os vários pares de tamanco e as “chinellas pretas”. Mas o que causou maior surpresa foram os quase 180 metros de fazendas compradas no decorrer de um ano. Entre os doze meses analisados somente em dois deles não se fez menção a gastos com tecidos. Entre os mais comprados estiveram à germana, o riscado, o brim, o algodão, a pelúcia, a cassa e a chita, esta última, de longe o pano mais adquirido. Sugerindo-nos que até mesmo os mais “recônditos sertões” eram abastecidos pelas “tecelagens das grandes manufaturas urbanas” através das “suas especialidades variadas” como “as chitas, as lãs, as casemiras”³⁶. Além das fazendas volta e meia aparecem os carretéis de linha, peças de renda e colchetes de pressão. Especulações sempre são válidas e quiçá em muito tenha contribuído para essa situação o expressivo número de filhos e o fato de pelo menos quatro, dos quinze membros da prole, moravam nas imediações da estância de São Rafael.

A relação dos produtos comprados sugere certo ecletismo por parte da venda. Pois observamos a aquisição de objetos de cunho pessoal, (tais como anéis e pentes), cosméticos (garrafa de água florida), utensílios para casa (urinol alouçado), ferramentas (lima de três quinas), e bebidas (vinho), mercadoria que só foi comprada em duas oportunidades. Também fazem parte da listagem de produtos adquiridos penas com ponta de aço, tinteiro, cadernos e envelopes o que nos sugere a troca de correspondências, sendo a prática epistolar um importante instrumento na operacionalização de redes de cunho político conforme foi passível de verificação em outro trabalho quando abordamos as conexões que envolviam o estancieiro Randolpho e o Barão de Candiota uma das principais lideranças políticas da região da campanha³⁷.

Na sequência iremos nos valer de duas tabelas que almejam demonstrar um resumo dos gastos mensais e as formas de pagamento utilizadas para saldar os débitos.

36 VIANA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil...** op. cit., p. 189. .

37 UBERTI, Hermes Gilber. O barão, o comerciante e o estancieiro: o poder da pena e as redes clientelares. In: MARTINS, Maria Cristina Bohn e MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (org). **Uma história em escalas: a microanálise e a historiografia latino-americana.** São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2012.

**Tabela 2 - Resumo dos gastos e dos pagamentos mensais feitos por
Randolpho**

Mês	Ano	Débito	Crédito
Transporte mês anterior		144\$210	
Maio	1911	42\$090	230\$000
Junho	1911	59\$100	39\$000
Julho	1911	28\$950	22\$500
Agosto	1911	43\$780	200\$000
Setembro	1911	34\$600	
Outubro	1911	109\$600	108\$000
Novembro	1911	20\$700	11\$600
Dezembro	1911	24\$000	53\$500
Janeiro	1912	44\$534	53\$550
Fevereiro	1912	4\$300	
Março	1912	163\$960	200\$000
Abril	1912	37\$200	30\$000
Subtotal		727\$014	948\$150
Total			221\$136

Fonte: AMFT, Caderneta de compras a prazo de Randolpho Silva junto à venda de Christiano Haesbaert.

Ao olharmos o valor movimentado nesta espécie de “conta corrente”, os créditos chegam a quase um conto de réis, valor nada desprezível. O pagamento em espécie, 501\$600 réis (cerca de £ 33), foi o modo que apresentou o maior valor, contudo isso aconteceu apenas em três oportunidades, a forma mais corrente para pagar a conta se deu através da entrega de mercadorias. Entre os meses analisados destacamos o de outubro de 1911 que apresentou o segundo maior valor em termos de gastos entre todo o período estudado. Enquanto a média mensal ficou na casa dos 41\$914 réis (cerca de £ 2,61) no referido mês o valor chegou a 109\$600 réis (cerca de £ 6,85). Ao olharmos a caderneta de venda a prazo observamos que entre as mercadorias compradas havia algumas que se fizeram presentes somente naquela oportunidade, entre as quais goiabada, polvilho e querosene. Simultaneamente outros itens impressionaram pela quantidade, tais como as três arrobas de erva mate, sendo essa quantidade muito superior aos demais meses da amostragem.

Na busca de uma explicação acreditamos na possibilidade de que as compras a mais suscitam uma ocasião especial. Entre as situações possíveis apresenta-se a lide campeira da marcação, oportunidade em que o clã dos Silva Pereira reunia as gentes que viviam nas imediações da estância de São Rafael articulando o ritual produtivo a sociabilidades “campeiras” tais como a realização de bailes e a alimentação das pessoas que tomavam partido nesses eventos³⁸.

Tabela 3 - Formas de pagamento utilizadas

Dinheiro	Reses	Produtos de origem animal	Gêneros agrícolas	Total
501\$600	321\$000	95\$550	30\$000	948\$150
£ 33	£ 22	£ 6	£ 2	£ 63
52,90%	33,86%	10,07%	3,17%	100%

Fonte: AMFT, Caderneta de compras a prazo de Randolpho Silva junto à venda de Christiano Haesbaert.

Ao longo do ano analisado foram repassadas seis vacas gordas, um novilho e oito couros, crinas e farinha de mandioca que juntos representaram algo em torno de 47,1% dos recursos. Segundo Witt o fato de entregar animais era absolutamente natural em vendas situadas num cenário rural. Também imputou que o recebimento de animais para proceder ao acerto favorecia “o vendeiro no sentido de aumentar-lhe o rebanho, garantir-lhe força motriz para a moenda ou proporcionar-lhe acesso às proteínas”³⁹. No caso ora estudado parece-nos que a assertiva, no que tange aos animais, deve ser relativizada. Pois ao olharmos as diferenças entre o que gastou e o que recebeu em troca, ao final de um ano, conforme pode ser observado na tabela 2, o resultado revelou-se positivo para Randolpho em 221\$136 réis (cerca de £ 15). É bem provável que a entrega dos produtos tratava-se de um artifício a fim de adquirir aquilo que a família necessitava efetuando o pagamento através da entrega de gêneros produzidos na própria estância.

Versaremos na sequência a respeito das redes de crédito que foram firmadas

38 UBERTI, Hermes Gilber. **“A benção que se pede e a benção que se dá”**: Redes sócio-familiares de camadas intermediárias (Randolpho José da Silva Pereira, 1841-1914). São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2011, 222 F. (Dissertação de Mestrado).

39 WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol...** op. cit. p. 284.

em nome de Randolpho junto à casa de comércio da família Haesbaert. Voltando a tabela 1, mais precisamente a segunda coluna, onde consta o valor de 70\$750 réis (cerca de £ 5) oriundos de débitos que foram lançados na caderneta mediante a entrega de dinheiro a terceiros ou ainda de pessoas que fizeram compras na sua conta. Se levarmos em conta o montante geral dos débitos, a soma em termos de números absolutos, assim como em valores percentuais (11,54%), não é das mais expressivas, contudo, acreditamos que por detrás dessas cifras existe um conjunto de cadeias sociais de caráter vertical para baixo ligadas a obtenção do crédito. Sistematizamos esses “empréstimos” e gastos na tabela que segue.

Tabela 4 - Pessoas que dispuseram de crédito na conta de Randolpho

Página	Nome	Data	Natureza do crédito	Valor
198r.	Pedro Sobrinho	14/05/1911	Dinheiro	4\$000
213r.	Fermina Alves	28/05/1911	Gasto	7\$950
213r.	Benedicto Domingues	01/06/1911	Gasto	8\$000
213r.	Senhor Flores	16/06/1911	Dinheiro	3\$000
213r.	Caciano Maria	23/07/1911	Dinheiro	4\$000
213v.	Randolpho	26/07/1911	Dinheiro	12\$000
236r.	Fermina Alves	11/09/1911	Gasto	6\$000
236r.	Salvador Maria	07/10/1911	Gasto	5\$000
236v.	José Montezana	02/11/1911	Gasto	6\$000
236v.	Senhor Flores	26/11/1911	Dinheiro	\$100
236v.	Senhor Flores	30/12/1911	Dinheiro	\$200
279r.	Laurindo Santos	13/02/1912	Dinheiro	1\$500
290r.	José Montezana	24/03/1912	Dinheiro	13\$000
	Total			70\$750

Fonte: AMFT, Caderneta de compras a prazo de Randolpho Silva junto à venda de Christiano Haesbaert.

Monica Dantas apontou que uma das necessidades vitais para a população mais pobre era contar com “a possibilidade de se retirar gêneros de primeira necessidade nos pequenos armazéns locais, com as famosas cadernetas acumulando, por vezes, dívidas de meses ou anos”⁴⁰. No caso ora estudado nos parece que

40 DANTAS, Monica Duarte. Para além do mandonismo: Estado, poder pessoal e homens livres pobres no Império do Brasil. In: SOUZA, Laura de Mello (et al.). **O governo**

estamos diante de outra situação. Nas 138 páginas da caderneta a que tivemos acesso apenas Laurindo dos Santos teve seu nome registrado tendo conta própria⁴¹. Os outros sete sujeitos não dispunham dessa vantagem, o que nos faz supor que essas pessoas não apresentavam condições materiais necessárias para poderem desfrutar da possibilidade de comprar fiado junto à venda. Desta forma, Randolpho pode ser pensado como uma espécie de mediador, de intermediário, que viabilizou o crédito. Em relação à estruturação dessas teias entendemos que elas podem ser pensadas a partir do ponto de vista das relações diádicas, ou seja, “entre indivíduos com recursos iguais e desiguais”, ratificando que “as redes não são cadeias com ligações homogêneas, mas sim um conjunto de relações pessoais que podem envolver amigos, parentes ou indivíduos em condições desiguais”⁴².

Ao trabalhar com as listagens de fregueses nas vendas da família Voges, Marcos Witt (2008), percebeu que muitas vezes junto aos nomes da clientela haviam indicativos feitos pelo negociante referentes às “qualidades” do freguês. Sendo que os mesmos eram identificados a partir da origem étnica, alcunhas, profissão e estado civil. Também constavam adjetivos ligados ao fato de serem bons ou maus pagadores. Caso tivéssemos tido a mesma sorte teria sido muito mais fácil identificar

que tipo de conexões Randolpho possuía com esses agentes históricos. Diante disso só nos resta, mais uma vez, lançar mão de conjecturas. De imediato, aventam-se as seguintes explicações, possivelmente alguns deles se constituíam em trabalhadores esporádicos que após terem concluído suas atividades eram pagos pelo “bolicheiro”. Também nos parece plausível supor de que se tratava de relações de solidariedade envolvendo familiares, vizinhos e ou “amigos” pobres que num estágio avançado da vida careciam de ajuda. Suspeitamos ainda que talvez estejamos diante de relações clientelares, onde agregados compravam a prazo mediante o aval do dono da terra. Mesmo que a natureza das malhas entre esses personagens esteja envolta em brumas, entendemos que a operacionalização da rede de crédito com

dos povos. São Paulo: Alameda, 2009, p. 349. .

41 AMFT, **Caderneta de compras a prazo de Laurindo Santos junto à venda de Christiano Haesbaert**. a. 1912, ff. 194 e 280.

42 VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria: UFSM, 2010, p. 35.

setores subalternos apresenta uma dinâmica social instigante, ao aludir que “no sólo pone de manifiesto la existencia de intereses, identidades y lealtades en el seno de un mismo grupo social teóricamente homogéneo, sino que permite rescatar las relaciones existentes entre individuos que no pertenecían a un mismo grupo socio-económico”⁴³.

Entre as pessoas que compraram fiado na conta de Randolpho encontramos Fermina Alves, a única mulher do grupo, cujo sobrenome nos fez pensar inicialmente na hipótese de que havia uma relação de parentesco sanguíneo com a família de sua falecida mulher Joaquina. Entretanto, no momento em que buscamos o nome de Fermina junto aos registros de batismo verificou-se, em pelo menos uma oportunidade circuitos que haviam sido estabelecidos com a família de Alsira⁴⁴, o que nos faz crer que antigos laços de vizinhança se mantinham e eram reafirmados através da concessão de crédito, tendo como elo a segunda esposa de Randolpho.

Outra possibilidade ventilada é que seriam “changueadores”, jornaleiros, pagos em espécie ou através da concessão de gastos na venda. Andrea Reguera percebeu que este era um dos recursos utilizados entre os empregados do estancieiro Ramón Santamaria. Os trabalhadores “recibían su paga en vales, canjeables en dinero o en mercancías en alguna casa de comercio donde el chacarero tuviera cuenta habilitada por su patrón”⁴⁵. Tal proposição ganha força principalmente em se tratando de Salvador Maria, pois encontramos seu nome junto a outras contas onde também dispôs de gastos ou recebeu pequenas somas em dinheiro⁴⁶. O artifício de pagar serviços através de créditos junto a estabelecimentos comerciais também foi

43 LEIVA, Pilar Ponce. **Versatilidad social y poderes múltiples en la América colonial**. Revista Nuevo Mundo, Mundos Nuevos. Coloquios, 2007. p. 02. Disponível em nuevomundo.revues.org/index acessado em 08/2010.

44 MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Idalina**. São Vicente, a. 1899, liv. 5, ff. 34v., n.º 31. Fermina era comadre de João de Mello irmão da segunda esposa de Randolpho.

45 REGUERA, Andrea. **Patrón de estancias Ramón Santamarina...** op. cit., p. 100.

46 AMFT, **Caderneta de compras a prazo de Jerônimo Paim junto à venda de Christiano Haesbaert**. a. 1912, ff. 268v e 296.

AMFT, **Caderneta de compras a prazo de Vicente Mendes junto à venda de Christiano Haesbaert**. a. 1912, ff. 281.

percebido por Witt (2008) para áreas de colonização germânica no litoral norte do Rio Grande do Sul. Do ponto de vista estratégico, caso realmente esses homens trabalhassem para ele na condição de peões, ao utilizar a conta do estabelecimento comercial se constituiu numa tática interessante, pois poderia dispor de mão-de-obra, mesmo não tendo dinheiro em mãos para pagá-la. O acerto seria feito pelo negociante que arcaria com ônus da despesa até que o débito fosse saldado. As vantagens por parte do estancieiro eram ainda maiores se levarmos em conta o fato de que não conseguimos apurar qualquer tipo de cobrança de juros, o que talvez explique a situação ocorrida em julho de 1911 quando o próprio Randolpho se valeu de sua conta a fim de fazer uma “retirada” no valor de 12\$000 réis.

No que concerne aos agregados Cacilda Machado argumentou que muitos “eram indivíduos solitários e extremamente pobres e desenraizados, mas também podiam ser chefes de família”⁴⁷, exceto Fermina Alves, nenhum dos demais foi encontrado junto aos registros religiosos de São Vicente, assim é grande a possibilidade de se constituírem em homens solteiros. Ao mesmo tempo a historiadora também assevera que a prática da agregação não pode ser “caracterizada exclusivamente como um sistema de arregimentação de mão-de-obra”, pode esta relacionada também com a “capacidade de agregar pessoas [...] pode ser entendida como fonte de distinção social” e “criação de relações de dependência”⁴⁸. Do ponto de vista do trabalhador a disponibilização de pequenas áreas de terras seria uma entre as benesses que ele poderia usufruir, mas há que se salientar ainda, a isenção ao recrutamento militar ou o auxílio “em momentos emergenciais (como secas, cheias, doenças em família) e a proteção frente às autoridades judiciárias ou policiais, fosse pela oferta de um esconderijo ou pela contratação de um advogado, eram sem dúvida, as situações mais comuns”⁴⁹.

Por fim, o vender fiado se constitui num dos maiores desafios para o comerciante, pois, sempre havia o risco de não receber. Mesmo sendo uma questão complexa pode estabelecer relações de reciprocidade. Ao acreditar na palavra do

47 MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades: Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 50.

48 Idem. p. 53.

49 DANTAS, Monica Duarte. Para além do mandonismo... op. cit., p. 344.

freguês o comerciante acaba fornecendo as mercadorias solicitadas em troca de uma promessa de um pagamento futuro, quando o débito era saldado o ciclo se encerra, mas simultaneamente abria-se a perspectiva de que se iniciasse novamente. A capacidade de dispor de crédito sugere uma espécie de capital simbólico ligado ao “bom nome” e do ponto de vista dos subalternos “estar vinculado a alguém com poder de mando permitia ao sujeito na hora da necessidade de crédito ou outros favores ter a quem recorrer”⁵⁰. Desse modo sustentamos que proporcionar o artifício de compras a prazo a terceiros foi um dos mecanismos que contribuiu no processo de notoriedade social alcançado pelo estancieiro junto às gentes que habitavam o Vale do Jaguari, onde mesmo tendo se passado quase um século de sua morte, as pessoas ainda se referem a ele como “Seu Randolpho Silva”.

Considerações finais

Ao longo das páginas anteriores acompanhamos um pequeno naco da trajetória do proprietário remediado Randolpho enfatizando principalmente os negócios firmados, no intervalo de um ano, junto ao estabelecimento rural localizado no interior do Vale do Jaguari. Destacamos principalmente o que comprou, quando adquiriu e de que forma pagou, dando às fazendas e as reses como sendo respectivamente a principal mercadoria obtida e o principal meio de pagamento desenvolvido.

Paralelamente as transações econômicas desenvolvidas junto à venda do coronel Christiano Haesbaert nos serviram de pretexto para trazermos a cena outros sujeitos históricos. Onde salientamos que por detrás das teias de crédito, firmadas tendo como intermediário o “bom nome” de Randolpho, havia conexões redes sociais verticais para baixo, ou seja, tramadas entre indivíduos que ocupavam diferentes lugares na hierarquia social. Malhas que traziam em seu bojo ligamentos familiares, de solidariedade, de vicinagem e de clientela. Essas urdiduras sociais possibilitaram, entre outros pontos, que o estancieiro dispusesse de trabalhadores até mesmo em momentos em que não dispunha de recursos para efetuar o pagamento

50 FAGUNDES, Rosicler Maria Righi. **Esfaqueamento no púlpito**: O comércio e suas elites em Cachoeira do Sul na segunda metade do sec. XIX (1845-1865). São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2009, p. 143.

dos peões na medida em que o acerto era feito pelo vendeiro. Conjecturamos sobre a natureza dessas relações de labuta e entre as possibilidades apresentadas tratamos essas pessoas como agregados e pessoas que trabalhavam de uma forma esporádica. Ainda no que concerne a questão da mão de obra também discorremos a respeito da possibilidade de dispor de obreiros sem a necessidade de pagar pelos serviços, quando buscamos articular a lide campeira da marcação com as sociabilidades que se desenvolviam anualmente junto à estância de São Rafael. Estabelecimento produtivo que serviu de lócus de moradia, de produção e de consumo ao personagem que nos emprestou seu nome para trilhássemos a senda da onomástica, ou seja, o nome de Randolpho enquanto o fio condutor que norteou essa narrativa.

Referências Bibliográficas

ÁLBUM ILUSTRADO DO PARTIDO REPUBLICANO CASTILHISTA. Porto Alegre: Selbach, 1934.

BERTRAND, Michel. **Los modos relacionales de las élites hispanoamericanas coloniales**: enfoques y posturas. Tandil: Anuário del IEHS, 2000, n. 15, p. 61-80.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

DANTAS, Monica Duarte. Para além do mandonismo: Estado, poder pessoal e homens livres pobres no Império do Brasil. In: SOUZA, Laura de Mello (et al). **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

DREHER, Martin N. **Igreja e germanidade**. 2ª ed. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

FAGUNDES, Rosicler Maria Righi. **Esfaqueamento no púlpito**: O comércio e suas elites em Cachoeira do Sul na segunda metade do sec. XIX (1845-1865). São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2009, 158 F. (Dissertação de Mestrado).

FEE (Fundação de Economia e Estatística). Corede Vale do Jaguari. Disponível em <http://www.fee.tche.br/sitefee/coredes=Vale+do+Jaguari>, acessado em 01/2011.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Vol. 3.

LEIVA, Pilar Ponce. **Versatilidad social y poderes múltiples en la América colonial**. Revista Nuevo Mundo, Mundos Nuevos. Coloquios, 2007. p. 1-10. Disponível em nuevomundo.revues.org/index acessado em 08/2010.

LEVI, Giovanni. **Herança Imaterial: A Trajetória de um Exorcista no Piemonte do Século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades: Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia: Ensaio sobre a dádiva - forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. São Paulo: EPU, 1974. Vol. II.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Entre o deboche e a rapina: Os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

REGUERA, Andrea. **Patrón de estancias Ramón Santamarina: una biografía de fortuna y poder en la pampa**. Buenos Aires: EUDEBA, 2006.

REVEL, Jacques (org.). **Jogo de Escalas: A experiência da Microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RODRIGUES, Lisandro Oliveira. **“Imigração Alemã: O caso da família Haesbaert, Mata/RS (séculos XIX-XX)**. Santa Maria: UFSM, 2007, 79F. (Monografia de especialização).

ROTERMUND, Wilhelm. **Os dois vizinhos e outros textos**. São Leopoldo/Porto Alegre: SINODAL/Edições EST, 1997.

UBERTI, Hermes Gilber. **A estância de São Rafael e a família Silva Pereira: Patrimônio e trajetórias familiares (1845-1865)**. Santa Maria: UNIFRA, 2007, 75 F. (Monografia de Especialização).

_____. **“A benção que se pede e a benção que se dá”**: Redes sócio-familiares de camadas intermediárias (Randolpho José da Silva Pereira, 1841-1914). São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2011, 222 F. (Dissertação de Mestrado).

_____. **O Vale do Jaguarí no processo de construção da fronteira oeste do Rio Grande do Sul**. Dourados: Revista História em Reflexão, 2012, vol. 6, n.º 11. Disponível em www.periodicos.ufgd.edu, acessado em 07/2012.

_____. O barão, o comerciante e o estancieiro: o poder da pena e as redes clientelares. In: MARTINS, Maria Cristina Bohn e MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (org.). **Uma história em escalas: A microanálise e a historiografia latino-americana**. São Leopoldo: Oikos; Editora da UNISINOS, 2012.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria: UFSM, 2010.

VIANA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005. Vol. 27.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol: Anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul – Século XIX)**. Porto Alegre: PUCRS, 2008, 428F. (Tese de doutorado).

Fontes manuscritas

Arquivo da Mitra Diocesana de Bagé

Registro de casamento de Randolpho José da Silva Pereira e Joaquina Alves da Conceição. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1868, *liv.* 4, *ff.* 82v, *n.º* 33.

Registro de batismo de José. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1870, *liv.* 10a, *ff.* 128v, *n.º* 364.

Registro de batismo de Zeferino. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1871, *liv.* 10a, *ff.* 200, *n.º* 360.

Registro de batismo de Cândida. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1873, *liv.* 10a, *ff.* 292, *n.º* 01.

Registro de batismo de Mariana. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1874, *liv.* 11b, *ff.* 35v, *n.º* 206.

Arquivo da Mitra Diocesana de Santa Maria

Registro de batismo de Randolpho. São Vicente, *a.* 1877, *liv.* 1, *ff.* 19, *n.º* 40.

Registro de batismo de Rita. São Vicente, *a.* 1878, *liv.* 1, *ff.* 54v, *n.º* 145.

Registro de batismo de Joaquina. São Vicente, *a.* 1882, *liv.* 2, *ff.* 71v, *n.º* 135.

Registro de batismo de João. São Vicente, a. 1882 *liv. 2 ff.* 71v., n.º 136.

Registro de batismo de Sílvia. São Vicente, 1882, *liv. 2, ff.* 71v., n.º 137.

Registro de batismo de Quirino. São Vicente, 1882, *liv. 2, ff.* 72, n.º 138.

Registro de batismo de Junia. São Vicente, a. 1890, *liv. 3, ff.* 94 n.º 42.

Registro de batismo de Alzira. São Vicente, a. 1890, *liv. 3, ff.* 95, n.º 43.

Registro de batismo de Maria. São Vicente, a. 1891, *liv. 4, ff.* 12v., n.º 35.

Registro de batismo de Alfredo. São Vicente, a. 1892, *liv. 4, ff.* 37, n.º 66.

Registro de batismo de Juvenal. São Vicente, a. 1894, *liv. 4, ff.* 52., n.º 139.

Registro de batismo de Idalina. São Vicente, a. 1899, *liv. 5, ff.* 34v., n.º 31.

Arquivo do Judiciário Centralizado

Inventário *post-mortem* de Randolpho José da Silva Pereira. São Vicente, a. 1914, *cx.* 361, n.º 114.

Inventário *post-mortem* de Christiano Haesbaert. São Vicente, a. 1942, *cx.* 504, n.º 01.

Arquivo Museu Fragmentos do Tempo

Manifesto de viagem do vapor Eugenia de Villa Clara a Uruguaiana. a. 1903-1913.

Caderneta de compras a prazo junto à venda do coronel Christiano Haesbaert. a. 1911-1912, *ff.* 188 - 326

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Inventário *post-mortem* de José da Silva Pereira. Cruz Alta, Cartório dos Órfãos e Ausentes, a. 1845 n.º 26, *m. 2, est.* 61, *ff.* 07r.

Ação ordinária movida por José Manoel de Siqueira e Fidelles Gomes de Siqueira contra Francisca Pereira Pinto e outros. São Gabriel, Cartório do Civil, a. 1856, n.º 608, *m. 20, est.*108.

Livros notariais de transmissões e notas. São Gabriel, 4º Distrito, a. 1875, *liv.4, ff.* 71v.-74 r.

Tabelionato de registros civis de Mata

Certidão de óbito de Joaquina Alves da Silva. *a.* 1907, *liv.* 01, *ff.* 47, *n.º* 161.

Certidão de óbito de Randolpho José da Silva Pereira. *a.* 1914, *liv.* 1-c, *ff.* 90v., *n.º* 04.



Dona Anna Marques de Sampaio: filha do Cirurgião-mor Manuel Marques de Sampaio, irmã do padre coadjutor Manuel Marques de Sampaio, mãe de Duarte Marques de Sampaio (exposto) - Freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre, séculos XVIII-XIX

Denize Terezinha Leal Freitas

Jonathan Fachini da Silva

Resumo: Durante muito tempo, se retratou a vida das mulheres coloniais envoltas de uma vida devotada ao sagrado matrimônio. Vidas dedicadas à família e direcionadas às subalternidades do lar. Todavia, a historiografia vem mostrando uma nova realidade do protagonismo das mulheres. Objetivamos, através dos retalhos deixados pelo tempo, alguns aspectos da trajetória de Dona Anna Marques de Sampaio. Muito mais do que um objeto pertinente à História das Mulheres no período colonial brasileiro, um importante sujeito histórico que nos permite traçar uma ponte entre a macro e a micro-história da população que viveu e morreu em Porto Alegre durante a virada do século XVIII até meados do século XIX. Para tanto, nos valem de um conjunto de fontes paroquiais (batismo, casamento, óbito) e civis (testamentos, inquéritos, etc.), bem como dos referenciais teóricos e metodológicos da Demografia Histórica, História da Família e População.

Palavras-Chave: Família - Porto Alegre - História das Mulheres

Introdução

A população feminina deixou suas marcas ao longo do tempo, porém, nem sempre o seu protagonismo foi alvo de estudo, ao longo da História.¹ No que tange a História da Família, indubitavelmente, ela tinha atuado de forma muito mais contundente do que provavelmente até então se pensava. Nosso objetivo é apresentar, através da trajetória da Dona Anna Marques de Sampaio, de que maneira

1 A demografia histórica foi uma das primeiras áreas a revelar a dimensão feminina da História. Com efeito, ao explorar os registros paroquiais, os historiadores e as historiadoras encontraram homens e mulheres unidos na reprodução da vida, reconstituíram agregados familiares, estudaram movimentos demográficos diferenciais. Como sabemos, a demografia histórica, ao suscitar a necessidade de compreensão dos comportamentos, abriu o sedutor caminho da história das mentalidades. Ao perscrutar atitudes culturais, interditos, medos e sofrimentos, físicos e espirituais, os historiadores aperceberam-se da violência do cotidiano da mulher do Antigo Regime. (SOBRAL NETO, 2001, p. 26).

podemos compreender o comportamento e atuação feminina da Porto Alegre oitocentista.

Para tanto, utilizaremos de uma análise transversal de várias fontes, pelas quais nos valeremos dos auspícios do jogo de escala proporcionado pela *macro* e *micro-história*, partindo, primeiramente, do percurso deste sujeito histórico, longitudinalmente, através da análise quantitativa de fontes seriais (registros paroquiais de casamento, batismo e óbito) e percebendo suas teias de relações horizontalmente, via fragmentos deixados no tempo (testamentos, atuações, etc.).

O recurso metodológico fundamental para a elaboração deste trabalho será o nome, o *fio de Ariadne*² que nos conduzirá a verificar a atuação social e a rede de relações possíveis estabelecidas pela família Marques de Sampaio. Segundo essa trilha, nosso trabalho tem como objetivo principal problematizar os modos de viver e atuar da população que constitui família na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, entre o final do século XVIII e início do século XIX, mostrando que, mesmo sob uma égide patriarcal moldada pelos alicerces do Antigo Regime, a mulher tinha uma atuação social e familiar muito mais presente e contundente do que se esperava ou permitia.

Seja por questões demográficas ou necessidades de ordem econômica, social, cultural ou política, as mulheres foram o sustentáculo fundamental da sobrevivência da família, do Estado e, sobretudo, da Igreja. Seus comportamentos, suas atitudes e ações estavam meticulosamente envolvidos por questões de ordem familiar e religiosa. Muitas vezes, articulavam seus interesses ou submetiam-se a situações inconvenientes em prol da sobrevivência e da manutenção (ou ascensão) social.

Dessa maneira, reportar a esta personagem nos permite compreender os inúmeros caminhos e descaminhos percorridos por uma mulher, em Porto Alegre, no século XIX. Uma mulher que não pode ser definida como “*uma qualquer*”,

2 Trata-se de uma metáfora, usada por Ginzburg, referente ao mito grego (em que Teseu recebe, de Ariadne, um fio que o orienta pelo labirinto, onde encontrou e matou o minotauro). Nesse sentido, o nome é o fio que nos orienta, através do cruzamento de fontes, para se reconstituir a História. Cf. GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

mas, sim, uma Senhora de prestígio e cabedal social bastante destacado naquela sociedade. O fato de não ter optado pelo matrimônio a torna ainda mais singular, visto a importância dada a este sacramento:

[...] é essencial prestar atenção ao destaque que o matrimônio adquiriu, durante o Antigo Regime, pois, de simples união conjugal, transformou-se num sacramento que adquiriu caráter civil, através do padroado régio na América Portuguesa. [...] a mudança radical deveu-se, sobretudo, ao Concílio Tridentino, que deu ao casamento um caráter oficial, no qual foram impostas regras (como o assento matrimonial num livro de registro exclusivo) e rituais, que objetivavam dar legitimidade ao ato.³

Por esse viés, procuramos resgatar esta trajetória, o fato de ter permanecido solteira de maneira alguma a torna invisível naquela sociedade, como bem mostram as fontes analisadas, essa personagem esteve, a todo tempo, atuando entre a casa e a Paróquia, deixando legítimo seu poder emanado do estatuto social de sua família.

Um episódio de Dona Ana Marques de Sampaio

Nos primórdios de 1833, faz-se a escrituração de um *Termo de Conciliação*⁴ entre Jose Pereira Dias e D. Anna Marques de Sampaio. Uma desavença entre vizinhos cuja causa principal deu-se por conta de “*huma junta de bois lavradores e carreteiros com outros animaes*”. Estes, segundo palavras do dito reclamante, Jose Pereira Dias, “*pastavão sempre dentro [do]potreiro da mesma chácara*”, porém, devido à seca: “*q[ue] tem havido secasse hum banhado que fica entre meio da dita chácara e da de sua vizinha D. Anna Marques de Sampaio*”, o trânsito recorrente dos animais entre as propriedades desencadeou o conflito.

A inoportuna presença da junta de bois fez com que a dita D. Anna Marques de Sampaio tomasse medidas drásticas em prol da defesa de suas posses. Tendo em vista a impertinência do vizinho, esta mandou abater os animais “*com hum [t]iro de Espingarda por hum seu agregado Joze e por hum seu escravo por nome Bernardo*

3 FREITAS, 2011, p. 87.

4 As palavras em itálico citadas indiretamente a seguir, dizem respeito ao conjunto de fontes consultadas no Arquivo Público de Porto Alegre, conforme descrito nas referências.

em 28 de Dezembro próximo passado”. A confissão dos executores perante testemunhas promoveu provas para esse *Termo de Conciliação* que tinha por finalidade exigir reparação do prejuízo causado ao dito suplicante.

Na documentação, exige-se “*apagar o três dobro do valor ditto boi na conformidade do Art. 12 da Lei de 15 Julho de 1775*”. O alongamento do processo deveu-se, sobretudo, a dois motivos: primeiramente, o apego e estimação do proprietário da junta dos bois e, também, a teimosia e resistência da Dona Anna Marques de Sampaio em abreviar o mal-entendido.

Esta tensão entre vizinhos fica ainda mais estremeçada pelo fato do vizinho não aceitar a quantia oferecida pelo agregado, *Jose*, que compareceu na primeira audiência e ofereceu o valor definido do “*dicto Boi em três dobro*”. Ainda apareceu, em socorro do caso, Antonio Martins Barboza, que “*pois q[ue] por ambos lbes oferecem quatro doblas, e o supplicante não o quis vender por ter los em muita estimação em vezão de suas boas qualidades*”. Enfim, esta “conciliação às avessas” coloca-nos diante das relações de poder estabelecidas no cotidiano, típicas de uma sociedade extremamente hierárquica, escravocrata e pautadas aos auspícios do Antigo Regime.

Não obstante, esse caso nos permite visualizar a disputa pelo poder e a negação atribuídas “naturalmente”,⁵ pelas contrapartes, numa sociedade patriarcal. O vizinho, diante do prejuízo, ultrapassa o poder emanado dos “bons viventes” e procura, nas leis, a justiça pelo acontecido. Esses relatos nos trazem informações das disputas de poder e dos usos e costumes dessas tensões num âmbito político que ultrapassa a esfera burocrática.

[...] Poder e política passam assim ao domínio das representações sociais e de suas conexões com as práticas sociais; coloca-se como prioritária a problemática do simbólico [...]. O estudo do político vai compreender a partir daí não mais apenas a política em seu sentido tradicional, mas, em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memórias ou

5 João Fragoso lembra-nos da “concepção corporativa da sociedade, em larga escala baseada na segunda escolástica”. Em outras palavras: “a sociedade e suas hierarquias eram devidamente naturalizadas. Ou, ainda, entre senhores e subalternos existia um pacto desigual, em que os primeiro cabia proteção e direção, e aos segundos a obediência” (FRAGOSO, 2010, p.76).

memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder.⁶

Nesse sentido, verificamos que houve um rompimento hierárquico, pois uma “Dona”, descendente de reinóis, filha de um “*Cirurgião-Mor*”⁷, irmã de clérigos atuantes na paróquia, proprietária de escravos e terras, católica atuante (presente em inúmeros registros paroquiais), vê-se ultrajada pelo seu vizinho devido à “invasão” de uma junta de bois em suas posses. É interessante notar que o processo dá-se muito mais por conta dos rumos que a situação tomou devido às tensões de poder entre vizinhos do que propriamente o ressarcimento do prejudicado.

Tanto que *Dona Anna Marques de Sampaio* recusa-se a comparecer às audiências, e sua ausência se justifica “*em rasão de [haver] empedida pela moléstia q[ue] aprisa [ultimamente] de Cumprir com este dever*”. Mesmo tratando-se de uma Senhora de 80 anos, idade calculada naquele momento — morre pouco mais de duas décadas depois, aos 103 anos —, fica difícil sustentar a hipótese de que essa realmente tenha sido a causa principal. Ela não compareceu porque a abertura do processo significou um rompimento à “ordem natural” estabelecida.⁸

Não obstante, a matriarca achou-se no direito de resolver a questão à sua maneira, sem ao menos ponderar um acordo de conciliação pessoal e não jurídico. Para isso, temos que transpor essa situação pensando “essa perspectiva para uma sociedade de Antigo Regime, entre sociedades que eram governadas, mais pelos

6 FALCON, 1997, p.76.

7 O cargo de cirurgião-mor foi extinto em 17 de junho 1782, com o surgimento da *Junta do Protomedicato*, que passou a exercer tais competências por meio de seus delegados. Com a criação da Junta, centralizou-se em um único órgão atribuições que antes eram desempenhadas tanto pelo físico-mor quanto pelo cirurgião-mor. No entanto, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, foram restabelecidos, através de mercês, os cargos de físico-mor e cirurgião-mor dos Exércitos do Reino. Cf. ABREU, Laurinda. A organização e regulação das *profissões médicas* no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados. In: CARDOSO, A.; BRAZ DE OLIVEIRA, A.; MARQUES, M. S. (Coords.) *A Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2010. p. 97-122.

8 Cf. HESPANHA, Antônio M. “*Antigo Regime nos Trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português*” In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, M. F. (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.43-93.

homens do que pelas instituições”,⁹ um lócus no qual as relações sociais estão pautadas pela capacidade de mobilizar e agregar novas e contínuas redes de poder.

Ligações de reciprocidade que partiam da família e estendiam-se através desta. Relações que, em última análise, desdobravam-se num emaranhado de laços que atravessavam o âmbito público e privado, sob a forma de parentesco, amizade, casamentos, compadrios, etc. Tais estratégias se expandem fronteira adentro, pois, conforme indica Farinatti (2007), verifica-se até mesmo uma categorização na formação destas redes. De acordo com o autor, estas se davam em três direções: “relações horizontais de aliança com seus pares, relações verticais ‘para baixo’ com seus subalternos e, dada sua condição ‘periférica’, relações verticais ‘para cima’, com os representantes do poder central”.¹⁰

O palco de atuação: a Igreja e a Freguesia

Manuel Marques de Sampaio, filho de fidalgos portugueses de Braga, nasceu precisamente na Freguesia de Santiago, na Vila de Extremos, no bispado de Évora. Migrou para o Brasil ainda jovem, contraiu núpcias com *Dona* Clemência Maria de Jesus, na Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, em Santa Catarina. Permaneceram seus primeiros anos de casado em Santa Catarina, migrando para o Rio Grande do Sul, onde passou a viver em Viamão, depois se transferindo para a recém-formada freguesia Madre de Deus de Porto Alegre. Assumiu lugar de destaque naquela sociedade, sendo *cirurgião-mor*, e, no início do século XIX, foi um oficial da Câmara de Vereadores. Sabemos perfeitamente que numa sociedade de Antigo Regime, como a da América Portuguesa, títulos e pronomes de tratamento como “dona” e “capitão” cabiam a sujeitos de destaque social; são os ditos “homens bons”: isto é, pessoas de cabedal de uma determinada localidade, *todos os chefes de família abastados e respeitáveis habilitados a votar*.¹¹

9 KÜHN, 2006, p. 20.

10 FARINATTI, 2007, p. 34-35.

11 As Câmaras tinham seus cargos ocupados por indivíduos denominados *homens bons*. Essa designação vaga se referia aos integrantes das elites socioeconômicas locais, que deveriam atender a uma série de requisitos. Ser maior de 25 anos, casado ou emancipado, católico e sem nenhuma “impureza de sangue”, isto é, nenhum tipo mestiçagem racial. Era necessário que fossem homens de cabedal, o que significava, geralmente, serem proprietários de terra. (COMISSOLI, 2008, p. 75).

Anna Marques de Sampaio foi a primeira filha do casal. Nasceu ainda na Freguesia do Desterro, no ano de 1753, falecendo em Porto Alegre, curiosamente com a idade avançada de 103 anos, no dia 12 de julho de 1856. Anna Marques de Sampaio ainda teve outros irmãos, sendo que três deles seguiram a carreira religiosa, tornaram-se padres — alguns em Porto Alegre e outros acabaram administrando outras paróquias das redondezas. Todas essas informações nos foram fornecidas a partir do cruzamento nominativo, onde o “nome” foi o fio condutor de nosso exame. Cruzando os registros paroquiais com outras fontes — como os róis de confessados, o inventário e o testamento — abriu-se um leque de informações diante de nossos olhos referentes à Anna Marques de Sampaio, assim, ganhando novos direcionamentos. A título de exemplo, abaixo segue um rol de confessado do seu *fogo*,¹² que nos dá uma pequena amostra do ambiente em que Anna Marques de Sampaio foi gerada.

12 Assim eram tradicionalmente denominados os domicílios em Portugal e nas colônias portuguesas. Equivalente em outros idiomas também eram utilizados nos países concernentes. Raphael Bluteau considera como sinônimo de “Família”, muito embora seja bastante ambíguo este conceito, para o século XVIII. Este dicionarista exemplifica, por exemplo, a utilização do termo: “Villa, que tem cem, ou duzentos fogos” [1712], o que reforça a ideia de família como domicílio (NADALIN, 2004, p. 170).

Ilustração I: Rol dos Confessados da freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre nesta quaresma 1790¹³

<i>Manuel Marques de Sampaio</i>	CC		CH
Clemência, sua mulher	CC		CH
Reverendo <i>Manuel Marques de Sampaio</i> , seu filho	CC		CH
Antônio, seu filho	CC		?
Ana, sua filha	CC		?
Isabel, sua filha	CC		CH
Manuel José, agregado	CC		CH
Catarina, agregada	?	?	CH
Bernardo, agregado	?	?	?
<i>Escravos</i>			
Joaquim	CC		CH
[Antônio?]	CC		CH
Manuel	CC		CH
Domingos	CC		CH
João	?	?	CH
Josefa	CC		?
Teresa	CC		CH
Isabel	?	C	?
Domingos	?	?	?
Luzia	?	?	?
Constantino de Caro, agregado	?	?	?

Fonte: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

Anna Marques de Sampaio, o nome sempre acolhido pelo prefixo: *Dona*,¹⁴

13 Ilustração extraída de: FREITAS, Denize Terezinha Leal. **Quem casa na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre: A formação social através dos registros paroquiais de casamento (1772-1806)**. 2008. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2008.

14 O título de *dona* era concedido, pelo cura e pelos demais fregueses, às mulheres com parentesco direto com fidalgos da casa real, cavaleiros das ordens militares e oficiais régios. Assim, nessa época, além da ascendência na conquista da capitania, as famílias com maior prestígio social eram aquelas com serviços registrados e reconhecidos pela monarquia. Por seu turno, com o passar do tempo, o serviço prestado à monarquia na época da conquista passou a ser considerado, aos olhos da sociedade colonial, como suficiente para a família ter

como seguidamente foi registrada nos documentos, veio de um berço abastado. Seu lar era composto de alguns agregados e inúmeros escravos. Não optou pelo sagrado matrimônio, viveu e morreu no estado de *solteira*, como confirma o registro de seu óbito. O fato de não ter casado, no decorrer de sua longa vida, a coloca numa parcela daquela população definida pelos demógrafos historiadores como “celibatário definitivo”.

A base estatística deste conceito é constituída pela frequência dos homens e mulheres que, numa determinada população, atingem a idade de 50 anos sem nunca terem se casado. Em sociedades nas quais são poucas as evidências de uniões consensuais — e, portanto, sendo a regra o casamento na regulação da união entre um homem e uma mulher — uma maior ou menor taxa de celibato definitivo pode refletir problemas que impedem o casamento; ou, ao contrário, que o estimulam. Esta taxa é geralmente confrontada com as médias de idade dos homens e mulheres ao contraírem pela primeira vez um matrimônio.¹⁵

Assim, podemos dizer que *Dona Anna* Marques de Sampaio era uma mulher de destaque social, possuidora de terras e, por sinal, as guardava muito bem, visto o episódio do ano de 1833 que lhe rendeu o processo judicial de conciliação descrito anteriormente. Agora, outros pontos nos fazem refletir sobre esta personagem, alguns referentes à sua conduta naquela sociedade. O próprio registro de óbito já pode nos dar algumas pistas: como foi dito, morreu solteira, aos 103 anos de idade, como *causa mortis* nada menos que “*velhice*” e que fora enterrada no cemitério da misericórdia. Conforme seu testamento, deixava claro que pertencia a irmandades religiosas, pelos menos quatro: Irmandade do Santíssimo Sacramento, Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e das Almas, Irmandade de Nossa Senhora das Dores e Irmandade Nossa Senhora do Rosário.

Como instituições sociorreligiosas importantes no Brasil desde a Colônia, as irmandades reuniam boa parcela da sociedade,

prerrogativa de mando e suas mulheres ostentarem o título de *dona*. Cabe ainda lembrar que, nas escrituras públicas, as registradas nos cartórios, as senhoras recebem a insígnia de *dona*, conforme os critérios acima apresentados (FRAGOSO, 2010, p. 80).

15 NADALIN, 2004, p. 167.

entre homens, mulheres e crianças. Sustentavam o culto católico e a Igreja propriamente dita, conformando aquilo que muitos chamaram de catolicismo tradicional. Eram integradas por pessoas comuns, simples leigos, interessados em cultivar santos, viver a religião católica, buscar proteção diante das adversidades da vida — ou da morte —, encontrar pessoas, estabelecer relações, praticar a caridade e o auxílio mútuo.¹⁶

Apesar das irmandades serem integradas, *a priori*, por pessoas “comuns”, elas refletiam as hierarquias sociais, principalmente no período colonial. O fato de ter pertencido a irmandades de brancos e livres e, ao mesmo tempo, de negros e escravos (N. S. do Rosário) mostra suas relações tanto para cima como baixo, numa constante manutenção de seu estatuto. Uma questão pertinente a esse respeito está no âmbito dos parentescos espirituais. Nossa personagem, Anna Marques de Sampaio amadrinhou inúmeras crianças escravas e, para algumas, concedeu alforria na pia batismal, como no caso dos filhos de seus escravos.

*Aos vinte quatro dias do mez de Abril de mil oitocentos e vinte hum annos nesta Matriz de Nossa Senhora de Deos baptizou solennemente o Reverendo Coadjutor Ignacio Soares Viana e poz os Santos Oleos a João nascido aos quatorze do ditto mez, filho legitimo de Narcizo e Rosa de nação Mina escravos de Anna Marques de Sampaio: forão Padrinhos Jose Thomaç de Lima e a mesma Anna Marques de Sampaio a qual declarou no acto do baptismo que havia libertado o seo afillhado. E para constar mandei fazer este assento, que comigo assignou a ditta Anna Marques de Sampaio.*¹⁷

Em seu testamento ainda alforria dois escravos de nome Bernardo e Narcizo, lhes deixando uma quantia de cinco *doblas a serem pagas com as cartas de liberdade*. Deixa outras duas *doblas à preta Rosa*, entretanto, enfatizando que a dita *preta Rosa* tem sua carta de liberdade condicionada à sua servidão até a morte.

O dom podia acabar por tornar-se um princípio e epifania de Poder. Assim, era frequente que o prestígio político de uma pessoa estivesse estreitamente ligado à sua capacidade de

16 TAVARES, 2008, p. 25.

17 Registro de Batismo Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, Livro 6, 1821, fl. 36.

dispensar benefícios, bem como à sua fiabilidade no modo de retribuição dos benefícios recebidos.¹⁸

Se de um lado Anna Marques de Sampaio é apresentada, pela documentação recorrente, pela disposição em amadrinhar crianças escravas e de sua “benevolência” em conceder alforrias, outro aspecto importante é a recorrência de crianças expostas que amadrinha ao longo do tempo. Tratava-se de crianças que, por algum motivo ou outro, foram abandonadas em tenra idade na porta de outra família. Os registros de batismos da Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre nos revelam que além de Anna Marques de Sampaio estar presente em muitas atas batismais, algumas dessas crianças foram deixadas na porta de sua própria casa, no início do século XIX. Dessa forma, trago, aqui, uma relação desses pequeninos, seguido das datas que foram batizados e seus eventuais padrinhos:

Quadro I: Os expostos de Dona Anna Marques de Sampaio

Data do Batismo	Nome do exposto	Padrinhos
02/04/1818	Ritta	Joze Rodrigues de Oliveira
		Florisbella Cherobina de Sampaio
14/07/1821	Antonio	Jose Thomas de Lima
		<i>Dona Anna Marques de Sampaio</i>
19/03/1822	Duarte	<i>Alferes</i> Patrício Correa da Câmara
		Florisbella Cherobina de Sampaio
01/07/1824	Antonio	<i>Cônego Vigário Geral</i> Antonio Vieira da Soledade
		<i>Dona Anna Marques de Sampaio</i>
29/07/1826	Jozefa	Antonio Joze de Oliveira Guimarães
		<i>Dona Francisca Cândida de Souza</i>

Fonte: *Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Livro V-VI de Batismo da população livre da paróquia Madre de Deus de Porto Alegre.*

18 XAVIER; HESPANHA, s/d, p. 382.

Tocado nesse traço importante da vida de Anna Marques de Sampaio, como foi dito, ela se apresenta como “o excepcional normal”.¹⁹ Destaca-se na “longa duração” dos batismos da Madre de Deus de Porto Alegre. Conforme podemos observar, no *quadro I*, destacam-se os laços de compadrio desta matriarca, as relações diretas e indiretas, visto que muitos vínculos foram gerados tendo esta como madrinha ou como comadre (caso dos expostos). Para Fragoso, as relações de apadrinhamento tinha a capacidade de articular inúmeras redes, denominadas de “redes de compadrio” que “relações de alianças capazes de unir os ditos vizinhos: forros, escravos e livres”.²⁰

Outro ponto a se destacar é no que tange ao casamento: não contraiu núpcias, permanecendo, em vida, no estado de solteira, o que, de certa forma, é incomum para uma sociedade acentuada na família. É interessante destacar que isso não impediu que ela detivesse seu “cabedal social”, isto é, uma série de vínculos pessoais adquiridos, sobretudo, através das suas “redes de compadrio”. No entanto, isso não significa um desprestígio do sétimo sacramento; pelo contrário, a sua opção por permanecer solteira nos permite inferir a importância dada ao casamento, por essa sociedade. O fato de ter permanecido celibatária nos sugere que provavelmente não tenha encontrado cônjuge a altura de suas expectativas sociais e sentimentais. Nesse caso, melhor “sozinho do que mal acompanhado”! Nem sempre as condições do mercado matrimonial eram favoráveis, visto que, para as famílias abastadas da sociedade,

O casamento dividia o curso dos anos de uma vida em duas etapas distintas. Esse acontecimento social fundava a continuidade social e familiar da elite oitocentista e originava um novo núcleo que uniria dois troncos anteriores distintos. Essa união era intencionalmente calculada no sentido de proporcionar a manutenção dessas famílias como parte de um grupo seletivo e privilegiado. Contudo, era preciso ir além e gerar novos elementos de poder e prestígio que as distinguisse

19 Na definição de Ginzburg (1989, p. 177-178), o “excepcional normal” pode ter dois significados: o primeiro refere-se ao documento que é aparentemente excepcional, mas que se constitui como uma prática comum no cotidiano social; e o segundo é o documento que é, por si, excepcional, o que pode dar conta de uma norma do cotidiano social.

20 FRAGOSO, 2010, p. 79.

socialmente, atualizando as disputas sociais intra e extragrupo. As exigências minuciosas feitas durante os processos de arranjos matrimoniais revelam o esforço de consolidação de novas alianças políticas, econômicas e sociais que objetivaram estruturar uma rede familiar complementar que, em última instância, ia dar continuidade às casas envolvidas. Dessa forma, ao final, acabava-se reproduzindo a dinâmica hierarquizante fundadora da composição social do Império.²¹

Por conseguinte, o número de crianças que são deixadas na sua porta é muito significativo. Geralmente, as recorrências maiores que encontramos para Porto Alegre eram de três crianças deixadas numa mesma família, ao longo do século XIX. As primeiras inquietudes que correm os olhos do pesquisador é saber se, afinal, essas crianças permaneceram no seu lar; se foram por ela criadas; qual o papel dessas crianças na vida de Anna Marques der Sampaio?

Todos os expostos foram batizados em sequências, com diferença de dois ou no máximo três anos, seus padrinhos foram militares, clérigos, *Donas* e, em alguns casos, ela mesma assume o papel de madrinha. A princípio, essas crianças receberam o mesmo tratamento, entretanto, há uma possível brecha que pode, ao menos, dar uma luz ao caso descrito. Referimo-nos ao testamento datado de 1844, deixado por Anna Marques de Sampaio, onde ela, por não ter legítimos herdeiros, torna seu único testamenteiro o exposto Duarte Marques de Sampaio, ao “*que eu criei por ter sido exposto em minha casa*”.

Essa pequena trajetória, até aqui — que merece um tratamento ainda mais amplo, com novas fontes —, já pode nos mostrar um caso de um exposto que, apesar do abandono, fora criado em um novo lar, recebeu um nome e passou a ser herdeiro de terras. Talvez a sorte estivesse ao seu lado, lembrando que Anna Marques de Sampaio não contraiu núpcias, assim, não teve filhos legítimos, o que seria uma concorrência árdua para Duarte, pois os filhos legítimos são herdeiros legais. Talvez o fato de Duarte ter sido o único exposto a receber herança pode nos sugerir que era filho ilegítimo de Anna Marques — visto que outras crianças também foram expostas em sua casa —, fruto de alguma relação ilícita aos olhos da Igreja. Casos como esse que abrem “o espaço para as incertezas, os “talvez”, os “poderiam ser” a

21 MUAZE, 2008, p.54-55.

que o historiador tem de recorrer quando as evidências são inadequadas ou geram perplexidade”.²²

Apesar desses labirintos de pesquisa, o caso de Anna Marques de Sampaio nos mostra uma mulher participativa na sociedade porto-alegrense, membra de irmandades, dona de escravos, proprietária de terras e responsável pela criação de crianças abandonadas. A figura de Anna Marques de Sampaio pertencia a um estatuto social que demanda uma manutenção de tal imagem a todo instante, o que legitimava o seu estatuto “natural”. Dessa forma que podemos compreender o fato contido no processo quando manda um escravo e um agregado matar a junta de bois de seu vizinho, pois rompia essa ordem natural ao seu estatuto social.

Considerações Finais

De acordo com Fragoso a “qualificação dos agentes permite-nos investigar o grau de endogamia social [...] e os ritmos de mobilidade social”,²³ aliados ao cruzamento que permitem ao Historiador Social um leque de possibilidades de estudos que fazem parte das relações humanas típicas dessa sociedade de Antigo Regime. Destacam-se as relações de poder cotidiano às estratégias sociais e clientelares; das flutuações intensas de mobilidades tanto geográficas quanto sociais; etc.

A trajetória desta Dona permitiu-nos rediscutir a respeito tanto do funcionamento prático das relações sociais, pautadas numa sociedade de Antigo Regime, mas, também, demonstrar a riqueza dos inúmeros papéis e funções sociais que cada peça desse tabuleiro poderia desempenhar ao longo da vida. Podemos identificar os agentes sociais vivenciando diferentes experiências, nas quais, são visualizadas suas estratégias, escolhas, decisões e, sobretudo, a ativação de seus vínculos pessoais no que tange a vida em sociedade.

O caso de Anna Marques de Sampaio é exemplar, no que tange a revisão do passado colonial brasileiro, sobretudo, nas regiões periféricas desta América portuguesa — ainda mais porque esses protagonistas, definidos como “excepcionais normais”, nos permitem discutir a respeito dos meandros que separavam a teoria da

22 DAVIS, 1987, p. 10.

23 FRAGOSO, 2010, p. 75.

prática quando nos referimos às relações sociais. Muitas vezes, as normativas eram ajustadas, manipuladas ou estrategicamente usadas em benefícios próprios. Em outros, nem sempre essa regra funcionava. Como foi visto, por mais que detivesse uma progressão social, a ilustre e distinta *Dona* teve de retratar-se juridicamente por sua atitude despótica. Seria uma tentativa de protagonismos dos nativos sobre os metropolitanos? Fica a questão para uma futura reflexão do caso estudado, que ainda pode nos esclarecer muito a respeito da História das Mulheres. Nem sempre — como trata a historiografia — as mulheres ficavam restritas à margem de uma sociedade patriarcal e essencialmente masculina.

Referências Bibliográficas

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX.** São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre.** Rio de Janeiro: Paze Terra, 1987.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano cultural.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. História da Família e Demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion;

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865).** 2007. 421 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2007.

FRAGOSO, João. Afogando em Nomes: temas e experiências na história econômica. **Topói**, Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 5, p. 41-70, 2002.

_____. *“Efigênia Angola, Francisca Muniç, forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial”.*

In: **Topoi**, n. 21, jul.-dez., p. 74-106, 2010.

FREITAS, Denize Terezinha Leal. **O casamento na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre: a população livre e suas relações matrimoniais de 1772-1835**. Dissertação (Mestrado em História) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo: RS, 2011.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (Org.) **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

_____. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. SP: Cia das Letras, 2007.

HESPANHA, Antônio M. “Antigo Regime nos Trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português” In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, M. F. (Orgs.) **Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 43-93.

KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – Século XVIII**. 2006b. 479 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006b. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006_KUHN_Fabio-S.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2013

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e População, 1750-1850**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1973.

_____. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. **As memórias de Viscondessa: família e poder no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

NADALIN, Sergio Odilon. **História e demografia: elementos para um diálogo**. Campinas: ABEP, 2004. (Coleção Demographicas).

SOBRAL NETO, Margarida Sobral. O papel da mulher na sociedade portuguesa setecentista – contributo para o seu estudo. In: FURTADO, Júnia Furtado (Org.). **Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001. p. 25-44.

TAVARES, Mauro Dillmann. **Irmandades, igreja, devoção no sul do Império Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). **De Portugal ao Brasil: uma história do**

abandono de crianças, séculos XVIII-XX. Belo Horizonte: PUCMG; São Paulo: Alameda, 2010.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In: MATTOSE, José (dir). **História de Portugal: o Antigo Regime**. Lisboa: editorial Estampa, s/d. p. 381-393.

Fontes

PARÓQUIA NOSSA SENHORA MADRE DE DEUS (PORTO ALEGRE) **Livros de registro de batismos (1772-1833)**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1772-1810. 8 v. Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA MADRE DE DEUS (PORTO ALEGRE) **Livro de registro de óbitos (1853-1864)**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1853-1864. 8 v. Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Processo Judicial/Conciliação** - N137 – cx. 5442, M-5. Réu: Anna Marques de Sampaio - 01/01/1833. Localização: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL **Processo Judicial/Inventário** - N144 cx. 004-02.66, EST 137H(7) - Inventariante: Anna Marques de Sampaio 01/01/1856. Localização: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Processo Judicial/Testamento** - N1087 – cx. 222, P/EST. 2 297-7. Testador: Anna Marques de Sampaio - 01/01/1844. Localização: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

